



**ATAS**

**VI Seminário Internacional**  
**Vulnerabilidades Sociais e Saúde**

**Percursos Migratórios e**  
**Cidadania Global -**  
**diversidade e (des)igualdades**

Campus do IPS, Setúbal  
10, 11 e 12 de outubro de 2024



**Atas do VI Seminário Internacional**  
**Vulnerabilidades Sociais e Saúde**  
*“Percursos Migratórios e Cidadania Global -  
diversidade e (des)igualdades”*

**Editores:**

Ana Paula Gato (ESS/IPS)

Andreia Ferreri Cerqueira (ESS/IPS)

Edgar Canais (ESS/IPS)

José Rebelo (ESCE/IPS)

Sandrina B. Moreira (ESCE/IPS)

Victor Barbosa (ESCE/IPS)

**Instituto Politécnico de Setúbal**

Apoio financeiro do CIDEHUS (UIDB/00057/2020)



O presente volume integra textos referentes a comunicações apresentadas no VI Seminário Internacional Vulnerabilidades Sociais e Saúde - “Percurso Migratório e Cidadania Global - diversidade e (des)igualdades”, realizado nos dias 10, 11 e 12 de outubro de 2024, no Instituto Politécnico de Setúbal.

**Título:** Atas do VI Seminário Internacional Vulnerabilidades Sociais e Saúde:  
“Percurso Migratório e Cidadania Global - diversidade e (des)igualdades”

**Editores:**

Ana Paula Gato (ESS/IPS)  
Andreia Ferreri Cerqueira (ESS/IPS)  
Edgar Canais (ESS/IPS)  
José Rebelo (ESCE/IPS)  
Sandrina B. Moreira (ESCE/IPS)  
Victor Barbosa (ESCE/IPS)

Primeira edição, em formato eletrónico, maio de 2025

**ISBN:** 978-989-35809-6-7

**DOI:** 10.60546/NDMZ-6G80

**Editora:** Instituto Politécnico de Setúbal

## **Comissão Científica**

*Alexandre Abreu, ISEG-ULisboa; CEsa*  
*Ana Paula Gato, ESS-IPS; CIDEHUS-UÉ*  
*Ana Rita Pedro, Escola Nacional Saúde Pública*  
*Anabela Franqueira, ESCE-IPS*  
*Andreia Ferreri Cerqueira, ESS-IPS; CHRC*  
*Catarina Reis Oliveira, OM/ISCSP-ULisboa*  
*Célia Quintas, ESCE-IPS*  
*Edgar Canais, ESS-IPS*  
*José Rebelo dos Santos, ESCE-IPS; CIDEHUS-UÉ*  
*Laurinda Abreu, UÉvora; CIDEHUS-UÉ*  
*Lucília Nunes, ESS-IPS; CHRC*  
*Paolo Novak, SOAS, University of London*  
*Paulo Espínola, CEGOT*  
*Sandra Prata Rodrigues, ESCE-IPS*  
*Sandrina B. Moreira, ESCE-IPS; RESILIENCE; BRU-IUL*  
*Sónia Pereira, AMAI/GOT-ULisboa*  
*Sónia Dias, Escola Nacional Saúde Pública*  
*Victor Barbosa, ESCE-IPS; RESILIENCE*

## **Comissão de Honra**

*Catarina Reis Oliveira, Representante do Observatório das Migrações*  
*Fernanda Olival, Diretora do CIDEHUS*  
*Pedro Portugal Gaspar, Presidente do Conselho Diretivo da Agência para a Integração, Migrações e Asilo*

## **Comissão Organizadora**

*Ana Paula Gato (ESS/IPS)*  
*Andreia Ferreri Cerqueira (ESS/IPS)*  
*Edgar Canais (ESS/IPS)*  
*José Rebelo (ESCE/IPS)*  
*Sandrina B. Moreira (ESCE/IPS)*  
*Victor Barbosa (ESCE/IPS)*

## **Oradores Convidados**

### ***PAINEL I – (Re)visitar os percursos migratórios***

Migrações, encontros culturais e práticas médicas no Império Português (sec. XV-XIX)  
*Laurinda Abreu, Universidade de Évora, CIDEHUS-UÉ, Portugal*

A receção de portugueses no Rio de Janeiro no final do século XIX  
*Luís Reznik, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Fujam dos "cemitérios dos vivos": a emigração e a saúde pública em Portugal, entre os anos 50 do século XIX e os primeiros anos do século XX  
*Alexandra Esteves, Universidade do Minho, Lab2PT-UMinho, Portugal*

### ***PAINEL II – Cidadania global: desafios e oportunidades***

Revisiting the migration transition model in light of the Portuguese experience  
*Alexandre Abreu, ISEG, ULisboa*

Migration and Development nexus: moving beyond the pendulum  
*Paolo Novak, SOAS, University of London*

Imigrantes em Portugal: perceções e factos dos desafios e oportunidades da imigração para o país  
*Catarina Reis Oliveira, Observatório das Migrações; ISCSP-ULisboa*

### ***PAINEL III – Rotas migratórias: Portugal e o mundo***

As ilhas na rota das migrações internacionais. O exemplo de arquipélagos atlânticos e europeus  
*Paulo Espínola, CEGOT*

Desigualdades Laborais: Experiências migratórias no Brasil e em Portugal  
*Vanessa Ruffatto Gregoviski - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil*

Impacto da imigração na evolução demográfica em Portugal e desafios associados  
*José Rebelo dos Santos, ESCE-IPS*

### ***PAINEL IV – Saúde e bem-estar das populações migrantes***

Migrantes e Cuidados de Saúde: Dificuldades e Estratégia  
*Ana Bicho, USP Amadora*

Literacia em Saúde em Populações Migrantes  
*Ana Rita Pedro, ENSP*

Migração e Saúde - Desafios e Oportunidades de Promoção da Equidade  
*Ana Gama, ENSP*

Experiência com doentes evacuados no âmbito da cooperação Portugal-PALOP  
*Frederico Sanches, Hospital Garcia de Horta, Associação de Saúde e Solidariedade da Diáspora Caboverdiana*

## Índice

Editorial.....	1
As Ilhas nas Rotas Migratórias Internacionais: Exemplos de Arquipélagos Atlânticos .....	3
Os Movimentos (I)migratórios em Portugal – Um contributo à Luz da Econometria Espacial .....	17
Impacto da Imigração na Evolução Demográfica em Portugal e Desafios Associados.....	31
Breve Caraterização dos Imigrantes no Concelho da Moita: Desafios e Respostas .....	42
Quem são os Imigrantes no Montijo? Um Retrato a Partir dos Censos.....	55
Globalização e Migração - Desafios e Oportunidades para a Gestão .....	70
Global Citizenship in Education: Challenges and Opportunities for Social Transformation and Sustainability .....	79
A Educação como um Caminho para a Cidadania Global .....	94
O Lugar da Formação na Integração dos Migrantes: um Estudo de Caso .....	105
O Impacto dos Imigrantes nas Escolas do 1º Ciclo no Concelho de Leiria .....	120
Acesso dos Migrantes à Saúde e Bem-estar em Portugal .....	129
Iliteracia dos/das Profissionais de Saúde sobre a Cultura Obstétrica dos Povos Imigrantes em Portugal: Desafios para um Cuidado Adaptado .....	145
Mutilação Genital Feminina em Contextos Migratórios: Abordagem na Perspetiva dos Direitos Humanos.....	162
Evidências Científicas Sobre a Adesão Terapêutica de Pessoas em Situação Paliativa: Influências Sociodemográficas e Culturais .....	174
Alterações Oftalmológicas em Pessoas em Condição de Vulnerabilidade, Resultantes de Limitações do Acesso à Saúde – Scoping Review.....	183
A Educação entre Pares como Estratégia de Promoção da Saúde em Contextos Escolares Multiculturais .....	197

## **Editorial**

*Ana Paula Gato, ana.gato@ess.ips.pt*

*Andreia Ferreri Cerqueira, andreia.cerqueira@ess.ips.pt*

*Edgar Canais, edgar.canais@ess.ips.pt*

*José Rebelo dos Santos, jose.rebelo@esce.ips.pt*

*Sandrina B. Moreira, sandrina.moreira@esce.ips.pt*

*Victor Barbosa, vitor.barbosa@esce.ips.pt*

As questões associadas às migrações são hoje centrais no debate político e social, refletindo desigualdades globais, desafios humanitários e impactos nos sistemas de saúde e proteção social. Se é certo que vivemos em sociedades plurais e multiculturais, a verdade é que, cada vez mais, os conflitos em torno de migrações, discriminação, racismo e xenofobia, e os discursos anti-imigração, convencem com desinformação, fruto de um período de grande incerteza e instabilidade económica e social em que o desencanto com as prestações dos políticos é geral. Este cenário desafiador exige respostas intersetoriais baseadas nos direitos humanos, na inclusão e na equidade.

É crucial reconhecer que o debate científico em torno das migrações é obrigatoriamente multidisciplinar. Esta complexidade temática exige uma abordagem integradora que percorre diferentes campos do saber, como a sociologia, a antropologia, a saúde pública, a psicologia, a economia, o direito, a ciência política ou a educação. Cada uma destas áreas contribui com enquadramentos teóricos, metodológicos e empíricos próprios que, articulados, permitem uma compreensão mais robusta dos fenómenos migratórios, dos seus determinantes e impactos.

Neste sentido, o VI Seminário Internacional Vulnerabilidades Sociais e Saúde debateu, entre 10 e 12 de outubro de 2024, o tema "Percurso migratório e cidadania global: Diversidade e (des)igualdades". O evento, sob a organização das Escolas Superiores de Saúde (ESS) e de Ciências Empresariais (ESCE) do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), em parceria com o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora, constituiu-se como um espaço vital de partilha de investigação e de práticas de intervenção.

A diversidade dos painéis e comunicações do seminário, refletida na pluralidade de temas abordados — desde as práticas médicas em contextos históricos coloniais até aos atuais desafios

de acesso aos cuidados de saúde, passando pelas questões da cidadania global e das desigualdades laborais —, confirma a necessidade de um olhar cruzado e colaborativo sobre as migrações. Só assim é possível identificar caminhos sustentáveis e justos que respondam, simultaneamente, às necessidades das populações migrantes e aos compromissos das sociedades de acolhimento com os direitos humanos e a inclusão. É neste contexto de urgência e complexidade que o presente volume das Atas do VI Seminário Internacional Vulnerabilidades Sociais e Saúde reúne um conjunto de reflexões e investigações sobre as complexas intersecções entre vulnerabilidades sociais e o direito à saúde. Sob o subtema “Percursos Migratórios e Cidadania Global - diversidade e (des)igualdades”, os artigos aqui compilados ancoram-se nas realidades multifacetadas enfrentadas por indivíduos e comunidades em mobilidade, num mundo cada vez mais interligado, mas persistentemente marcado por profundas assimetrias.

Os trabalhos apresentados exploram as diversas dimensões dos percursos migratórios, desde os fatores que impulsionam a migração até aos desafios de integração e acesso à saúde nos países de acolhimento. A tónica é colocada na forma como a mobilidade humana, embora um motor de diversidade cultural e social, expõe e, por vezes, agrava as vulnerabilidades preexistentes. São analisadas as barreiras sistémicas e estruturais que resultam em (des)igualdades no acesso a cuidados de saúde, bem-estar psicossocial e oportunidades de vida digna para migrantes, refugiados e requerentes de asilo.

Debate-se a noção de “cidadania global” no contexto da saúde, questionando em que medida os quadros legais e as políticas públicas atuais são capazes de garantir a dignidade e os direitos de todos, independentemente da sua origem ou estatuto migratório. A diversidade é celebrada como um valor intrínseco destas rotas humanas, mas é simultaneamente confrontada com a persistência de preconceitos, discriminação e exclusão. Este conjunto de textos oferece, assim, um panorama rico e crítico das dinâmicas sociais e de saúde inerentes aos fluxos migratórios contemporâneos, propondo caminhos para a promoção de sociedades mais justas, equitativas e inclusivas.

## **As Ilhas nas Rotas Migratórias Internacionais: Exemplos de Arquipélagos Atlânticos**

*Paulo Espínola, CEGOT-Universidade de Coimbra, [pe.cegot@yahoo.com](mailto:pe.cegot@yahoo.com)*

### **Resumo**

As ilhas sempre estiveram ligadas a diferentes tipos de fluxos humanos, alternando entre períodos longos de emigração e fases de imigração. Ainda que as pequenas ilhas estejam associadas, principalmente, ao fenómeno da emigração, ao longo da sua história é possível observar épocas com capacidade para atrair população exterior. É neste tipo de contexto que se inserem os arquipélagos atlânticos, como os que estão ligados politicamente com os países ibéricos. Nos Açores, Madeira e Canárias os residentes convivem com imigrantes e emigrantes regressados, mantêm os laços com as suas comunidades emigradas e ainda contactam com visitantes, como os turistas. Em muitos aspetos a vida insular confunde-se com os movimentos migratórios, no âmbito de uma certa multiterritorialidade. A alteração para um tipo de modelo de desenvolvimento insular baseado no crescimento e a procura das ilhas por parte de população que busca tranquilidade e maior contacto com a natureza fazem disparar o contingente imigrante, pelo que será importante verificar o processo de integração nas pequenas sociedades insulares.

**Palavras-chave:** Ilhas, Migrações, Integração.

### **Abstract**

Islands have always been linked to different types of human flows, alternating between long periods of emigration and phases of immigration. Although small islands are mainly associated with the phenomenon of emigration throughout their history, it is possible to observe periods with the capacity to attract foreign population. It is in this type of context that the Atlantic archipelagos are inserted, such as those politically linked to the Iberian countries. In the Azores, Madeira and the Canary Islands, residents live with immigrants and emigrants who returned, maintaining bonds with their emigrant communities and also contacting visitors, such as tourists. In many ways, life in the island is confused with migratory movements, within the framework of a certain multi territoriality. The change to a type of island development model based on growth, the search for tranquility and greater contact with nature, makes the immigrant contingent skyrocket, so it will be important to verify the process of integration among people in small islands.

**Keywords:** Islands, Migrations, Integration.

### **Introdução**

Os três arquipélagos atlânticos de Portugal e Espanha experimentaram, após a época de descobrimento e do processo de povoamento europeu, diferentes fases de fluxos migratórios de intensidades desiguais e em ambos os sentidos. Este quadro migratório pode-se aplicar a muitas ilhas ou arquipélagos, daí que para John Connell (2007) as ilhas sejam caracterizadas invariavelmente pelas migrações. Stephen Royle (2001) afirma que “muitas vezes há altas taxas de emigração de pequenas ilhas” (p. 87). Ainda dentro desta linha de pensamento, Connell e King (1999) referem que é claro que as ilhas apresentam um intenso envolvimento com as migrações. Portanto, parece que, no geral, as pequenas ilhas apresentam uma espécie de “relação familiar” com os fenómenos migratórios.

Este texto insere-se no âmbito de uma investigação muito mais vasta, a nossa tese de doutoramento em Geografia<sup>1</sup>, e apresenta como principais objetivos estabelecer a relação entre as pequenas ilhas e as migrações; relacionar o tipo de migração insular com os modelos de desenvolvimento vigentes; inserir os arquipélagos atlânticos ibéricos no quadro das migrações internacionais e determinar o grau de integração da população imigrante nas pequenas sociedades insulares.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos enunciados passou pela revisão bibliográfica da especialidade, pela análise de informação estatística oficial e recorreu-se, ainda, à informação dos dois inquéritos aplicados à população insular e aos imigrantes, no âmbito da tese de doutoramento.

Ao nível da estrutura que será apresentada, far-se-á, em primeiro lugar, uma abordagem às dificuldades dos espaços insulares e aos modelos de desenvolvimento adotados pelas ilhas, que determinam o tipo de migração vigente; posteriormente será apresentado o quadro das migrações dos arquipélagos atlânticos dos dois países ibéricos e, por fim, será efetuada uma análise ao nível de integração dos territórios insulares.

## 1. O contexto migratório insular subjacente às opções de desenvolvimento

Os pequenos espaços insulares, desde sempre, enfrentam enormes desafios relacionados com as suas próprias características naturais. A este respeito, Russel King (2010) escreve que "não há dúvida de que a pequena dimensão e a insularidade trazem consigo uma série de desvantagens económicas" (p. 33). Muitas das desvantagens mencionadas por este geógrafo britânico encontram-se presentes de forma direta ou indireta na Figura 1.

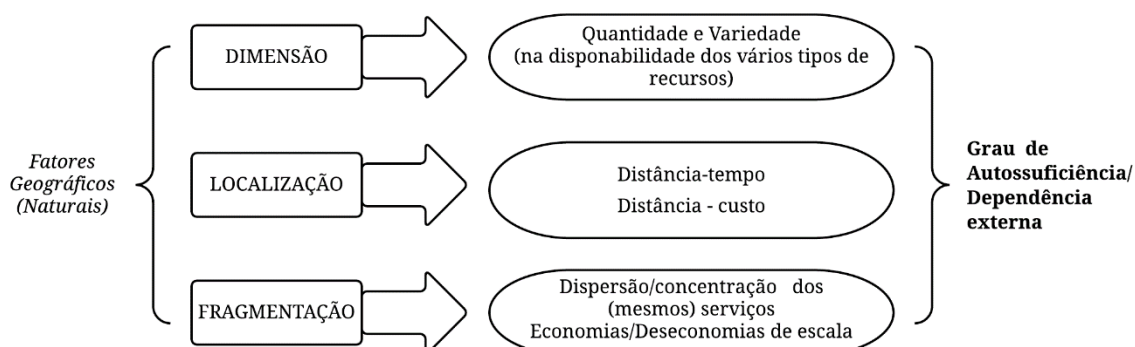


Figura 1 – Representação esquemática dos fatores geográficos dos espaços insulares e suas consequências.

Fonte: Elaboração própria.

<sup>1</sup> Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, aprovada em dezembro de 2022.

A reduzida dimensão dos espaços insulares determina, naturalmente, limitações ao nível dos recursos endógenos disponíveis, conduzindo a uma situação de dependência externa. Por outro lado, o maior afastamento dos grandes centros económicos tem implicações na distância-tempo, levando a um aumento do custo com as deslocações, agravando, por esta via, o desequilíbrio das balanças comerciais insulares. Ainda temos que considerar os arquipélagos, que são territórios fragmentados, por vezes constituídos por muitas ilhas, originando a necessidade de multiplicar o investimento público, com o objetivo de promover um equilíbrio ao nível do bem-estar de todos os cidadãos insulares. Além disso, como a população se encontra dispersa por ilhas, verifica-se maior dificuldade para formar economias de escalas e recolher os benefícios que estão subjacentes. O resultado da conjugação destes constrangimentos é o agravamento da dependência externa com o passar dos anos, nomeadamente se se tratar de Estados insulares independentes.

King (2010) afirma que, muitas vezes, a emigração é a única resposta possível para as vulnerabilidades económicas. Connell (2007), por sua vez, refere que, em muitos espaços insulares, vigora uma cultura de migração, nos casos em que a própria emigração é aceite como uma forma apropriada e legítima para obter proveitos económicos e alcançar o bem-estar social. É neste tipo de sociedades insulares que surge a estratégia de desenvolvimento MIRAB (Bertram & Watters, 1985). Trata-se de um modelo que se baseia numa estratégia continuada de emigração, em que os elementos mais novos das famílias são incentivados e preparados para trabalhar no estrangeiro, ficando depois com a responsabilidade de enviar remessas do exterior, através de um processo que envolve fortes laços familiares<sup>2</sup>. Neste contexto, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2009, cuja temática é dedicada à mobilidade humana, menciona que somente em alguns pequenos estados insulares a emigração poderá afirmar-se como uma estratégia de desenvolvimento de toda uma nação.

Apesar de termos destacado somente os constrangimentos ligados aos fatores geográficos que afetam as ilhas, representados na Figura 1, em determinadas circunstâncias, e quando conjugados, podem funcionar no sentido de proporcionar grande parte da autossuficiência dos espaços insulares. Royle (2001) afirma, inclusive, que as ilhas podem ser também espaços de imigração. Bertram e Poirine (2018) consideram que a economia das ilhas pequenas é influenciada por três elementos fundamentais: o isolamento, a reduzida superfície e o nível de abertura ao exterior. Naturalmente será este o elemento que poderá minimizar as limitações

---

<sup>2</sup> A outra componente do modelo refere-se à elevada burocracia envolvida no desenvolvimento de esforços para alcançar ajuda ao desenvolvimento proveniente de outros países e das instâncias internacionais.

subjacentes às pequenas dimensões de área e quebrar o isolamento dos territórios insulares mais afastados. Aquelles autores referem que durante as três últimas décadas os fundos particulares das ilhas derivaram, principalmente, da garantia de fluxos financeiros (ajuda ao desenvolvimento, remessas e dividendos); do facto de se tornarem numa economia turística com base nos recursos patrimoniais (paisagem, cultura e tipo de clima) ou de terem aproveitado nichos de oportunidades na economia globalizada. Connell (2018) afirma que quando as ilhas estão aptas a retirar benefícios do sector turístico ou das atividades “offshore<sup>3</sup>”, as populações tendem a estabilizar ou a crescer e a imigração ocorre. De facto, foi a partir destes dois sectores de atividade económica que surgiram dois outros modelos insulares de desenvolvimento - SITE (McElroy, 2006) e PROFIT (Baldachino, 2006).

O SITE (“Small Islands Tourist Economies”) é um modelo económico cuja estratégia de desenvolvimento tem como preocupação fundamental o crescimento do sector turístico, traduzindo-se, por um lado, pela grande disponibilidade de postos de trabalho (diretos e indiretos) relacionados com a atividade turística, por outro lado, pelo elevado valor de receitas provenientes do turismo, constituindo-se, assim, como o principal sector económico que contribui para a formação do PIB insular. Este tem sido um modelo, sobretudo, de ilhas de águas quentes. A elevada oferta de emprego cria necessidade de mão-de-obra estrangeira e como os salários elevam, estão reunidas as condições para a imigração aumentar.

O PROFIT (“People considerations affecting citizenship, residence, and employment rights; Resource management; Overseas engagement and ultra-national recognition; Finance; and Transportation”) é um modelo que, apesar de incluir uma multiplicidade de componentes da economia insular, está muito associado às ilhas que desempenham a função ligada à ideia de “paraísos fiscais”, oferecendo sigilo bancário e uma significativa descida de impostos sobre os depósitos de entidades estrangeiras. Por conseguinte, estes territórios insulares obtêm volumes consideráveis de investimento estrangeiro. No entanto, a imigração apenas assume maior expressão quando se verifica a conjugação com o desenvolvimento da atividade turística, como ocorre nas ilhas “offshore” do Caribe.

Portanto, fica demonstrado o papel fundamental do sector turístico como a atividade impulsionadora da imigração económica para as pequenas ilhas.

---

<sup>3</sup> Vantagens fiscais.

## **2. O quadro migratório dos arquipélagos atlânticos**

Os arquipélagos atlânticos dos países ibéricos, ao longo da sua história, sempre estiveram envolvidos com os diferentes fluxos migratórios, nomeadamente a emigração, a imigração, os regressados e também os deportados.

Cristóvão de Aguiar (1991) escreve que “É curioso notar que meio século após o povoamento da ilha da Madeira comecem a sair dela os primeiros emigrantes. O mesmo acontecerá mais tarde com as populações açorianas, mas desta feita rumo ao Brasil” (p. 15). O autor procura retratar as primeiras movimentações ao nível da emigração ocorridas nos arquipélagos portugueses durante o século XVI, quando o povoamento das ilhas se tinha iniciado no século anterior. Portanto, numa fase que pode ser considerada muito precoce, ao ponto de existir a probabilidade de alguns desses emigrantes não serem oriundos dos arquipélagos, mas que tivessem chegado às ilhas na qualidade de povoadores. Manuel Hernández González (2005) descreve as circunstâncias que favoreceram a ida de gente das Canárias até às Américas no século XVI, entre as quais se destaca o facto de a maioria das frotas com destino à América terem passado a fazer escala nas ilhas, uma vez que a rota a partir do arquipélago e a ação dos ventos alísios tornavam a travessia oceânica mais segura. No entanto, este autor espanhol discorda da estimativa de 10 mil insulares emigrantes apresentada para a época, porque ainda decorria a fase do povoamento europeu, pelo que nem todos seriam originários das Canárias: “no podemos hablar de emigración canaria en sentido estricto, sobre todo cuando se plantean cifras tan elevadas en una sociedad que está en sus comienzos” (p. 14). Deste modo, pouco depois das ilhas terem sido povoadas num contexto de fluxos migratórios, que incluíram povoadores internacionais, os habitantes dos arquipélagos integraram as expedições para o continente americano. O nosso objetivo não passa por proceder à evolução, e caracterização, dos movimentos migratórios ao longo dos séculos. Ao invés, o breve enquadramento histórico realizado pretende demonstrar que, desde o início do povoamento, subsistiu uma propensão dos residentes insulares para o ato de migrar. O nosso foco centra-se então, e principalmente, nas migrações mais recentes.

A Figura 2 apresenta uma síntese do impacto atual das migrações nos três arquipélagos que são objeto do presente estudo. Naturalmente que para chegarmos aos valores atuais deveremos ter em conta a evolução dos diferentes tipos de movimentos migratórios, como, por exemplo, as correntes emigratórias que se iniciaram nos anos (19)50, sendo que é essa vaga que fornece a grande maioria dos emigrantes e dos regressados às ilhas. No que se refere à imigração, deve ser feita uma salvaguarda, já que esta ainda se encontra numa fase incipiente no conjunto português, enquanto no arquipélago espanhol já se apresenta, de certa forma, consistente.

Arquipélagos	Imigração	Emigração	Migração de Retorno
Açores	Em 2021, os imigrantes representavam 3,5% da população total, de 95 países de origem. (INE-PT; SEF)	“atualmente, há mais de 1,5 milhões de açorianos e seus descendentes a viverem no estrangeiro. Destes, aproximadamente entre 350.000 a 400.000 vivem no Canadá” [Teixeira, 2010].	6,6% da população é regressada, tendo 2330 regressado após 2010. (INE- PT- Censos 2021)
Madeira	Em 2021, os imigrantes representavam 9,5% da população total, de 116 países de origem. (INE-PT; SEF)	Grandes comunidades emigrantes na Venezuela (300 mil), África do Sul (200 mil) e Reino Unido (120 mil) (Fonte: Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa – Presidência do Governo Regional da Madeira.	13,7% da população é regressada, tendo 6645 regressado após 2010. Entre 2016-21 entraram 9126 indivíduos da Venezuela [INE-PT - Censos 2021]
Canárias	Em 2021, os imigrantes representavam 22,2% da população total, de mais de 120 países de origem. (INE – Espanha)	Segundo o INE de Espanha, em 2024, viviam cerca de 190 mil canários no estrangeiro, sendo que as comunidades principais se encontram em Cuba (60 mil) e Venezuela (55 mil) [atlanticohoy.com]	Vários estudos apontam para uma taxa de regresso elevada, principalmente desde a crise na Venezuela.

**Figura 2 – O quadro-resumo da situação migratória atual dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias.**

Fonte: Várias, indicadas na própria figura.

Tendo em conta a informação do quadro-resumo, é possível observar que são os arquipélagos portugueses a apresentar as maiores comunidades de emigrantes a viver no estrangeiro, a larga distância do conjunto de ilhas espanholas. Contudo, nota-se que é a região dos Açores que apresenta a maior diáspora, estando muito concentrada nos países da América do Norte. O volume de emigrantes da Madeira também é significativo, não obstante são comunidades que se encontram mais dispersas, uma vez que as mais significativas se encontram repartidas por três continentes: Europa, África e América. A atual distribuição dos emigrantes insulares portugueses foi muito condicionada pelas decisões tomadas durante a última grande vaga de emigração registada nos arquipélagos, na segunda metade do século XX: entre 1950 e 1988 emigraram dos Açores mais de 188 mil pessoas e da Madeira cerca de 110 mil. Isabel de Oliveira (1997) escreve que “falar de movimentos migratórios nas ilhas portuguesas é falar, sobretudo, de emigração. Os dois arquipélagos têm sido fortemente marcados por este fenómeno desde há muito, de tal forma que a emigração é tida como uma característica endémica destas populações” (p. 215). Apesar desta afirmação, esta autora reconhece a existência de outros movimentos nas regiões autónomas portuguesas, entre os quais o regresso de emigrantes e migrações internas, mas não inclui a imigração, na medida em que este tipo de movimento assumia valores residuais naquela época.

Ao nível dos migrantes regressados, a Madeira surge com o dobro da percentagem relativamente aos Açores, o que corresponde a uma correlação inversa quando considerado o volume de emigrantes de cada região. Porém, neste caso, deve ser considerada outra

circunstância – os graus de estabilidade socioeconómica e de segurança oferecidos pelos destinos da emigração. Na edição do Jornal Público de 23 de outubro de 2021 está disponível uma reportagem intitulada “Na Madeira, a emigração faz o caminho inverso”, onde é possível ler-se, entre testemunhos vários, “Com a Venezuela mergulhada numa profunda crise económica e a África do Sul em constante sobressalto, resta o Reino Unido como terra de oportunidades”. Com efeito, enquanto muitos emigrantes madeirenses estão a ser, de certa forma, pressionados para regressar à ilha de origem, pela deterioração das condições socioeconómicas e de segurança no país de destino, um estudo realizado sobre os regressados da diáspora açoriana demonstra que a decisão de voltar é claramente voluntária (Ferreira, 2011), dadas as oportunidades de melhoria de vida que tanto o Canadá como os Estados Unidos da América (EUA) continuam a oferecer aos seus residentes. Contudo, tal não significa que no arquipélago português situado mais a norte não residam ex-emigrantes de forma forçada, uma vez que em 1987 chegou à região o primeiro deportado e até 2016 entraram mais 1349. A integração destes indivíduos na sociedade nem sempre tem sido fácil<sup>4</sup>: “sendo certo que parte destes indivíduos foram deportados pela prática de crimes, por vezes graves, instalou-se na sociedade açoriana, principalmente na fase inicial do seu regresso, sentimentos de rejeição social e de uma certa desconfiança” (Rocha et al, 2017, p. 18).

A emigração das Canárias não atinge os 200 mil emigrantes em 2024, tratando-se, portanto, de um valor muito inferior em relação aos Açores e também à Madeira. As duas maiores comunidades estão localizadas em países da América Latina, o que não surpreende: “Las salidas hacia América son un rasgo constante de toda la historia de Canarias” (Burriel de Orueta, 1982, p. 89). No entanto, a mais volumosa, a de Cuba, é muito mais antiga do que a de Venezuela. Neste sentido, Hernández González (2007) afirma que a emigração para Cuba termina no início dos anos (19)30, enquanto no final dessa década chegariam canários à Venezuela, mas provenientes diretamente de Cuba. Alterações de índole política ditaram diferentes opções sobre a entrada de imigrantes nos dois países e terão provocado a mudança de destino da emigração, segundo o autor. A emigração para a Venezuela aumenta substancialmente nos anos (19)50, decrescendo na década seguinte, pela imposição de uma política de entrada no país por via do reagrupamento familiar, daí nesta década terem entrado, sobretudo, mulheres. Mas é apontada outra particularidade para este tipo de emigração:

*“La emigración a Venezuela, aunque en ocasiones tenía como objetivo la permanencia definitiva, se conforma a lo largo de los años como un movimiento de ida y vuelta, a*

---

<sup>4</sup> Muitos chegam à região sem dominar a língua portuguesa.

*medio camino entre la nostalgia por la tierra natal y las ventanas que proporciona un cambio favorable*”. (Hernández González, 2007, p. 167)

Os anos (19)70 correspondem a uma descida dos valores de emigração a partir do arquipélago e nesta fase os insulares espanhóis passam a ter como destino o continente europeu. É nesta década que o saldo migratório das Canárias passa a ser positivo, para não mais o deixar de ser, enquanto nas regiões portuguesas ainda era negativo, durante aquele espaço temporal. (Espínola, 2022)

A respeito do regresso dos emigrantes canários, Hernández González (2007) refere que em 1987 foram registadas 464 entradas provenientes de Venezuela, mas, em 1989, mais de mil procuraram retornar daquele país sul-americano e alertou para o facto de “La tendencia continuó a medida de la crisis y la inestabilidad” (p. 168). Neste sentido, Daniel Buraschi (2014) indica que desde os anos (19)80 e a primeira década do novo século regressaram aproximadamente 15 mil insulares<sup>5</sup>. Apesar de não ter sido possível apurar um valor atual do volume de retornados às Canárias, é seguro afirmar que durante a última década o nível de regressos deve ter disparado, em consequência do agravamento da deterioração das condições socioeconómicas, que já foram referidas, entretanto, para a região da Madeira. Por conseguinte, tudo aponta para uma taxa de regresso significativa.

No que concerne ao nível de imigração em 2021<sup>6</sup>, o volume de imigrantes nas Canárias é de aproximadamente 440 mil<sup>7</sup>, muito distante da Madeira (24 mil) e, sobretudo, dos Açores (8,3 mil). No entanto, é importante destacar que nas regiões portuguesas a última década correspondeu a uma contração demográfica<sup>8</sup>: Açores (-4,3%) e Madeira (-6,4%) mas mesmo assim os imigrantes aumentaram ao longo dos últimos dez anos, tendo a Madeira registado, inclusive, um acréscimo próximo dos 5 mil. Estes arquipélagos também surpreendem pelo número de nacionalidades de imigrantes apresentado, tendo-se verificado nos últimos 15 anos uma verdadeira diversificação das origens da imigração insular de Portugal.

Porém, o destaque ao nível da imigração vai, sem dúvida, para a região autónoma das Canárias, pelo enorme número de imigrantes que apresenta em 2021, mesmo em termos nacionais, constituindo-se como a quinta região espanhola com maior valor absoluto, apenas superada por Andaluzia, Catalunha e as Comunidades Valenciana e de Madrid.

---

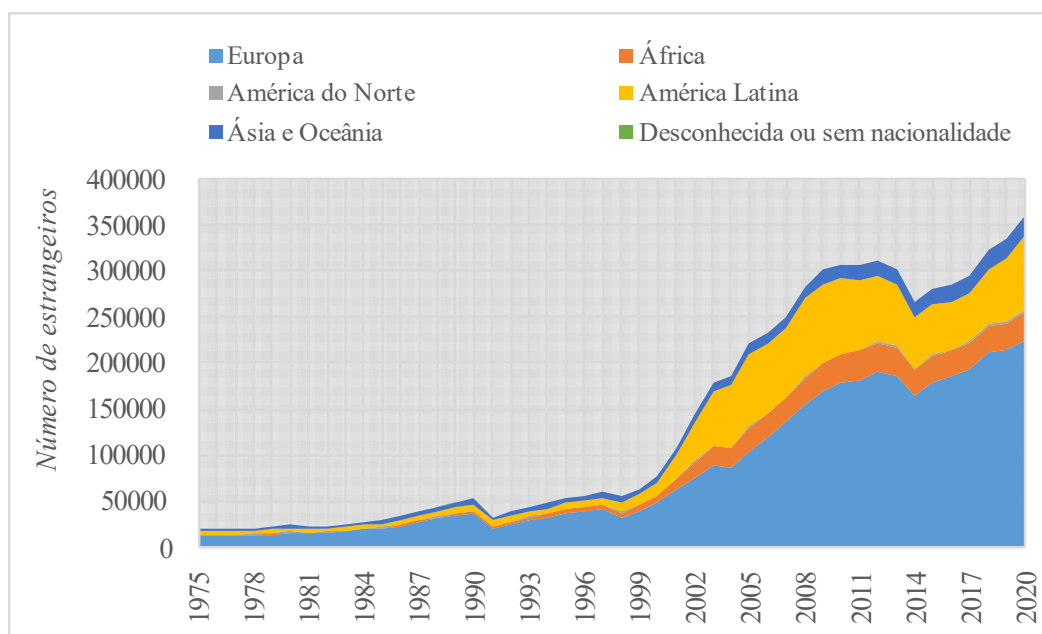
<sup>5</sup> Conforme o autor indica, segundo Carnero y Nunez (2011).

<sup>6</sup> O critério utilizado para os dados dos imigrantes foi a naturalidade.

<sup>7</sup> A população total do arquipélago das Canárias era de 2 172 944 habitantes, em 2021.

<sup>8</sup> Em 2021, a população total dos Açores era de 236 099 habitantes e a da Madeira na ordem dos 250 744 indivíduos.

Estamos, portanto, na presença de uma região insular de imigração, processo que se iniciou na década de (19)70 com a chegada de europeus com o objetivo de instalar residência no arquipélago, paralelamente ao desenvolvimento da atividade turística: “No cabe duda de que los movimientos migratorios y el desarrollo del sector están relacionados, tanto en Canarias como en otros contextos” (Martinez González, 2012, p. 2). Por conseguinte, as Canárias vêm dar razão aos que defendem que a imigração significativa só se verifica em ilhas cujo sector turístico esteja bem desenvolvido.



**Figura 3 – A evolução do número de estrangeiros nas Canárias, entre 1975 e 2020.**

Fonte: INE de Espanha – Anuários Estadísticos y Cifras de Población, vários anos.

Na Figura 3 podemos observar a evolução dos estrangeiros<sup>9</sup> no arquipélago das Canárias, destacando-se à primeira vista o “boom de estrangeiros” que ocorre no decurso da primeira década do século XXI, passando de pouco mais de 50 mil, no ano 2000, para mais de 300 mil, em 2010. Apesar de se ter verificado um decréscimo abrupto em meados da segunda década, para depois se voltar a registar um súbito acréscimo até ultrapassar os 350 mil estrangeiros, em 2020. Em termos da distribuição por regiões de origem, os europeus, desde sempre, são largamente maioritários, não obstante no novo século os latino-americanos terem aumentado a sua importância, consolidando, desta forma, o estatuto de segunda comunidade imigrante. Os africanos apresentam-se em maior número que os asiáticos, mas tendo ambos aumentado a sua expressão no século atual.

<sup>9</sup> Que constitui o subconjunto mais importante dos imigrantes.

### 3. O grau de integração em pequenas sociedades insulares

Apesar do processo de imigração estar mais bem consolidado nas Canárias comparativamente aos Açores e Madeira, as regiões portuguesas apresentam, atualmente, o maior valor de imigrantes estrangeiros desde que há registos oficiais de população. Em qualquer uma das três regiões em análise, a imigração pode ser considerada um fenómeno novo, sobretudo, quando comparada com a intensa experiência que essas sociedades possuem com a emigração.

Aludindo à atitude dos insulares para com as pessoas que chegam do exterior, Godfrey Baldacchino (2010), escreve:

“A maioria dos ilhéus exibe uma atividade de tolerância otimista face aos visitantes de curta duração, que consideram acrescentar valor à economia local. (...) Contudo, estes mesmos ilhéus mostram-se muitas vezes desagradados e desconfiados – se não mesmo hostis – para com os residentes de longa duração provenientes do exterior. Por vezes, este último grupo chega a incluir “ilhéus retornados” que subitamente descobrem que se tornam estranhos na sua própria ilha, sendo tratados de forma distante e desconfiada pelos locais.” (p.64)

Perante este tipo de afirmação, dúvidas se podem levantar sobre o comportamento das sociedades insulares para com os imigrantes: será que procuram integrá-los ou afastá-los?! Os resultados do trabalho de campo realizado nas ilhas mais pequenas dos Açores e das Canárias<sup>10</sup> (Espínola, 2022) serão úteis, no sentido em que podem dar um primeiro contributo para um melhor esclarecimento sobre aquela questão.

As amostras realizadas nas diferentes ilhas revelaram que a população autóctone é, maioritariamente, favorável à vinda de imigrantes, tendo reconhecido, de uma forma geral, os impactos positivos que significam para o desenvolvimento insular. No entanto, os locais interagem mais com os imigrantes com os quais possuem maiores afinidades histórico-culturais, sendo a língua o fator mais preponderante.

A amostra dos imigrantes, por sua vez, considera a população nacional, principalmente, acolhedora e educada, mas não tanto tolerante:

“Preconceito contra os brasileiros, especialmente contra a mulher brasileira. Preconceito em relação ao ensino brasileiro. Preconceito contra outras nacionalidades: africanos, indianos, etc.”  
[imigrante do Brasil, residente na ilha das Flores, sexo feminino]

---

<sup>10</sup> Foram aplicados inquéritos, no âmbito do projeto de doutoramento, à população local e aos imigrantes das ilhas Graciosa, Flores, Corvo, El Hierro e La Gomera.

Pese embora não se trate da opinião generalizada da amostra global, nem tão pouco da ilha das Flores, os preconceitos apontados contra os brasileiros referem-se ao facto de, por um lado, a população local considerar a mulher “brasileira fácil” e, por outro lado, traduzem a dificuldade no acesso a áreas profissionais para as quais o brasileiro traz habilitação adequada.

<i>Tipo de figura social sentida</i>	<b>Corvo</b>	<b>Flores</b>	<b>Graciosa</b>	<b>El Hierro</b>	<b>La Gomera</b>
Equiparado à população natural	58,3	23,2	27,5	49,2	33,3
Imigrante aceite	25,0	21,0	27,5	36,1	43,2
Estrangeiro	16,7	53,0	45,0	13,1	22,5
Imigrante indesejado	0,0	1,4	0,0	1,6	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Figura 4 - Tipo de sentimento identificado com a figura social dos imigrantes na sociedade insular, por ilhas de residência (%).**

Fonte: Elaboração própria.

Quando os imigrantes indagados foram questionados sobre o tipo de figura social que sentem enquadrar-se na sociedade insular, no conjunto das ilhas Canárias, 80% declararam-se equiparados à população natural ou imigrante aceite, enquanto nos Açores predominou o sentimento de estrangeiro, apesar de ser a ilha do Corvo que possui maior percentagem dos equiparados. Este tipo de diferença entre os arquipélagos pode ter a ver com o facto de a imigração nas Canárias ser mais antiga, relativamente aos territórios portugueses. Não obstante, o sentimento de imigrante indesejado, apesar de existir, é bastante escasso, revelando, provavelmente, a atitude integradora dos insulares:

“seria ilógico, estar em contra de la inmigración, ya que los canarios hemos sido inmigrantes, todos tenemos parientes en ele extranjero que fueron a buscar un futuro mejor. Creo que ayudar y recibir al inmigrante que viene o llega a mi isla, es como si, ayudarnos a ese familiar que un día también tuvo que irse.” [habitante local de El Hierro, sexo masculino]

Nesta afirmação, é possível notar a importância da história da emigração familiar do indivíduo, e da sua ilha, na formação de um pensamento altruísta e de reciprocidade para com os imigrantes. Estes naturalmente agradecem esta forma de pensar e valorizam a importância do ato de imigrar e de saber receber bem:

“Até ao presente estou satisfeita com o país que escolhi para viver. Especialmente pela segurança e a tranquilidade que os Açores nos proporcionam com a sua gente hospitaleira.” [imigrante do Brasil residente na ilha Graciosa, sexo feminino]

Pelo que ficou demonstrado, e tendo em conta o nível de aceitação e integração dos imigrantes nas sociedades insulares atlânticas, à partida os receios de Baldacchino não se aplicam nas pequenas ilhas dos Açores e das Canárias.

### **Conclusão**

As pequenas ilhas demonstraram, na sua linha do tempo, possuir uma relação muito próxima com os fenómenos migratórios, pese embora sua associação frequente à emigração. Connell e King (1999) afirmam que os insulares são constantemente lembrados de que a sua maneira de viver e a própria identidade tem muito a ver com a insularidade e isolamento, por um lado, e com a migração e mobilidade, por outro. Neste contexto, é possível às ilhas serem espaços capazes de despertar emoções geográficas intensas e criar, inclusive, um modelo económico baseado nas migrações humanas – o MIRAB.

Nos arquipélagos atlânticos ibéricos verifica-se o envolvimento com os diversos tipos de migração, não obstante registarem graus de intensidade diferentes entre si: as ilhas espanholas encontram-se numa fase avançada de imigração, em que os fluxos de saída apresentam pouco significado, enquanto os territórios insulares portugueses apresentam enormes comunidades de emigrantes no exterior e com níveis de imigração relativamente incipientes, apesar do aumento da sua importância durante o século XXI.

Geoff Bertram (2010) classificou as Canárias com o modelo SITE, enfatizando o grande desenvolvimento do seu sector turístico e o importante contributo na formação do PIB regional. Ficou demonstrado que este é o modelo que melhor promove a imigração para as ilhas.

O volume de emigrantes açorianos e madeirenses é muito superior à população total que habita cada arquipélago. Porém, na primeira vez que Bertram e Poirine (2018) incluem conjuntamente os Açores e a Madeira nos seus estudos não classificam as regiões portuguesas com o modelo MIRAB, porque, na atualidade, o valor de entrada de remessas é muito inferior ao dos países que apresentam economias MIRAB.

As amostras do estudo realizado a cinco pequenas ilhas atlânticas revelaram que tanto nas portuguesas como nas espanholas a tendência encontrada é claramente favorável ao processo de integração dos imigrantes, dando razão à lógica de que as relações de proximidade podem favorecer o acolhimento das comunidades imigradas.

## Bibliografia

- Aguiar, C. (org) (1991). *Emigração e outros temas ilhéus: miscelânea*. Ponta Delgada: Eurosigno.
- Baldacchino, G. (2006). Managing the hinterland beyond: Two ideal-type strategies of economic development for small islands territories. *Asia-Pacific Viewpoint*, 47 (1), pp. 45-60, disponível em <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8373.2006.00295> (consultado 15 de novembro de 2024)
- Baldacchino, G. (2010). Imigrantes, Turistas e outros de fora, “venha visitar, mas não permaneça”. A ameaça de invasão para as sociedades insulares. Fonseca, Maria L. (Org), *Actas da Conferência Internacional – Aproximando o Mundos, Emigração e Imigração em espaços insulares*. Lisboa: FLAD. pp. 63-86.
- Bertram, G. (2010). *Viability, Aid, Migration and Remittances in the Pacific: Some Thoughts*. Paper prepared for World Bank Sydney Office. <https://geoffbertram.com/wp-content/uploads/2021/12/viability-world-bank-3.pdf>
- Bertram, G. e Watters, R. (1985). The MIRAB economy in the South of Pacific microstates. *Asia-Pacific Viewpoint*, 26 (3), pp. 497-520, disponível em <https://doi.org/10.1111/apv.263002> (consultado 30 de setembro de 2024).
- Bertram, Geoff. e Poirine, Bernard (2018). Economics and development. Baldacchino, Godfrey (Org), *The Routledge International Handbook of Island Studies: A World of Islands*. Londres e Nova York: Routledge. pp. 202-246.
- Buraschi, D. (2010). Estratégias identitárias de los imigrantes canarios retornados de Venezuela. *Migraciones*, 35, pp. 71-98, disponível em <http://dx.doi.org/10.14422/mig.i35.y2014.003> (consultado 3 de dezembro de 2024)
- Burriel de Orueta, E. (org) (1982). *Canarias: población y agricultura en una sociedad dependiente*. Barcelona: oikos-tau.
- Connell, John (2007). Migration. Baldacchino, Godfrey (Org), *A World of Islands. An Islands Studies Reader*. Charlottetow: University of Prince Edward Islands, Institute of Islands Studies. pp. 455-482.
- Connell, John (2018). Migration. Baldacchino, Godfrey (Org), *The Routledge International Handbook of Island Studies: A World of Islands*. Londres e Nova York: Routledge. pp. 261-278.
- Connell, John e King, Russel (1999). Island Migration in a Changing World. King, Russel e Connell, John (Org), *Small Worlds, Global Lives*. Londres e Nova York: Pinter. pp. 1-26.
- Espínola, P (2022). *A imigração estrangeira em espaços insulares de baixa densidade - Impactos territoriais nos arquipélagos ultraperiféricos europeus: estudo de casos nos Açores e nas Canárias*. Tese de Doutoramento em Geografia, Ramo de Geografia Humana. Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/114287>
- Ferreira, E. (2011). Motivos e avaliação do regresso. Rocha, Gilberta (Org), *Entre dois Mundos. Emigração e Regresso aos Açores*. Ponta Delgada: Direção Regional das Comunidades e Centro de Estudos da Universidade dos Açores. pp. 215-236.
- Hernández González, M. (org) (2005). *La emigración canaria a América*. La Laguna: Centro de la Cultura Popular Canaria. [https://www.researchgate.net/publication/320444222\\_La\\_emigracion\\_canaria\\_a\\_America#fullTextFileContent](https://www.researchgate.net/publication/320444222_La_emigracion_canaria_a_America#fullTextFileContent)
- Hernández González, M. (2008). La emigración canaria a América a través de la historia. *Cuadernos Americanos*, 126, pp. 137-172, disponível em [https://www.researchgate.net/publication/275347610\\_La\\_emigracion\\_canaria\\_a\\_America\\_a\\_traves\\_de\\_la\\_historia#fullTextFileContent](https://www.researchgate.net/publication/275347610_La_emigracion_canaria_a_America_a_traves_de_la_historia#fullTextFileContent) (consultado em 1 de dezembro de 224).
- King, R. (2010). A geografia, as ilhas e as migrações numa era de mobilidade global. Fonseca, Maria L. (Org), *Actas da Conferência Internacional – Aproximando o Mundos, Emigração e Imigração em espaços insulares*. Lisboa: FLAD. pp. 27-62.
- Martinez González, J. (2012). *Inmigración y desarrollo turístico. El caso de las islas Canarias*. Noveno Congreso Internacional sobre Migraciones, Causas y Consecuencias, Málaga. [https://www.researchgate.net/publication/275042997\\_Inmigracion\\_y\\_desarrollo\\_turistico\\_El\\_caso\\_de\\_las\\_Islas\\_Canarias#fullTextFileContent](https://www.researchgate.net/publication/275042997_Inmigracion_y_desarrollo_turistico_El_caso_de_las_Islas_Canarias#fullTextFileContent)
- McElroy, J. (2006). Small island tourist economies across the life cycle. *Asia-Pacific Viewpoint*, 47 (1), pp. 61-77, disponível em <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8373.2006.00303.x> (consultado 30 de setembro de 2024).
- Oliveira, I. (1997). Emigração nas ilhas portuguesas. *Emigração Legal, Clandestina, Retorno e Re-emigração. População e Sociedade*, 3, pp. 215-226, disponível em <http://hdl.handle.net/10071/13870> (consultado 2 de dezembro de 2024)

- PNUD (2009). *Relatório de desenvolvimento humano de 2009*. Coimbra: Almedina.
- Rocha, G., Borralho, A. e Mendes, D. (org) (2017). *Duplas pertença: emigração e deportação nos Açores*. Famalicão: Húmus.
- Royle, S. (org) (2001). *A Geography of Islands: Small Islands Insularity*. Londres: Routledge.
- Teixeira, C. (2010). Toronto Multicultural e Little Portugal. Fonseca, Maria L. (Org), *Actas da Conferência Internacional – Aproximando o Mundos, Emigração e Imigração em espaços insulares*. Lisboa: FLAD. pp. 193-212.

## Os Movimentos (I)migratórios em Portugal – Um contributo à Luz da Econometria Espacial

António Caleiro, Universidade de Évora: Departamento de Economia, [caleiro@uevora.pt](mailto:caleiro@uevora.pt)

### Resumo

Neste trabalho considera-se uma abordagem empírica dos movimentos (i)migratórios em Portugal, i.e., dentro e para este país, para tal usando métodos de econometria espacial. Querendo, propositadamente, usar uma agregação das unidades territoriais suficientemente desagregada, consideram-se dados a nível municipal, apurados nos últimos 2 censos que tiveram lugar em Portugal. Os resultados permitem verificar como, entre os censos de 2011 e 2021, se modificaram os movimentos migratórios entre os municípios de Portugal, sendo particularmente interessante verificar que os municípios associados aos grandes centros urbanos são os que atraem mais imigrantes, mas são também aqueles em que o saldo migratório interno é mais negativo, não sendo este o caso para os municípios na sua vizinhança (espacial).

**Palavras chave:** Econometria Espacial, Migrações, Municípios, Portugal

### Abstract

This paper considers an empirical approach to (im)migratory movements in Portugal, i.e., within and to this country, using spatial econometrics methods. In order to purposefully use a sufficiently disaggregated aggregation of territorial units, data at the municipal level, collected in the last two censuses that took place in Portugal, are considered. The results allow us to verify how, between the 2011 and 2021 censuses, migratory movements between the municipalities of Portugal changed. It is particularly interesting to note that the municipalities associated with large urban centers are those that attract the most immigrants, but they are also those in which the internal migration balance is more negative, which is not the case for the municipalities in their (spatial) neighborhood.

**Keywords:** Migrations, Municipalities, Portugal, Spatial Econometrics

### Introdução

Os movimentos migratórios são um facto de óbvia importância, a qual se pode aferir pela análise teórica e/ou empírica das suas causas e/ou dos seus efeitos. Em termos das possíveis explicações de natureza teórica para as suas causas, considera-se como particularmente interessante a hipótese da chamada ‘votação com os pés’, a qual entende a migração para uma região, no mesmo país ou num país estrangeiro, como a deslocação das populações em direção a uma região (potencialmente) mais favorável, do ponto de vista das condições de vida, que a região de origem.<sup>11</sup>

A saída de população de regiões de origem que apresentam, desde logo, problemas de sustentabilidade demográfica contribui, obviamente, para o agravamento deste problema, conduzindo, em muitos casos – que as políticas públicas de coesão territorial deverão evitar –

---

<sup>11</sup> Sobre a possibilidade da ‘votação com os pés’ ter caracterizado o caso português, pode consultar-se Caleiro (2005).

à desertificação (humana) destas regiões.<sup>12</sup> Neste caso, por uma lógica de ‘círculo vicioso’, estas regiões de origem – que assim sendo, já são menos atrativas que as regiões de destino – tornam-se, ainda menos atrativas, em resultado dos movimentos migratórios.<sup>13</sup>

Os problemas de coesão (territorial) que, dali, podem resultar, poderão agravar-se (ainda mais), quando a ‘votação com os pés’ se associa a migrações internas (de eleitorado). Este agravamento poderá verificar-se, na medida em que as migrações internas tornam mais (resp. menos) atrativas, para o poder político, do ponto de vista eleitoral, as regiões de destino (resp. origem).<sup>14</sup> Se este nível de atração eleitoral das diversas regiões perverter, ou ‘contaminar’ os objetivos das políticas de coesão territorial, estas poderão, com alguma facilidade, não contribuir para a redução das desigualdades (territoriais).<sup>15</sup>

É, naquele contexto, que se considera, neste trabalho, uma abordagem empírica dos movimentos migratórios internos em Portugal, mas também da imigração para este país. Para tal, usam-se métodos de econometria espacial, aplicados aos dados a nível municipal, apurados nos últimos 2 censos que tiveram lugar em Portugal.

Depois desta breve introdução, seguir-se-á uma, também breve, revisão da literatura, propositadamente centrada na clivagem entre os meios urbano e rural. A terceira seção será ocupada com a aplicação da metodologia e a apresentação dos resultados. A última seção conterà as principais conclusões, bem como as limitações deste trabalho, as quais, se espera, que possam dar azo a trabalhos futuros (de quem quer que seja).

## **1. Alguma literatura**

Tiebout (1956) associa-se à, chamada, hipótese da ‘votação com os pés’. Embora dizendo respeito, em termos específicos, à área da economia pública urbana, a modelização pode ser estendida ao estudo das migrações, entendidas como movimentos, quase literalmente, com os pés, por parte das populações (humanas), em direção a regiões (dentro ou fora do próprio país) que, supostamente, serão mais atrativas (que as regiões de origem).<sup>16</sup> Tullock (1971), embora não fazendo referência explícita ao trabalho de Tiebout (1956), complementou esta abordagem,

---

<sup>12</sup> Como é sabido, quando um território deixa de estar habitado por um número suficiente de pessoas – sobretudo se tal se associar a fenómenos de envelhecimento populacional, o que é, muito habitualmente, o caso – geram-se problemas de ordenamento territorial, os quais potenciam, por exemplo, a ocorrência de fogos.

<sup>13</sup> Sobre quais as regiões de Portugal que eram mais – e, por ‘diferença’, as menos – favorecidas, em termos económicos e demográficos, pode consultar-se Caleiro (2007).

<sup>14</sup> Para uma abordagem simples da interação entre os processos dinâmicos de ‘empobrecimento’, ou ‘enriquecimento’, em termos de recursos físicos e humanos, das diversas regiões, pode consultar-se Caleiro (2009).

<sup>15</sup> Para uma proposta de solução ‘arrojada’ para este problema, pode consultar-se Caleiro (2023).

<sup>16</sup> Para clarificar, reproduza-se a assunção 1 do modelo de Tiebout (1956): “Consumer-voters are fully mobile and will move to that community where their preference patterns, which are set, are best satisfied.”

tornando-a apropriada na modelização das migrações (Cebula, 2002; Cebula, 2009). Mais recentemente, Somin (2008) alargou a modelização de Tiebout ao caso das migrações internacionais. Veja-se, também, Dowding et al. (1994) para uma revisão da literatura de natureza empírica sobre a abordagem de Tiebout.

Em certo sentido, a migração das populações em direção a áreas/zonas geográficas mais privilegiadas, do ponto de vista do acesso a recursos, contribui para a explicação do processo de urbanização, em geral, e da criação das (grandes) áreas metropolitanas, em particular. A (eventual) congestão urbana faz, no entanto, com que, atingindo um determinado ponto de saturação, se verifique um fenómeno contrário, em que os grandes centros urbanos (nucleares) se tornam menos atrativos do que, por exemplo, as áreas suburbanas. Significa isto também que existirá uma densidade populacional dos (grandes) centros urbanos, a qual cresce com a migração para essa zona, mas que poderá inverter essa tendência, depois de ultrapassado um valor que se torne demasiado elevado. Sobre a densidade populacional vejam-se Clark (1951), Guest (1973) e McDonald & Bowman (1976).<sup>17</sup>

Porque, do ponto de vista deste trabalho, se revela importante clarificar o argumento anterior, formalizemos a questão. Para começar, considere-se a, bem conhecida, equação da demografia:

$$P_{t+1} = P_t + SN_t + SM_t, \quad (1)$$

em que  $P_{t+1}$  representa o nível de população (residente num local), *no início* do momento  $t + 1$ , o qual resulta do nível de população (residente nesse local), *no início* do momento  $t$ , do saldo natural (i.e. da diferença entre os nascimentos e os óbitos),  $SN_t$ , que se verificou *durante* o momento  $t$ , e do saldo migratório (i.e. da diferença entre o número de ‘imigrantes’ e de ‘emigrantes’)<sup>18</sup>,  $SM_t$ , que se verificou *durante* o momento  $t$ .

Suponha-se que existe uma densidade populacional ideal, associada a um nível populacional,  $\tilde{P}$ , tal que, se no momento anterior, o nível de população for inferior a esse nível, i.e., se  $P_{t-1} < \tilde{P}$ , o saldo migratório para essa região é positivo, i.e.  $SM_t > 0$ . Neste caso, registrar-se-ia uma ‘votação com os pés’, em direção a essa região (atrativa). De acordo com aquela hipótese, acaso o nível de população seja considerado excessivo, do ponto de vista da densidade populacional,<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> Aliás, o próprio Tiebout reconhece que o processo não é, digamos, linear. Conforme se afirma em Tiebout (1956, p. 419): “The assumption that some factor is fixed explains why it is not possible for the community in question to double its size by growth.”

<sup>18</sup> Obviamente, os termos ‘imigrantes’ e ‘emigrantes’ devem ser entendidos em sentido lato, i.e., dizendo respeito, não só às migrações internacionais, como às migrações nacionais (quando o local é, por exemplo, uma região de um determinado país).

<sup>19</sup> Note-se que não se trata, meramente, de existirem mais pessoas por, digamos, metro ou quilómetro quadrado, mas, também, as consequências desse facto, por exemplo, sobre o custo da habitação, muito provavelmente acrescido, em virtude de uma elevada procura, associada a esse número elevado de residentes.

i.e., se  $P_{t-1} > \tilde{P}$ , o saldo migratório para essa região é negativo, i.e.  $SM_t < 0$ . Neste caso, registrar-se-ia uma ‘votação com os pés’, em direção a outras regiões (mais atrativas que aquela). Finalmente, acaso  $P_{t-1} = \tilde{P}$ , verificar-se-ia  $SM_t = 0$ .

Aquelas 3 situações estão contempladas na expressão seguinte:

$$SM_t = a - bP_{t-1}, \quad (2)$$

em que os parâmetros daquela relação, i.e.,  $a$  e  $b$ , são tais que  $\frac{a}{b} = \tilde{P}$ . A Figura 1 ilustra a expressão (2).

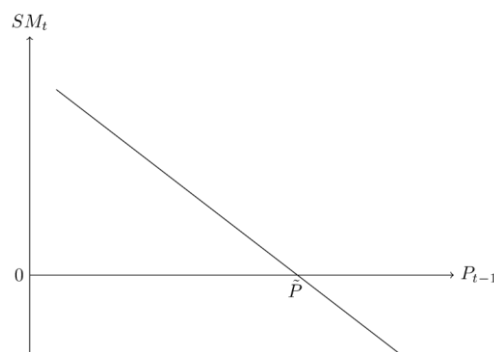


Figura 1 – A modelização do saldo migratório

Admitindo, para simplificar, que o saldo natural é nulo, a conjugação das expressões (1) e (2) dá origem a

$$P_{t+1} = P_t + a - bP_{t-1}. \quad (3)$$

A Figura 2 ilustra uma simulação típica da expressão (3).

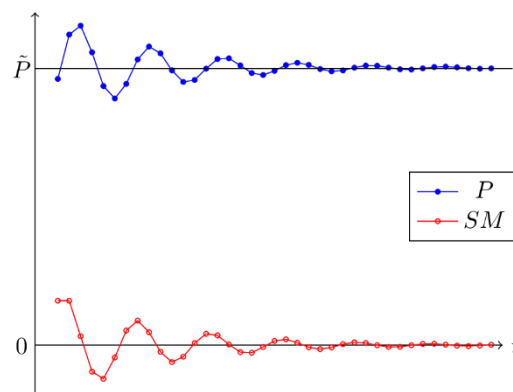


Figura 2 – Uma simulação da evolução do nível populacional

Em termos simples, aquele facto, facilmente verificável do ponto de vista empírico, está na base do modelo de ciclo urbano-espacial *a la* Klaassen ; veja-se Klaassen & Paelinck (1979) e/ou Klaassen et al. (1981). De acordo com esta modelização, as (grandes) áreas metropolitanas, constituídas por um (grande) núcleo urbano e subúrbios, ou periferias, apresentariam um ciclo espacial composto por 4 fases: Urbanização, Suburbanização, Desurbanização e

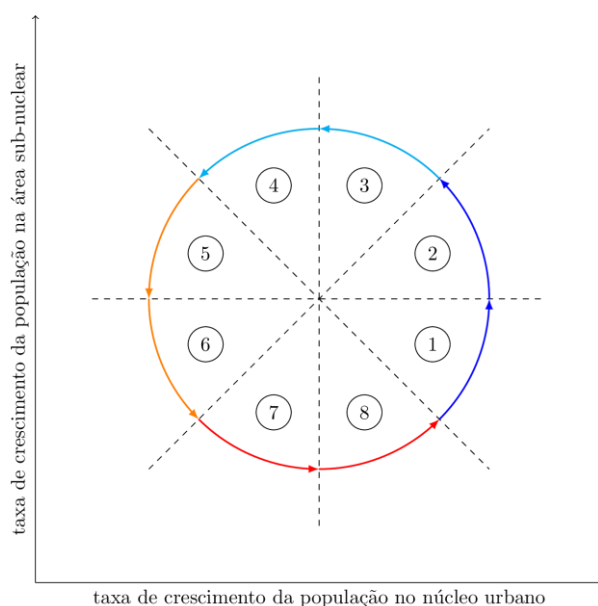
Reurbanização. Considerando a versão original, i.e. a que se baseia nas variações no nível de população residente, nas fases de urbanização e suburbanização, verificar-se-iam aumentos na população residente na área metropolitana, seguindo-se diminuições, nas fases da desurbanização e reurbanização; veja-se a Tabela 1.

**Tabela 1 – O ciclo urbano-espacial a la Klaassen**

Fase	Sub-fase	Variações no Nível Absoluto da População		
		Núcleo	Subúrbios	Área Metropolitana
Urbanização	Primeira	+	–	+
	Segunda	++	+	+
Suburbanização	Primeira	+	++	+
	Segunda	–	+	+
Desurbanização	Primeira	–	+	–
	Segunda	--	–	–
Reurbanização	Primeira	–	--	–
	Segunda	+	–	–

Fonte: Adaptação de Hiraoka (1995, p. 204).

A transformação da abordagem em nível para uma outra, em termos de taxas de variação, resulta na Figura 3, em que as fases de urbanização, suburbanização, desurbanização e reurbanização, se associam, respetivamente, a ① e ②, ③ e ④, ⑤ e ⑥, ⑦ e ⑧.



**Figura 3 – O ciclo urbano-espacial a la Klassen**

De uma forma interessante, Hiraoka (1995) estuda a evolução das regiões urbanas funcionais no Japão, do ponto de vista da metodologia do, chamado, índice de ROXY, o qual, pela sua natureza, se associa, precisamente, ao ciclo urbano-espacial a la Klaassen.

O modelo de ciclo urbano-espacial atrás referido implica que, ao longo do tempo, os (grandes) centros urbanos e suas periferias apresentem variações na sua população residente, as quais se

explicam, parcialmente, por processos migratórios de atração, em determinados momentos, e de expulsão, noutros. Assim, resulta ser interessante recordar a, chamada «Lei de Zipf» aplicada ao tamanho (populacional) das cidades; Rosen & Resnick (1980); Gabaix (1999a,b); Ioannides & Overman (2003); Soo (2005); Giesen & Südekum (2011); Jiang & Jia (2011); Jiang et al. (2015); Cottineau (2017).

Na verdade, esta «lei» deve-se aos estudos de Zipf, na área da linguística, mas foi usada, por alguns autores, para estudar, precisamente, o tamanho das cidades, o que, curiosamente, se relaciona com a observação de um autor, Auerbach, que, em 1913, terá observado uma proporcionalidade inversa entre o efetivo populacional das cidades e a sua ordenação (por aquele efetivo), por ordem decrescente. Em termos formais, a expressão correspondente a esta «lei» é, na tradição de Pareto,  $\log(\text{Ordenação}) = a - b \log(\text{Tamanho})$ , ou, na tradição de Lotka,  $\log(\text{Tamanho}) = a - b \log(\text{Ordenação})$ , em que  $b$  deverá ser (aproximadamente) 1. Sendo  $b = 1$ , as duas expressões são igualmente válidas, embora o valor de  $a$  seja diferente.

## 2. Aplicação da metodologia e apresentação dos resultados

As Figuras 4 e 5 mostram os valores dos saldos migratórios internos, por municípios, que se apuraram nos censos de 2011 e 2021.<sup>20</sup>

Através da sua inspeção visual é perceptível que, em relação aos censos de 2011, terá havido um maior número de municípios a ‘atrair’ mais população (de outros municípios) do que as que ‘expulsaram’ (para outros municípios) do que aqueles em que se registou um fenómeno inverso.<sup>21</sup> De facto, em 2011, 132 dos 308 municípios apresentaram saldos migratórios internos negativos, enquanto 171 apresentaram saldos migratórios positivos.

Aquela diferença entre o número de municípios com saldo migratório positivo e aqueles com saldo migratório negativo acentou-se nos censos de 2021. Em 2021, somente 60 dos 308 municípios apresentaram saldo migratório negativo, e os restantes 248 apresentaram saldo migratório positivo.

---

<sup>20</sup> De acordo com a metodologia utilizada nos Censos, o saldo migratório interno corresponde à diferença entre a população que há um ano residia noutro município e passou a residir no município (em causa) e a população que há um ano residia no município (em causa) e passou a residir noutro.

<sup>21</sup> Note-se, no entanto, um ‘outlier’, muito significativo, do ponto de vista quantitativo, correspondente ao município de Lisboa.

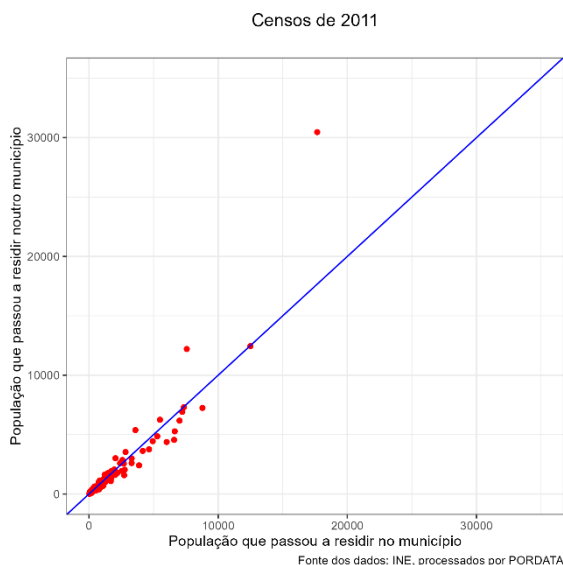


Figura 4. Os saldos migratórios internos, em 2011

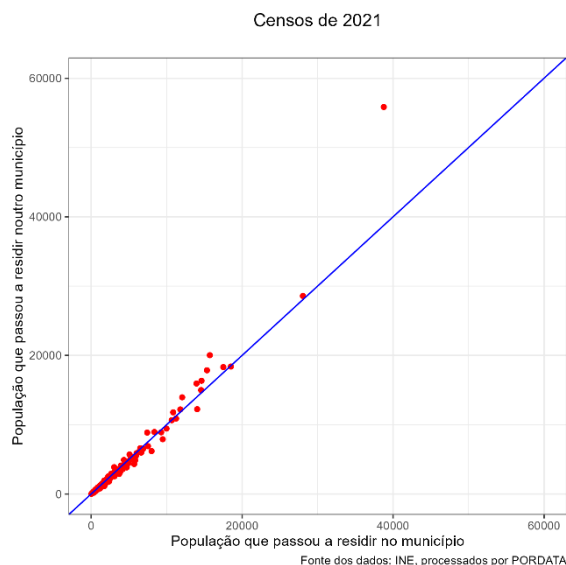


Figura 5. Os saldos migratórios internos, em 2021

Note-se ainda, como particularmente interessante, que a bem conhecida atração do litoral do território continental se acentuou, no período dos últimos censos. Mas notem-se também as exceções dos centros urbanos do Porto e, sobretudo, de Lisboa. Sob a forma de mapas coropléticos, as Figuras 6 e 7, permitem confirmar estes factos.

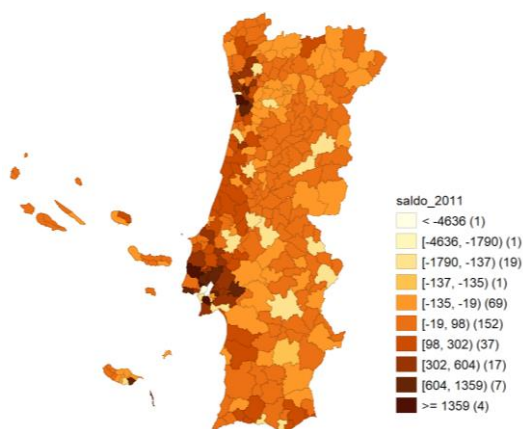


Figura 6. Os saldos migratórios internos, em 2011

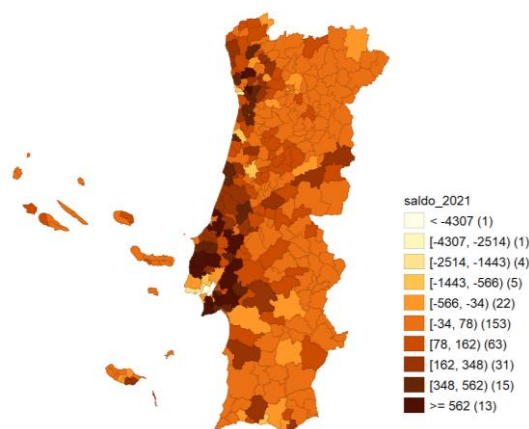


Figura 7. Os saldos migratórios internos, em 2021

O que acabámos de referir acerca da maior atração do litoral do território continental parece ser válido, também, para a população imigrante, deixando, neste caso, de serem exceções – antes pelo contrário – os centros urbanos do Porto e, sobretudo, de Lisboa.

Sob a forma de mapas coropléticos, as Figuras 7 e 8, mostram o número de imigrantes, por municípios, em 2011 e 2021.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> De acordo com a metodologia dos Censos, considera-se imigrante quem, à data dos Censos, residia nesse município, tendo residência, um ano antes, no estrangeiro.

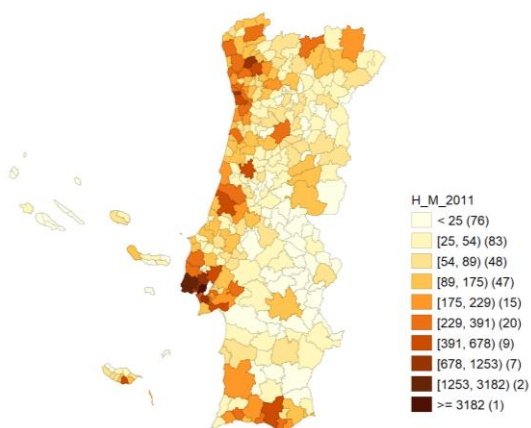


Figura 8. O número de imigrantes, em 2011

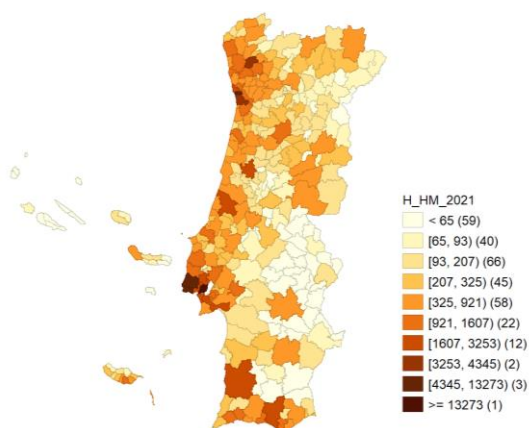


Figura 9. O número de imigrantes, em 2021

Assim, torna-se pertinente a questão: são os municípios mais/menos atrativos, quer para as migrações internas, quer para a imigração? A Figura 10 mostra que, em 2011, o concelho que atraiu mais imigrantes foi também aquele em que o saldo migratório interno foi o mais negativo, mas que, em termos gerais, não parece haver uma resposta perentória àquela questão. Conforme a Figura 11 mostra, o mesmo já não se pode afirmar, em relação aos censos de 2021, em que os municípios com maiores números de imigrantes se associam a mais municípios (que em 2011) com saldos migratórios negativos.

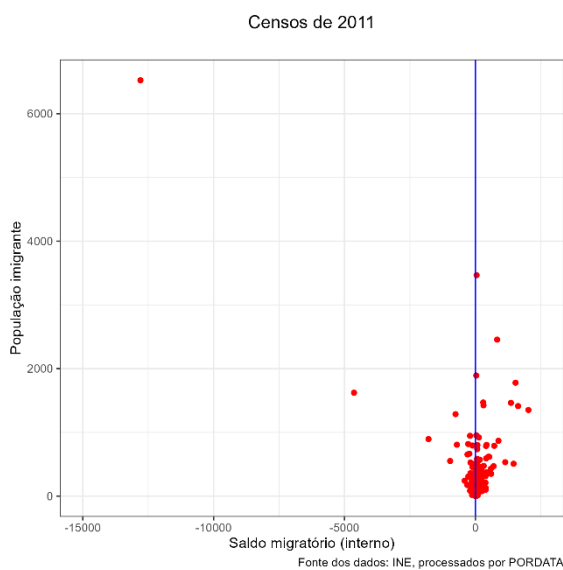


Figura 10. Os saldos migratórios vs a população imigrante, em 2011

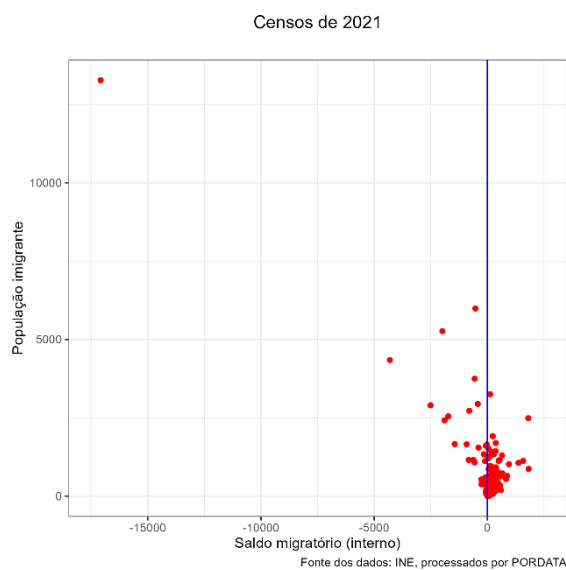


Figura 11 Os saldos migratórios vs os a população imigrante, em 2021

Pelo que atrás foi dito, e, em particular, pelos mapas coropléticos atrás apresentados, parece ser justificável que, para melhor compreender os movimentos (i)migratórios que se verificaram em Portugal, se utilizem técnicas de econometria espacial. Esta justificação torna-se mais indisputável se, por exemplo, os dados apresentarem níveis significativos de autocorrelação espacial.

No que diz respeito à autocorrelação espacial, um dos indicadores mais utilizados é o, chamado, I de Moran. Na sua versão, dita, global, o I de Moran é uma medida do agrupamento [por tradução de ‘clustering’] que, em termos globais, os dados espaciais apresentam.<sup>23</sup> Em termos algébricos, este é calculado de acordo com a expressão (4):

$$I = \frac{N}{\sum_{i=1}^N \sum_{j=1}^N w_{ij}} \frac{\sum_{i=1}^N \sum_{j=1}^N w_{ij} (x_i - \bar{x})(x_j - \bar{x})}{\sum_{i=1}^N (x_i - \bar{x})^2}, \quad (4)$$

em que  $N$  representa o número de unidades espaciais, indexadas por localizações  $i$  e  $j$ , e  $w_{ij}$  representam os ‘pesos’ espaciais, traduzindo as relações de vizinhança entre as unidades espaciais.<sup>24</sup>

As Figuras 12 e 13 apresentam os valores do I de Moran, e os gráficos a eles associados, para a população (interna) que migrou, de outros municípios, para o município em causa.<sup>25</sup> As mesmas mostram um nível apreciável de autocorrelação espacial positiva, no que diz respeito ao grau da capacidade dos diversos municípios atrair população de outros municípios.

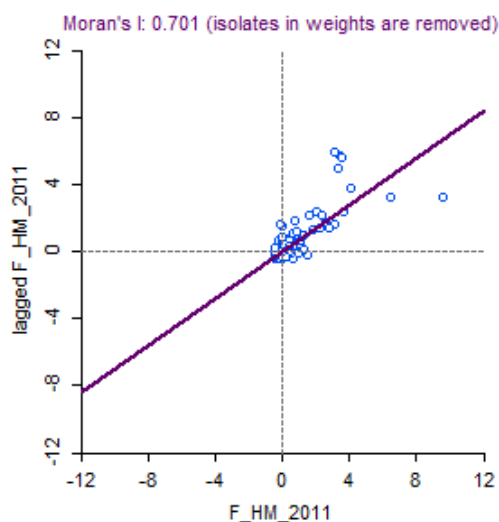


Figura 12. O I de Moran (‘imigrantes’ internos, 2011)

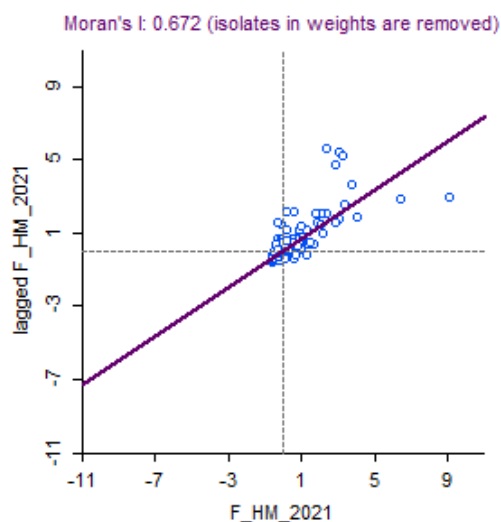


Figura 13. O I de Moran (‘imigrantes’ internos, 2021)

Por sua vez, as Figuras 14 e 15 apresentam os valores do I de Moran, e os gráficos a eles associados, para a população (interna) que migrou, do município em causa, para outros

<sup>23</sup> Assim, é também possível calcular uma versão, dita, local deste indicador, para cada das unidades espaciais em análise. Este procedimento pode, assim, conduzir à deteção de autocorrelação espacial, em determinadas localizações, a qual pode não ser detetada quando se utiliza a versão global do I de Moran.

<sup>24</sup> Em relação à matriz de vizinhanças, contendo estes ‘pesos’, é relevante reconhecer que muito se poderia acrescentar, no que diz respeito à sua importância e possibilidades de definição. Aqui, limitar-nos-emos a afirmar que se procedeu a uma escolha muito usual em econometria espacial, que é a de assumir que uma unidade espacial é vizinha de uma outra se existir, pelo menos, um ponto comum na ‘fronteira’ que as delimita. Esta é a, chamada, vizinhança «à rainha».

<sup>25</sup> As Figuras 12 a 23 foram obtidas através do recurso ao ‘software’ de econometria espacial, GeoDa, o qual se encontra (livremente) disponível em <https://geodacenter.github.io/> (acedido em 01 Novembro 2024).

municípios. Verifica-se, também, a existência de autocorrelação espacial positiva, no que diz respeito à ‘expulsão’ de população dos diversos municípios para outros municípios, embora esta não seja tão evidente quanto ao fenómeno da ‘atração’ de população.

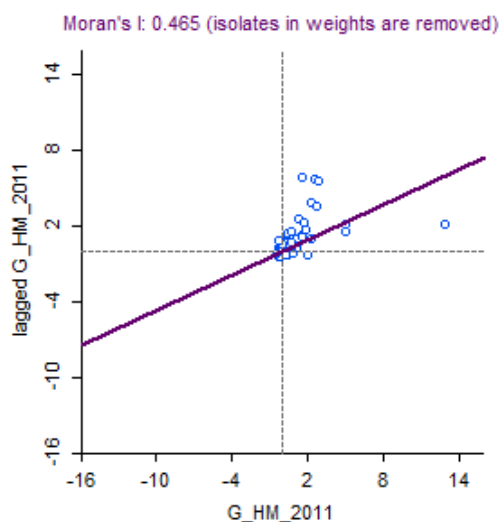


Figura 14. O I de Moran (‘emigrantes’ internos, 2011)

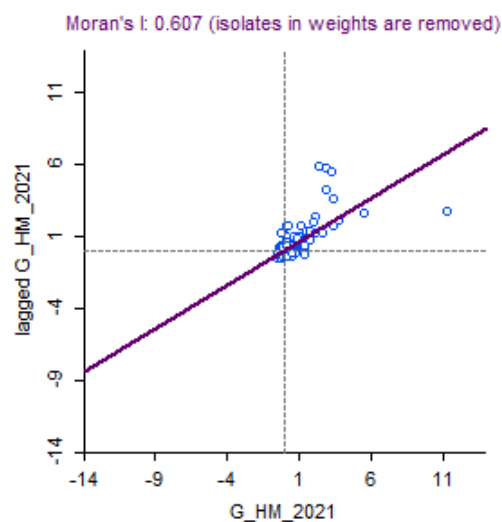


Figura 15. O I de Moran (‘emigrantes’ internos, 2021)

As Figuras 16 e 17, por sua vez, apresentam os valores do I de Moran, e os gráficos a eles associados, para a população (externa) que migrou, do estrangeiro, para outro município em causa. Estas revelam também que existirão municípios geograficamente próximos que atraem muitos emigrantes, mas também outros que atraem poucos emigrantes.

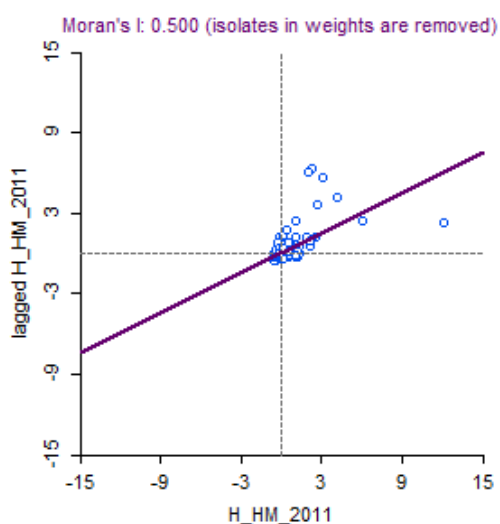


Figura 16. O I de Moran (emigrantes, 2011)

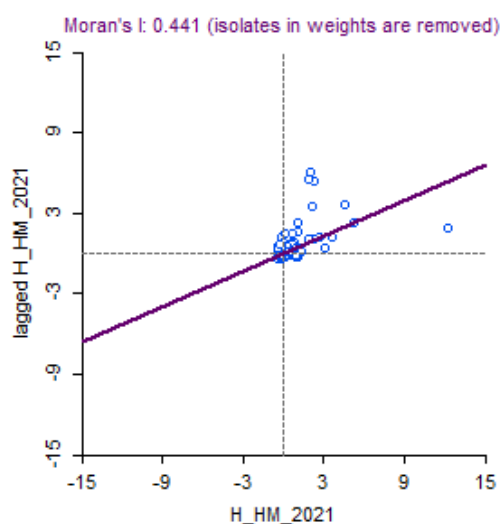


Figura 17. O I de Moran (emigrantes, 2021)

Os resultados até aqui apresentados indicam que, no que diz respeito às migrações internas, a generalidade dos casos se enquadra num efeito de atração maior (resp. menor) que um efeito de expulsão, por parte dos municípios com maiores (resp. menores) níveis populacionais, à

exceção dos grandes centros metropolitanos, particularmente as áreas metropolitanas do Porto e, sobretudo de Lisboa. Nestes casos, no município nuclear, verifica-se um saldo migratório (interno) expressivamente negativo, sendo este (mais que) compensado pelo número de imigrantes que fixaram residência nesses núcleos.

O imediatamente atrás referido coloca a possibilidade da existência, naquelas áreas metropolitanas, de um ciclo urbano-espacial *a la* Klaassen, a qual pode ser aferida através de um (outro) indicador da econometria espacial, neste caso a versão, dita local, do C de Geary, a qual permite detetar a existência de pontos, ditos, interessantes. Este indicador é calculado de acordo com a expressão (5):

$$C_i = (N - 1) \frac{\sum_{j=1}^N w_{ij}(x_i - x_j)^2}{\sum_{i=1}^N (x_i - \bar{x})^2}, \quad (5)$$

em que  $N$  representa o número de unidades espaciais, indexadas por localizações  $i$  e  $j$ , e  $w_{ij}$  representam os ‘pesos’ espaciais, traduzindo as relações de vizinhança entre as unidades espaciais.

Através do C de Geary local, as Figuras 18 e 19 mostram, considerando os valores da população (interna) que migrou, de outros municípios, para o município em causa, quais os municípios em que a autocorrelação espacial foi, significativamente (ou não), positiva (valores elevados rodeados de valores elevados; ou baixos, rodeados de valores baixos) ou negativa.

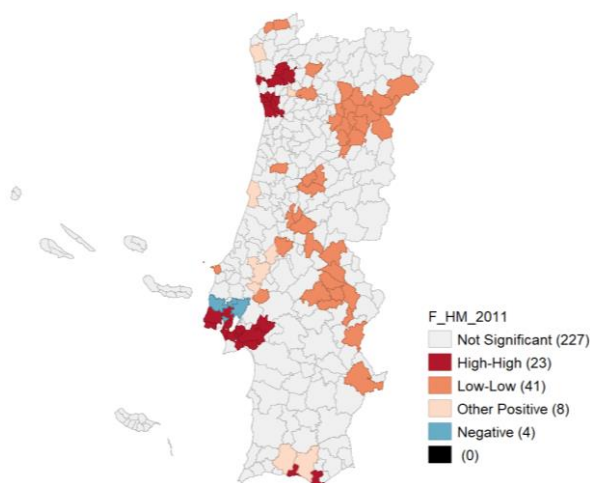


Figura 18. O C de Geary (‘imigrantes’ internos, 2011)

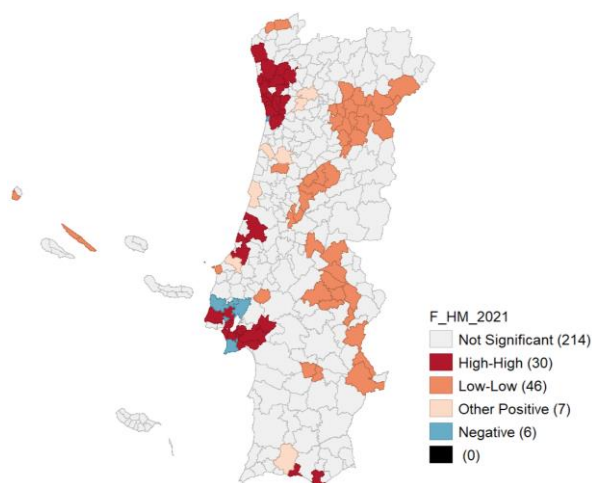


Figura 19. O C de Geary (‘imigrantes’ internos, 2021)

Por sua vez, as Figuras 20 e 21 mostram, considerando os valores da população (interna) que migrou, do município em causa, para outros municípios, para o município em causa, quais os municípios em que a autocorrelação espacial foi, significativamente (ou não), positiva (valores elevados rodeados de valores elevados ; ou baixos, rodeados de valores baixos) ou negativa.

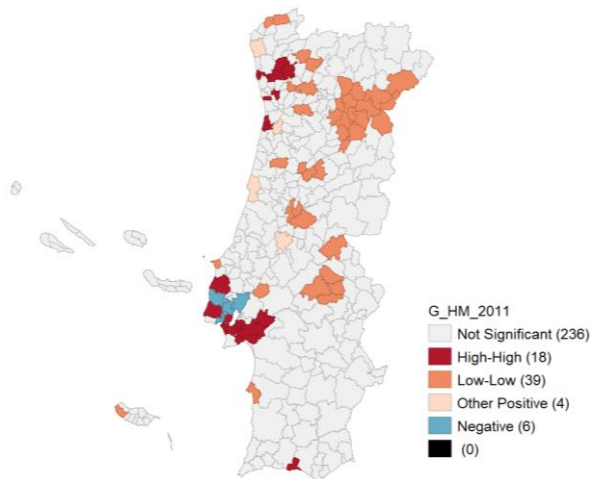


Figura 20. O C de Geary (‘emigrantes’ internos, 2011)

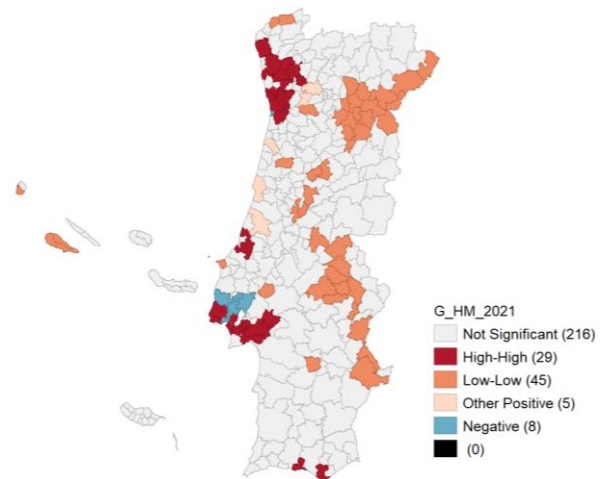


Figura 21. O C de Geary (‘emigrantes’ internos, 2021)

Finalmente, as Figuras 22 e 23, mostram, considerando os valores da população (externa) que migrou para o município em causa, quais os municípios em que a autocorrelação espacial foi, significativamente (ou não), positiva (valores elevados rodeados de valores elevados; ou baixos, rodeados de valores baixos) ou negativa.

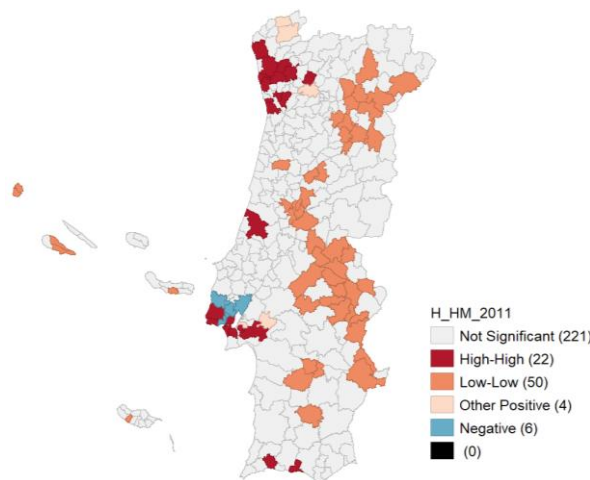


Figura 22. O C de Geary (emigrantes, 2011)

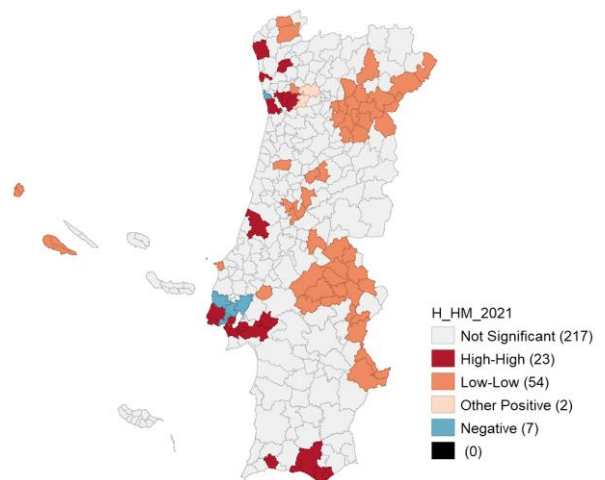


Figura 23. O C de Geary (emigrantes, 2021)

Em termos gerais, os mapas atrás apresentados, ao evidenciarem zonas de autocorrelação espacial positiva, vizinha da autocorrelação espacial negativa, em torno, sobretudo, da área metropolitana de Lisboa, não permitem rejeitar a hipótese de existência de um fenómeno associado a um ciclo-urbano espacial, resultante das diversas proveniências da população residente. Sobre o caso particular da área metropolitana de Lisboa, veja-se Ferreira (1999) e/ou Silva (2018).

## Conclusão

Através deste trabalho, pôde verificar-se que :

- Em termos de fluxos migratórios internos, as suas características essenciais não se alteraram significativamente entre os censos de 2011 e 2021. De facto, embora tenha existido uma alteração apreciável no número de municípios com saldos migratórios internos positivos e negativos, entre os dois censos, continuou a verificar-se uma maior atração (líquida) de migrantes internos, por parte do litoral do território continental, e uma maior repulsão (líquida) de migrantes internos, por parte do interior, sobretudo a norte, do território continental.
- Como notáveis exceções àquele facto, apresentam-se os maiores centros urbanos do país, em particular os municípios do Porto, o qual, entre os dois censos, manteve, sensivelmente, um saldo migratório interno negativo significativo, e, ainda mais, o de Lisboa, o qual agravou o seu saldo migratório interno negativo, por si só, o mais negativo de todo o país.
- Em termos de fluxos migratórios externos (para Portugal), verifica-se uma maior atração por parte do litoral do território continental – sendo de referir, alguns municípios da Região Autónoma da Madeira – e, em particular, os municípios do Porto e, sobretudo, o de Lisboa, e grande parte dos seus concelhos limítrofes.

Como limitações deste trabalho, assumidamente de natureza descritiva, salientamos a ausência do estudo das causas e das consequências dos factos atrás apresentados. Quanto às causas dos movimentos migratórios, estas têm sido mais estudadas pela literatura. Quanto às consequências, estas têm, de um modo geral, sido menos estudadas pela literatura. Em qualquer um dos casos, apresentam-se como possibilidades para futuros trabalhos (por parte de quem quer que seja).

## Referências bibliográficas

- Caleiro, António (2005). Estarão os Portugueses a ‘Votar com os Pés’? Uma apreciação sobre a questão. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 9 (2), pp. 79-89.
- Caleiro, António (2007). Sobre as Relações entre Aspectos Demográficos e Económicos em Portugal: Quais as regiões mais favorecidas?. *Actas do XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*. Coimbra: APDR.
- Caleiro, António (2009). Um estudo de simulação sobre o processo de empobrecimento/enriquecimento humano e físico das regiões. *Livro de Actas do XV Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*. Coimbra: APDR. pp. 977-994.
- Caleiro, António (2023). Regionalização em Portugal: Porque não?. Carmo, André, Rego, Conceição, Branco, Manuel Couret e Baltasar, Maria da Saudade (Coords), *(Re)visitar a Regionalização 25 anos depois*. Coimbra: Edições Almedina. pp. 107-122.
- Cebula, Richard J. (2002). Migration and the Tiebout-Tullock hypothesis revisited. *Review of Regional Studies*, 32 (1), pp. 87-96.
- Cebula, Richard J. (2009). Migration and the Tiebout-Tullock Hypothesis Revisited. *American Journal of Economics and Sociology*, 68 (2), pp. 541-551.
- Clark, Colin (1951). Urban Population Densities. *Journal of the Royal Statistical Society. Series A (General)*, 114 (4), pp. 490-496.

- Cottineau, Clémentine (2017). MetaZipf. A dynamic meta-analysis of city size distributions. *PloS one*, 12 (8), e0183919.
- Dowding, Keith, John, Peter e Biggs, Stephen (1994). Tiebout: A survey of the empirical literature. *Urban Studies*, 31 (4-5), pp. 767-797.
- Ferreira, Maria Júlia (1999). A satelização das cidades nas órbitas das metrópoles – O caso de Lisboa. *GeoINova*, 0, pp. 46-60.
- Gabaix, Xavier (1999a). Zipf’s law for cities: an explanation. *The Quarterly Journal of Economics*, 114 (3), pp. 739-767.
- Gabaix, Xavier (1999b). Zipf’s Law and the Growth of Cities. *American Economic Review*, 89 (2), pp. 129-132.
- Giesen, Kristian e Südekum, Jens (2011). Zipf’s law for cities in the regions and the country. *Journal of Economic Geography*, 11 (4), 667-686.
- Guest, Avery M. (1973). Urban Growth and Population Densities. *Demography*, 10, pp. 53-69.
- Hiraoka, Noriyuki (1995). Urban Spatial-cycle Stages of Functional Urban Regions in Japan and the Coupled Oscillation Hypothesis. *Interdisciplinary Information Sciences*, 1(2): 199-220.
- Ioannides, Yannis M. e Overman, Henry G. (2003). Zipf’s law for cities: an empirical examination. *Regional Science and Urban Economics*, 33 (2), pp. 127-137.
- Jiang, Bin e Jia, Tao (2011). Zipf’s law for all the natural cities in the United States: A geospatial perspective. *International Journal of Geographical Information Science*, 25 (8), pp. 1269-1281.
- Jiang, Bin, Yin, Junjun e Liu, Qingling (2015). Zipf’s law for all the natural cities around the world. *International Journal of Geographical Information Science*, 29 (3), pp. 498-522.
- Klaassen, Leo H. e Paelinck, Jean HP (1979). The future of large towns. *Environment and Planning A*, 11 (10), pp. 1095-1104.
- Klaassen, Leo Hendrik, Bourdrez, Jan A. e Volmuller, Jacques (1981). *Transport and Reurbanisation*. Hants, England: Gower Publishing Company.
- McDonald, John F. e Bowman, H. Woods (1976). Some Tests of Alternative Urban Population Density Functions. *Journal of Urban Economics*, 3 (3), pp. 242-252.
- Rosen, Kenneth T. e Resnick, Mitchel (1980). The size distribution of cities: An examination of the Pareto law and primacy. *Journal of Urban Economics*, 8 (2), pp. 165-186.
- Silva, Diogo Gaspar (2018). Ciclo de urbanização e as políticas de regeneração em contexto de metropolização – O caso da Área Metropolitana de Lisboa. *Livro de Atas do XVI Colóquio Ibérico de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. pp. 71-79.
- Somin, Ilya (2008). Tiebout Goes Global: International Migration as a Tool for Voting with Your Feet. *Missouri Law Review*, 73 (4), pp. 1-18.
- Soo, Kwok Tong (2005). Zipf’s Law for cities: a cross-country investigation. *Regional Science and Urban Economics*, 35 (3), pp. 239-263.
- Tiebout, Charles M. (1956). A Pure Theory of Local Expenditures. *Journal of Political Economy*, 64 (5), pp. 416-424.
- Tullock, Gordon (1971). Public Decisions as Public Goods. *Journal of Political Economy*, 79 (5), pp. 913-918.

## Impacto da Imigração na Evolução Demográfica em Portugal e Desafios Associados

*José Rebelo, ESCE IPS, [josé.rebelo@esce.ips.pt](mailto:josé.rebelo@esce.ips.pt)*

### Resumo

Portugal foi durante muito tempo um país de emigrantes que procuravam melhores condições de vida nos Estados Unidos, Canadá, França, Espanha, Alemanha, Suíça, Reino Unido e Holanda, entre outros. Portugal, enquanto país pobre do sul da Europa, foi durante muito tempo um país de emigrantes. Desde o terceiro quartel do século XX que, de modo intermitente, começou também a atrair imigrantes. Primeiro, oriundos dos países africanos de língua oficial portuguesa, depois de alguns países do leste europeu, do Brasil e mais recentemente de diversos países asiáticos, como a China, a Índia e o Nepal. Mas foi sobretudo nos últimos anos que estes movimentos ganharam maior consistência e expressão.

O objetivo geral a que nos propomos é caracterizar a imigração com destino em Portugal nos últimos anos e o seu impacto no crescimento populacional, com base em dados estatísticos de fontes secundárias (INE, AIMA e SEF).

Pretende-se ainda mostrar algumas especificidades destes imigrantes bem como as regiões que preferem, os desafios associados e os seus contributos. Entre 2011 e 2023, o número de estrangeiros com estatuto de residente passou de 436.822 para 1.044.606. Por outro lado, a população residente não estrangeira diminuiu no mesmo período sendo os estrangeiros, atualmente, quase 10% da população residente.

As maiores comunidades são provenientes do Brasil, de Angola, de Cabo-Verde, do Reino Unido e da Índia. Esta vaga de imigração tem permitido inverter o saldo natural negativo e aumentar a população residente ao mesmo tempo que contribui para diminuir o acelerar do envelhecimento.

**Palavras-chave:** Imigração, Evolução demográfica, Portugal

### Abstract

Portugal was for a long time a country of emigrants looking for better living conditions in the United States, Canada, France, Spain, Germany, Switzerland, the United Kingdom and the Netherlands, among others. Portugal, as a poor country in southern Europe, was for a long time a country of emigrants. Since the third quarter of the twentieth century, it has also begun to attract immigrants intermittently. First, from Portuguese-speaking African countries, then from some Eastern European countries, Brazil and more recently from several Asian countries such as China, India and Nepal. But it was especially in recent years that these movements gained greater consistency and expression.

The general objective we propose is to characterize immigration to Portugal in recent years and its impact on population growth based on statistical data from secondary sources (INE, AIMA and SEF).

It is also intended to show some specificities of these immigrants as well as the regions they prefer and the associated challenges and their contributions. Between 2011 and 2023, the number of foreigners with resident status increased from 436,822 to 1,044,606. On the other hand, the non-foreign resident population decreased in the same period, with foreigners now accounting for almost 10% of the resident population.

The largest communities come from Brazil, Angola, Cape Verde, the United Kingdom and India. This wave of immigration has made it possible to reverse the negative natural balance and increase the resident population at the same time that it contributes to slowing down the acceleration of aging.

**Keywords:** Immigration, Demographic change, Portugal

## **Introdução**

Portugal, enquanto país pobre do sul da Europa, foi durante muito tempo um país de emigrantes. Nos últimos anos tem-se vindo a assumir também como um país de imigrantes, com os fluxos de entrada de pessoas (imigração) a superarem largamente os de saída de pessoas (emigração).

O nosso objetivo geral é caracterizar a imigração em Portugal, nos últimos anos, e qual o seu impacto no crescimento populacional, com base em dados estatísticos de fontes secundárias, nomeadamente do Instituto Nacional de Estatística (INE), da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Como objetivos específicos, pretende-se ainda: (a) conhecer algumas das características dos imigrantes, (b) regiões que preferem para viver e (c) identificar quais os desafios associados e contributos ligados à imigração.

A nível de estrutura começamos por contextualizar globalmente e concretamente a imigração para Portugal, para de seguida analisar a evolução da população residente e do peso dos estrangeiros.

A atribuição e aquisição de nacionalidade e as suas implicações constituem um subponto seguinte. Depois identificam-se as regiões de Portugal com maior atratividade para estrangeiros e as principais nacionalidades em presença. Por fim identificam-se os principais desafios associados a esta vaga de imigração.

### **1. Imigração**

A imigração corresponde a um fluxo de entrada num dado território sendo a emigração um fluxo de saída do mesmo.

Os protagonistas dos fluxos de entrada num país são denominados imigrantes nesse país e emigrantes no país de origem. Quando os fluxos de entrada superam os de saída o saldo migratório é positivo e pode afirmar-se que se trata de um território com capacidade de atração, que pode dever-se a circunstâncias diversas, mas, em geral, está associada a questões económicas, de nível de vida, de segurança, políticas, ambientais e condições sociais, entre outras (Ravenstein, referido por Castro, 2011).

Quando os fluxos de saída são mais elevados que os de entrada o saldo migratório é negativo e, de acordo com Ravenstein (referido por Castro, 2011), pode afirmar-se que se trata de um território repulsivo, ou seja, sem capacidade de atração por questões tão variadas como a debilidade económica, baixo nível de vida, falta de segurança e baixas condições sociais, questões políticas e de natureza climática.

Nos subpontos seguintes vamos abordar a imigração internacional e de seguida a imigração em Portugal.

### **1.1. Imigração internacional**

Em primeiro lugar no âmbito das migrações internacionais, importa clarificar a que é que nos estamos a referir.

Numa perspetiva sociológica macroestrutural, os movimentos migratórios internacionais surgem por haver países com grandes reservas de mão de obra, mercado de trabalho frágil e salários baixos e, ao invés, outros países com muitas necessidades de mão de obra não satisfeitas, mercados de trabalho robustos e oferecendo salários substancialmente mais elevados (Rea, 2021).

Os fluxos migratórios têm origem nos primeiros e destino nos segundos, ou seja, de acordo com a terminologia de Ravenstein, referida por Castro (2011) têm origem em territórios repulsivos e destino em territórios atrativos.

Imigração Internacional pode, pois, definir-se como deslocamentos populacionais a partir do seu país de origem para outro país onde irão viver em permanência ou temporariamente (IOM, 2019).

Em relação ao conceito de imigrante internacional, de acordo com a ONU, é aquele que muda de residência habitual por determinado período temporal, em geral superior a um ano (Oliveira, 2022).

A definição proposta pela Organização Internacional para as Migrações (IOM) tem bastantes pontos em comum e considera o imigrante internacional como qualquer pessoa que se encontre fora de um Estado de que seja cidadão e inclui os migrantes que tencionam deslocar-se de forma permanente ou temporária, e aqueles que se deslocam de forma regular ou documentada, bem como os migrantes em situações irregulares (IOM, 2019).

Em 2020, os imigrantes internacionais eram cerca de 281 milhões, dos quais 146 milhões eram do sexo masculino e 135 milhões do sexo feminino, 28 milhões eram crianças e os imigrantes correspondiam a cerca de 3,6% da população mundial (IOM, 2024).

Dados de 2019 referiam que existiam em todo o mundo 169 milhões de trabalhadores imigrantes (IOM, 2024).

A explicação de grande parte dos fluxos migratórios é de natureza económica, estando, portanto associada a trabalho. Complementarmente verificam-se movimentos ligados à reunificação familiar, ao prosseguimento de estudos e movimentos de refugiados.

## 1.2. Imigração para Portugal

Portugal foi durante muitos anos país de emigrantes que se deslocavam em especial quer para países da Europa, quer da América, nomeadamente Brasil, Estados Unidos e Canadá.

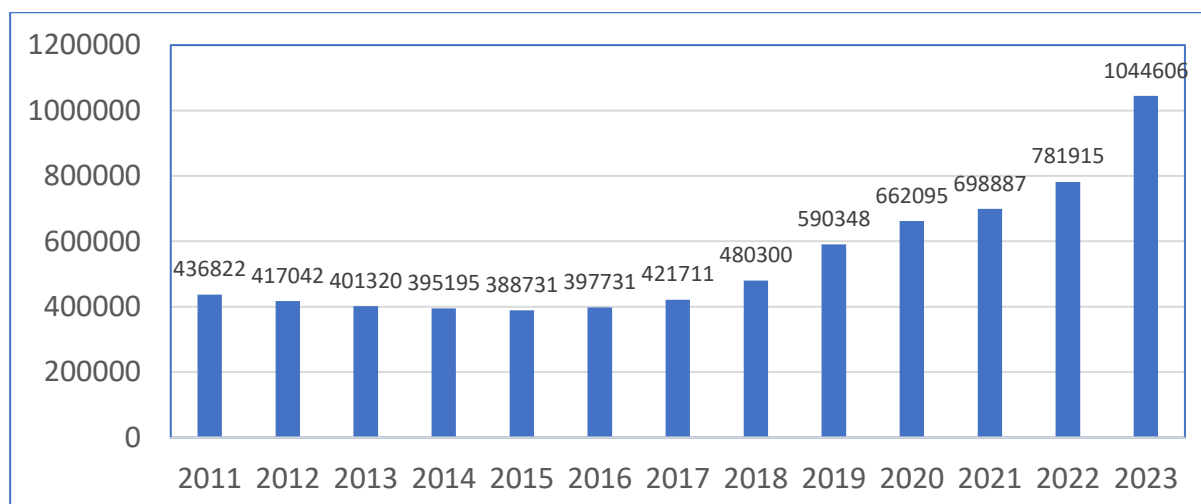
Só muito recentemente começou também a ser um país de imigrantes (com percentagens ainda muito inferiores às de alguns países europeus).

A legislação portuguesa e as políticas públicas pós 1974, mostram abertura à vinda e preocupações com o acolhimento dos imigrantes (Padilha e França, 2020), permitindo justificar, em parte, o aumento da imigração

No estudo da imigração, uma dificuldade que temos é que “em Portugal não existe informação estatística e administrativa que apure com rigor e integralmente o fenómeno da imigração e, inerentemente da integração dos imigrantes” (Oliveira, 2022, p.11).

Os dados mais recentes sobre imigração dão conta de um enorme incremento da imigração a partir de 2015 tendo os estrangeiros com estatuto legal de residentes passado de 388.731 para 1.044.606, como mostra o gráfico 1, passando a corresponder a 9,82% da população residente, estimada para Portugal e que corresponde a 10.639.726 (INE, 2024b).

Gráfico 1 - Estrangeiros com estatuto de residente em Portugal



Fonte: AIMA, 2024; SEF, 2023, 2022, 2021

Este aumento percentual tem subjacente um crescimento em termos de números absolutos dos imigrantes e, simultaneamente, uma diminuição também em termos absolutos do número de nacionais.

Este crescimento já se vinha a fazer sentir de forma muito acentuada desde o início do século, tendo, no entanto, havido um período de diminuição fruto da grave crise financeira que se viveu em 2008 com reflexos em Portugal até 2014.

Importante salientar que, só entre 2022 e 2023, o aumento do número de imigrantes foi de 33,6%. Em final de 2023, os estrangeiros com estatuto de residentes ascendem a 1.044.610 (AIMA, 2024) correspondendo a 9,82% da população residente estimada para Portugal e que corresponde a 10.639.726 (INE, 2024b).

A população total residente aumentou pelo 5º ano consecutivo e sempre devido a saldos migratórios positivos que superaram os saldos naturais negativos (INE, 2024b).

Só entre 2022 e 2023 o saldo migratório positivo foi de 155.701 compensando o saldo natural negativo de 32.596 verificado no mesmo período (INE, 2024b).

O aumento populacional dá-se a dois níveis: pela base, com algum incremento dos nascimentos (de mães estrangeiras) e através do aumento do número de imigrantes.

**Quadro 1 – Saldo Migratório**

	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Imigrantes	167098	189367
Emigrantes	30954	33666
<b>Saldo Migratório</b>	<b>136144</b>	<b>155701</b>

Fonte: INE, 2024a

Como mostra o quadro 1, o saldo migratório em 2022 e 2023 evidencia a grande disparidade entre o número de saídas (emigração) e o número de entradas (imigração), podendo, por essa razão, considerar-se Portugal um país atrativo.

Apesar do contributo das migrações para o crescimento populacional, e para alguma desaceleração do envelhecimento, este continua a agravar-se. Com efeito, não foi possível estancar o envelhecimento demográfico que continua a aumentar, cifrando-se em 188,1 idosos por cada 100 jovens até aos 14 anos, em 2023, contra 184,4, em 2022 (INE, 2024b). São valores muito preocupantes.

O aumento do número de imigrantes, no geral jovens ou em idade ativa, também não foi suficiente para travar o aumento da idade mediana. Só entre 2022 e 2023, a idade mediana da população residente em Portugal passou de 46,9 anos para 47,1 anos.

**Quadro 2 – Saldo Natural**

	<b>2022</b>	<b>2023</b>
<b>Nascimentos</b>	83671	85699
<b>Óbitos</b>	124311	118295
<b>Saldo Natural</b>	-40640	-32596

Fonte: INE, 2024a

O quadro 2 dá nota de saldos naturais negativos em 2022 e 2023, a exemplo do que tem vindo a acontecer desde 2007 (INE, 2024c). Repare-se que só em 2022 o número de óbitos diários foi de 340,6 e o de nascimentos de 229,2 o que quer dizer que morreram diariamente mais 111,3 indivíduos do que aqueles que nasceram; em 2023, embora os números não sejam tão preocupantes, os óbitos diários foram 324,1 e os nascimentos 234,8, implicando um diferencial negativo diário de 89,3.

**Quadro 3 – Proporção de estrangeiros e portugueses na população residente**

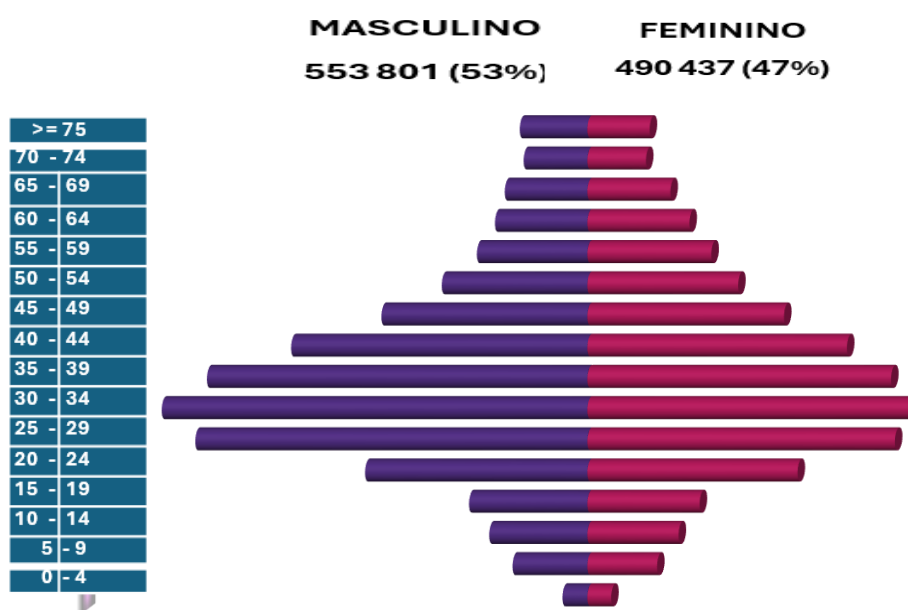
	<b>2022</b>	<b>%</b>	<b>2023</b>	<b>%</b>
<b>População residente*</b>	10516621	100	10639726	100
<b>Portugueses</b>	9734706	92,56	9595120	90,18
<b>Estrangeiros**</b>	781915	7,44	1044606	9,82

Fonte: \*INE, 2024b; \*\*AIMA, 2024

O quadro 3 ilustra a forma como a população residente está a crescer, evidenciando o contributo dos estrangeiros para esse crescimento. Efetivamente a população residente, só entre 2023 e 2024 teria diminuído em 139.586 indivíduos sem ter em conta o saldo migratório positivo.

No gráfico 2 visualiza-se a pirâmide etária da população estrangeira, por género, em Portugal, no ano de 2023, permitindo verificar que o número de estrangeiros do sexo masculino é superior ao do sexo feminino e que o número de idosos é bastante baixo.

Gráfico 2 – Pirâmide Etária da População Estrangeira residente em Portugal em 2023



Fonte: AIMA, 2024

A população potencialmente ativa, isto é, entre os 20 e os 64 anos é de 80,5% dos cidadãos estrangeiros residentes, que se traduz em 840.804 indivíduos; o grupo etário entre os 25 e os 44 anos é de 532.214 indivíduos; os jovens dos 0 aos 19 anos representam 11,6% ou seja 121.212 indivíduos; a população com mais de 65 anos é de apenas 7,9% correspondendo a 82.590 indivíduos.

A análise que foi feita é apenas de estrangeiros com estatuto de residente legal, havendo números muito elevados, difíceis de contabilizar, de imigrantes ilegais.

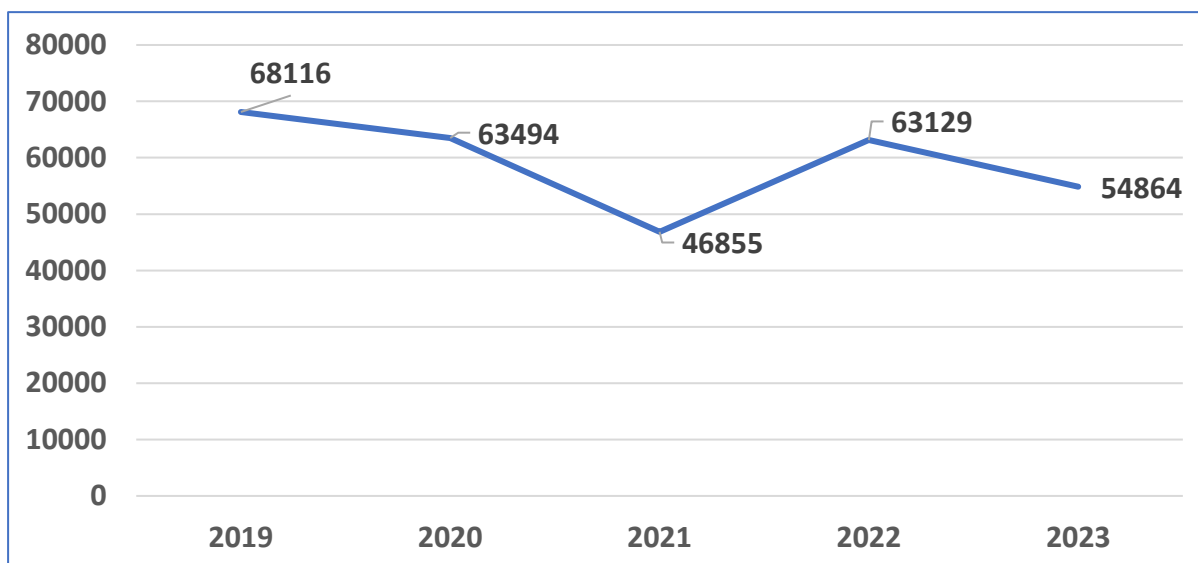
Por outro lado, todos os anos há um conjunto de estrangeiros que adquirem a nacionalidade portuguesa por atribuição ou aquisição, deixando por isso de contar nas estatísticas como estrangeiros apesar de serem naturais de outros países e dos problemas que enfrentam continuarem a existir.

### 1.2.1. Atribuição e aquisição de nacionalidade e suas implicações na análise

Só entre 2019 e 2023, obtiveram parecer positivo para atribuição ou aquisição de nacionalidade portuguesa quase 300 mil indivíduos. De qualquer modo, estes não têm necessariamente de ser todos residentes em Portugal.

Os países de origem mais representativos foram Brasil, Israel, Cabo Verde, Angola, Ucrânia e Nepal e seguramente muitos não terão fixado residência em Portugal, sobretudo nos casos de atribuição, mas muitos viviam cá e eram estrangeiros e deixaram de o ser.

**Gráfico 3 - Parecer positivo de atribuição e aquisição de nacionalidade**



Fonte: AIMA, 2024

Os números constantes no gráfico 3 e que são relativos apenas aos últimos cinco anos, são muito expressivos. Tendo em conta o que já foi referido, os dados apresentados no gráfico 3 justificam alguma reserva e cuidado na análise dos estrangeiros em Portugal.

Com efeito, acaba por se escamotear o conhecimento aprofundado dos estrangeiros residentes em Portugal e dos seus problemas. Não é a nacionalidade, por si só, que assegura mais inclusão e menos constrangimentos.

Não é de um momento para o outro que, como por magia, os estrangeiros residentes em Portugal que deixaram de ser estrangeiros (sobretudo por aquisição de nacionalidade) passam a ter uma integração plena e sem quaisquer constrangimentos.

### **1.2.2. Principais regiões de residência dos estrangeiros**

De acordo com o relatório da AIMA relativo a 2023, os estrangeiros residem maioritariamente nos distritos de Lisboa com 431.919, Faro com 125.428, Setúbal com 106.532, Porto com 97.157 e Leiria com 43.494 (AIMA, 2024). O mesmo relatório revela que, em termos de crescimento no último ano, destacam-se os distritos de Viseu (55,6%), Aveiro (48,8%) e Braga (48,6%) (AIMA, 2024). De qualquer modo, no período em análise, o crescimento foi de dois dígitos em todos os distritos do continente e nas regiões autónomas.

**Quadro 4 – Concelhos com maior número de residentes estrangeiros em 2023**

Concelho	Residentes	% da variação em relação ao ano anterior
Lisboa	162 553	37,1%
Sintra	63 220	32,8%
Cascais	42 823	17,7%
Amadora	35 858	32,9%
Porto	35 653	52,8%
Loures	32 263	34,9%
Odivelas	32 250	35,7%
Almada	25 712	33,9%
Loulé	22 725	17,4%
Seixal	21 890	45,3%

Fonte: AIMA, 2024

O quadro 4 mostra que é na área metropolitana de Lisboa que se concentram as maiores comunidades de estrangeiros residentes, evidenciando também crescimentos muito substanciais só no último ano.

### 1.2.3. Principais nacionalidades dos residentes estrangeiros em Portugal em 2023

O quadro 5 permite verificar quais eram, em 2023, as comunidades estrangeiras com maior representatividade.

**Quadro 5 – Estrangeiros residentes por nacionalidade % em 2023**

Brasil	Angola	Cabo Verde	Reino Unido	Índia	Itália	Guiné-Bissau	Nepal	China	França	S. Tomé e Príncipe
35,27	5,32	4,68	4,54	4,22	3,47	3,11	2,87	2,67	2,64	2,53

Fonte: AIMA, 2024

Como é visível, uma parte substancial dos estrangeiros residentes têm origem em países de língua oficial portuguesa (51%) com as vantagens inerentes.

Por outro lado, quase 10% vêm de países asiáticos com língua e cultura bastante diferentes.

Em relação aos europeus, a situação é bastante diferente, uma vez que as suas motivações, dum modo geral, não são a inserção no mercado de trabalho, mas sim o usufruir, em Portugal, de rendimentos provenientes das suas pensões de reforma que lhes permitem ter um bom nível de vida tendo em conta os custos comparados com os dos seus países de origem.

Nos últimos anos tem havido um crescimento muito expressivo da imigração com origem nos países asiáticos, com as inerentes implicações, quer no domínio linguístico, quer cultural, quando comparadas com as de proveniência brasileira ou de países africanos de língua portuguesa.

## **2. Desafios para Portugal**

O enorme crescimento do número de estrangeiros em Portugal tem imensos benefícios em relação ao desenvolvimento e ao crescimento económico.

Os imigrantes são absolutamente necessários para assegurar o funcionamento de muitas atividades no setor primário (agricultura, pecuária e pescas), em diversas atividades industriais, destacando-se a construção civil e no setor terciário a nível de comércio e restauração.

Qualquer um de nós pode constatar esta realidade no seu dia a dia.

Os desafios para Portugal vão no sentido do acolhimento, integração e inclusão dos imigrantes em linha com o preconizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com particular destaque para o ODS 1 – erradicar a pobreza, o ODS 2 – erradicar a fome, o ODS 3 – saúde de qualidade, o ODS 4 – educação de qualidade, o ODS 8 – trabalho digno e crescimento económico e o ODS 10 – reduzir as desigualdades e pressupõem:

- A Promoção do conhecimento e da fluência na língua portuguesa;
- O Acesso à saúde;
- O Acesso à educação;
- O Acesso a habitações condignas;
- O Trabalho digno com respeito pelas regras de higiene, segurança e saúde no trabalho com salários justos;
- Garantias de não discriminação;
- Eventos de sensibilização que promovam a multiculturalidade e, sobretudo, a interculturalidade.

## **Conclusão**

Em final de 2023, 9,82% da população residente em Portugal era estrangeira, correspondendo a mais de um milhão de indivíduos, sendo a estrutura etária substancialmente menos envelhecida que a da população portuguesa.

Os estrangeiros eram sobretudo do sexo masculino (53% contra 47% do sexo feminino), ao contrário do que acontece com a totalidade da população residente em Portugal que é maioritariamente feminina (47,78% do sexo masculino e 52,22% do sexo feminino).

Em termos de regiões de residência, os estrangeiros concentram-se sobretudo no litoral, destacando-se os distritos de Lisboa, Faro, Setúbal, Porto e Leiria.

Quanto aos países de origem dos residentes estrangeiros, 35,27% são do Brasil, seguindo-se Angola, com 5,32% e Cabo Verde com 4,68% e os de países asiáticos que ascendem a mais de cem mil.

O facto de o número de cidadãos estrangeiros residentes ter aumentado muito e, por se perspetivar que vai continuar a aumentar e a ter um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento social e económico de Portugal, exige que se criem boas condições físicas e sociais os acolher e integrar.

As questões do domínio da língua, do acesso à saúde, à educação, à habitação e a salários dignos e boas condições de trabalho são cruciais. Portugal (todos nós) tem obrigação de promover programas que assegurem todos os aspetos referidos.

Estamos todos convocados...

### **Referências Bibliográficas**

- AIMA (2024). Relatório de migrações e asilo 2023, AIMA.
- Castro, F. (2011). Imigração e territórios em mudança. Teoria e prática(s) do modelo de atração-repulsão numa região de baixas densidades, in *Cadernos de Geografia* nº 30/31 - 2011/12 Coimbra, FLUC - pp. 203-213.
- INE (2024a). Estatísticas vitais 2023 em 30 de abril de 2024.
- INE (2024b). Estimativas de população residente em Portugal 2023, 18 de junho de 2024 com retificação em 18 de julho de 2024.
- INE (2024c) Estatísticas demográficas 2023, Instituto Nacional de Estatística.
- IOM (2024). World Migration Report 2024, International Organization for Migration.
- IOM (2019). Glossary on Migration, International Organization for Migration
- Oliveira, C. (2022). Indicadores de integração de imigrantes, relatório estatístico anual 2022, Alto Comissariado para as Migrações.
- Padilla, B., & França, T. (2020). Políticas migratórias em Portugal: complexidade e hiatos entre a lei e a prática. *Sociedades em movimento: fluxos internacionais, conflitos nacionais*.
- Rea, A. (2021), *Sociologie de L'Immigration*, troisième édition, La Découverte
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2023). Relatório de Imigração, fronteiras e Asilo 2022, SEF.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2022). Relatório de Imigração, fronteiras e Asilo 2021, SEF.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2021). Relatório de Imigração, fronteiras e Asilo 2021, SEF.

## Breve Caracterização dos Imigrantes no Concelho da Moita: Desafios e Respostas

*José Rebelo, ESCE IPS, CIDEHUS, jose.rebelo@esce.ips.pt*

*Célia Quintas, ESCE IPS, celia.quintas@esce.ips.pt*

*Sandrina Moreira, ESCE IPS, BRU-IUL, Resilience, sandrina.moreira@esce.ips.pt*

*Liliana Pitacho, ESCE IPS, Resilience, CAPP, liliana.pitacho@esce.ips.pt*

*Daniela Lima, ESCE IPS, daniela.lima@esce.ips.pt*

### Resumo

A imigração é um fenómeno tão antigo quanto a história da humanidade, mas continua a ser um processo volátil, que assume novas dinâmicas e características em função dos contextos sociais. Em 1992, o sociólogo Roland Robertson referiu-se ao conceito de glocalização para descrever a relação entre o local, as identidades territoriais e o global. Nesse sentido, o conceito de glocalização oferece uma chave para entender o fenómeno da imigração, assim como as interações sociais, económicas e culturais que dele emergem.

Compreender o fenómeno da imigração é crucial, mas a sua caracterização em contextos subnacionais enfrenta dificuldades, quer pela escassez de dados, quer pela falta de acessibilidade a informações que permitam traçar um retrato dinâmico e atualizado. Este artigo propõe-se a caracterizar, estatisticamente, a população imigrante no concelho da Moita, identificando a sua distribuição, características demográficas e evolução, com recurso a dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), incluindo os Censos de 2021.

Neste contexto, analisou-se a população residente no concelho da Moita por nacionalidade, identificando a proporção de imigrantes em comparação com a população nacional e, de forma mais detalhada, os residentes estrangeiros da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira por constituírem 69,3% do total de estrangeiros do concelho. Por outro lado, destes, 63% eram originários dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), destacando-se, nesse âmbito, a Guiné-Bissau, Angola e Cabo Verde. Estes dados fornecem contributos importantes para apoiar o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a adaptação e integração dessas populações nas comunidades locais.

**Palavras-chave:** Imigração, Indicadores, Portugal

### Abstract

Immigration is a phenomenon as old as human history, but it continues to be a volatile process that takes on new dynamics and characteristics depending on social contexts. In 1992, sociologist Roland Robertson referred to the concept of glocalization to describe the relationship between the local, territorial identities and the global. In this sense, the concept of glocalization offers a key to understanding the phenomenon of immigration, as well as the social, economic and cultural interactions that emerge from it.

Understanding the phenomenon of immigration is crucial, but its characterization in sub-national contexts faces difficulties, both due to the scarcity of data and the lack of accessibility to information that would allow a dynamic and up-to-date picture to be drawn. This article sets out to statistically characterize the immigrant population in the municipality of Moita, identifying its distribution, demographic characteristics and evolution, using data from the National Statistics Institute (INE), including the 2021 Census.

In this context, the resident population in the municipality of Moita was analyzed by nationality, identifying the proportion of immigrants compared to the national population and, in more detail, the foreign residents of the Baixa da Banheira and Vale da Amoreira parish union, as they make up 69,3% of the total number of foreigners in the municipality. On the other hand, 63% of these were from Portuguese-speaking African countries (PALOP), particularly Guinea-Bissau, Angola and Cape Verde. This data provides important input to support the development of public policies that favor the adaptation and integration of these populations into local communities.

**Keywords:** Immigration, Indicators, Portugal

## **Introdução**

O fenómeno da imigração aumentou em Portugal, introduzindo novas dinâmicas sociais e territoriais, não só em termos nacionais, mas também em territórios subnacionais. Considera-se importante analisar a população imigrante como forma de desenvolver políticas públicas e contribuir para o desenvolvimento de medidas de adaptação e integração. Neste contexto, realiza-se um estudo de natureza exploratória, onde se propõe caracterizar a população residente no concelho da Moita. Pretende-se, complementarmente, compreender os principais desafios que a população imigrante enfrenta e as respostas existentes.

Para o efeito realiza-se uma análise estatística de fontes secundárias a partir dos Censos 2021, complementada com uma análise documental que acrescentou informação de natureza qualitativa permitindo traçar um retrato inicial desta população.

### **1. Contextualização teórica**

#### **1.1. Imigração internacional**

*International Organization for Migration (IOM)* define imigração internacional como um movimento de indivíduos ou grupos de pessoas que deixam o seu país de origem para residirem temporária ou permanentemente noutro país (IOM, 2021).

De Haas (2020) defende que a imigração faz parte das dinâmicas de interação humana, mas que se tem vindo a complexificar em termos da diversidade cultural e étnica que caracterizam essas interações. Contudo, é uma parte intrínseca dos processos de desenvolvimento e mudança social.

O relatório da IOM (2021) indicava, como estimativa global das Nações Unidas, a existência de cerca de 281 milhões de migrantes internacionais no mundo, correspondendo a 3,6% da população mundial, em 2020.

#### **1.2. Imigração internacional em Portugal**

Nos últimos anos, as dinâmicas migratórias globais têm conhecido profundas mudanças que afetaram Portugal, enquanto país semiperiférico no sistema migratório global, que integra os sistemas migratórios centrais (ex.: União Europeia (UE)) e os sistemas migratórios periféricos (África e América Latina). Neste sentido é um país que atua tanto como emissor como recetor de migrantes, ocupando um papel de intermediário, ou seja, possui alguma capacidade de atração de imigrantes mas não suficiente para conseguir sustentar fluxos de saída. Este papel é claramente uma característica importante da economia portuguesa e influencia os fluxos migratórios em ambos os sistemas.

A história migratória portuguesa tem, então, profundas raízes na emigração. Ao longo do século XX, a população portuguesa emigrou para países como Brasil, França e Estados Unidos, entre outros, procurando melhores oportunidades de vida (Peixoto, 2007). Com a crise económica de 2008 e, mais tarde, com as medidas de austeridade da Troika em 2011, o país conheceu uma nova onda de emigração.

Esta fase foi caracterizada pela saída de jovens e trabalhadores qualificados em direção a outros países da UE, como Alemanha, Suíça e Reino Unido, procurando melhores condições de trabalho e salários (Padilla & Ortiz, 2012). A emigração contemporânea reflete uma complexa interação de fatores económicos e estruturais, resultando numa “fuga de cérebros” que impacta o mercado de trabalho e a inovação no país.

Embora Portugal tenha sido historicamente um país de emigração, atraindo atenção pelo envio de trabalhadores para países mais desenvolvidos da Europa, o cenário começou a mudar a partir das últimas décadas. Especialmente a partir da década de 90 do século XX, particularmente devido à entrada na UE e ao crescimento económico que a adesão proporcionou, o país tornou-se atrativo e gerou um movimento crescente de imigração (Góis & Marques, 2009; Padilla & França, 2020).

Com efeito, na viragem do século, o país foi marcado pelo aumento significativo do fluxo de imigrantes, provenientes, na sua maioria, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Brasil. Segundo Góis (2022), Portugal ocupa uma posição intermediária no sistema migratório europeu, inserido no “sistema migratório lusófono”, que facilita a mobilidade entre países de língua portuguesa. Assim, apesar das oscilações entre ondas de emigração, Portugal não mais deixou de ser também um país de imigrantes, principalmente enquanto recetor de imigrantes oriundos destes países de língua portuguesa.

Portugal ocupa uma posição central no Sistema Migratório Lusófono que abrange o Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde e restantes PALOP. Este processo é marcado por intensas trocas culturais e económicas, com raízes historicamente construídas pelas dinâmicas da colonização, mas que se prolongaram até aos nossos dias e continuaram a moldar as políticas migratórias e os fluxos de pessoas entre essas nações (Baganha, 2009). Os migrantes oriundos destes países foram inicialmente vistos como “retornados” devido à sua conexão com Portugal, facilitando o reconhecimento e aceitação no território português (Padilla & França, 2020).

O sistema lusófono facilita, assim, a mobilidade, reforçada a partir da implementação de políticas e acordos bilaterais que favorecem a entrada de cidadãos dos PALOP em Portugal (Silva et al., 2018; Martin, 2009). Embora ainda se verifiquem barreiras burocráticas, Portugal

continua a ser um destino atraente para muitos cidadãos de países lusófonos, especialmente considerando as facilidades linguísticas e o apelo de uma economia relativamente estável comparada com outras economias lusófonas.

Os vários acordos estabelecidos permitem aos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) usufruírem de uma discriminação positiva em Portugal no contexto de políticas migratórias. Essa distinção positiva abrange diversas esferas: a simplificação de processos de legalização, de regularização extraordinária, o reconhecimento de qualificações profissionais, o acesso facilitado ao mercado de trabalho e um tratamento diferenciado para a obtenção de residência (Padilla & França, 2020; Góis, 2022). Além disso, a legislação portuguesa prioriza a entrada e permanência de cidadãos da CPLP, destacando o interesse estratégico e económico em mantê-los no país. Estas medidas políticas e legislativas são reforçadas pelo mercado de trabalho, que favorece a integração de cidadãos dos PALOP.

O conjunto de fatores enunciado tem um impacto significativo na integração dos cidadãos CPLP no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa, que têm maior probabilidade de ser aceites em setores de baixa qualificação, devido à carência de mão de obra local e à familiaridade cultural (Góis, 2022; Cabral & Swerts, 2021).

Deve-se ressaltar que os intercâmbios culturais entre Portugal e os países lusófonos vão além dos fluxos migratórios de pessoas e incluem também trocas económicas, culturais e educacionais (Silva et al., 2018; Martin, 2009).

Em 2019, dentro da CPLP, as trocas migratórias entre os estados-membros envolveram aproximadamente 800 mil pessoas e pode ter tendências para novo crescimento a partir de 2023, com a implementação do Acordo sobre Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP (Oltamari et al., 2023).

No que concerne ao panorama migratório contemporâneo, a migração atual está interligada com uma série de desafios, como conflitos, mudanças climáticas e desigualdades económicas. Em várias regiões de África, por exemplo, o impacto das mudanças climáticas tem forçado comunidades a migrarem em busca de condições de vida mais sustentáveis e seguras. Esses fatores, combinados com as dificuldades económicas, aumentam a pressão sobre países recetores, como Portugal, que, embora com interesse em atrair mão de obra, precisa de gerir de forma sustentável os fluxos de migrantes para manter a coesão social (Tsomb et al., 2024; Oltamari et al., 2023).

O governo português procurou desenvolver políticas que englobassem os dois fenómenos, equilibrando as necessidades internas de desenvolvimento e as pressões externas da UE por controlo de fronteiras e integração de imigrantes (Padilla & França, 2020).

Para responder a esses desafios, Portugal tem vindo a implementar uma série de regulamentações e mecanismos para integrar imigrantes no mercado de trabalho, e ao mesmo tempo, manter um controlo sobre os fluxos de entrada de forma a equilibrar a atratividade para imigrantes com as necessidades internas da população e da economia (Silva et al., 2018). A resposta de Portugal a esta realidade foi incorporada na sua Estratégia para as Migrações, abordando tanto a emigração quanto a imigração de forma integrada.

### **1.3. Imigração internacional no Município da Moita**

Malheiros et al. (2007) referem que a presença de imigrantes, especialmente de origem africana e brasileira, tem provocado um debate sobre a multiculturalidade em Portugal, um país com uma longa história de emigração e relações coloniais.

De acordo com Malheiros (2002), o aumento da imigração na Moita está ligado ao seu contexto histórico de crescimento urbano rápido, característico das zonas periféricas de grandes cidades. Este fenómeno levou à concentração de imigrantes em bairros específicos, marcando a paisagem social e urbana do município.

A segregação residencial, onde imigrantes tendem a concentrar-se em determinados bairros, contribui para a exclusão social e dificulta o acesso a serviços essenciais, como educação e saúde e muitos imigrantes inserem-se no mercado de trabalho informal ou em setores de baixa qualificação, como a construção civil e os serviços domésticos (Fonseca, 2009).

## **2. Metodologia**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, adotando um método misto, que combina abordagens quantitativas e qualitativas. A utilização do método misto permite uma análise mais robusta e holística do fenómeno em estudo, neste caso ao fenómeno de imigração no concelho da Moita, integrando os pontos fortes de ambas as abordagens. Segundo Creswell (2014), o método misto é vantajoso ao oferecer uma compreensão mais aprofundada dos fenómenos sociais, ao cruzar dados numéricos com narrativas qualitativas, complementando as limitações inerentes de cada abordagem individual. Também para Babbie (2017), a articulação entre a análise estatística e a análise documental oferecem uma abordagem abrangente e interdisciplinar para a compreensão do fenómeno da imigração. Como tal, o recurso ao método misto de investigação enriquece a análise ao permitir

a triangulação de dados, aumentando a validade dos resultados e oferecendo uma visão mais completa do fenómeno.

Esta combinação de métodos, tal como defendida por Samperi et al. (2013), é essencial para a compreensão de fenómenos sociais multifacetados, como a imigração, que envolvem interações complexas entre variáveis quantitativas e qualitativas.

A abordagem quantitativa foi conduzida a partir de dados secundários recolhidos junto de fontes oficiais, como o Instituto Nacional de Estatística (INE), sobretudo com foco nos Censos 2021. A análise destes dados permitiu traçar o perfil sociodemográfico da população imigrante no concelho da Moita, com foco na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, onde se encontra a maior concentração de imigrantes, especialmente dos PALOP.

Esta abordagem através do recurso a indicadores mensuráveis (ex. distribuição por nacionalidade e evolução demográfica) proporciona uma compreensão objetiva (Samperi et al., 2013) das características populacionais e das dinâmicas migratórias locais.

Por sua vez, a abordagem qualitativa baseou-se na análise documental, com recurso a fontes institucionais como o Diagnóstico da População Imigrante no Concelho da Moita (CMM, 2011) e o Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Moita 2018-2020 (CMM, 2018).

A análise documental permitiu reconstruir as narrativas políticas, sociais e institucionais relacionadas com a imigração, oferecendo *insights* sobre os desafios enfrentados pelos imigrantes e as respostas institucionais em termos de políticas públicas de integração. Como Bowen (2009) afirma, a análise documental é uma técnica valiosa para interpretar o contexto e os processos que moldam a experiência dos migrantes em cenários específicos.

A integração das abordagens quantitativa e qualitativa justifica-se pela complexidade do fenómeno da imigração, que envolve tanto dados mensuráveis quanto elementos subjetivos, como perceções e experiências de integração.

O método misto permite, então, capturar esta complexidade ao combinar a objetividade dos números com a profundidade das narrativas sociais. Assim, os dados quantitativos fornecem uma base sólida para a caracterização da população imigrante, enquanto a análise qualitativa permite explorar as dinâmicas sociais e políticas que influenciam a experiência migratória.

### **3. Imigração em Portugal e no concelho da Moita**

A imigração em Portugal conheceu nos últimos anos um enorme incremento com o número de imigrantes a aumentar quase 140%, como mostra a tabela seguinte. Os estrangeiros

correspondem a 9,82% da população residente (1.044.606 de 10.639.726), devido, por um lado, ao seu crescimento quer em termos relativos quer absolutos e, por outro, à diminuição do número de residentes de nacionalidade portuguesa.

**Tabela 1 – Evolução do número de estrangeiros com estatuto de residente em Portugal**

Ano	Número de estrangeiros com estatuto de residente em Portugal	Crescimento (% face ao ano anterior)
2011	436.822	
2012	417.042	-4,53
2013	401.320	-3,77
2014	395.195	-1,53
2015	388.731	-1,64
2016	397.731	2,16
2017	421.711	6,03
2018	480.300	13,89
2019	590.348	22,91
2020	662.095	12,15
2021	698.887	5,56
2022	781.915	11,88
2023	1.044.606	33,60

Fonte: AIMA (2024); SEF (2023, 2022, 2021).

Para além da população estrangeira é de salientar que um número muito considerável de cidadãos de origem estrangeira, nomeadamente africana, todos os anos adquirem nacionalidade portuguesa de acordo com os procedimentos em vigor.

A partir daí deixam de constar nas estatísticas como estrangeiros, mas uma parte dos problemas que tinham enquanto estrangeiros, a nível, por exemplo, de inclusão, integração e discriminação, não desaparecem nesse momento como por magia e persistem durante muitos anos. Só para corroborar o referido, os dados da AIMA mostram que, em 2019, os pareceres positivos de aquisição de nacionalidade ascenderam a 68.116, em 2020 a 63.494, e em 2021 a 46.855 (AIMA, 2024).

Antes de caracterizar a imigração no concelho da Moita há que caracterizar o próprio Município. Este pertence ao distrito de Setúbal e à Área Metropolitana de Lisboa (AML). Situa-se na margem esquerda do estuário do Tejo. Compõe-se de seis freguesias territorialmente estruturadas em quatro juntas de freguesia: (i) Moita; (ii) Alhos Vedros; (iii) União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira; (iv) União de Freguesias de Sarilhos Pequenos e Gaio-Rosário, apresentando uma frente ribeirinha de 20 km (CMM, 2018).

A Moita é um exemplo de um município que tem recebido fluxos migratórios, de forma consistente, particularmente a partir de 1974. O concelho da Moita tinha, em 2021, uma população residente de 66.255 indivíduos, dos quais 5.027 eram estrangeiros. A população imigrante encontrava-se muito concentrada na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, sendo a maioria proveniente dos PALOP.

### 3.1. A população

A análise dos dados estatísticos, a partir dos Censos 2021, permite constatar que o fenómeno da imigração tem vindo a aumentar em Portugal, em termos nacionais e subnacionais. No concelho da Moita os imigrantes internacionais correspondiam a 7,59% da população residente (Tabela 2). A maior parte concentrava-se na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira (3.483), sendo que 2.063 eram oriundos dos PALOP.

**Tabela 2 – População residente (N.º e %) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), por continente de origem em Portugal, na AML e na Moita por freguesias**

	Total	Portugueses	Estrangeiros	Europa	África	América	Ásia	Austrália
<b>Portugal</b>	10 343 066	9 800 752	542 165	155 854	97 542	222 455	65 564	518
	100%	94,757%	5,242%	1,507%	0,943%	2,151%	0,634%	0,001%
<b>Continente</b>	9 855 909	9 323 976	531 790	151 210	96 831	218 035	64 999	497
	100%	94,603%	5,396%	1,534%	0,982%	2,212%	0,659%	0,005%
<b>AML</b>	2 870 208	2 615 869	254 280	52 374	70 638	98 580	32 428	186
	100%	91,139%	8,859%	1,825%	2,461%	3,435%	1,130%	0,006%
<b>Moita</b>	66 255	61 228	<b>5 027</b>	452	2 683	1 589	302	1
	100%	92,413%	7,587%	0,682%	4,050%	2,398%	0,456%	0,002%
<b>Alhos Vedros</b>	16 146	15 350	796	135	282	300	79	0
	100%	95,070%	4,930%	0,836%	1,747%	1,858%	0,489%	0%
<b>Moita</b>	17 728	17 016	712	143	201	321	47	0
	100%	95,984%	4,016%	0,807%	1,134%	1,811%	0,265%	0%
<b>UF Baixa Banheira e Vale Amoreira</b>	30 089	26 606	<b>3 483</b>	162	<b>2 193</b>	951	176	1
	100%	88,424%	11,576%	0,538%	7,288%	3,161%	0,585%	0,003%
<b>UF Gaio Rosário e Sarilhos Pequenos</b>	2 292	2 256	36	12	7	17	0	0
	100,000%	98,429%	1,571%	0,524%	0,305%	0,742%	0%	0%

Fonte: INE (2022)

Como mostra a Tabela 3, do total de estrangeiros residentes na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira (UF BB e VA), uma grande parte são de origem africana.

**Tabela 3 – Distribuição da população estrangeira residente na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira por continente de origem em 2021 (%)**

	Total	Africanos	Europeus	Americanos	Asiáticos
Estrangeiros na UF BB e VA %	100,00	62,96	4,65	27,30	5,05

Fonte: INE (2022)

A Tabela 4 mostra que predominam os imigrantes dos PALOP, destacando-se Angola e Guiné-Bissau, seguido de Cabo-Verde.

**Tabela 4 – Distribuição da população estrangeira residente na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira originária dos PALOP (N.º)**

País	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique	Total
Indivíduos	624	552	625	209	53	2.063

Fonte: INE (2022)

Em 2021 o fenómeno migratório escrevia-se sobretudo no masculino no território da Moita, quando a prevalência da migração é no feminino (Tabela 5).

**Tabela 5 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 por sexo em Portugal e na Moita por freguesias (%)**

	HM	Homens (H)	Mulheres (M)
<b>Portugal</b>	5,24	5,4	5,1
<b>AML</b>	8,86	9,09	8,66
<b>MOITA</b>	7,59	7,43	7,73
Alhos Vedros	4,93	4,68	5,17
Moita	4,02	3,69	4,31
União das freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira	11,58	11,69	11,48
União das freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos	1,57	1,62	1,52

Fonte: INE (2022)

Em relação à Moita a proporção de imigrantes é superior à de Portugal, mas inferior à da AML. Apenas na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira se verifica uma proporção de imigrantes mais expressiva, da ordem dos 11,6% (Tabelas 5 e 6).

A Tabela 6 mostra o aumento do peso dos imigrantes entre 2011 e 2021 em Portugal, na AML e na Moita por freguesias.

**Tabela 6 – População residente de nacionalidade estrangeira em 2021 e em 2011 em Portugal e na Moita por freguesias (%)**

	2021	2011	
<b>Portugal</b>	5,24	3,73	
<b>AML</b>	8,86	7,21	
<b>MOITA</b>	7,59	4,97	
Alhos Vedros	4,93	2,92	
Moita	4,02	2,08	
União das freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira	11,58	7,91	
União das freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos	1,57	1,18	

Fonte: INE (2022)

No concelho da Moita, como se pode verificar na Tabela 7, a população imigrante é mais jovem, quando comparamos com Portugal e com a AML. Consta-se ainda que as Uniões das freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos e de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira são as que concentram população mais jovem.

**Tabela 7 - Distribuição da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 por grupo etário Em Portugal, na AML e na Moita por freguesias (%)**

	0-14	15-24	25-64	>=65
<b>Portugal</b>	12,06	13,03	66,41	8,50
<b>AML</b>	12,38	13,85	68,10	5,67
<b>MOITA</b>	15,97	15,81	63,02	5,19
Alhos Vedros	14,82	14,82	64,82	5,53
Moita	15,03	13,34	64,33	7,30
União das freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira	16,37	16,59	62,36	4,68
União das freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos	22,22	11,11	61,11	5,56

Fonte: INE (2022)

### 3.2. Desafios e Respostas

A análise sobre os desafios enfrentados pelos imigrantes encontra uma resposta inicial em documentos disponíveis que organizaram uma resposta a esta questão, a partir de uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) a agentes da comunidade, ligados à população imigrante (CMM, 2011). Identificam-se nesse estudo um conjunto de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças que passamos a enumerar:

#### Pontos fortes:

- Diversidade; Cultura; Mão-de-obra; Gastronomia; Costumes; Demografia.

### **Pontos fracos:**

- Domínio da língua; Falta de uniformização de políticas; Falta de documentos/processo de legalização; Desemprego; Dificuldade de acesso aos serviços; Desenraizamento cultural; Discriminação; Falta de informação; Habitação; Saúde; Baixo nível de escolaridade; Contexto social; Trabalho precário/baixos rendimentos; Falta de apoio/controlo dos pais; Acesso a bens essenciais.

### **Oportunidades:**

- Diversidade de saberes, de competências, de formas de pensar; Rejuvenescimento dos indicadores demográficos do país; Mão-de-obra diversificada; Facilitação de um processo de aprendizagem da tolerância; Existência de programas de promoção da interculturalidade e inclusão dos imigrantes.

### **Ameaças**

- Falta de documentos/processo de legalização; Muito burocrático; Condições socioeconômicas difíceis; Bolsas de não tolerância com raízes culturais no período pré 25 de Abril; Falta de políticas inclusivas; Práticas discriminatórias.

A presença de imigrantes na Moita também gerou uma resposta institucional significativa. O município implementou, ao longo do tempo, políticas de integração através de programas locais que visam promover a inclusão social, de que são exemplo documentos de apoio aos imigrantes (CMM, 2012b).

A análise documental também permite identificar diversas estruturas, gabinetes e associações de apoio à população imigrante, que se têm vindo a constituir na comunidade (CMM, 2011), pelo que se identificaram dificuldades e respostas.

**Esquema 1 – Principais Dificuldades e Respostas**

Principais Dificuldades	Principais Respostas
<ul style="list-style-type: none"><li>• Processo de Legalização</li><li>• O acesso aos serviços</li><li>• Domínio da Língua</li><li>• Condições Socioeconômicas</li><li>• Acesso a habitação</li><li>• Acesso à saúde</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Oportunidades a partir da diversidade cultural</li><li>• Revitalização demográfica</li><li>• Emprego</li><li>• Existência d estruturas e programas de apoio à integração dos imigrantes</li><li>• Acesso a habitação</li><li>• Acesso à saúde</li></ul>

Fonte: CMM (2011)

O esquema anterior sintetiza as principais dificuldades das comunidades migrantes na Moita e também as respostas que existiam quando foi feito o estudo, ou seja, em 2012. Em 2024 as respostas aumentaram, mas as dificuldades persistem, tendo até aumentado nalguns casos, devido a fluxos substancialmente maiores de entrada de cidadãos estrangeiros que não dominam a língua portuguesa.

### **Conclusão**

Este estudo traça um retrato dos imigrantes na Moita, evidenciando um crescimento significativo da população estrangeira na última década. A análise das diferentes tabelas fornecidas pelos Censos de 2021 permite apresentar um território atrativo para os imigrantes internacionais, com destaque para os imigrantes oriundos dos PALOP.

Numa análise comparativa com o restante território nacional verifica-se que a proporção de imigrantes no concelho da Moita é superior à de Portugal, mas inferior à da AML.

Na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira verifica-se uma proporção de imigrantes mais expressiva, da ordem dos 11,6%. É também na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira que se encontra a maior concentração de imigrantes, com destaque para os imigrantes oriundos dos PALOP.

Constata-se que a imigração internacional na Moita é historicamente construída com diferentes gerações de imigrantes a coexistir e interagir num mesmo espaço que se definiu, ele próprio, a partir das lógicas socioculturais que resultaram desta interação.

O resultado do presente estudo, assumidamente exploratório, permitiu revelar um território com características específicas, no que respeita à natureza da sua imigração, que importa estudar e aprofundar nas suas várias dimensões.

A recolha de informação atualizada e sistematizada permitirá produzir um conjunto de conhecimentos que contribuem para suportar decisões informadas, de natureza local, regional e nacional, de apoio à integração desta população.

### **Referências Bibliográficas**

- AIMA (2024). Relatório de migrações e asilo 2023, AIMA.
- Babbie, E. (2017). *The Basics of Social Research*. Cengage Learning.
- Baganha, M. I. (2009). "The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends. *International Migration*, 47(3), 5-20. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2009.00522.x>
- Bowen, G. A. (2009). Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*.
- Cabral, I., & Swerts, T. (2021). Governing precarious immigrant workers in rural localities: Emerging local migration regimes in Portugal. *Politics and Governance*, 9(4), 185–195. <https://doi.org/10.17645/pag.v9i4.4506>

- CMM (2011) *Diagnóstico da População Imigrante no Concelho da Moita: Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Local*, Lisboa: ACIDI.
- CMM (2012b). Manual de Acolhimento ao Imigrante. Câmara Municipal da Moita.
- CMM (2018). Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Moita “Um Só Mundo” 2018-2020. Câmara Municipal da Moita.
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. SAGE Publications.
- De Haas, H. (2020). Paradoxes of migration and development. In *Routledge handbook of migration and development* (pp. 17-31). Routledge.
- Fonseca, M. L. (2009). Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. *Povos e Culturas*, (13), 519-561.
- Góis, P. (2022). Redes, interligações e sistemas migratórios num Portugal europeu e atlântico. *Relações Internacionais*, 75, 87-105. <https://doi.org/10.23906/ri2022.75a06>
- Góis, P., & Marques, J. C. (2009). Portugal as a semi-peripheral country in the global migration system. *International Migration*, 47(3), 21-50. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2009.00523.x>
- INE (2022). *Censos 2021: Resultados definitivos*.  
[https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21\\_dados\\_finais&xpid=CENSOS21&xlang=pt](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_dados_finais&xpid=CENSOS21&xlang=pt)
- IOM (2021). *World Migration Report 2022*. McAuliffe, M. and A. Triandafyllidou (eds.), Geneva.
- Malheiros, J. (2002). Ethni-Cities: Residential Patterns in the Northern European and Mediterranean Metropolises - Implications for Policy Design. *International Journal of Population Geography* 8 (2), p. 107–34
- Malheiros, J. M., Mendes, M., Barbosa, C. E., Silva, S. B., Schiltz, A., & Vala, F. (2007). Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa. *Observatório da Imigração 22* (Vol. 22). Observatório da Imigração, ACIDI, IP.
- Martin, S. F. (2009). Introduction to the Special Issue on Migration in the Lusophone World. *International Migration*, 47(3), 3-4. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2009.00521.x>
- Oltramari, A., Lopes, C., Fernandes, D., Raimundo, I., Peixoto, J. & Tonelli, M.J. (2023). Labor, migration, and mobility: A lusophone dialogue. *Cadernos EBAPE.BR*, 21(4), 1-6. <https://doi.org/10.1590/1679-395120230197x>
- Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: Do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 39, 159-184.
- Padilla, B., & França, T. (2020). Políticas migratórias em Portugal: Complexidade e hiatos entre a lei e a prática. In L. C. Ribeiro & M. de Oliveira (Eds.). *Sociedades em Movimento: Fluxos Internacionais, Conflitos Nacionais*. Intermeios. <http://hdl.handle.net/10071/22367>
- Peixoto, J. (2007). Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal. *Análise Social*, 42 (183), 445-469. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2007183.04>
- Robertson, R. (1992). Globality, global culture, and images of world order. *Social change and modernity*, 395-411. <https://doi.org/10.4337/9781839100611.00011>
- Samperi, R.H., Collado, C.F., & Lucio, M. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. 5ª Ed. Penso
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2021). Relatório de Imigração, fronteiras e Asilo 2021, SEF.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2022). Relatório de Imigração, fronteiras e Asilo 2021, SEF.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2023). Relatório de Imigração, fronteiras e Asilo 2022, SEF.
- Silva, R.V., Fernandes, D.M. & Peixoto, J. (2018). Brazilian Migration in Portugal: back to Brazil or stay in Portugal? *Cadernos de Geografia*, 28(55), 918-935. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2018v28n55p918-935>
- Tsomb, E.I.B.T., Nsoga, M.H.I.N. & Bitting, C.D. (2024). Climate change vulnerability and conflicts in Africa: evidence from the migrations channel. *Environment, Development and Sustainability*, 26, 18811–18854. <https://doi.org/10.1007/s10668-023-03417-4>

## Quem são os Imigrantes no Montijo? Um Retrato a Partir dos Censos

*Sandrina Moreira, ESCE-IPS, BRU-IUL, Resilience, sandrina.moreira@esce.ips.pt*

*José Rebelo, ESCE-IPS, CIDEHUS, jose.rebelo@esce.ips.pt*

*Liliana Pitacho, ESCE-IPS, Resilience, CAPP, liliana.pitacho@esce.ips.pt*

*Célia Quintas, ESCE-IPS, celia.quintas@esce.ips.pt*

*Daniela Lima, ESCE-IPS, daniela.lima@esce.ips.pt*

### Resumo

A imigração é um fenómeno complexo e multifacetado num mundo cada vez mais globalizado. Portugal não está de fora das rotas migratórias, é desde sempre um país de emigrantes, mas atualmente é também um destino atrativo para indivíduos das mais diversas origens do globo. Sabemos que a migração é um fenómeno extraordinariamente dinâmico e que, apesar de ser uma realidade difícil de acompanhar, os dados e a sua análise são de extrema importância para a reflexão e tomada de decisão sobre políticas públicas que permitam gerir da melhor forma as vantagens, mas também os desafios que esta acarreta. Em contextos subnacionais, a informação mais atual sobre a população imigrante nem sempre está disponível ou com o detalhe que se deseja para traçar um retrato tão cabal quanto possível de uma comunidade migrante em específico. Este artigo consiste em um ensaio exploratório que tem por objetivo caracterizar a população imigrante do Montijo, explorando a sua evolução, distribuição e composição. Para o efeito recorreu-se à análise dos dados quantitativos dos Censos de 2021 do Instituto Nacional de Estatística (INE). Através da análise das estatísticas disponíveis, explorou-se a distribuição, características demográficas e evolução da população imigrante nas diversas freguesias do Montijo. Nos últimos 20 anos em análise, o Montijo teve um acréscimo de 69,9% da população estrangeira a residir no município, o que em 2021 representava 10% da população residente. Estes valores são muito superiores ao crescimento da população estrangeira a residir em Portugal em igual período (37,4%) e à média da população estrangeira a residir no país em 2021 (5,2%). Os resultados revelam, ainda, tendências significativas e variações na composição da população estrangeira, fornecendo contributos valiosos para políticas públicas e de integração social a nível autárquico e concelhio.

**Palavras-chave:** Imigração, Indicadores, Portugal

### Abstract

Immigration is a complex and multifaceted phenomenon in an increasingly globalized world. Portugal has always been a country of emigrants, but today it is also an attractive destination for people from all over the world. We know that migration is an extraordinarily dynamic phenomenon and that although it is a difficult reality to monitor, data and its analysis are extremely important for reflection and decision-making on public policies that make it possible to best manage the advantages, but also the challenges that it brings. In sub-national contexts, the most up-to-date information on the immigrant population is not always available or as detailed as we would like to capture as complete a picture as possible of a specific migrant community. This article is an exploratory essay that aims to characterize the immigrant population of Montijo, exploring its evolution, distribution, and composition. To this end, quantitative data from the 2021 Census of the National Statistics Institute (INE) was analyzed. By examining the available statistics, we explored the distribution, demographic characteristics and evolution of the immigrant population in the various parishes of Montijo. Over the last 20 years, Montijo has seen an increase of 69.9% in the foreign population living in the municipality, which in 2021 represented 10% of the resident population. These figures are much higher than the growth of the foreign population living in Portugal in the same period (37.4%) and the average of the foreign population living in the country in 2021 (5.2%). The results also reveal significant trends and variations in the composition of the foreign population, providing valuable input for public policies and social integration at municipal and county level.

**Keywords:** Immigration, Indicators, Portugal.

## **Introdução**

A imigração tem emergido como um fenómeno central no contexto global, impactando significativamente as sociedades de acolhimento ao nível económico, demográfico e cultural. Em Portugal, esta realidade tem sido particularmente visível nas últimas décadas, com o país a assumir um papel crescente como destino de imigrantes de diversas origens. Este movimento tem contribuído para alterar a composição demográfica, dinamizar o mercado de trabalho e enriquecer a diversidade cultural do país. Contudo, os fluxos migratórios também trazem desafios, nomeadamente ao nível da integração, exigindo políticas públicas locais capazes de responder às necessidades de uma população cada vez mais diversificada (Góis, 2021; Pires et al., 2023). O Concelho do Montijo, inserido na Área Metropolitana de Lisboa, destaca-se como um exemplo de crescimento significativo da população imigrante, apresentando características demográficas e sociais que merecem análise detalhada. Este crescimento evidencia um cenário de transformação que desafia a gestão autárquica no desenvolvimento de respostas adequadas para a inclusão social e o aproveitamento do potencial contributivo da imigração.

O presente estudo tem como objetivo caracterizar a população imigrante do Montijo, explorando a sua evolução, distribuição e composição nos últimos anos, com base nos dados mais recentes dos Censos de 2021 e por comparação com o ano de 2011. Este retrato procura identificar tendências e especificidades do concelho, tendo em vista a compreensão do impacto da imigração a nível local.

A relevância deste estudo reside em fornecer *inputs* uteis para a formulação de políticas públicas que promovam a coesão social, o bem-estar e a integração da população imigrante. Para tal, este trabalho combina a análise estatística com um foco no contexto local, contribuindo para um entendimento mais profundo das dinâmicas migratórias no Montijo. Adicionalmente, procura reforçar a importância de dados fiáveis para a gestão da imigração, alinhando-se a estudos que destacam a necessidade de bases de dados robustas para o desenvolvimento de políticas efetivas (Koser, 2012; Raymer, 2017).

### **1. Enquadramento Teórico**

Atualmente, no processo de globalização mundial, a migração está no centro de intensos debates políticos. Se por um lado a maioria das pessoas percebe os imigrantes de forma positiva, por outro também existem equívocos e medos (Koning & Kaushal, 2024). Já não há dúvidas de que a migração é um fator extremamente importante na economia global, na medida em que contribui para a redistribuição da riqueza a nível global e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento económico e na redução da pobreza por todo o mundo (Dritsaki & Dritsaki,

2024). Por tudo isto, é inevitável que o processo migratório tenha consequências profundas, tanto para as sociedades de origem, como para as de destino, e essas consequências devem ser olhadas, refletidas e tratadas de diversas perspectivas e com o máximo cuidado. A transformação social exige iniciativas criativas que tornem o direito à circulação das pessoas compatível com a existência de um estado benevolente, direitos civis e instituições democráticas (Koning & Kaushal, 2024).

A imigração tem sido um fenómeno crescente em Portugal, particularmente nas áreas urbanas e periféricas. “A imigração é um fenómeno da democracia portuguesa. Residual durante o Estado Novo, a população estrangeira residente em Portugal passou de 51 mil indivíduos, em 1980, para 699 mil, em 2021” (Pires et al., 2023, p. 54), correspondendo a 6.8% da população residente (Pires et al., 2023). Portugal tem experienciado movimentos migratórios significativos nos últimos anos, passando de um país predominantemente de emigração para um de emigração e imigração. Estes padrões migratórios têm contribuído para a diversidade e complexidade demográfica de Portugal, com a imigração a impactar positivamente a dimensão da população, a economia e a estrutura etária do país. À medida que a posição de Portugal no sistema migratório global evolui, o país enfrenta novos desafios na integração e gestão da diversidade, refletindo uma sociedade cada vez mais aberta e dinâmica (Góis, 2021). A dinâmicas de migração têm se demonstrado complexas, por exemplo, Reina et al. (2024) apresentaram um modelo gravitacional que previa contribuições significativas da imigração para os níveis populacionais e para o crescimento económico em Portugal de 2021 a 2025, ressaltando a sua importância, especialmente devido ao envelhecimento da população e à diminuição das taxas de fertilidade.

Os padrões migratórios variam globalmente, com movimentos observados da África Oriental para o Norte de África e Europa, do Médio Oriente, Sudeste Asiático, e América do Sul para a América do Norte e Europa (Bahri, 2022). Atualmente, o sistema migratório europeu tem passado por mudanças profundas, especialmente com as pressões de imigração irregular e a externalização das fronteiras da União Europeia (EU) para países vizinhos e que tem como objetivo controlar os fluxos migratórios antes que cheguem ao território europeu. Dentro desse contexto, Portugal enfrenta o desafio de adaptar as suas políticas para responder aos padrões de migração da UE, ao mesmo tempo em que mantém a integração de imigrantes de países lusófonos e outras nações (Ferreira, 2022). Este aumento da complexidade das migrações exige ao país o delineamento de uma estratégia que foque tanto a emigração quanto a imigração de forma interligada, procurando equilibrar as necessidades internas de desenvolvimento que

podem ser alavancadas com a imigração e as pressões externas da UE por controle de fronteiras e integração de imigrantes (Padilla & França, 2020).

Também em Portugal os fluxos migratórios se têm alterado. Ao longo do tempo, as características dos imigrantes têm variado e também a intensidade e origem dos fluxos. Por exemplo, os imigrantes brasileiros, que constituem a maior comunidade estrangeira em Portugal, no âmbito de novas estratégias, desde 2020, têm alterado as razões da vinda, passando a coexistir com as questões laborais, o investimento, a educação e mesmo a aposentação (Fernandes et al., 2022). De acordo com o relatório de Migração e Asilo 2023, da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, 2024), que compreende os dados relativos ao ano de 2023, a população estrangeira residente em Portugal cresceu 33,6% em 2023 em relação a 2022, perfazendo um total de 1.044.606 estrangeiros titulares de autorização de residência a residir em território nacional. A comunidade brasileira a residir em Portugal é hoje a comunidade mais representativa dos imigrantes no país, representando mais de 35% da população estrangeira residente. Os padrões de imigração brasileira têm evoluído, com um número crescente de brasileiros que anteriormente já viveram em Portugal, regressaram ao Brasil e agora retornam novamente para o país, enquanto um novo fluxo de estudantes chega a Portugal para frequentar o ensino superior (Iorio & Ferreira, 2023).

No que concerne ainda à representatividade, segue-se ao Brasil, Angola (5.3%) e Cabo-Verde (4.7%), mantendo-se assim uma forte representação dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PLOP). Contudo, a estas nacionalidades seguem-se novas vagas de migração, por exemplo, com origem no Reino Unido (4.5%), na Índia (4.2%), em Itália (3.5%) ou no Nepal (2.9%). Ainda no que concerne às dinâmicas de migração, verifica-se que a população estrangeira oriunda do continente africano é a que mais aumentou entre 2022 e 2023, com um aumento de 54.2%, passando de 124.752 para 192.342. Mas a maior representação vem da América do Sul que ainda aumentou 51.8% em relação ao ano de 2022, passando de 254.301 para 386.114 em 2023. Também a população oriunda da América do Norte e Centro aumentou em 38.5%, passando de 14.559 em 2022 para 20.169 em 2023. A população residente oriunda do continente asiático também continua a crescer (+33.5%) e atinge já uma representação elevada com 165.430 estrangeiros a residir em Portugal com título de residência legal. Esta nova vaga de migrantes oriundos da Ásia, em especial os imigrantes oriundos do Nepal, Tailândia e Índia fazem aumentar os desafios em zonas antes menos cobiçadas pela imigração, como por exemplo as áreas mais rurais como o Alentejo (AIMA, 2024). De acordo com Cabral e Swerts (2021) os trabalhadores imigrantes destes países têm encontrado oportunidades de emprego nestas áreas rurais e sobretudo no sector agrícola, mas enfrentam, muitas vezes, condições difíceis de

trabalho e vulnerabilidade social, com pouco acesso a serviços públicos essenciais. Esse cenário desafia as autoridades locais a promoverem políticas que garantam direitos básicos e condições dignas de trabalho, uma vez que estas populações imigrantes enfrentam desafios extra, como por exemplo, a falta de comunidades pré-existentes, a dificuldade de adaptação linguística, que dificultam o acesso ao mercado de trabalho e à verdadeira integração social, e ainda os custos habitacionais (Strungari, 2023).

Focando agora o concelho do Montijo, em termos de organização territorial, o concelho do Montijo pertence ao distrito de Setúbal, mas está localizado na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Neste distrito, a população estrangeira residente, com título de residência legal, aumentou 37.8%, de 77.182 em 2022 para 106.352 em 2023, números que o tornam o terceiro distrito em Portugal com maior expressão de população estrangeira residente, seguindo-se ao distrito de Lisboa com 431.919 estrangeiros residentes e ao distrito de Faro com 125.428 estrangeiros residentes. As preocupações associadas ao acolhimento e integração dos imigrantes no Montijo têm já algum tempo e estão consubstanciadas na criação em 2008, com o apoio da autarquia, da Associação dos Imigrantes do Montijo, constituída inicialmente por pessoas de onze nacionalidades (Costa, 2016).

As existências de bases de dados sobre migração promovem a disponibilidade e comparabilidade desses dados e são essenciais para o desenvolvimento de teorias robustas sobre migração e para obter uma visão mais ampla dos padrões migratórios (Yildiz, 2021). Além disso, os dados sobre migração são fundamentais para a implementação de políticas públicas eficazes, pois têm um impacto significativo nas dinâmicas económicas, sociais e políticas. A informação estatística fiável sobre migração é essencial para compreender os seus efeitos multifacetados nas comunidades, na coesão social, nos mercados de trabalho, nos salários e até na inflação (Dudauri & Samchkuashvili, 2023). No entanto, muitos países carecem de dados completos e atualizados sobre migração, o que dificulta a formulação de políticas informadas (Raymer, 2017). Para colmatar esta lacuna, os especialistas defendem o desenvolvimento de métodos sistemáticos de recolha de dados e de sistemas de informação regionais (Maguid, 1993). Ferramentas como os Perfis de Migração podem ajudar a contextualizar os resultados e facilitar análises comparativas entre países, mas também entre zonas do mesmo país, facilitando a compreensão do fenómeno da migração e dos seus impactos (Koser, 2012). Além disso, dados precisos sobre migração são cruciais para corrigir perceções erróneas e construir confiança pública na capacidade dos governos de gerir a migração para resultados positivos no desenvolvimento (Koser, 2012). A migração apresenta tanto oportunidades quanto desafios para os países de destino. Embora os migrantes possam contribuir para o desenvolvimento

económico e a redução da pobreza (Kudin, 2023), a sua integração muitas vezes enfrenta obstáculos. As principais questões incluem diferenças socioculturais e religiosas, barreiras linguísticas e a competição com trabalhadores nativos por empregos (Joseph, 2023). A proteção dos direitos dos migrantes continua a ser um desafio significativo, em parte devido às diferenças nos quadros legais e contextos culturais. Mas também a coesão social, a segurança e o bem-estar das comunidades, são um desafio eminente (Bahri, 2022). Enfrentar estes desafios requer uma melhor recolha de dados, políticas de integração mais eficazes e a facilitação de canais de migração seguros e legais (Joseph, 2023). De acordo com Meissner e Taylor (2024), esta reflexão torna evidente a necessidade de controlo dos dados sobre migração, devido, sobretudo, à natureza em constante evolução das fontes de dados, do próprio fenómeno migratório em si mesmo e das suas implicações. De acordo com os mesmos autores, apesar da relevância dos dados para a gestão de políticas públicas, as burocracias estatais tradicionais não permitem dar resposta em tempo real ao acelerar das oscilações migratórias e, como tal, já dificultam que exista uma fotografia do fluxo migratório em tempo real.

## **2. Método**

Este estudo adota uma abordagem exploratória, com base na análise de dados quantitativos dos Censos de 2021 do Instituto Nacional de Estatística (INE), para compreender as características demográficas, a distribuição geográfica e a evolução da população imigrante no município do Montijo. A investigação centra-se nas diversas freguesias do concelho, permitindo identificar tendências e variações na composição da população estrangeira ao longo da última década. A análise estatística foi realizada com o objetivo de traçar um retrato abrangente da comunidade imigrante no Montijo, utilizando indicadores como a proporção de imigrantes na população total, distribuição etária, razões de entrada no país, taxas de feminização e composição por origem geográfica e nacionalidade. Esta abordagem quantitativa fornece uma base sólida para um ponto de partida na compreensão do impacto e da dinâmica da imigração no contexto local. A recolha de dados foi complementada com comparações entre os Censos de 2021 e os de 2011, permitindo identificar mudanças significativas e padrões emergentes na população imigrante. Os dados foram tratados com recurso a ferramentas estatísticas para gerar tabelas e gráficos que ilustram as principais tendências e oferecem suporte à análise. A pesquisa incluiu ainda a segmentação por freguesias e grupos demográficos, possibilitando uma análise detalhada da diversidade e das especificidades locais. Além disso, os resultados foram interpretados à luz da literatura existente sobre imigração e políticas migratórias, com o objetivo de fornecer

contributos que possam apoiar decisões políticas e estratégias de integração no âmbito autárquico.

### 3. Análise e Discussão dos Resultados

Como referido anteriormente, para uma análise detalhada dos imigrantes no Montijo, utilizaram-se as estatísticas disponíveis sobre a população estrangeira nas diferentes freguesias do concelho. As tabelas apresentadas nesta seção fornecem, globalmente, uma visão clara da distribuição e variação da população estrangeira ao longo da última década, designadamente considerando as seguintes dimensões e indicadores de análise:

- (i) volume migratório – número absoluto de imigrantes internacionais; taxas de migração (número de imigrantes internacionais por mil habitantes);
- (ii) composição demográfica – sexo (proporção de homens e mulheres); grupos etários dos imigrantes internacionais; composição do agregado familiar;
- (iii) distribuição geográfica por origem – países e continentes;
- (iv) motivos da migração – económicos, educacionais, políticos, ambientais e de segurança, familiares e outros.

A Tabela 1 fornece informações sobre a população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 e 2011 no Montijo por freguesias, além da variação percentual ao longo desse período.

**Tabela 1: População residente de nacionalidade estrangeira em 2021 e 2011 no Montijo por freguesias**

	2021	2011	variação
<b>Portugal</b>	542.165	394.496	37,43%
<b>AML</b>	254.280	203.565	24,91%
<b>MONTIJO</b>	5.581	3.285	69,89%
Canha	183	104	75,96%
Sarilhos Grandes	310	366	-15,30%
União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia	390	250	56,00%
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	3.837	2.262	69,63%
União das freguesias de Pegões	861	303	184,16%

**Fonte:** Adaptado de INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011627>)

**Nota:** Metainformação ([https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011627&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011627&lingua=PT))

Em 2021, o Montijo tinha 5.581 residentes estrangeiros, um aumento de 69,89% em relação a 2011, significativamente superior ao crescimento da Área Metropolitana de Lisboa (AML), que foi de 24,91%, e a ser quase o dobro do crescimento nacional, de 37,43%. A União das freguesias de Pegões apresentou o maior aumento percentual, com uma variação de 184,16%. Canha, por sua vez, teve um crescimento de 75,96% na população estrangeira, passando de 104 residentes em 2011 para 183 em 2021. Em contraste, Sarilhos Grandes foi a única freguesia a apresentar uma diminuição na população estrangeira, com uma variação negativa de 15,30%.

Considerando a população estrangeira no total da população, a Tabela 2 apresenta a proporção da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 e 2011 no Montijo por freguesias, juntamente com a variação percentual ao longo desse período.

**Tabela 2 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 e 2011 no Montijo por freguesias (%)**

	2021	2011	Evolução (2021-2011)
<b>Portugal</b>	5,24	3,73	1,51
<b>AML</b>	8,86	7,21	1,65
<b>MONTIJO</b>	10,02	6,41	3,61
Canha	11,69	6,16	5,53
Sarilhos Grandes	9,56	10,69	-1,13
União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia	7,25	4,92	2,33
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	9,27	6,1	3,17
União das freguesias de Pegões	21,05	7,74	13,31

**Fonte:** INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011647>)

**Nota:** Metainformação ([https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011647&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011647&lingua=PT))

A tabela referida destaca que o Montijo tinha 10,02% da sua população como estrangeira em 2021, maior do que a média da AML (8,86%) e quase o dobro da média nacional (5,24%). Comparado com o crescimento nacional de 40,48% em relação a 2011, o Montijo apresentou um aumento maior de 56,32% na proporção de população estrangeira e muito superior ao crescimento da AML, que foi de 22,88%. Novamente, a União das freguesias de Pegões teve o maior aumento percentual, com uma variação de 171,96%, passando de 7,74% em 2011 para 21,05% em 2021. Canha teve um crescimento de 89,77% na proporção de população estrangeira, enquanto Sarilhos Grandes apresentou uma diminuição de -10,57%.

A tabela seguinte apresenta a taxa de feminização (razão entre o número de mulheres e homens) da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 no Montijo por freguesias.

**Tabela 3 - Taxa de feminização da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 no Montijo por freguesias (%)**

	Taxa de Feminização (M/(H+M))	Homens (H)	Mulheres (M)
<b>Portugal</b>	51%	265.572	276.593
<b>AML</b>	52%	122.734	131.546
<b>MONTIJO</b>	47%	2.980	2.601
Canha	34%	120	63
Sarilhos Grandes	42%	181	129
União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia	47%	208	182
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	52%	1.833	2.004
União das freguesias de Pegões	26%	638	223

**Fonte:** Adaptado de INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011627>)

**Nota:** Metainformação ([https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011627&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011627&lingua=PT))

A taxa de feminização no Montijo (47%) é menor que a média da AML (52%) e também menor que a média nacional (51%). Assim, a AML e Portugal apresentam uma maior proporção de mulheres estrangeiras em relação aos homens e no Montijo a tendência é a contrária, com a taxa de feminização a indicar uma menor proporção de mulheres estrangeiras em relação aos homens. A União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro apresentou a maior taxa de feminização (52%), indicando uma maior proporção de mulheres estrangeiras. Por outro lado, a União das freguesias de Pegões apresentou a menor taxa de feminização (26%), sugerindo uma predominância significativa de homens estrangeiros. Canha também teve uma baixa taxa de feminização, com 34%, mostrando uma predominância masculina significativa na população estrangeira residente.

**Tabela 4 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 por sexo no Montijo por freguesias (%)**

	Total	Homens (H)	Mulheres (M)
<b>Portugal</b>	5.24	5.4	5.1
<b>AML</b>	8.86	9.09	8.66
<b>MONTIJO</b>	10.02	11.02	9.09
Canha	11.69	15.23	8.1
Sarilhos Grandes	9.56	11.36	7.82
União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia	7.25	7.87	6.65
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	9.27	9.26	9.27
União das freguesias de Pegões	21.05	28.58	12

Fonte: INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011647>)

Nota: Metainformação ([https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011647&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011647&lingua=PT))

Em complemento, a tabela anterior (Tabela 4) relativa à proporção da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 por sexo (homens e mulheres) no Montijo por freguesias, destaca que o Montijo tem uma maior proporção de homens (11,02%) comparada com mulheres (9,09%). A União das freguesias de Pegões tem a maior proporção de população estrangeira total (21,05%), com uma distribuição de 28,58% de homens e 12% de mulheres. Segue-se Canha, com a segunda maior proporção de população estrangeira total (11,69%) e, em termos de distribuição por sexo, com 15,23% de homens e 8,1% de mulheres. Em contraste, a União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia apresentou a menor proporção de população estrangeira total (7,25%), com 7,87% de homens e 6,65% de mulheres.

**Tabela 5 - Distribuição da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 por grupo etário no Montijo por freguesias (%)**

	0-14	15-24	25-64	>=65
<b>Portugal</b>	12.06	13.03	66.41	8.50
<b>AML</b>	12.38	13.85	68.10	5.67
<b>MONTIJO</b>	13.94	14.67	68.59	2.80
Canha	11.48	13.11	70.49	4.92
Sarilhos Grandes	9.68	11.94	75.16	3.23
União das freguesias de Atalaia e Alto E-Jardia	11.54	12.82	73.85	1.79
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	16.18	14.80	65.68	3.34
União das freguesias de Pegões	7.08	16.26	76.42	0.23

**Fonte:** Adaptado de INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011627>)

**Nota:** Metainformação ([https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011627&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011627&lingua=PT))

Passando para a composição demográfica da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 por grupos etários no concelho, a Tabela 5 revela que o Montijo tem uma proporção maior de população estrangeira jovem (13.94%; 0-14 anos) e em idade ativa (68.59%; 25-64 anos) comparada com a média nacional e da AML. A União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro apresentou a maior proporção de população estrangeira jovem (16.18%), enquanto a União das freguesias de Pegões apresentou a menor proporção (7.08%). Por outro lado, a União das freguesias de Pegões teve a maior proporção de população estrangeira em idade ativa (76.42%), com Sarilhos Grandes (75.16%) e Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia (73.85%) a apresentarem também altas proporções nesta faixa etária.

Ainda sobre a composição demográfica, mas centrando agora nos agregados domésticos privados de nacionalidade estrangeira em 2021, a sua análise por dimensão (número de pessoas) no Montijo por freguesias mostra uma tendência para agregados familiares maiores (Tabela 6).

**Tabela 6 - Distribuição dos Agregados Domésticos Privados (ADPs) de nacionalidade estrangeira em 2021 por dimensão no Montijo por freguesias (%)**

	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 ou + pessoas
<b>Portugal</b>	21,72	32,23	20,25	15,69	10,11
<b>AML</b>	20,12	29,24	21,72	16,97	11,95
<b>MONTIJO</b>	15,34	24,82	20,14	22,10	17,59
Canha	20,00	22,22	17,78	17,78	22,22
Sarilhos Grandes	19,42	25,24	12,62	24,27	18,45
União das freguesias de Atalaia e Alto E-Jardia	21,64	23,13	25,37	18,66	11,19
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	14,72	25,80	20,81	22,59	16,07
União das freguesias de Pegões	12,05	20,98	17,41	21,43	28,13

**Fonte:** Adaptado de INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011529>)

**Nota:** Metainformação ([https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011529&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011529&lingua=PT))

O Montijo tinha uma proporção de 22.10% de agregados com 4 pessoas e 17.59% com 5 ou mais pessoas, significativamente maior do que a média nacional e da AML, e com uma menor

proporção de pessoas vivendo sozinhas (15.34%) em comparação com a AML e Portugal. A União das freguesias de Pegões apresentou a maior proporção de agregados com 5 ou mais pessoas (28.13%), enquanto teve a menor proporção de agregados com 1 pessoa (12.05%). Nas outras freguesias do Montijo o padrão não é necessariamente esse, com Canha, por exemplo, a mostrar uma menor proporção de agregados com 3 pessoas (17.78%) e 4 pessoas (17.78%), ao passo que a União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia se destacou na proporção de agregados com 3 pessoas (25.37%).

A distribuição geográfica da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 por continente no Montijo destaca que a população estrangeira no Montijo é diversificada, com uma presença significativa de imigrantes da Europa, América e Ásia (Tabela 7).

**Tabela 7 - Distribuição geográfica no concelho da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 por continente (%)**

	Europa	África	América	Ásia	Outros
<b>Portugal</b>	28.75	17.99	41.03	12.09	0.17
<b>AML</b>	20.60	27.78	38.77	12.75	0.13
<b>MONTIJO</b>	26.43	13.46	37.79	22.29	0.05
Canha	20.22	2.19	29.51	48.09	0.00
Sarilhos Grandes	61.94	6.77	16.45	14.84	0.00
União das freguesias de Atalaia e Alto E-Jardia	47.95	4.87	21.79	25.38	0.00
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	23.98	17.90	47.80	10.27	0.08
União das freguesias de Pegões	16.14	2.32	9.87	71.66	0.00

**Fonte:** Adaptado de INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011627>)

**Nota:** Metainformação ([https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011627&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011627&lingua=PT))

A Tabela 7 revela ainda que, no Montijo, a proporção de imigrantes asiáticos (22.29%) é maior que na AML (12.75%) e em Portugal (12.09%), a proporção de imigrantes americanos no Montijo (37.79%) é próxima à de Portugal (41.03%), assim como relativamente a imigrantes europeus (26.43% versus 28.75%), mas a proporção de imigrantes africanos é significativamente menor no Montijo (13,46%) comparada com Portugal (17.99%) ou a AML (27.78%). A União das freguesias de Pegões tem a maior proporção de população estrangeira asiática (71.66%), seguida por Canha (48.09%), enquanto Sarilhos Grandes lidera com 61.94% de imigrantes europeus. A União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro destaca-se com 47.80% de imigrantes americanos.

A próxima tabela (tabela 8) permite uma análise mais detalhada das nacionalidades predominantes entre a população estrangeira no Montijo.

**Tabela 8 - Distribuição geográfica no concelho da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 por nacionalidade/país (%)**

	Roménia	Moldávia	Ucrânia	Angola	Cabo-verde	Brasil	Índia	Nepal	Outras
<b>Portugal</b>	2,55	1,11	3,91	5,82	5,01	36,85	2,61	2,44	39,70
<b>AML</b>	2,44	0,93	2,81	8,48	8,61	36,31	2,02	2,77	35,65
<b>MONTIJO</b>	12,54	3,37	2,99	8,33	1,76	36,19	7,76	7,13	19,92
Canha	6,56	1,09	3,83	0,55	0,00	24,04	25,14	13,11	25,68
Sarilhos Grandes	40,97	12,90	1,29	1,61	1,61	16,13	0,32	0,00	25,16
UF de Atalaia e Alto E-Jardã	31,54	5,38	3,33	3,08	0,51	20,26	1,03	16,67	18,21
UF de Montijo e Afonsoeiro	8,86	3,05	3,31	11,57	2,32	46,00	1,90	2,95	20,04
UF de Pegões	11,38	0,93	1,86	0,35	0,23	9,52	35,89	22,76	17,07

**Fonte:** Adaptado de INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011627>)

**Nota:** Metainformação ([https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011627&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011627&lingua=PT))

A análise demográfica, segmentada por nacionalidades específicas, mostra que a maioria dos imigrantes no Montijo provém de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com destaque para brasileiros (36,19%) e angolanos (8,33%). Além disso, há uma presença significativa de imigrantes do leste europeu, como romenos (12,54%), moldavos (3,37%) e ucranianos (2,99%). Comparado com Portugal, o Montijo tem uma maior proporção de imigrantes romenos, indianos e nepaleses, mas uma menor proporção de imigrantes cabo-verdianos (1,76% no Montijo vs 5,01% em Portugal). Os brasileiros têm uma presença significativa em várias freguesias do Montijo, atingindo a maior proporção na União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro (46%). Há também uma concentração significativa de romenos no concelho do Montijo e suas freguesias, com destaque para Sarilhos Grandes que apresenta a maior proporção de imigrantes romenos (40,97%). Os indianos são a nacionalidade predominante em União das freguesias de Pegões, imediatamente seguida pelos nepaleses, com uma proporção nessa freguesia de 35,89% e 22,76%, respetivamente.

Por último, a Tabela 9 apresenta os principais motivos de entrada da população residente que entrou em Portugal após 2010, por freguesias do Montijo em 2021.

Como se observa na tabela 9, no Montijo, a proporção de imigrantes que vieram por motivos de trabalho (1528) e reunificação familiar (800) é significativa, refletindo as principais razões de imigração semelhantes às tendências nacionais. A União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro tem o maior número de imigrantes que vieram para trabalhar (709), seguida da União das freguesias de Pegões que também apresenta um número significativo (493). A União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro é a freguesia do Montijo que se destaca na componente de reunificação familiar, com 649 imigrantes. Em contraste, o Montijo tem proporções menores em categorias como educação e formação, saúde ou tratamento médico e situações de violência

ou de violação de direitos humanos no país de origem. Essas categorias também estão entre as menos procuradas nas diferentes freguesias do concelho, com exceção da União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro que lidera com 319 imigrantes que entraram no país por motivos educacionais e de formação.

**Tabela 9 - Principais motivos de entrada da população residente que entrou em Portugal após 2010, por freguesias do Montijo em 2021 (n)**

	Portugal	AML	Montijo	Canha	Sarilhos Grandes	UF de Atalaia e Alto E-Jardia	UF de Montijo e Afonsoeiro	UF de Pegões
<b>Total</b>	<b>807.562</b>	<b>295.054</b>	<b>6.182</b>	<b>169</b>	<b>273</b>	<b>413</b>	<b>4479</b>	<b>848</b>
Retorno após período de emigração	203.653	47.271	916	8	42	69	753	44
Trabalho	102.861	43.821	1.528	82	112	132	709	493
Educação e formação	54.817	26.304	369	5	11	14	319	20
Reunificação familiar ou formação de família	96.116	40.719	800	9	26	50	649	66
Saúde ou tratamento médico	14.703	6.874	90	1	3	7	79	0
Estabelecer residência	122.639	43.675	864	24	31	45	737	27
Situações de violência ou de violação de direitos humanos no país de origem	7.577	1.309	25	0	1	0	17	7
Outro motivo	205.196	85.081	1.590	40	47	96	1.216	191

**Fonte:** INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011701>)

**Nota:** Metainformação ([https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011701&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011701&lingua=PT))

## Conclusão

Este estudo traça um retrato detalhado dos imigrantes no Montijo, evidenciando um crescimento significativo da população estrangeira na última década. A análise das diferentes tabelas construídas a partir dos Censos de 2021 do INE revela que o Montijo se tornou uma área atrativa para diversos grupos de imigrantes, com variações notáveis entre as freguesias.

O crescimento da população estrangeira no Montijo é substancial, com um aumento notável em freguesias como a União das freguesias de Pegões e Canha. A presença significativa de imigrantes americanos e europeus (com destaque para brasileiros e romenos, respetivamente) indica uma diversificação demográfica que pode enriquecer a cultura local e dinamizar a economia. A presença de imigrantes asiáticos é particularmente forte na União das freguesias de Pegões e Canha. O trabalho é o principal motivo de entrada, seguido pela reunificação

familiar, destacando a importância de políticas que facilitem a integração no mercado de trabalho e a formação de famílias. A União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro é um ponto focal para essas categorias.

As diferenças na distribuição por grupo etário e sexo, bem como a dimensão dos agregados domésticos, apontam para necessidades específicas que devem ser atendidas por políticas públicas. A elevada proporção de população jovem e em idade ativa no Montijo sugere a necessidade de investimentos em educação e infraestrutura de saúde. A presença de agregados familiares maiores, com a União das freguesias de Pegões a destacar-se nesse aspeto, requer políticas habitacionais adequadas para garantir condições de vida dignas para todos os residentes. O Montijo tem uma distribuição de género que varia significativamente entre as freguesias.

A diversidade geográfica dos imigrantes no Montijo sublinha a importância de criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos. Políticas de integração devem ser adaptadas para atender às diversas origens culturais e necessidades específicas dos imigrantes, promovendo uma sociedade coesa e integrada.

Em suma, o Montijo é um exemplo dinâmico de como as áreas suburbanas se podem tornar destinos atrativos para imigrantes, contribuindo para a diversidade cultural e o desenvolvimento socioeconómico da região. A implementação de políticas públicas direcionadas e inclusivas é crucial para promover uma sociedade coesa e integrada. A continuidade do monitoramento e análise da população estrangeira é essencial para a formulação de políticas eficazes que garantam a inclusão e o bem-estar de todos os residentes.

No que concerne a investigação futura importa acompanhar a evolução desta realidade e complementar a análise estatística apresentada com dados de natureza qualitativa, que permitam compreender as dinâmicas de integração e as relações que se estabelecem entre imigrantes e entre imigrantes e a população. É igualmente essencial tentar compreender as diferenças nas escolhas de localização, analisando os fatores que influenciam a maior concentração de imigrantes em determinadas áreas, como é o caso do Montijo, procurando o impacto de fatores estruturais como por exemplo as oportunidades emprego, habitação, educação ou saúde. Este tipo de análise permitirá aprofundar o conhecimento sobre os processos migratórios e a forma como os imigrantes se distribuem e se integram no território.

## Bibliografia

- AIMA (2024). *Relatório de Migração e Asilo 2023*. Lisboa: AIMA I.P. – Agência para a Integração, Migrações e Asilo.
- Bahri, M.T. (2022). Understanding the Pattern of International Migration: Challenges in Human Rights Protection. *Jurnal Hukum*. <https://doi.org/10.26532/jh.v38i2.21337>
- Cabral, I., & Swerts, T. (2021). Governing precarious immigrant workers in rural localities: Emerging local migration regimes in Portugal. *Politics and Governance*, 9(4), 185–195. <https://doi.org/10.17645/pag.v9i4.4506>
- Costa, P. (2016). Os planos locais de integração dos imigrantes: a dimensão da participação cívica e política, in *Revista Migrações*, número temático “plano de integração para migrantes, ACM, pp 67-88.
- Dritsaki, M., & Dritsaki, C. (2024). Immigration, growth and unemployment: Panel VAR evidence from E.U. countries. *Journal of the Knowledge Economy*. <https://doi.org/10.1007/s13132-024-01909-w>
- Dudauri, T., & Samchkuashvili, N. (2023). The Role Of Migration Processes In The Economic Development Of The Country. *International Journal of Social Science and Economic Research*, 8 (4), 898-907. <https://doi.org/10.46609/ijsser.2023.v08i04.023>
- Fernandes, D., Peixoto, J., Oltramari, A. (2022), A nova onda da imigração brasileira em Portugal: notas finais, in *Migração, trabalho e gênero: textos selecionados*, pp 63-76.
- Ferreira, S. (2022). A externalização das fronteiras europeias e os efeitos indesejados de uma fronteira dinâmica. *Relações Internacionais*, 75, 029-044. <https://doi.org/10.23906/ri2022.75a03>
- Góis, P. (2021). Nós e os outros: as migrações no Portugal contemporâneo. *Revista Língua Lugar*, 2. <https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2020.e417>
- INE (2024), Censos 2021 – Indicadores/Bases de dados, Instituto Nacional de Estatística, disponível em <https://tabulador.ine.pt/censos2021/> (consultado em 15 de julho de 2024).
- Iorio, J.C., & Ferreira, S.D. (2023). Fluxos Migratórios De Brasileiros Em Portugal: O Retorno E A “Nova Vaga Dos Em Vias De Qualificação”. *Leopoldianum*, 109, 31 - 48. <https://doi.org/10.58422/releo2013.e472>
- Joseph, J.O. (2023). The Effects of Migration on Socio Cultural Problems & Integration. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4426308>
- Koning, E. A., & Kaushal, N. (2024). The role of politics in public views about immigrants. *Journal of International Migration and Integration*, 25, 2095–2122. <https://doi.org/10.1007/s12134-024-01158-5>
- Koser, K. (2012). Assessing the Impact of Migration Policies on Economic and Social Development. In: Omelaniuk, I. (eds) *Global Perspectives on Migration and Development*. *Global Migration Issues*, vol 1. Springer, Dordrecht. [https://doi.org/10.1007/978-94-007-4110-2\\_11](https://doi.org/10.1007/978-94-007-4110-2_11)
- Kudin, I.A. (2023). Migration as a risk factor for demographic, social and economic development problems in the world. *Entrepreneur’s Guide*. <https://doi.org/10.24182/2073-9885-2023-16-3-97-101>
- Maguid, A.M. (1993). The importance of systematizing migration information for making policy: recent initiatives and possibilities for Latin America and the Caribbean. *Revista de la OIM sobre migraciones en America Latina*, 11(3), 5-67.
- Meissner, F., & Taylor, L. (2024). Migration information infrastructures: power, control and responsibility at a new frontier of migration research. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 50, 2227-2246. <https://doi.org/10.1080/1369183x.2024.2307772>
- Padilla, B., & França, T. (2020). Políticas migratórias em Portugal: Complexidade e hiatos entre a lei e a prática. In L. C. Ribeiro & M. de Oliveira (eds.). *Sociedades em Movimento: Fluxos Internacionais, Conflitos Nacionais*. Intermeios. <http://hdl.handle.net/10071/22367>
- Pires, R., Pereira, C., Ortiz, A. (2023), Uma imigração em vias de diversificação e com uma forte componente de irregularidade. In Mamede R. (ed) *O Estado da nação e as políticas públicas 2023: Reformas estruturais*, ISCTE, pp. 54-59.
- Raymer, J. (2017). Measuring flows of international migration. *The IZA World of Labor*, 354-354. <https://doi.org/10.15185/izawol.354>
- Reina, J.C., Cuaresma, J.C., Fenz, K., Zellmann, J., Yankov, T., & Taha, A. (2024). Gravity Models for Global Migration Flows: A Predictive Evaluation. *Population Research and Policy Review*, 43, 1-17. <https://doi.org/10.1007/s11113-024-09867-6>
- Strungari, C. (2023). A (ir)relevância de Portugal para os requerentes e beneficiários de proteção internacional. *Janus.net, e-journal of international relations*, 14 (2), <https://doi.org/10.26619/1647-7251.14.2.12>
- Yildiz, D. (2021). Migration stocks and flows: data concepts, availability and comparability. *Research Handbook on International Migration and Digital Technology*. <https://doi.org/10.4337/9781839100611.00011>

## Globalização e Migração - Desafios e Oportunidades para a Gestão

Ana Rolo, ESTSetúbal - IPS, Resilience, [ana.rolo@estsetubal.ips.pt](mailto:ana.rolo@estsetubal.ips.pt)

Rui Alves, ESCE - IPS, [rui.carlos.alves@esce.ips.pt](mailto:rui.carlos.alves@esce.ips.pt)

### Resumo

A cidadania global e a migração estão intrinsecamente ligadas num mundo cada vez mais multicultural, onde as fronteiras nacionais se tornaram permeáveis. A migração é um dos fenómenos globais mais significativos do século XXI. Aliás, a globalização e a migração são fenómenos interligados que têm transformado significativamente as sociedades e economias globais. A mobilidade humana tem crescido exponencialmente nas últimas décadas, levantando questões sobre identidade, sentimento de pertença, inclusão/exclusão e em algumas situações mais extremas despoletando movimentos de xenofobia. Portugal, tem enfrentado estes desafios resultantes dos fluxos migratórios, principalmente com o aumento do número de migrantes e refugiados. É urgente trabalhar na promoção da responsabilidade social global e na participação ativa nos desafios comuns, como desigualdade económica, resistência cultural versus perda da identidade cultural. Este artigo pretende explorar como a gestão pode abordar estes e outros desafios, e aproveitar as oportunidades decorrentes da migração, com ênfase na integração de migrantes, promoção de políticas inclusivas e gestão da diversidade no local de trabalho. Como metodologia base foram usadas dados recentes e revisão da literatura. Como resultados, este estudo revelou que: a migração está intrinsecamente conectada às desigualdades económicas globais; o crescimento da migração tem gerado reações adversas, como o aumento da resistência cultural e do nacionalismo. Em Portugal, a questão migratória tem ganho visibilidade nos debates nacionais, embora com menos incidência de movimentos extremistas comparado com outros países europeus. Os fluxos migratórios afetam as identidades culturais dos países. A Comissão Europeia (2020) afirma que a diversidade cultural pode ser uma força para a inovação e a coesão social, especialmente em economias que enfrentam desafios demográficos e a migração desempenha um papel crucial no mercado de trabalho, ao colmatar necessidades de mão de obra em determinados sectores. Por último, para enfrentar os desafios da migração é necessária uma cooperação internacional mais robusta, capaz de promover uma resposta global coordenada aos desafios migratórios.

**Palavras chave:** Globalização, Migração, Gestão das oportunidades e desafios.

### Abstract

Global citizenship and migration are intrinsically linked in an increasingly multicultural world, where national borders have become permeable. Migration is one of the most significant global phenomena of the 21st century. In fact, globalization and migration are interconnected phenomena that have significantly transformed global societies and economies. Human mobility has grown exponentially in recent decades, raising questions about identity, sense of belonging, inclusion/exclusion and in some more extreme situations triggering xenophobic movements. Portugal has faced these challenges resulting from migration flows, mainly with the increase in the number of migrants and refugees. It is urgent to work on promoting global social responsibility and active participation in common challenges, such as economic inequality, cultural resistance versus loss of cultural identity. This article aims to explore how management can address these and other challenges, and seize the opportunities arising from migration, with an emphasis on the integration of migrants, the promotion of inclusive policies and the management of diversity in the workplace. The methodology used was based on recent data and a literature review. As a result, this study revealed that: migration is intrinsically linked to global economic inequalities; the growth of migration has generated adverse reactions, such as the rise of cultural resistance and nationalism. In Portugal, the migration issue has gained visibility in national debates, although with less incidence of extremist movements compared to other European countries. Migration flows affect the cultural identities of countries. The European Commission (2020) states that cultural diversity can be a force for innovation and social cohesion, especially in economies facing demographic challenges, and migration plays a crucial role in the labor market by meeting labor needs in certain sectors. Finally, to address the challenges of migration, stronger international cooperation is needed, capable of promoting a coordinated global response to migration challenges.

**Keywords:** Globalization, Migration, Management of Opportunities and Challenges.

## **Introdução**

A migração é um dos fenómenos globais mais significativos do século XXI. Aliás, a globalização e a migração são fenómenos interligados que têm transformado significativamente as sociedades e economias globais. O aumento dos fluxos migratórios tem colocado à prova as organizações e gestores, que enfrentam o desafio de criar ambientes inclusivos e produtivos em contextos de diversidade cultural e desigualdades económicas.

O estudo da Organização Internacional para as Migrações (IOM, 2022), revelou que cerca de 281 milhões de pessoas viviam fora de seus países de origem, representando aproximadamente 3,6% da população mundial. Este movimento migratório está intrinsecamente conectado às desigualdades económicas globais. A distribuição desigual de recursos continua a ser um fator impulsionador dos fluxos migratórios, sendo os fatores económicos o principal motivo de migração, levando as pessoas deslocarem-se das áreas de menor desenvolvimento na procura de melhores condições de vida em países mais prósperos (IOM, 2022). Outros fatores, tais como: conflitos, perseguições, mudanças climáticas e procura por melhores condições de vida, são também identificados.

O crescimento da migração tem gerado reações adversas, como o aumento da resistência cultural e do nacionalismo. Na Europa, o aumento de partidos de extrema-direita é uma resposta direta ao fluxo migratório. Estudos apontam que, em países como França e Itália, movimentos nacionalistas têm utilizado a migração como ferramenta política para promover narrativas anti-imigração, exacerbar divisões e atrair apoio (Mudde, 2019). O Relatório Anual do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em Portugal, em 2022 (antigo SEF, atual AIMA - Agência para a Integração Migrações e Asilo), também destaca como a questão migratória tem ganho visibilidade nos debates nacionais, embora com menos incidência de movimentos extremistas comparado a outros países europeus (SEF, 2022).

No contexto da cidadania global, a migração desafia conceitos tradicionais de cidadania baseada em fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo oferece oportunidades para promover a inclusão, a diversidade e a solidariedade internacional (United Nations, 2015). Estudos de Appadurai (2006) mostram como é que a globalização e a mobilidade humana geram novas formas de “hibridização” cultural e resistência à assimilação total, o que coloca em xeque o sentimento de pertença tanto para migrantes quanto para os cidadãos nativos, resultando da descaracterização de ambas as culturas.

Segundo Heater (1999), a cidadania global implica a adoção de responsabilidades e direitos que transcendam as fronteiras nacionais, promovendo uma visão de pertença a uma comunidade global. Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu a cidadania global entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando a necessidade de promover uma educação que valorize a paz, a sustentabilidade e os direitos humanos (UNESCO, 2015).

Neste contexto, surge uma questão fundamental: Como é que os indivíduos e as organizações podem participar de maneira significativa na governança global e na gestão destes desafios? A resposta envolve compreender os desafios e as oportunidades que a cidadania global oferece.

Portugal, como parte da União Europeia (UE), tem sido um destino importante para migrantes e refugiados, especialmente nas últimas duas décadas. No entanto, o país enfrenta o desafio de integrar esses migrantes de forma eficaz, garantindo direitos e oportunidades em consonância com os princípios da cidadania global

## **1. Desafios da Cidadania Global**

A cidadania global refere-se ao sentimento de pertença a uma comunidade global mais ampla, além das fronteiras nacionais, e envolve a responsabilidade de agir em prol de questões que afetam a humanidade como um todo (Heater, 1999). A cidadania global promove a ideia de que todos os indivíduos têm direitos e responsabilidades globais, independentemente de sua nacionalidade, e que se devem comprometer em ações que promovam a paz, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos (UNESCO, 2015).

### **1.1. Desigualdade Económica e Exclusão Social**

Um dos principais obstáculos para a cidadania global é a desigualdade económica. A globalização tem agravado as disparidades entre ricos e pobres, tanto dentro dos países quanto entre eles. Dados do *World Inequality Report 2022* mostram que a fatia de riqueza detida pelo 1% mais rico do mundo aumentou de 28% em 1995 para 38% em 2021 (Chancel *et al.*, 2022). A concentração de riqueza afeta a capacidade de diferentes populações participarem ativamente de questões globais, uma vez que o acesso à educação, tecnologia e oportunidades de desenvolvimento pessoal permanece restrito a um pequeno grupo. Essa exclusão social impede que muitas pessoas se vejam como cidadãos globais ou tenham as ferramentas necessárias para desempenhar esse papel. Como aponta Appadurai (2006), a cidadania global corre o risco de ser elitista se não for acessível a todos, especialmente em regiões com altos níveis de pobreza e desigualdade.

## **1.2. Resistência Cultural e Nacionalismos**

Outro desafio importante é a resistência cultural ao conceito de cidadania global. Muitas sociedades mantêm fortes identidades nacionais, muitas vezes associadas a tradições, línguas e valores locais que são vistos como ameaçados pela globalização. Inglehart e Norris (2016) identificam o crescimento do populismo e do nacionalismo em várias partes do mundo, particularmente na Europa e nos Estados Unidos, como uma reação às pressões globais. Esse aumento de sentimentos nacionalistas pode prejudicar o progresso da cidadania global, já que muitas vezes promove a exclusão e o fecho de fronteiras. Além disso, existe uma desconfiança crescente em relação a organizações internacionais e mecanismos de governança global. Segundo um estudo do *Pew Research Center* (2021), 59% dos entrevistados em 17 países expressaram desconfiança em relação às instituições globais, como a ONU e a Organização Mundial do Comércio (WTO). Isso limita a eficácia dessas instituições em promover a cidadania global.

## **1.3. Mudanças Climáticas e Desafios Ambientais**

As mudanças climáticas são uma das maiores ameaças globais e exigem uma abordagem cooperativa e interconectada. No entanto, a resposta global tem sido lenta e algumas vezes descoordenada, refletindo a falta de uma cidadania global verdadeiramente ativa. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), no relatório de 2022, destacou que, apesar de um consenso científico sobre a necessidade de ação urgente, muitos países falham em cumprir os seus compromissos ambientais. A divergência entre as políticas nacionais e as necessidades globais representa uma barreira significativa para a cidadania global.

## **2. Oportunidades da Cidadania Global**

Para além dos desafios apresentados, existem também inúmeras oportunidades no âmbito da cidadania global, nomeadamente: a educação para a cidadania global; a mobilização e ativismo global e a inclusão e participação digital.

### **2.1. Educação para a Cidadania Global**

Uma das principais oportunidades reside na educação para a cidadania global. A UNESCO (2015) define a educação para a cidadania global como uma abordagem que procura empoderar os indivíduos para que possam refletir sobre questões globais, agir de maneira ética e promover o desenvolvimento sustentável. Dados de um estudo da OECD (2020) mostraram que 74% dos professores em 77 países consideram que ensinar temas como sustentabilidade e direitos humanos é essencial para preparar os estudantes para os desafios globais.

O uso de tecnologias digitais na educação também facilita a disseminação de conhecimentos sobre cidadania global. Plataformas de aprendizagem *online*, como o Coursera e o edX, oferecem cursos gratuitos sobre questões globais, permitindo que pessoas de todo o mundo possam aceder a esses recursos. Segundo dados de 2021, mais de 92 milhões de pessoas matricularam-se em cursos gratuitos oferecidos por estas plataformas, o que reforça a capacidade da educação para promover uma cidadania global inclusiva (Class Central, 2021).

## **2.2. Mobilização e Ativismo Global**

A cidadania global também oferece oportunidades para a mobilização e o ativismo. O aumento das redes sociais e das tecnologias de comunicação permitiu que movimentos sociais globais ganhassem visibilidade e apoio. Exemplos recentes incluem o movimento ambientalista *Fridays for Future*, liderado pela ativista sueca Greta Thunberg, que mobilizou milhões de jovens em todo o mundo para protestar contra a inação climática (Wahlström et al., 2019).

Além disso, crises globais como a pandemia de COVID-19 mostraram a importância da colaboração internacional. Durante a pandemia, muitas organizações civis e ONGs mobilizaram recursos e voluntários para ajudar populações vulneráveis em diferentes partes do mundo. A pandemia também acelerou a cooperação científica global, com o desenvolvimento rápido de vacinas, exemplificando como a cidadania global pode gerar soluções para problemas globais.

## **2.3. Inclusão e Participação Digital**

A expansão do acesso à internet e às tecnologias digitais tem potencial para expandir a participação cívica global. De acordo com a *International Telecommunication Union (ITU)*, em 2022, cerca de 66% da população mundial tinha acesso à internet, com um aumento significativo em países em desenvolvimento (ITU, 2022). Isso permite que indivíduos em diferentes regiões do mundo participem nas discussões globais, acessem a informações e influenciem políticas internacionais por meio de plataformas digitais.

Em Portugal, o acesso à internet tem aumentado significativamente nos últimos anos. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023) indicam que, em 2023, 85,8% da população residente, entre os 16 e os 74 anos, utilizou a internet em casa, refletindo um crescimento constante na última década. É importante notar que, apesar dos avanços, persistem disparidades no acesso à internet, tanto a nível global quanto nacional. Fatores como localização geográfica, idade, nível de escolaridade e rendimento continuam a influenciar o grau de conectividade entre diferentes segmentos da população.

### **3. O Papel da Gestão na resposta aos Desafios e Oportunidades**

A gestão desempenha um papel crucial na resposta aos desafios impostos pela globalização e pela migração. Neste contexto, destacam-se três áreas principais de atuação: Integração de migrantes no mercado de trabalho; criação de políticas organizacionais inclusivas e uso de práticas de gestão intercultural (Thomas *et al.* 2017). De acordo com os autores, a integração de migrantes representa uma oportunidade para colmatar lacunas no mercado de trabalho, especialmente em setores com escassez de mão de obra como a restauração, limpezas e construção civil, mas acarreta igualmente desafios.

#### **3.1. Desafios para a Gestão**

As organizações enfrentam desafios específicos ao integrar equipas multiculturais, entre os quais se destacam barreiras culturais e resistências internas. A presença de migrantes no local de trabalho pode originar resistências por parte dos trabalhadores nativos, frequentemente motivadas por preconceitos ou receios relacionados com a concorrência no mercado laboral. Este contexto exige que os gestores desempenhem um papel ativo na mediação dessas tensões, promovendo um ambiente organizacional inclusivo e que valorize a diversidade. A gestão deve promover processos de recrutamento inclusivos, garantindo igualdade de oportunidades através da implementação de políticas que valorizem a diversidade cultural e promovam a inclusão, como a adaptação de regulamentos internos e a oferta de benefícios específicos para migrantes. Programas de formação intercultural podem também ajudar a reduzir preconceitos e melhorar a comunicação entre trabalhadores de diferentes origens culturais, fomentando um ambiente de trabalho harmonioso (Thomas *et al.*, 2017).

Os líderes devem demonstrar sensibilidade à diversidade cultural presente nas suas equipas, ajustando os seus estilos de comunicação e abordagem para refletir as diferentes perspetivas e valores dos colaboradores. Esta flexibilidade na liderança não só favorece a coesão da equipa, como também potencia o aproveitamento das competências diversificadas que os trabalhadores trazem para a organização.

Além disso, a necessidade de programas de formação específicos emerge como uma resposta estratégica a estes desafios. Investir em ações de formação que abordem a gestão da diversidade e as competências interculturais revela-se uma prática eficaz para capacitar gestores e equipas. Estas iniciativas permitem lidar com a complexidade inerente aos contextos multiculturais, fomentando a compreensão mútua e reduzindo possíveis conflitos no ambiente de trabalho.

### 3.2. Oportunidades para a Gestão

A migração tem sido considerada uma oportunidade para o desenvolvimento económico sustentável dos países de acolhimento. Por exemplo, em Portugal, os migrantes desempenham um papel crucial no mercado de trabalho, ao colmatarem necessidade prementes, particularmente nos setores da agricultura e da construção civil. Sem esta mão se obra, muitos negócios dificilmente conseguiriam subsistir. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), defende que a força de trabalho migrante contribuiu com cerca de 3,5% do PIB português em 2020 (OCDE, 2021). Além disso, a migração ajuda a mitigar os efeitos de uma população envelhecida, proporcionando uma força de trabalho jovem e dinâmica (Ruhs, 2019).

A Comissão Europeia afirma que a diversidade cultural pode ser uma força para a inovação e a coesão social, especialmente em economias que enfrentam desafios demográficos (Comissão Europeia, 2020) que é o caso de Portugal. Estudos indicam que a diversidade cultural gerada pelos fluxos migratórios pode enriquecer as sociedades de acolhimento. Portugal, que tem recebido muitos migrantes de países de língua portuguesa e, mais recentemente, refugiados da Ucrânia, tem visto a emergência de uma sociedade multicultural.

O avanço da tecnologia veio auxiliar a integração de migrantes, que pode ser facilitada por ferramentas digitais. O Portal do Migrante em Portugal é um exemplo de como a tecnologia pode apoiar a integração e o acesso à informação para migrantes. Já Levitt e Schiller (2004) destacavam a importância das tecnologias digitais na criação de redes transnacionais, que permitem aos migrantes manterem vínculos com seus países de origem enquanto se integram nas sociedades de acolhimento.

A gestão de equipas multiculturais apresenta diversas oportunidades, sendo a diversidade no local de trabalho um fator determinante para o sucesso organizacional. Estudos indicam que equipas compostas por indivíduos de diferentes origens culturais, sociais e profissionais tendem a demonstrar níveis superiores de criatividade e inovação. Esta característica pode ser estrategicamente aproveitada pelos gestores para potenciar a competitividade organizacional, fomentando um ambiente de trabalho onde as ideias diversificadas sejam valorizadas e convertidas em soluções práticas e diferenciadoras (Thomas *et al.*, 2017).

Por outro lado, as práticas inclusivas adotadas pelas organizações permitem um alinhamento direto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao promover a igualdade de género, reduzir desigualdades e contribuir para um crescimento económico sustentável, a gestão inclusiva não

apenas reforça o compromisso ético das empresas, como também posiciona as mesmas como agentes ativos de transformação social. Este alinhamento com os ODS consolida a reputação corporativa e pode atrair tanto talentos diversificados quanto parceiros comerciais que compartilhem os mesmos valores.

### **3.3. Recomendações e Boas Práticas**

Perante os desafios apresentados, recomenda-se a aposta em políticas inclusivas que garantam os direitos básicos, tais como: o acesso ao trabalho, à educação e à saúde para migrantes. A OCDE (2021) refere que países que adotam políticas inclusivas tendem a obter melhores resultados na integração de migrantes, o que promove a coesão social e reduz a discriminação.

Em Portugal, têm sido implementadas políticas inclusivas de modo a facilitar a integração de migrantes e refugiados, como o Programa Escolhas, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens migrantes (Costa, 2019). Contudo, estudos mostram que há necessidade de maior articulação entre políticas de migração e políticas de mercado de trabalho, especialmente para evitar a marginalização de migrantes com baixa qualificação (Kofman et al., 2015).

A promoção de uma educação para a cidadania global, com ênfase na empatia e responsabilidade compartilhada, que auxiliem a enfrentar a xenofobia e as narrativas nacionalistas, pode ser igualmente uma solução. A UNESCO (2015) destaca que a educação para a cidadania global promove o respeito pelos direitos humanos e a compreensão das interdependências globais, o que é essencial para sociedades inclusivas. São urgentes medidas políticas e educacionais que permitam mitigar o crescimento de movimentos de extrema-direita.

É ainda necessário trabalhar para que exista uma cooperação internacional mais robusta. As crises globais, como por exemplo, a pandemia de COVID-19 e as mudanças climáticas, exacerbaram os fluxos migratórios e revelaram a importância de uma governança global baseada na solidariedade e na partilha de responsabilidades (Betts, 2015). A Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes (ONU, 2016) estabelece princípios importantes para promover uma resposta global coordenada aos desafios migratórios.

### **Conclusão**

A cidadania global, embora cheia de desafios, apresenta oportunidades significativas para promover a cooperação internacional e enfrentar problemas globais. Desigualdades económicas, nacionalismos e mudanças climáticas são barreiras que precisam ser superadas para que a cidadania global se torne uma realidade acessível a todos. No entanto, a educação para a cidadania global, o ativismo digital e a inclusão tecnológica oferecem caminhos

promissores para superar essas barreiras. Para que a cidadania global floresça, será necessário um esforço contínuo de governos, organizações internacionais e indivíduos para promover uma melhor gestão desta temática na promoção da solidariedade e da ação coletiva para a construção de uma sociedade mais sustentável.

A migração pode ser vista como uma alavanca para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030 das Nações Unidas reconhece que, a migração bem gerida pode contribuir para o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável, promovendo a inclusão social, económica e política de todos (ONU, 2015).

## Referências Bibliográficas

- Appadurai, A. (2006). *Fear of Small Numbers: An Essay on the Geography of Anger*. Duke University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11smfkm>
- Betts, A. (2015). *Refugees and Global Justice: The Challenge of Co-operation*. Cambridge University Press.
- Câmara Municipal de Lisboa (2022). Acolhimento de refugiados ucranianos em Lisboa. Disponível em: [www.cmlisboa.pt](http://www.cmlisboa.pt)
- Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2022). *World Inequality Report 2022*. Paris: World Inequality Lab.
- Class Central (2021). *The State of Massive Open Online Courses (MOOCs) in 2021*. Class Central.
- Comissão Europeia (2020). Migration and Economic Growth in Europe. *European Commission Report*.
- Costa, A. (2019). Política de Inclusão em Portugal: O Caso do Programa Escolhas. *Rev. Port. Polít. Sociais*, 1(2).
- Heater, D. (1999). *What is Citizenship?* 1<sup>st</sup> Edition. Polity Press.
- INE (2023). Inquérito à utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas famílias - 2023. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=594921919&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=594921919&DESTAQUESmodo=2)
- Inglehart, R., & Norris, P. (2016). *Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash*. Harvard Kennedy School Faculty Research Working Paper Series.
- ITU (2022). Measuring Digital Development: Facts and Figures 2022. International Telecommunication Union. [https://www.itu.int/hub/publication/d-ind-ict\\_mdd-2022/](https://www.itu.int/hub/publication/d-ind-ict_mdd-2022/)
- Kofman, E. et al. (2015). *Gendered Migrations and Global Social Reproduction*. Springer.
- Levitt, P., & Schiller, N. G. (2004). Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society. *International Migration Review*, 38(3).
- Mudde, C. (2019). *The Far Right Today*. Polity Press.
- OECD (2020). *Global Competency for an Inclusive World*. OECD Publishing.
- OECD. (2021). *The Contribution of Migration to Economic Growth*. OECD Report.
- IOM. (2022). *World Migration Report 2022*. International Organization for Migration.
- IOM (2024). *Annual Report 2023*. <https://www.iom.int/msite/annual-report-2023/>
- ONU. (2015). *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations.
- Poushter, J., Fagan, M., Fetterolf, J., Silver, L. & Wike, R. (2021). *Global Attitudes and Trends*. Pew Research Center.
- Thomas, D. C., & Peterson, M. F. (2017). *Cross-Cultural Management: Essential Concepts*. Fourth Edition. SAGE Publications.
- UNESCO (2015). *Global Citizenship Education: Topics and Learning Objectives*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- United Nations. (2015). *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*.
- Wahlström, M., Sommer, M., & Thunberg, G. (2019). *Fridays for Future: Youth Mobilization for Climate Change*.

## Global Citizenship in Education: Challenges and Opportunities for Social Transformation and Sustainability

Natacha Silva, ISCTE, [natacha.m.silva76@gmail.com](mailto:natacha.m.silva76@gmail.com)

Ana Margarida Esteves, ISCTE, [Ana.Margarida.Esteves@iscte-iul.pt](mailto:Ana.Margarida.Esteves@iscte-iul.pt)

### Abstract

This article addresses the theme of Global Citizenship in Education, focusing on the challenges and opportunities for promoting social transformation and sustainability. The research problem revolves around understanding how the formation of global citizens can contribute to societal transformation and the promotion of sustainable practices. The methodology adopted was a case study at the António Arroio Artistic School, using a qualitative and quantitative approach. Surveys were applied to students and interviews were carried out with teachers, analysing the results in light of comparative studies. The main findings indicate divergences between the perceptions of teachers and students regarding the priority areas of Education for Citizenship, highlighting the importance of values such as a social transformation and sustainability. Furthermore, the cross-disciplinary nature of the Citizenship subject in school was evident, emphasizing the relevance of an interdisciplinary approach. It is concluded that promoting Global Citizenship in education can be an effective strategy for addressing issues of social transformation and sustainability, underscoring the importance of integrating global values and competencies into the school curriculum.

**Keywords:** Education, Global Citizenship, Social Transformation, Sustainability

### Resumo

Este artigo aborda o tema da Cidadania Global na Educação, com foco nos desafios e oportunidades para a promoção da transformação social e da sustentabilidade. O problema de investigação gira em torno da compreensão de como a formação de cidadãos globais pode contribuir para a transformação da sociedade e a promoção de práticas sustentáveis. A metodologia adotada foi um estudo de caso na Escola Artística António Arroio, com recurso a uma abordagem qualitativa e quantitativa. Foram aplicados inquéritos aos alunos e realizadas entrevistas aos professores, analisando os resultados à luz de estudos comparativos. Os principais resultados indicam divergências entre as percepções de professores e alunos relativamente aos domínios prioritários da Educação para a Cidadania, destacando-se a importância de valores como a transformação social e a sustentabilidade. Para além disso, foi evidente o carácter transversal da disciplina de Cidadania na escola, enfatizando a relevância de uma abordagem interdisciplinar. Conclui-se que a promoção da Cidadania Global na educação pode ser uma estratégia eficaz para abordar questões de transformação social e sustentabilidade, sublinhando a importância da integração de valores e competências globais no currículo escolar.

**Palavras-chave:** Educação, Cidadania Global, Transformação Social, Sustentabilidade

### Introduction

Citizenship Education aims to train citizens capable of contributing to Sustainable Development, considering its different dimensions (economic, social and environmental) and guaranteeing a balance between present needs and those of future generations (ENEC, 2017). In this context, schools play a fundamental role in promoting quality education that develops the skills, values and attitudes needed to make informed decisions to understand and face the challenges of the contemporary world (Carvalho, 2018). Therefore, Global Citizenship is an approach that emphasises the global dimension of Citizenship Education and the impact on

policies, teaching and learning.

Considering António Arroio Artistic School as the object of this study, this research aimed to analyse how Global Citizenship Education is approached and understood by students, as well as to investigate possible influences on the adoption of behaviours and attitudes as global citizens. Therefore, the research objectives are as follows: i) to understand the school's teaching methodology in the field of citizenship education and how it relates to sustainable development and the concept of global citizenship; ii) to find out the students' perspectives and opinions on the activities and projects developed by the school; iii) to assess the extent to which these initiatives contribute to greater awareness and/or participation in society.

The research problematisation focuses on the following questions:

- 1) Can we train people who care about the world and make a difference in society or their environment?
- 2) What role does the school play in Education for Global Citizenship, considering the development of skills and values to understand the challenges of a globalised world and a climate of uncertainty regarding Sustainable Development?

In this context, this study takes as its starting question:

- Considering the compulsory nature of Citizenship Education in school curricula, how are the themes internalised by students, and what influence can it have on their behaviour as global citizens?

This paper is structured in four parts. It starts with the Introduction and Literature Review and then it is presented the Research Methodology. The third and the fourth parts are dedicated to the Discussion of Results and Conclusions.

## **1. Literature Review**

In an increasingly globalised world, issues such as climate change, sustainability, interculturality, gender equality, identity and participation in democratic life are at the heart of the global debate inherent in the development processes of societies. In view of these factors, the concept of development is one that motivates people and societies to change and improve, insofar as it makes it possible to measure and compare their level of progress and well-being (Sen, 1999). It is therefore not just about economic growth, but also about the expansion of freedom, realised in what people want and what allows them to develop their capacities. Essential to its realisation are institutions that promote and protect freedom and individual well-

being, such as democracy, human rights, education and the media (Sen, 1999). Indeed, this concept meets the growing need for societies to adapt to contemporary and emerging challenges, making it pertinent to analyse individuals' perceptions of development issues and their role as citizens, taking on the fate of the planet as their own, considering that the contemporary citizen is a “citizen of the neighbourhood and the planet” (Mesquita et al., 2017: p.82).

To understand this connection, it is necessary to recognise the different dimensions of the concept of citizenship as a relationship between the individual and the state, based on mutual rights and duties, but at the same time, as a continuous and dynamic process that depends on the awareness and action of citizens to guarantee and extend their rights and duties (Cardona, 2007). Definitely, the global citizen is often described as someone with ‘a complex and pluralistic identity’ (Pashby (2011:437) cited in Coelho *et al.*, 2021) in line with the following profile drawn up by OXFAM<sup>26</sup> in 2006: (i) an active person with an awareness of global issues and the increased global connectivity between countries and people; (ii) who respects and values diversity; (iii) whose global awareness is associated with a sense of belonging to a global community that goes beyond the country of birth or residence; (iv) who promotes responsibility and commitment to local and global realities and a critical understanding of the personal role in the global arena; (v) and thus converts these principles into their daily life choices, for example through responsible and ethical consumption (Coelho *et al.*, 2021). In this respect the concept of Education for Global Citizenship is presented with various meanings, uses and scope, with a strong link to the so-called ‘Educations for’, such as: ‘Education for Sustainable Development’, ‘Education for Human Rights’ or more specifically, ‘Education for Citizenship’, whose practices in Portugal are carried out in schools. In fact, we recognise the role and relevance that education and schools have in this area for young people in secondary education, taking into account the challenges of the societies in which they live and the world that surrounds them, the content of which is covered in Citizenship Education subjects (Gonçalo da Silveira Foundation, 2018).

Considering the concepts above-mentioned, citizenship might be understood as a continuous and dynamic process of recognising and exercising rights and duties (Cardona, 2007), implying responsible action committed to the well-being of the community (local and global). In addition, the latest research has emphasised the importance of inclusive leadership and organisational citizenship behaviour in addressing global challenges. In this way, education

---

<sup>26</sup> OXFAM - British confederation of 21 independent charitable organisations dedicated to fighting poverty in the world, founded in 1942, cited in Coelho *et al.*, 2021

plays a crucial role in developing global citizenship values and preparing individuals to effectively tackle environmental issues. For example, integrating climate change into school curricula may help students to develop a deep understanding of the causes and their consequences, fostering skills such as critical thinking and empathy, which are necessary for global citizenship (Dawson *et al.*, 2022). This form of citizenship goes beyond traditional borders and national affiliations, emphasising a global-level commitment to environmental sustainability (Bireselioğlu *et al.*, 2022). Also, energy citizenship, which includes climate activism and grassroots campaigns for renewable energy, highlights the role of individuals in propelling the transition towards sustainable energy practices (Jansma *et al.*, 2023). Within this framework, Sustainable Development serves as a guiding principle for the actions and choices of global citizens, who seek to promote a balance between economic, social and environmental development, respecting diversity and human rights. In curricular terms, Citizenship Education is formally one of the mandatory areas of the Portuguese primary and secondary school curriculum and is duly framed in specific legislation, namely the National Strategy for Citizenship Education<sup>27</sup>. In brief, global citizenship is a multifaceted concept that involves awareness, empathy, and a sense of responsibility towards global issues like climate change. Educating individuals about global citizenship and enhancing their awareness and sense of responsibility are vital steps towards achieving effective and inclusive solutions to global challenges.

Given the context of the António Arroio Artistic School, as a privileged space to explore the practices and perceptions surrounding Education for Global Citizenship, it should be a studying field that would be able to contribute to the reflection and deepening of this crucial theme in the contemporary educational context. The António Arroio Artistic School is an institution dedicated to technical education and applied art founded in 1919. In 1934, the school was restructured, and four courses were subsequently introduced: artistic production, audiovisual communication, communication design and product design. More recently, the teaching of the scientific-humanistic Visual Arts course was introduced<sup>28</sup>. The educational project proposes that artistic activity be understood as a context for the training of students, and one of its main objectives is to promote the success of each student<sup>29</sup>, valuing diversity and making inclusion and differentiation regular practices in school life. It should be noted that like other educational

---

<sup>27</sup> Education for citizenship is based on the National Strategy for Education for Citizenship, which is part of the proposal drawn up and presented to the Portuguese government in January.

<sup>28</sup> source: <https://www.antonioarroio.edu.pt/historial-da-escola/>

<sup>29</sup> source: <https://sites.google.com/antonioarroio.edu.pt/relatorioplanoanual2122-aa/inclus%C3%A3o>

contexts, the António Arroio Artistic School has students from different backgrounds and nationalities, possibly in line with the global increase in the presence of foreign students in the school systems of the different OECD countries (from 9.4% in 2006 and 10% in 2009 to 12.5% in 2015 and 13% in 2018 (Oliveira, 2023). In this way, creation and communication are seen as elements that play a fundamental role in understanding, expressing and interacting with others and the surrounding environment<sup>30</sup>.

## **2. Research Methodology**

The research for this paper was based on a case study of the António Arroio Artistic School. The exploratory case study involved the participation of students and teachers, recognising the particularities of this art school.

For data collection, three methods were considered: document analysis, questionnaires applied to 33 students and structured interviews applied to 4 teachers. The documentary analysis consisted of reviewing relevant documents, such as project reports developed by the António Arroio Artistic School.

This stage was fundamental to understanding the teaching methodology adopted by the school within the scope of Citizenship Education, specifically in terms of the pedagogical model, in which some good practices stand out (within the framework of the Project and Technologies curricular component), such as the adoption of a project-based teaching methodology and multidisciplinary combined with collaborative work between teachers.

The questionnaires were adapted from research of Carvalho (2018) to meet the specific objectives of this research. Electronic questionnaire model was chosen, given the convenience of publicising it to the participants and filling it in via digital means (using Google Forms). With the aim of the case study and the choice of sample, it was left to the school's discretion to identify three 11<sup>th</sup> grade classes (classes Q, P and O). The questionnaires, which were anonymous and confidential, were available for completion between May and June 2023. From the interviews with the teachers, the aim was to obtain valuable qualitative insights into the school's pedagogical approach, the integration of global citizenship into the curriculum and the teachers' perceptions of the impact of these educational practices on the students. In this context, the interviews were sent to the teachers individually by email and returned by the same means.

To analyse the information collected, we opted for a descriptive analysis of the data, which made it possible to describe the characteristics of the participants and examine the distribution

---

<sup>30</sup> source: [https://www.antonioarroio.edu.pt/docs/Diversos/ProjetoEducativo\\_2018\\_2021.pdf](https://www.antonioarroio.edu.pt/docs/Diversos/ProjetoEducativo_2018_2021.pdf)

of the values of the main variables, based on the research questions. A content analysis was carried out on the open questions in the questionnaire and the interview, considering that this is a set of techniques that allows communications to be studied, describing the messages and indicators that help to understand the circumstances and effects of those who produce or receive them (Sousa & Santos, citing Bardin, 2020). Based on Bardin's (1977) categorisation, the content analysis of the interviews can be cross-sectional, based on the analysis of each theme-object and transposed onto an evaluation form or grid, and the technical support of the MaxQDA software was used to carry this out. Data collection took place in the third term of the 2022-2023 school year, more specifically between May and June 2023, which coincided with the completion of schoolwork, assessments and preparation for national exams.

According to the literature in this area, a case study is a form of examination that analyses a social phenomenon in depth and detail. This phenomenon can involve a person, a group, a family, a community or an organisation. The aim is to understand how it manifests itself, what its factors and consequences are, and how it develops over time (Fortin, 2009). To reduce the sampling error (difference between the values obtained for a characteristic in the sample and the values obtained for this characteristic in the entire population), the non-probabilistic sampling method was adopted by rational choice of the researcher, since it uses a method of selecting participants or elements that is not based on probabilities or randomisation.

In terms of sample size, given the qualitative nature of this study and the fact that it is a homogeneous population, a small sample can be considered sufficient (Fortin, 2009). To this end, it included 4 teachers and three 11<sup>th</sup> grade classes, with a total of 33 students responding to the surveys. The classes had an average of around 27 students each. The analysis of the results was carried out in an integrated way, combining qualitative and quantitative approaches. The data collected was analysed statistically and content-wise, allowing for an in-depth interpretation of the information obtained.

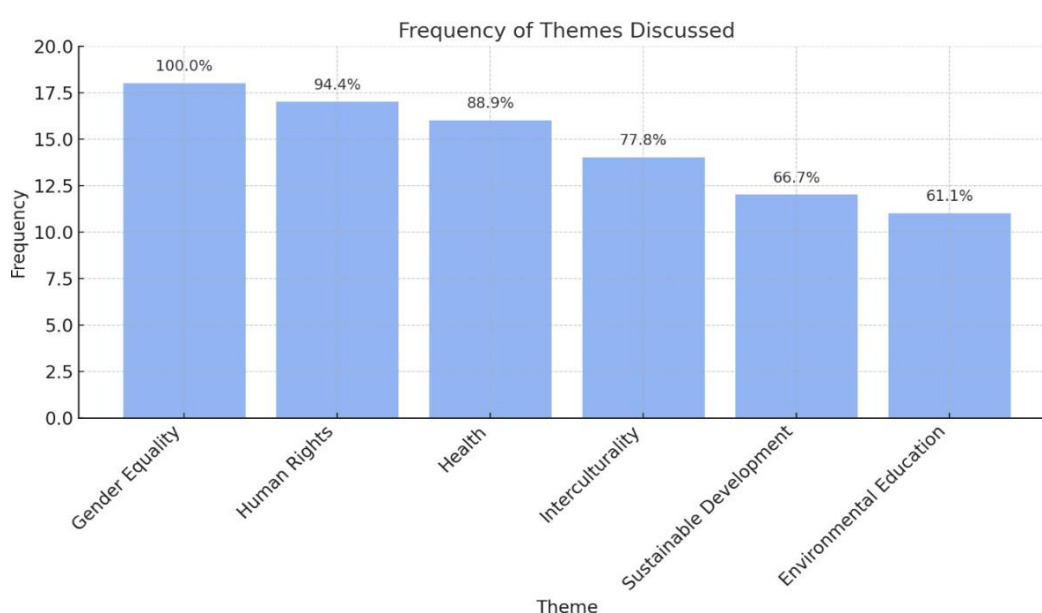
### **3. Discussion of Results**

#### **3.1 Students Findings**

The following findings emerged from the questionnaires applied to the students:

- 1) Of the themes identified by the students, all (100%) address gender equality in the family context, which reveals an awareness and sensitivity to the importance of promoting equality between men and women in society. Human rights (94.4%) are also covered a lot. As far as health is concerned, it is also one of the most covered

topics, considering its different dimensions (mental health, diet, physical activity, addictive behaviours), which are issues also worked in the school context. The results obtained in this study are presented in Graphic 1. Research by Looze et al. (2017) indicates that adolescents have greater life satisfaction when they live in countries with high levels of gender equality, compared to countries with low levels of gender equality, regardless of individual and national economic difference. Although, some people still believe that gender equality is a women’s or girls’ issue, this study clearly shows that also boys’ benefit from higher levels of gender equality in society. The association between gender equality in society and adolescents’ life satisfaction takes into account the perception of social support in the context of family, peers and school.

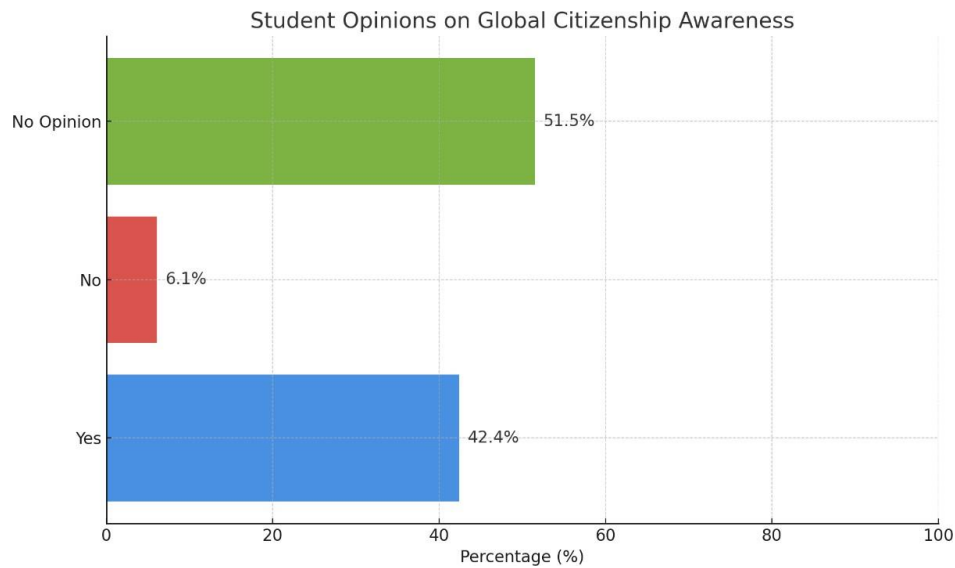


**Figure 1. Themes identified by the students**

Source: Own elaboration

2) The students identify various values and attitudes that they consider most relevant to improving society, considering what they learn about Citizenship Education, namely respect for the diversity of opinions, cultures and lifestyles that exist in the world, tolerance and the promotion of social justice. However, when asked about the concept of Global Citizenship itself, which involves mobilising for social transformation, adding value to the community, creating bridges between the local and the global, the majority had no opinion (51,5%), showing a lack of knowledge or interest in the subject, despite recognising its relevance (see Graphic 2). Similarly, Rivera et al. (2013) study highlighted the positive impact of education on students’ awareness of the significance of promoting gender equality. In summary, all these studies underscore the need for comprehensive education on Global Citizenship to bridge the gap in students’ knowledge and interest in

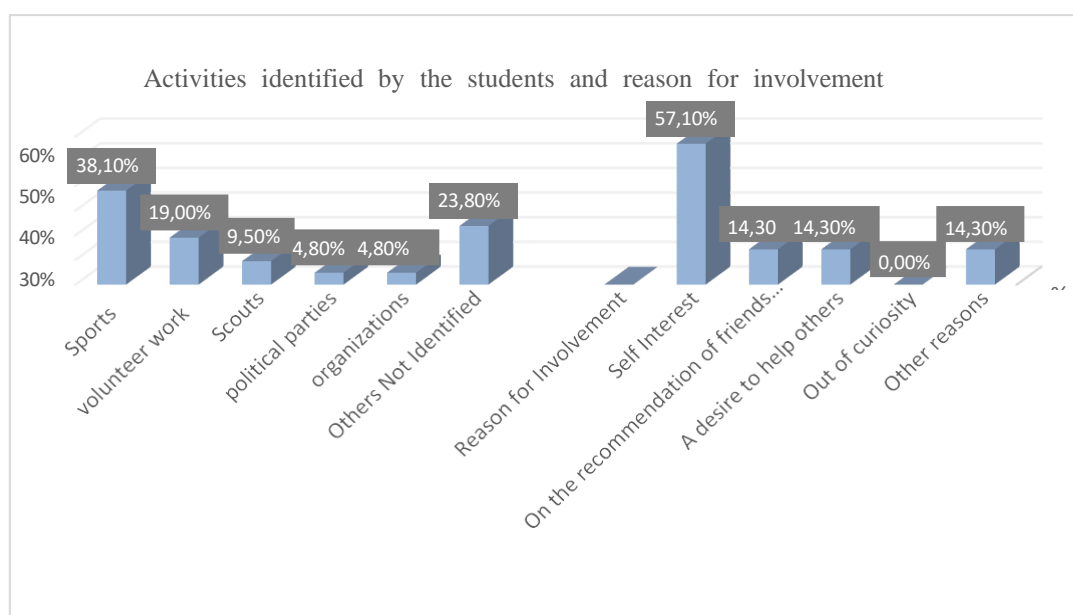
mobilizing for social transformation and promoting community engagement on a global scale.



**Figure 2. Students' opinion on Global Citizenship Awareness**

Source: Own elaboration

- 3) A significant percentage (57,6%) of students don't take part in social activities or take an active part in their community, but they do try to apply it in their daily lives, whether through research on the subject or through their attitudes towards others and in terms of adopting more sustainable habits, highlighting concerns about social and environmental inequalities and the need to share information on the subject. Despite such a significant percentage of students not taking part in activities, they nevertheless identified a range of activities and reasons for getting involved, as shown in Graphic 3. The adoption of sustainable behaviours, such as sustainable travel and tourism practices plays a crucial role in addressing environmental concerns and promoting sustainability (Canto et al., 2021; Gomes & Lopes, 2023). Psychological barriers, particularly related to sustainable dietary patterns, have been identified as a key area for further research to understand and overcome obstacles to sustainable behaviour adoption (Lourenço et al., 2022). In conclusion, the synthesis of these references underscores the interconnectedness of social, environmental, and health issues, highlighting the importance of addressing social determinants, especially the need for greater participation in social or community activities and the adoption of sustainable habits.



**Figure 3. Activities identified by the students and reason for involvement**

Source: Own elaboration

- 4) Regarding the school's contributions, the students have different opinions on how the topics are approached in class, with a significant proportion considering that the approach in class is adequate, showing satisfaction with the content and methodologies adopted. It should be noted that they also identify improvements to be made in this area, especially about a less theoretical and more practical approach, covering topics with which they identify. This research has shown that school satisfaction is closely linked to attendance, academic performance, and their psychological well-being. Moreover, and in accordance with Yam (2022) the relationship between school satisfaction and psychological well-being highlights the mediating role of happiness at school, emphasizing the importance of a positive and fulfilling educational environment for students' overall well-being and academic success. These findings corroborate our study, in that student satisfaction with the educational experience, including content and methodologies, is essential for promoting positive outcomes in terms of academic performance, attendance and general well-being. Students' opinions on the approach to topics in class, their satisfaction with the content and methodologies adopted, and their identified areas for improvement reflect the significance of considering student feedback and enhancing the educational experience to meet their needs and expectations.
- 5) In terms of students' interest in the themes included in Citizenship Education, there is a preference for specific themes such as Education for Health and Sexuality, Education for Gender Equality and Education for Human Rights. Research by Castro et al.

(2018) underscores the positive association between comprehensive sexual education exposure and improved sexual and reproductive health outcomes among high school students in Mexico. This highlights the importance of integrating comprehensive sexual education components into school curricula to enhance students' understanding and promote positive health outcomes. Regarding Education for Gender Equality the study by Li et al. (2023) identifies the importance of establishing gender equality consciousness in schools through various activities and curriculum design to promote gender equality education effectively. In addition, Nurjanah (2024) recommends integrating gender equality into civics textbooks to defend the principles of human rights, more specifically to promote equality in gender roles in order to create fair gender relations among students. These references collectively emphasize the significance of incorporating Education for Health and Sexuality, Education for Gender Equality, and Education for Human Rights into school curricula to empower students with essential knowledge and skills to navigate complex societal issues and promote a more inclusive and equitable society.

- 6) Considering that the research was centred on the context of an Art School, the students associate it with the promotion of new ideas and an educational context open to diversity, and the majority believe that art can raise awareness of citizenship issues more easily. The conclusion is that art can be a mean of interpretation and social transformation. In the study conducted by Costandius (2010), in the context of university education in South Africa, he concluded that art can be an effective means of addressing sensitive issues because it works on a symbolic and metaphorical level, involving participants and encouraging a diversity of interpretations. In this way, art education can be a useful tool to promote learning about social responsibility and citizenship. In addition, Silva (2021), analysing the context of a Portuguese artistic and professional school, reinforces the importance of artistic education in the construction of critical thinking, as it enables questioning, investigation and permanent analysis of the world around us, encourages the crossing of various fields of knowledge and gives students the chance to express themselves about their learning. There is thus a student/school reciprocity that takes place in a context of sharing feelings, thoughts and actions, enabling the student to discover themselves as a person and the school to present itself as part of a process of social and school intervention.

### **3.2. Teachers Findings**

Teachers have shown that they understand citizenship as a dynamic, multidimensional and transformative phenomenon. Regarding the values promoted by the school, both students and

teachers identify common aspects such as respect for others, responsibility and tolerance.

Among the activities carried out in the teachers' subjects, they were generally successful and valued by the students. Regarding student participation, only one teacher felt that students were more participative and more aware of the importance of developing peer projects with a social and human foundation.

In this research and from the teachers' perspective, the concept of Global Citizenship is interlinked with the values of Citizenship Education, namely the adoption of active citizenship in favour of the common good, interculturality and respect for others.

Among the activities carried out in the teachers' subjects, generally they have been successful and valued by the students. As far as student participation is concerned, there has been no increase in participation since the implementation of the Citizenship Education Project, nor has there been any change in their attitudes, perceptions or behaviour. In this context, Carvalho (2018) points out in her study, that teachers and students have different opinions on the importance of each thematic area of citizenship education, emphasising the need for a subject dedicated to these topics so that it is not delegated to the background. Considering what should be developed in schools regarding Citizenship Education, the teachers put forward the following suggestions:

- Deepening interdisciplinarity ("Often very interesting actions are developed that end up not having the desired impact because they are too dispersed.");
- It is necessary to create the conditions for teachers to work more as a team in order to plan and implement interdisciplinary;
- Choosing themes that meet the concerns of students, providing a space to reflect on issues of the contemporary world;
- Focus on themes related to active citizenship, political participation and economy;
- Promoting the theme of Citizenship and Development in initial and continuing teacher training.

The teachers also mentioned the importance of deepening interdisciplinary projects that promote a more integrated approach to Global Citizenship issues. In this way, teachers demonstrated a vision of the school as an educational agent that should reinforce the creation of knowledge in the school context but also establish a link between learning and the surrounding environment. The integration of interdisciplinary projects in education is increasingly recognised as a vital approach to promoting Global Citizenship among students. From this perspective, other studies emphasise that interdisciplinary teaching involves the amalgamation of methods from various disciplines to provide comprehensive learning

experiences (Bolat & Karakuş, 2017). It is an essential approach for a holistic understanding of complex global issues, as it encourages students to make connections between different fields of study and apply their knowledge to real-world scenarios. In turn, the findings of Fidalgo-Neto et al., (2014) observed that teachers believe that schools often lack the necessary conditions to implement interdisciplinary practices effectively, which can hinder the development of integrated curricula that address Global Citizenship issues.

### **3.3. School Context**

The inclusive nature of the school, the organisational climate characterised by a culture of respect for differences, the positive interpersonal relationships between students and teachers and the existence of adequate human and technical resources that facilitate the implementation of activities and projects, including those developed under the theme of Education for Citizenship, stand out. Compared to mainstream education, the school's educational model has several positive aspects related to the students' adherence to the work carried out. Bernardo et al. (2022), analysing the global citizenship competences of students in the context of education in the Philippines, stresses that despite not being developed or implemented, the global citizenship competences of young students develop gradually in the first years of school.

In terms of comparative analysis with other studies (Costandius,2010; Carvalho, 2018; Gonçalo da Silva Foundation, 2018; Bernardo et al., 2022), similarities can be identified in the results obtained, namely a convergence in relation to the importance of the transversality of the area of Citizenship in the different subjects, the valorisation of Art as a means of raising awareness and expressing Citizenship themes, the positive influence of initiatives in promoting a more tolerant, inclusive school climate and the dynamization of initiatives that promote interaction between teachers and students.

### **Conclusion**

In the context of the results obtained from the students, we can conclude that they address citizenship issues with some regularity in the family context, particularly those related to gender equality, human rights and health issues, and that these issues are also dealt with in the school context. Students identify various values and attitudes that they consider most relevant

to improving society, considering what they learn about Citizenship Education, namely respect for the diversity of opinions, cultures and lifestyles that exist in the world, tolerance and the promotion of social justice.

The teachers demonstrated an understanding of citizenship as a dynamic, multidimensional and transformative phenomenon. From the activities carried out in the teachers' subjects, they have generally been successful and valued by the students. In terms of student participation, there has been no evidence of greater participation since the Citizenship Education Project was implemented or of changes in students' attitudes, perceptions and behaviours, which could be understood as something inherent on the one hand, and on the other hand, this assessment needs more time to assess any concrete repercussions.

Considering the research objectives, we can conclude that the methodology and themes addressed by the António Arroio Art School in the context of Citizenship Education are characterised by a transversal and interdisciplinary approach, materialised in the development of activities and projects by the various disciplines.

As this is an Art school, the students associate it with the promotion of new ideas and an educational context open to diversity, and the majority believe that art can more easily raise awareness of citizenship issues. The conclusion is that art can be a means of interpretation and social transformation. The school's inclusive nature, the organisational climate characterised by a culture of respect for differences, the positive interpersonal relationships between students and teachers and the existence of adequate human and technical resources that facilitate the implementation of activities and projects, including those developed under the theme of Education for Citizenship, stands out.

However, there are also aspects to be improved in terms of Citizenship Education projects and activities, namely creating conditions to promote greater teamwork, promoting inter-institutional partnerships and implementing interdisciplinary, multidisciplinary and transdisciplinary projects. In terms of Citizenship Education themes, there are some suggestions for improvement, namely focusing on themes related to active citizenship, political participation and the economy and others that address the concerns of students, as well as promoting initial and continuing teacher training in the field of Citizenship and Development.

Considering the starting question of this research, we can conclude that, based on the sample and data collected from the students of the António Arroio Artistic School, they recognise the values and importance of Citizenship Education, and only some of them identify with the concept of Global Citizenship, some of them identify with the concept of Global Citizenship

and therefore apply it in their social and community contexts, using digital tools to learn and communicate, in their interpersonal relationships and in adopting more sustainable habits and behaviours.

The main limitations of the study were the restricted period during which the research instruments (surveys and interviews) were used, because it took place towards the end of the school year, coinciding with the preparation phase for the 11th grade exams and assessments, which brought an additional workload for teachers and students, and which may have conditioned the degree of participation in the surveys.

## Bibliography

- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bernardo, A. B., Cordel, M. O., Ricardo, J. G., Galanza, M. A., & Almonte-Acosta, S. (2022). Global citizenship competencies of Filipino students: Using machine learning to explore the structure of cognitive affective and behavioral competencies in the 2019 Southeast Asia primary metrics. *Education Sciences*, 12(1), 547.
- Bireselioğlu, M. E., Demir, M. H., Solak, B., & Turan, U. (2022). Understanding the dynamics and conceptualization of environmental citizenship and energy citizenship: Evidence from the existing literature. *Frontiers in Energy Research*, 10. <https://doi.org/10.3389/fenrg.2022.1018035>
- Bolat, Y. and Karakuş, M. (2017). Design implementation and authentic assessment of a unit according to concept-based interdisciplinary approach. *International Electronic Journal of Elementary Education*, 10(1), 37-47. <https://doi.org/10.26822/iejee.2017131885>
- Cardona, V. (2007). *Educating for European citizenship*. Jacques Delors European Information Centre. Principia Editora.
- Carvalho, C. (2018). *Educação para a cidadania: Estudo de caso numa escola associada da Rede de Escolas UNESCO*. Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Castro, F., Rojas, R., Villalobos-Hernández, A., Allen-Leigh, B., Breverman-Bronstein, A., Billings, D., & Uribe-Zúñiga, P. (2018). Sexual and reproductive health outcomes are positively associated with comprehensive sexual education exposure in mexican high-school students. *Plos One*, 13(3), e0193780.
- Coelho, D. P., Caramelo, J., & Menezes, I. (2021). Global citizenship and the global citizen/consumer: Perspectives from practitioners in development NGOs in Portugal. *Education, Citizenship and Social Justice*, 17(2), 155-170.
- Canto, N., Grunert, K., & Barcellos, M. (2021). Circular food behaviors: a literature review. *Sustainability*, 13(4), 1872. <https://doi.org/10.3390/su13041872>
- Costandius, E. (2010). Using art as a medium to enhance social responsibility and citizenship. *Discourse and Communication for Sustainable Education*, 1(2).
- Dawson, V., Eilam, E., Tolppanen, S., Assaraf, O. B. Z., Gokpınar, T., Goldman, D., & Quinton, H. W. (2022). A cross-country comparison of climate change in middle school science and geography curricula. *International Journal of Science Education*, 44(9), 1379-1398.
- ENEC - Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania - Direção Geral de Educação. (2017). [http://dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos\\_Curriculares/Aprendizagens\\_Essenciais/estrategia\\_cidadania\\_original.pdf](http://dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf) (acedido em 21/05/2023).
- ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. (2010-2015). <https://cidadania.dge.mec.pt/sites/default/files/pdfs/ened2018-2022folhetoportugues.pdf> (acedido em 21/05/2023).
- ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. (2018-2022). <https://cidadania.dge.mec.pt/sites/default/files/pdfs/ened2018-2022folhetoportugues.pdf> (acedido em 21/05/2023).
- ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. Relatório de acompanhamento da ENED-2021. [relatorios-de-acompanhamento-1-pt\\_1658942990.pdf](https://relatorios-de-acompanhamento-1-pt_1658942990.pdf) (ened-portugal.pt) (acedido em 21/05/2023).
- Escola António Arroio. (n.d.). [www.antonioarroio.edu.pt/historial-da-escola](http://www.antonioarroio.edu.pt/historial-da-escola) (acessado em 18/08/2023).

- Escola António Arroio. (n.d.). ProjetoEducativo\_2018\_2021.pdf (antonioarroio.edu.pt) (acedido em 18/08/2023).
- Escola António Arroio. (n.d.). <https://www.antonioarroio.edu.pt/amo-1-obra-prima-19/> (acedido em 18/08/2023).
- Fidalgo-Neto, A., Lopes, R., Magalhães, J., Pierini, M., & Alves, L. (2014). Interdisciplinarity and teacher education: the teacher’s training of the secondary school in rio de janeiro—brazil. *Creative Education*, 05(04), 262-272. <https://doi.org/10.4236/ce.2014.54035>
- Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lusodidacta.
- Gomes, S., & Lopes, J. (2023). Insights for pro-sustainable tourist behavior: The role of sustainable destination information and pro-sustainable tourist habits. *Sustainability*, 15(11), 8856. <https://doi.org/10.3390/su15118856>
- Gonçalo da Silveira Foundation. (2018). *Global Citizenship Education Initiatives: Exploratory study*. CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral and FGS. <https://www.cidac.pt/files/3215/4841/7989/Desafios-Globais-Final.pdf> (accessed on 18/04/2023).
- Jansma, S. R., Long, L. A. N., & Lee, D. (2023). Understanding energy citizenship: How cultural capital shapes the energy transition. *Energies*, 16(5), 2106. <https://doi.org/10.3390/en16052106>
- Li, J., Jiang, X., Wang, Y., & Yuan, Z. (2023). Problems and countermeasures of gender equality education in junior middle schools. *Journal of Education Humanities and Social Sciences*, 8, 882-888. <https://doi.org/10.54097/ehss.v8i.4376>
- Looze, M. d., Huijts, T., Stevens, G. W. J. M., Torsheim, T., & Vollebergh, W. (2017). The happiest kids on earth. Gender equality and adolescent life satisfaction in Europe and North America. *Journal of Youth and Adolescence*, 47(5), 1073-1085. <https://doi.org/10.1007/s10964-017-0756-7>
- Lourenço, C., Nunes-Galbes, N., Borgheresi, R., Cezarino, L., Martins, F., & Liboni, L. (2022). Psychological barriers to sustainable dietary patterns: Findings from meat intake behaviour. *Sustainability*, 14(4), 2199. <https://doi.org/10.3390/su14042199>
- Mesquita, E., Bergano, S., Martins, M., Sanches, A., & Ribeiro, Ilda (2017). Olhares sobre a (in)definição conceptual de Educação para o Desenvolvimento. *Eduser: Revista de Educação*, 9(2), Instituto Politécnico de Bragança.
- Nurjanah, N. (2024). Gender equality in civic education textbook. *Palastren Jurnal Studi Gender*, 16(2), 281. <https://doi.org/10.21043/palastren.v16i2.19089>
- Oliveira, C. R. (2023). *Immigrant integration indicators: Annual statistical report 2023*. 1st ed. (Immigration in Numbers - Annual Reports 8). ISBN 978-989-685-138-5.
- Rivera, F., Fernández, R., Vázquez, M., Novo, M., & Seijo, D. (2013). The views of Spanish undergraduates on gender equality, parental responsibilities and joint-custody. *Advances in Applied Sociology*, 3(1), 54-60. <https://doi.org/10.4236/aasoci.2013.31007>
- Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 366 pp. ISBN 0 375 40169 0.
- Silva, M. (2021). *Art-education, health education and citizenship education in Portuguese secondary schools*. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/42377>
- Sousa J., & Santos, S. (2020). Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*, 10(2), 1396-1416.
- Yam, F. (2022). The relationship between school satisfaction and psychological well-being of secondary school students: The mediating role of happiness at school. *Journal of Teacher Education*, 4(2), 248-262.

## A Educação como um Caminho para a Cidadania Global

*Maria de Fátima Fernandes, Instituto Politécnico de Setúbal/Escola Superior de Ciências Empresarias/Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos, CICS.NOVA.UÉvora, [maria.fernandes@esce.ips.pt](mailto:maria.fernandes@esce.ips.pt)*

*Maria Manuel Serrano, Universidade de Évora/Escola de Ciências Sociais/Departamento de Sociologia, CSG/SOCIUS-ISEG/UL, CICS.NOVA.UÉvora, [mariaserrano@uevora.pt](mailto:mariaserrano@uevora.pt)*

### Resumo

O conceito de cidadania global refere-se à ideia de que todas as pessoas pertencem a uma comunidade mundial que transcende todo o tipo de fronteiras. A cidadania não se esgota na posse de direitos e no cumprimento de deveres, também exige o compromisso dos cidadãos com causas sociais e políticas e a procura do bem comum, bem como uma postura crítica e participativa na sociedade, nomeadamente nas organizações a que pertencem. A efetividade da participação depende da educação, um dos componentes básicos da cidadania e um pilar fundamental na construção de uma sociedade cidadã.

Neste contexto, a educação ao longo da vida constitui uma oportunidade para evoluir pessoal e profissionalmente, como se procura ilustrar na presente comunicação, mostrando como adultos já inseridos no mercado de trabalho e com família constituída, decidem voltar a estudar. As motivações destes trabalhadores-estudantes centram-se nas esferas pessoal e profissional e na possibilidade de resgatar um sonho adiado. Os resultados obtidos na investigação demonstram que a obtenção de uma licenciatura contribuiu para incrementar o desempenho e alterar comportamentos em contexto laboral, com reflexos na cidadania organizacional. A estratégia metodológica foi essencialmente qualitativa e a recolha de informação efetuou-se com a realização de entrevistas semi-diretivas a 4 responsáveis pela Gestão de Recursos Humanos em 4 organizações públicas e X organizações privadas, nos distritos de Évora e Setúbal, respetivamente.

**Palavras-chave:** Cidadania, educação, globalização

### Abstract

The concept of global citizenship refers to the idea that all people belong to a worldwide community that transcends all types of borders. Citizenship is not limited to the possession of rights and the fulfillment of duties, it also requires citizens' commitment to social and political causes and the search for the common good, as well as a critical and participatory stance in society, particularly in the organizations to which they belong. The effectiveness of participation depends on education, one of the basic components of citizenship and a fundamental pillar in the construction of a civic society.

In this context, lifelong education constitutes an opportunity to evolve personally and professionally, as this communication seeks to illustrate, showing how adults already in the job market and with a family, decide to return to study. The motivations of these worker-students are centered on the personal and professional spheres and the possibility of rescuing a postponed dream. The results obtained in the research demonstrate that obtaining a degree contributed to increasing performance and changing behaviors in the work context, with impacts on organizational citizenship. The methodological strategy was essentially qualitative and information collection was carried out by conducting semi-directive interviews with 4 people responsible for Human Resources Management in 4 public organizations and X private organizations, in the districts of Évora and Setúbal, respectively.

**Keywords:** Citizenship, education, globalization

### Introdução

A cidadania é uma noção de cariz moral, política e jurídica que ocorre nas sociedades. Por sua vez, a cidadania global, numa visão mais abrangente, contempla a necessidade de olhar questões centrais para a Humanidade assentes em liberdades e direitos, incluindo a irradicação da pobreza e das desigualdades, a justiça social, o desenvolvimento, as interdependências, a globalização e a paz.

A educação e a formação funcionam como um pilar fundamental para construir uma sociedade que se pretende saudável, justa, instruída e com valores. A formação ao longo da vida constitui um desafio e uma oportunidade para quem pretende evoluir pessoal e profissionalmente e alcançar melhores condições de vida.

Neste contexto, a educação ao longo da vida constitui uma oportunidade para evoluir pessoal e profissionalmente, como se procura ilustrar na presente comunicação, mostrando como adultos já inseridos no mercado de trabalho e com família constituída, decidem voltar a estudar. As motivações destes trabalhadores-estudantes centram-se nas esferas pessoal e profissional e na possibilidade de resgatar um sonho adiado. Os resultados obtidos na investigação demonstram que a obtenção de uma licenciatura contribuiu para incrementar o desempenho e alterar comportamentos em contexto laboral, com reflexos na cidadania organizacional. A estratégia metodológica foi essencialmente qualitativa e a recolha de informação efetuou-se com a realização de entrevistas semi- diretivas a 4 responsáveis pela Gestão de Recursos Humanos em 2 organizações públicas e 2 organizações privadas, nos distritos de Évora e Setúbal, respetivamente. Como técnica de tratamento dos dados utilizou-se a análise de conteúdo.

Este artigo foi estruturado em cinco pontos: primeiramente faz-se uma breve abordagem teórica dos conceitos de educação e formação, no ponto dois aborda-se o tema da cidadania global e de seguida o quadro legislativo do trabalhador-estudante. No ponto 4, apresenta-se uma nota sobre a metodologia utilizada, seguida da apresentação dos resultados do estudo e finalmente as conclusões.

## **1. A educação/formação**

A educação e a formação vêm assumindo uma importância crescente nos domínios social, económico, político, académico e organizacional, como potenciadores de conhecimento e consequente da evolução das sociedades.

Em sentido lato, a educação é a forma como se organiza o ciclo intergeracional de transmissão e criação conjunta de conhecimento. Conecta-nos ao mundo e uns aos outros, possibilitando novas oportunidades, fortificando capacidades de diálogo e de ação (UNESCO e Fundación SM, 2022).

Ao nível organizacional, a formação define-se na transmissão do conjunto das aprendizagens projetadas por uma organização com a finalidade de introduzir uma mudança nas capacidades, atitudes e comportamentos dos empregados no trabalho (Rego, Pina e Cunha, Gomes, Campos e Cunha, Cabral-Cardoso e Marques, 2015). Pode ainda ser considerada um instrumento de

gestão em que a organização transfere um conjunto de conhecimentos, capacidades, atitudes e comportamentos aos seus trabalhadores, com a perspectiva de que estes sejam apreendidos e aplicados na realização do trabalho. Têm como finalidade a melhoria do desempenho dos trabalhadores no exercício da sua função, bem como o desempenho organizacional global (Sotomayor, 2021).

No contexto de trabalho, os conceitos de formação convergem na apreensão de conhecimentos e na melhoria das capacidades para o desempenho. Neste sentido, a política da formação deve obedecer um duplo objetivo: i) possibilitar a adequação dos recursos humanos às alterações estruturais e às alterações das condições de trabalho que resultam da evolução tecnológica e da evolução do contexto económico e ii) permitir determinar e adotar as inovações e mudanças a realizar, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento da organização (Peretti, 2007).

A relação entre a educação e a economia, mais concretamente ao nível da preparação dos jovens para a inserção no mercado de trabalho é referenciada por Giddens nestes termos: “a educação e as qualificações tornaram-se uma pedra basilar para as oportunidades de emprego e de carreira. As escolas e as universidades não só alargam as mentes e as perspectivas das pessoas, mas espera-se que preparem novas gerações de cidadãos para a participação na vida económica” (Giddens 2007: 496). Espera-se ainda que a melhoria do nível de qualificações profissionais da população contribua para a dignificação do trabalhador, com consequências na melhoria do seu estatuto socioprofissional, assim como no desenvolvimento da economia, por via da modernização e do aumento da competitividade das organizações (Rebelo, 1999).

Na qualidade de instituição educativa, a escola instrui, ensina e qualifica os indivíduos, ou seja, ministra um conjunto de conhecimentos e capacidades, promovendo competências que proporcionam a integração e participação na vida das organizações, tornando os indivíduos mais produtivos nos processos de trabalho (Saragoça, 2013).

A formação, segundo Rego *et al.* (2015) e Cabrera (2006) é o conjunto das aprendizagens projetadas por uma organização com o objetivo de introduzir uma mudança nas capacidades, atitudes e comportamentos dos empregados no trabalho. Neste sentido, a formação constitui um instrumento de gestão através do qual a organização transfere um conjunto de conhecimentos, capacidades, atitudes e comportamentos aos seus trabalhadores, com a finalidade de serem apreendidos e aplicados na execução do trabalho, com vista a melhorar o desempenho dos trabalhadores no exercício da sua função, assim como o desempenho organizacional global (Sotomayor, 2021).

De modo mais abrangente, a formação pode ser entendida como um processo, formal ou

informal, planeado ou não, no qual as pessoas conhecem novos saberes, capacidades, atitudes e comportamentos (Rego *et al.*, 2015), no sentido de melhorar o desempenho atual e futuro dos trabalhadores pela mudança e potenciação dos conhecimentos, capacidades e atitudes (Sotomayor, 2021).

Os novos modelos formativos assentam nas potencialidades das tecnologias de informação e comunicação e na responsabilização do indivíduo pela melhoria das suas competências. As formas especializadas de formação técnica, vocacional e profissional suplementam frequentemente a educação designada de “liberal” e permitem simplificar a transição do contexto escolar para o contexto de trabalho (Giddens, 2008).

Face à dinâmica e à imprevisibilidade do atual contexto socioeconómico, cultural e político, impõe-se uma nova perspetiva sobre a aprendizagem. Tradicionalmente, num modelo de emprego estável, a aprendizagem foi considerada uma primeira etapa na vida dos indivíduos para posteriormente progredir para a segunda etapa dedicada à atividade profissional, focada numa ocupação e num emprego. Atualmente, num paradigma de emprego flexível, a educação escolar e a formação profissional são vistas numa perspetiva de aprendizagem contínua. Esta realidade leva a repensar a divisão de responsabilidades entre o Estado, as instituições educativas/formativas, as empresas e os indivíduos, que, segundo (Kovács, 2002), já não faz sentido, ou seja, todos estes atores estão comprometidos no processo de aprendizagem.

A educação de adultos teve início com o movimento do Iluminismo e da Revolução Francesa no séc. XVIII. A noção de educação permanente é iniciada pelo filósofo Cordocet em 1792, que defendeu a instrução na infância, mas também no decurso da vida (Canário, 2008), pelo que, “a educação de adultos, tal como a conhecemos hoje, é um fenómeno recente, mas não constitui uma novidade” Canário (2008: 11).

A educação e a aprendizagem ao longo da vida desempenham, desde há muito, um papel essencial na modificação das sociedades humanas (UNESCO e Fundación SM, 2022). A ONU preconiza o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa de forma a promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2023).

A aprendizagem ao longo da vida (*life long learning* ou ALV) torna-se um conceito cada vez mais premente, prerrogativa que se emoldura num dos projetos da Comissão Europeia e constituiu um dos aspetos centrais de transformação da economia portuguesa. Uma sociedade do conhecimento não pode subsistir sem cidadãos com elevado nível de educação e sem uma força de trabalho bem preparada e qualificada. A educação e a formação são, assim, pilares fundamentais para alcançar os ambiciosos objetivos económicos e sociais que a Europa

instituiu para si própria (Rego *et al.*, 2015). Deste modo, as organizações flexíveis, a atual conjuntura socioeconómica e cultural global em rápida e constante mudança, impõem a necessidade de recursos humanos igualmente flexíveis, consistindo a formação um requisito elementar para o aumento dos níveis de qualificação, polivalência, responsabilização, comunicação ou trabalho em equipa (Kovács, 2002). Neste sentido, os papéis profissionais assumem um domínio cada vez mais intensivo no que respeita ao conhecimento e quem o desempenha

necessita aprender de forma contínua (Kovács, 2002).

As políticas de aprendizagem ao longo da vida (ALV) em geral e as políticas de Ensino e Formação Profissional (EFP) em particular resultam de interações sociais complexas entre decisores políticos, empresas, representantes da sociedade civil e os próprios jovens adultos (Alves *et al.*, 2018).

Nesta perspetiva, a formação e a qualificação contínua funcionam como bases da sociedade moderna do conhecimento (Sotomayor, 2021; Rego *et al.*, 2015), devendo por isso, consistir numa prioridade das organizações (Sotomayor, 2021), mas também para os trabalhadores de forma individual.

## **2. A cidadania global**

O conceito de cidadania tem vindo a evoluir ao longo do tempo. Historicamente, a cidadania não se aplicava a toda a sociedade dado que apenas homens ou quem possuía propriedades, eram considerados cidadãos. Durante o século passado, o conceito de cidadania tornou-se gradualmente mais abrangente, sob a influência do desenvolvimento dos direitos civis, políticos e sociais. Atualmente, as noções de cidadania nacional diferem de país para país, demonstrando, desta forma, diferenças de contexto político e histórico, entre outros fatores. Um mundo cada vez mais globalizado levanta questões sobre no que consiste uma cidadania significativa e as suas dimensões globais (UNESCO, 2016).

A cidadania é um “constructo moral, político e jurídico ambivalente que aparece em sociedades históricas, complexas e abertas, nas quais o dilema entre indivíduos e sociedade é equacionado mediante o surgimento de esferas públicas que valorizam o ‘mundo comum’” (Martins, 2009: 55).

A cidadania compreende uma construção aos níveis: (i) moral, pois assenta em valores como um ideal de igualdade social; (ii) político, dado que a sua consistência prática, histórica e sociológica, obtém forma mediante conquistas e formas de participação a nível político e (iii)

jurídico, porque adquire força de lei e é regulada de acordo com a sua inscrição nos diferentes ordenamentos jurídicos.

Ainda que a noção de cidadania para além do Estado-Nação não seja recente, as mudanças no contexto global, como sejam o estabelecimento de convenções e tratados internacionais, o crescimento de organizações, empresas transnacionais e movimentos da sociedade civil, assim como o desenvolvimento de marcos internacionais de direitos humanos, têm implicações significativas para a cidadania global. Importa salientar que existem diferentes abordagens ao conceito de cidadania global, tais como: (i) em que medida amplia e completa a cidadania tradicional, definida em termos de Estado-nação, ou (ii) em que medida concorre com a cidadania tradicional (UNESCO, 2016).

A cidadania global refere-se ao sentimento de pertença a uma comunidade mais ampla e a uma humanidade comum. Dá relevância à interdependência e à interconexão política, económica, social e cultural entre os níveis local, nacional e global (UNESCO, 2016).

A cidadania global suporta-se na noção de cidadania, como um conceito dinâmico que tem evoluído com as transformações das sociedades e a luta de diferentes povos e grupos sociais por liberdades, direitos e autonomia. As sociedades contemporâneas enfrentam múltiplos e complexos desafios, entre os quais (ED, 2023):

- i) num mundo de abundância e produtivismo, de muitos estudos e conhecimento disponível, ainda nos confrontarmos com situações de pobreza e desigualdade; face às quais temos de agir sobre as causas desta realidade.
- ii) ambicionar a justiça social, sem fórmulas únicas; sermos pessoas capazes de observar o que se passa à volta, escutar outras vozes, construir com os outros; saber viver com antagonismos e fazer o exercício da ética e do cuidado com os outros e com o planeta.
- iii) aprender a viver com a diversidade, com discordâncias e conflitos, de nos prepararmos para a alteridade e construir, de forma ativa, a paz.
- iv) lidar com as interdependências e com a globalização, com níveis acrescidos de complexidade e de interconexões entre o local, o global e o ecológico, desenvolver a literacia crítica.
- v) lidar com a crítica e com os limites dos modelos de desenvolvimento seguidos até agora, enfrentar as suas relações imbricadas com o colonialismo, produtivismo, racismo, e a capacidade de continuar a construir caminhos plurais de regeneração e transformação social.

O crescente interesse pela cidadania global direcionou igualmente um maior cuidado à

dimensão global da educação para a cidadania, assim como para o seu impacto nas políticas, nos currículos, no ensino e na aprendizagem (UNESCO, 2016).

A cidadania global fomenta o respeito por todos, construindo um sentimento de pertença a um mundo comum e visa ajudar as pessoas a tornarem-se cidadãos globais ativos e responsáveis. Pretende dotar os cidadãos de capacidades para assumirem um papel ativo, conseguindo questionar e promover a resolução dos desafios globais, tornando-se colaboradores pró-ativos para um mundo mais pacífico, tolerante e seguro (ONU, 2023).

A cidadania organizacional é um comportamento arbitrário que não faz parte das exigências funcionais de uma função, mas que influencia na criação do funcionamento eficaz de uma organização. Desta forma, o conjunto de ações informais dos trabalhadores que favorecem a organização denominam-se comportamentos de cidadania organizacional (CCO). Trata-se de comportamentos discricionários, que não sendo diretamente reconhecidos pelo sistema de recompensa formal, nem exigidos oficialmente pelo papel ou descrição da função, promovem, de forma agregada o funcionamento eficaz da organização (Pina e Cunha *et al.*, 2016).

Na mesma linha, Organ (1997, 1988) define comportamento de cidadania organizacional como as atitudes que revelam ou ocorrem de um estado geral de ética e moralidade no local de trabalho. Posteriormente, define novamente o conceito como o conjunto de comportamentos discricionários, que excedam as expectativas formalmente exigidas para o desempenho de uma determinada função e que sejam benéficos para as organizações.

Os comportamentos de cidadania organizacional caracterizam-se, segundo Pina e Cunha *et al.* (2016) por: (i) serem consistentes com a missão da organização; (ii) possuírem um foco de longo prazo; (iii) serem orientados para objetivos direcionados para a ação; (iv) revelarem persistência face a fracassos e barreiras e (v) serem proativos. Este tipo de comportamentos estão para além da simples prática funcional, representando comportamentos extra-papel que não são diretamente reconhecidos pelo sistema formal, mas que são considerados fundamentais para que as organizações alcancem os seus objetivos (Cordeiro, 2022). As organizações que dependem apenas dos comportamentos prescritos possuem um sistema social de extrema fragilidade (Pina e Cunha *et al.*, 2016).

### **3. Os trabalhadores-estudantes**

Importa enquadrar os termos legais que regem o estatuto de trabalhador-estudante. Segundo o número 1 do artigo 89º do Código do Trabalho, considera-se trabalhador-estudante o “trabalhador que frequenta qualquer nível de educação escolar, bem como curso de pós-

graduação, mestrado ou doutoramento em instituição de ensino, ou ainda curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens com duração igual ou superior a seis meses” (Rocha 2023: 61).

A situação de trabalhador-estudante (TE) tem enquadramento legal no Código do Trabalho, que define os aspetos legais relativamente ao estatuto de trabalhador-estudante. O legislador delibera sobre as condições do estatuto de trabalhador-estudante que se encontra expressa no conteúdo dos vários artigos que enquadram esta temática, constantes da Lei 7/2009, Diário da República de 12 de fevereiro.

No artigo 90.º o legislador esclarece a forma de organização do tempo de trabalho de trabalhador-estudante, sendo que o número 1 do referido artigo indica que “O horário de trabalho de trabalhador-estudante deve, sempre que possível, ser ajustado de modo a permitir a frequência das aulas e a deslocação para o estabelecimento de ensino” (Rocha, 2023: 61-62). O número 2 do mesmo artigo, refere que caso o disposto no número 1 não seja aplicável “(...) o trabalhador-estudante tem direito a dispensa de trabalho para frequência de aulas, se assim o exigir o horário escolar, sem perda de direitos e que conta como prestação efetiva de trabalho” (Rocha, 2023: 62). O número 3 do artigo 90º, relativo à duração de dispensa de trabalho para frequência de aulas, define as diferentes durações de falta ao trabalho para frequência das aulas, como exposto nas alíneas a, b, c, d (três, quatro, cinco e seis horas semanais, respetivamente) (Rocha, 2023).

Os artigos seguintes elucidam sobre outros aspetos do estatuto de trabalhador-estudante. A alínea a) do número 1 do artigo 91.º fala sobre as faltas para prestação de provas, declarando que o trabalhador-estudante pode faltar de forma justificada por razão de prestação de provas de avaliação no dia da prova e no dia imediatamente anterior.

O artigo 92.º indica outros aspetos essenciais relativos ao estatuto de trabalhador-estudante, como sejam as férias e licenças do trabalhador-estudante. Evidenciamos o número 1 do mesmo artigo que afirma que “o trabalhador-estudante tem direito a marcar o período de férias de acordo com as suas necessidades escolares, podendo gozar até 15 dias de férias interpoladas, na medida em que tal seja compatível com as exigências imperiosas do funcionamento da empresa” (Rocha, 2023: 63).

A promoção profissional do trabalhador-estudante está prevista no número 1 do artigo 93.º, que alude que “o empregador deve possibilitar ao trabalhador-estudante promoção profissional adequada à qualificação obtida, não sendo, todavia, obrigatória a reclassificação profissional por mero efeito da qualificação” (Rocha: 2023: 63).

Para obter a concessão do estatuto, “o trabalhador-estudante deve comprovar perante o empregador a sua condição de estudante, apresentando igualmente o horário das atividades educativas a frequentar”, bem como “o respetivo aproveitamento, no final de cada ano letivo” (DGES, 2022).

#### **4. Metodologia**

A abordagem metodológica centrou-se no estudo de casos múltiplos, os quais são considerados de forma individual, ainda que mantenham uma forte correlação entre os estudos individuais (Stake, 2012).

A natureza da investigação é predominantemente qualitativa e teve como objetivo captar as perspetivas dos responsáveis pela gestão dos recursos humanos de 4 organizações, nos distritos de Évora e Setúbal, respetivamente.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas aos gestores de recursos humanos e a informação recolhida foi alvo de análise de conteúdo.

#### **5. Alguns resultados**

No âmbito da investigação que enquadra estes resultados foram entrevistados 10 trabalhadores-estudantes que, à data da inquirição eram diplomados em Sociologia e em Gestão de Recursos Humanos, na Universidade de Évora e no Instituto Politécnico de Setúbal, respetivamente. Foram também realizadas entrevistas a 4 gestores de recursos humanos de modo a conhecer as práticas de gestão de recursos humanos dirigidas a favorecer a conciliação entre o trabalho, a família e a formação, em indivíduos trabalhadores-estudantes.

A análise dos discursos destes gestores revelou que estes consideraram ter havido alterações positivas nos comportamentos dos trabalhadores face ao trabalho e à organização. Questionados sobre a forma com a formação superior poderia influenciar os comportamentos de cidadania organizacional, os gestores foram unânimes em reconhecer que a formação superior teve um impacto positivo nos comportamentos de cidadania organizacional mais desejáveis para a organização, como demonstram as seguintes afirmações, a título de exemplo.

*“Sim, (...) nota-se. De uma forma geral, há sempre essa mudança. (...) há efetivamente uma melhoria nas atitudes, nos comportamentos de cidadania e no desempenho dos trabalhadores”.* (EE1)

*“(...) concordo. A melhoria nas atitudes e nos comportamentos de cidadania são geralmente evidentes”.* (EE2)

“Sim. Melhora consideravelmente o conhecimento das pessoas e de uma forma geral, os comportamentos de cidadania tornam-se bastante mais visíveis”. (EE3)

“Para a cidadania, para os comportamentos, para perceber estas mudanças que vamos fazendo, para as ajudar, sem formação em geral as coisas não funcionam”. (EE4).

Os resultados acima expostos representam uma pequena parte da investigação que, no seu todo, inclui, naturalmente, outros aspetos fundamentais do trabalho.

## Conclusão

A educação e a formação são fatores estruturantes da sociedade pelo conhecimento que proporcionam aos indivíduos, mas também pelas aprendizagens que permitem melhorar as competências no contexto de trabalho

A cidadania consiste num conjunto de comportamentos e atitudes, com uma abrangência aos níveis da moral, da política e da justiça, alterando-se consoante as realidades, as formas de participação e a sua abrangência.

A cidadania global, no entanto, diz respeito à ideia de pertença a uma comunidade mais abrangente, uma humanidade comum. Revê-se na interdependência e interconexão do carácter político, económico, social e cultural aos níveis local, nacional e global.

A cidadania organizacional traduz-se nos comportamentos e atitudes dos indivíduos no trabalho, com impacto direto no seu desempenho e consequentemente na produtividade organizacional.

## Bibliografia

- Alves, Natália; Almeida, António José; Queiroga, Rita e Guimarães, Paula (2018). *Vocational Education e Trainig Policies: The Tension Between Inclusion, Employability and Democratization*. Sánchez, Tamara Ramiro; Sánchez, María Teresa Ramiro; Sánchez, María Paz Bermúdez (Coord.). Libro de Actas del 6th International Congress of Educational Sciences and Development. Tamara Ramiro; Sánchez, María Teresa Ramiro; Sánchez, María Paz Bermúdez (Coord.) <http://hdl.handle.net/10400.26/35916>.
- Bardin, Laurence (2011). *Análise de Conteúdo* (5a ed.) Edições 70.
- Canário, Rui (2008). *Educação de Adultos. Um Campo e Uma Problemática* (3ª ed.). Educa.
- Cordeiro, J. (2022). Formas de ser e de estar em contexto. Comportamentos de cidadania organizacional e características individuais. A emergência dos comportamentos de cidadania organizacional *In* Carvalho, Luísa Cagica; Cordeiro, João Pedro; Xara- Brasil, Duarte; Galvão, Susana; Simões, David; Nabais, João; Reis, Leonilde; Dias, Rui; Barbosa; Vitor; Mata, Carlos (Coord.). *Temas Emergentes em Ciências Empresariais*. (Volume 2, pp. 53-60). Edições Sílabo.
- Direção Geral do Ensino Superior (DGES) (2022). *Na Construção do Futuro do Ensino Superior*.
- ED - Comunicar: do conhecimento à mobilização (2023). *A urgência de ler o mundo: Cidadania Global. Estudo Formativo*.  
[https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/06\\_cidadania\\_est\\_formativo\\_junho23\\_final.pdf](https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/06_cidadania_est_formativo_junho23_final.pdf).
- Giddens, Anthony (2008). *Sociologia* (6ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, Anthony (2007). *Sociologia* (5ª ed.) Serviço de Educação e Bolsas Fundação Calouste Gulbenkian.

- Gil, António Carlos (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). Editora Atlas. <http://hdl.handle.net/123456789/707>.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2017). Formação profissional [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_pesquisa&frm\\_acciao=PESQUISAR&frm\\_show\\_page\\_num=45&frm\\_modulo\\_pesquisa=PESQUISA\\_SIMPLES&frm\\_texto=forma%C3%A7%C3%A3o+profissional&frm\\_modulo\\_texto=MODO\\_TEXTO\\_ALL&frm\\_data\\_ini=&frm\\_data\\_fim=&frm\\_tema=QUALQUER\\_TEMA&frm\\_area=QUALQUER\\_AREA&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_acciao=PESQUISAR&frm_show_page_num=45&frm_modulo_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=forma%C3%A7%C3%A3o+profissional&frm_modulo_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_area=QUALQUER_AREA&xlang=pt)
- Kovács, Ilona (2002). *As Metamorfoses do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*. Celta Editora.
- Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.). Atlas Editora.
- Martins, P.H (2009). Cidadania In Cattani, A.D., Laville, J.L., Gaiger, L.I. e Hespanha, P. (Eds.), *Dicionário Internacional da outra Economia* (pp. 55–59), Almedina. ONU. (n.d.) *Cidadania Global. Dicionário de Desenvolvimento*. [https://ddesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2019/01/DD\\_CIDADANIA\\_GLOBAL.pdf](https://ddesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2019/01/DD_CIDADANIA_GLOBAL.pdf).
- Organ, D. W. (1997). Organizational Citizenship Behavior: It's Construct Clean-Up Time. *Human Performance*, 10(2).
- Organ, D. (1988). *Organizational Citizenship Behavior: The Good Soldier Syndrome*. Lexington Books.
- Peretti, Jean-Marie (2007). *Recursos Humanos* (3ª ed.). Editora Sílabo.
- Pina e Cunha, Miguel; Rego, Arménio; Campos e Cunha, Rita; Cabral-Cardoso, Carlos; Neves, Pedro (2016). *Manual Do Comportamento Organizacional e Gestão* (8ª ed.) RH Editora.
- Rebello, Glória (1999). *A (In)Adaptação no Trabalho. Uma Perspetiva Sociorganizacional e Jurídica*. Celta Editora.
- Rego, Arménio; Pina e Cunha, Miguel; Gomes, Jorge F.S.; Campos e Cunha, Rita; Cabral-Cardoso, Carlos e Marques, Carlos Alves. (2015). *Manual de Gestão de Pessoas e Do Capital Humano* (3ª ed.). Edições Sílabo.
- Rocha, Isabel (Coord.) (2023). *Código do Trabalho* (20ª ed.). Porto Editora.
- Saragoça, José (2013). A Educação Como Instituição: O Caso Particular Da Escola. In Serrano, Maria Manuel. *Um Retrato das Instituições Sociais na Sociedade Contemporânea*. Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, (pp. 43–66). Évora.
- Sotomayor, Ana Maria (2021). *Princípios de Gestão de Recursos Humanos*. Letras e Conceitos.
- Stake, Robert (2012). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso* (3ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNESCO (2016). *Educação Para a Cidadania Global: Tópicos e Objetivos de Aprendizagem*. Unesdoc - Digital Library. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244826>.
- UNESCO e Fundación SM (2022). *Reimaginar Nossos Futuros Juntos. Um Novo Contrato Social para a Educação*. Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação. Ciência e a Cultura Organização das Nações Unidas para a Educação. <https://www.ulisboa.pt/sites/ulisboa.pt/files/events/documents/381115por.pdf>.
- Yin, Robert (2010). *Estudo de Caso – Planeamento e Métodos* (4ª ed.). Artmed Editora.

## O Lugar da Formação na Integração dos Migrantes: um Estudo de Caso

Sandra Pratas Rodrigues, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal,  
sandra.pratas@esce.ips.pt

### Resumo

Enquanto a imigração em Portugal segue um caminho de crescimento inquestionável, não só promove a diversidade cultural e económica, como coloca desafios no que toca à integração das comunidades migrantes, fundamental para a prosperidade e coesão social. A construção e manutenção da harmonia social passa pelas iniciativas públicas de educação e de formação, levantando-se novos debates sobre os fatores da sua abrangência e eficácia, designadamente no que toca à população adulta. O presente trabalho pretende contribuir para o debate em torno das necessidades, motivações, dificuldades e impactos da aprendizagem da língua portuguesa, através de um estudo de caso focado nos imigrantes residentes no município do Montijo que frequentam os Cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA).

**Palavras-chave:** Migrações, Formação, Integração

### Abstract

While immigration in Portugal follows an unquestionable growth path, it not only promotes cultural and economic diversity, but also poses challenges when it comes to the integration of migrant communities, which is fundamental for prosperity and social cohesion. The construction and maintenance of social harmony involves public education and training initiatives, raising new debates on the factors of their scope and effectiveness, particularly with regard to the adult population. The present work aims to contribute to the debate around the needs, motivations, difficulties and impacts of learning the Portuguese language, through a case study focused on immigrants residing in the municipality of Montijo who attend the Host Portuguese Language (PLA) Courses.

**Keywords:** Migrations, Training, Integration

### Introdução

Na última década, o número crescente de imigrantes em Portugal trouxe consigo um conjunto de novas realidades e desafios, para quem chega e para quem acolhe. De entre os elementos que mais determinam o sucesso da integração das pessoas numa nova sociedade, destaca-se o nível de proficiência linguística da língua de acolhimento (Jerónimo, 2017). É, na realidade, esse domínio da língua que permite às populações migrantes o acesso a serviços essenciais, como a saúde, a justiça e também a educação, a (melhor) integração no mercado de trabalho e o estabelecimento de relações sociais esclarecidas.

Nesta matéria, a *Educação/Formação*, concretamente no âmbito das políticas públicas de educação e formação de adultos, tem atualmente novos reptos, no que diz respeito à estruturação, consistência e adequação da oferta formativa. O estudo que se apresenta pretende analisar a forma como uma destas iniciativas, os cursos de PLA (Português Língua de Acolhimento) tem vindo a dar resposta às necessidades de aprendizagem da língua portuguesa

por parte das populações migrantes que residem no concelho do Montijo, um dos municípios nacionais com maior concentração de imigrantes residentes. Este estudo de caso, pretende dar conta das principais características das populações migrantes que procuram a formação em língua portuguesa, as suas motivações e constrangimentos na frequência da formação, assim como os impactos sentidos e as expectativas que constroem sobre os seus percursos formativos.

### **1. Diversidade e complexidade do panorama sociodemográfico**

No quadro dos movimentos migratórios nacionais, sobressaem algumas características sociodemográficas significativas (também) para o estudo em torno da aprendizagem do Português, enquanto língua de acolhimento. O fluxo de imigrantes do Brasil e dos PALOP é constante, sendo que estas populações partilham o Português como língua oficial e não se configuram como público-alvo da oferta formativa em foco neste estudo. Estas são as origens que, no seu conjunto, são mais representativas no cenário imigratório português, o que indicia, à partida, que a língua é um fator determinante na escolha do país de acolhimento.

A par com este fluxo dominante de populações falantes de Português, os movimentos migratórios atuais revelam uma diversidade sociodemográfica considerável, com especial destaque para a crescente diáspora asiática, assim como de imigrantes oriundos do continente europeu. Os estudos anuais do Instituto Nacional de Estatística revelam a estabilidade destas tendências, acentuadas sobretudo desde 2017 (ano a partir do qual se começaram a registar saldos migratórios positivos), confirmadas por diversos estudos estatísticos regulares que pretendem descrever, acompanhar e analisar a evolução e as dinâmicas deste fenómeno no país. Destacam-se os relatórios do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, através dos Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo (até 2022), os relatórios estatísticos anuais do Observatório das Migrações, assim como o mais recente Relatório de Migrações e Asilo de 2023 (AIMA, 2024).

Analisando as dinâmicas evolutivas dos processos migratórios, espelhadas nos documentos acima mencionados, conclui-se que os imigrantes residentes se distribuem de forma desigual no território, têm origens cada vez mais diversificadas, concentram-se nas faixas etárias ativas e têm, sobretudo, empregos de baixa qualificação, com destaque para áreas de atividade como a agricultura, o turismo, a construção civil, a indústria e os serviços de apoio social. Estas atividades são desempenhadas também desigualmente no que diz respeito às origens dos imigrantes. Em simultâneo, cresce o registo de nómadas digitais, associados a qualificações elevadas e ocupações profissionais ligadas ao desenvolvimento tecnológico, dominadas sobretudo pelas populações ditas ocidentais.

Se, como salientam Santos et al. (2012), durante décadas a “debilidade económica” portuguesa impulsionou fortemente a emigração e obstaculizou a atração da imigração, desde o início deste século que as tendências dos movimentos migratórios têm mudado categoricamente. A consolidação de Portugal como um país de imigração, que parece agora ombrear com a sua tradicional identidade de país de emigração, tem impulsionado o crescimento demográfico; a preponderância de população migrante em idade ativa revela, por um lado e fomenta, em simultâneo, uma maior dinâmica de crescimento e mudança no mercado laboral que favorece o crescimento económico.

Nesta matéria, um estudo recente do Gabinete de Estudos Económicos, Empresariais e de Políticas Públicas (G3E2P) da Faculdade de Economia do Porto revela que, não só o crescimento económico torna expectável uma entrada consistentemente mais acentuada de imigrantes, como aquele dependerá, em boa parte, desse fluxo migratório. O estudo avança, ainda, que Portugal precisará que este fenómeno cresça para impedir uma queda da população de 5,8%, até 2033, o que o ajudará a fazer parte do grupo dos países mais ricos da UE.

De acordo com o mais recente Relatório de Migrações e Asilo 2023 (AIMA, 2024), a maioria dos imigrantes residentes em Portugal concentra-se nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal (representando 63,5% do total de imigrantes). Não obstante as origens das populações migrantes serem cada vez mais plurais, observa-se um acréscimo de imigrantes oriundos da América do Sul e de África, sendo que o Brasil representa 35% do total de imigrantes. Oriundos dos PALOP, destacam-se os cidadãos angolanos e cabo-verdianos (em 2º e 3º lugares, respetivamente); da Europa, evidencia-se uma continuidade consistente de entradas de cidadãos do Reino Unido, Itália e França, com uma representatividade considerável de 10,6% no total da população imigrante, quando apurados em conjunto; da Ásia, destacam-se os cidadãos oriundos da Índia, do Nepal e China, que representam 9,7% da população estrangeira residente.

A população imigrante distribui-se atualmente por todas as faixas etárias, com predominância clara da idade ativa. É significativo o facto de que “a população estrangeira residente em Portugal continua a apresentar uma maior proporção da sua população em idade ativa e em idade fértil, em particular nos grupos etários entre os 20 e os 49 anos” (Oliveira, 2023, p. 76), em sentido inverso do que sucede com os portugueses, que estão num processo de progressivo agravamento de envelhecimento demográfico. Apesar de não existirem diferenças consideráveis na sua distribuição quanto ao género, denota-se alguma predominância de população migrante do sexo masculino (53%), com um maior crescimento desta diferenciação nos últimos anos.

Este cenário parece consolidar uma mudança no posicionamento de Portugal no sistema migratório global, assumindo-se progressivamente como uma "porta de entrada" na Europa (Góis e Marques, 2018). Fatores como a intensificação dos processos de globalização, uma maior facilidade de circulação de pessoas e a reestruturação dos mercados de trabalho, a eclosão de frequentes crises económicas, sociais e políticas, os conflitos étnicos e religiosos, a par com o avanço das tecnologias de comunicação que facilitam a circulação de informações sobre as condições de vida noutros países, influenciam a aceleração do fenómeno migratório, e promovem a procura de melhores oportunidades de trabalho (Góis, 2018).

Em Portugal, o crescimento da imigração corre a par com a diversificação de origens das populações migrantes e Góis (2018) salienta a crescente diversificação e heterogeneidade de nacionalidades, origens socioeconómicas e contextos que alimentam e promovem os fluxos migratórios. Com impacto em várias dimensões da sociedade, esta diversidade traz consigo uma riqueza única, concretizada em pluralidade étnica, linguística, religiosa e cultural, que complexifica, em simultâneo, o diálogo intercultural (Vertovec, 2007). Questionando a ideia de que a integração dos imigrantes num país de acolhimento ocorreria como um processo linear de crescente adaptação aos novos modelos socioculturais, resultando numa acomodação ao modo de vida e práticas sociais e culturais desse país, Alba e Nee (1997) contrapõem esta teoria da assimilação dos imigrantes (tal como Park (1928) e vários outros sociólogos na senda da Escola de Chicago a enunciaram) com a necessária reformulação da análise sobre o fenómeno, destacando o seu papel na reconstrução de dinâmicas sociais e culturais da sociedade de acolhimento, com efeitos consideráveis na (re)formação de identidades individuais e coletivas.

Em Portugal, é justo dizer que a imigração trouxe uma complementaridade demográfica e laboral, coexistindo com a emigração portuguesa numa dinâmica de interdependência que parece caracterizar os movimentos migratórios portugueses. A entrada de imigrantes tem ajudado a suprir lacunas no mercado de trabalho, especialmente em setores que enfrentavam escassez de mão de obra, e possibilitou uma diversificação das competências disponíveis na economia portuguesa (Góis e Marques, 2018).

Esses fatores demonstram como a imigração não apenas alterou a composição demográfica de Portugal, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico e na adaptação do país às novas realidades do mercado de trabalho global.

## **2. Enquadramento e fundamentação do estudo**

A proliferação (e alguma dispersão) de estudos estatísticos e sociodemográficos sobre a imigração aponta para a crescente importância reconhecida deste fenómeno. Este é um cenário

que carece de estudos que analisem as realidades concretas das comunidades migrantes, os seus contextos, motivações, dificuldades e estratégias encontradas para a sua suplantação, com vista não apenas à sua integração económica e sobrevivência existencial, mas sobretudo pensando na sua inclusão sociocultural.

Nesse processo de integração abrangente, os sistemas educativo e de formação desempenham um papel fundamental, desde logo através de políticas que facilitem e promovam o acesso à aprendizagem da língua do país de acolhimento, por parte de jovens e adultos, sendo certo que as oportunidades de participação plena na sociedade são potenciadas por uma comunicação eficaz através do idioma local. Consciente deste facto, o Conselho da Europa há muito que destaca a extrema importância da aprendizagem das línguas enquanto instrumentos de comunicação incontornáveis na construção da cidadania, não obstante a garantia do respeito pela diversidade linguística e cultural no espaço europeu (Conselho da Europa, 2001).

Quando se trata de cidadãos imigrantes, o domínio da língua oficial do país em que residem é uma das garantias do acesso aos seus direitos de cidadania, à responsabilidade do exercício da sua participação democrática e às oportunidades e exigências que a sociedade lhes possa apresentar, de um modo geral (Pereira, 2017). Quer isto significar que o conhecimento da língua do país de residência facilita, não apenas a comunicação para melhor (sobre)viver, mas também a compreensão das normas culturais e dos valores da nova comunidade em que os migrantes se inserem, promovendo um sentido de pertença, de responsabilidade e de partilha, fatores que constroem e harmonizam a cidadania, em suma.

### **3. Sobre o conceito de *formação* adotado**

Canário (2000) problematiza a dificuldade de distinção entre os conceitos de *educação* e *formação* no que toca à sua progressiva abrangência e tendencial interseção; de um modo geral, a complementaridade desta dicotomia revela um traço intrinsecamente humano, que condena o *ser* à constante aprendizagem, em diversos contextos, momentos e com objetivos sempre renovados. Concretizando a opção terminológica pelo termo *formação*, prossegue-se a problematização de Honoré (1977), porquanto o Homem existe em permanente formação e essa é a sua forma de estar no mundo. Isto equivale a afirmar que é através da *formação* que a pessoa assume a sua humanidade, por contraposição a uma perspectiva utilitária, que se reporta a um conjunto de atividades didáticas e/ou práticas dirigido a tarefas específicas.

Fabre (1994) acrescenta que a formação pode representar sentidos, práticas e funções socioeconómicas e culturais diversas, com base no que formula como o modelo do *triângulo das lógicas da formação*, implicando: a formação *em*, com ligações à lógica didática que se

centra nos conteúdos e dos métodos; a formação *por*, definida pela lógica psicológica da evolução daquele que é formado; e a formação *para*, que se reporta à lógica socioeconómica de adaptação aos contextos culturais e/ou profissionais. Surgindo necessariamente relacionadas, elas coexistem, implicam um conjunto de saberes a adquirir nos processos de formação, dizem sobretudo respeito aos sujeitos em aprendizagem e decorrem sempre num contexto socioeconómico e cultural específico. Consequentemente, advoga-se um conceito de *formação* que considera que aprender é sempre aprender qualquer coisa, que será válida para uma determinada finalidade ou contexto, num processo que vai operando mudanças e evoluções na pessoa que aprende.

Daqui que não se considere o conceito de *formação* apenas no seu sentido mais reducionista, o da *formação profissional*, enquanto instrumento que se restringe aos processos de adaptação às tarefas do trabalho. Entende-se, em suma, a *formação* como um conjunto abrangente de processos de aprendizagem voltados para a necessidade do Homem agir sobre o mundo, como forma de responder a fatores que se complexificam ao longo da vida, que exigem uma atualização de saberes de natureza variada e que comportam uma dimensão de mudança.

Malglaiive (1995, p. 21) aloca esta noção à de *formação contínua*, que se caracteriza atualmente pela “sua vocação para satisfazer novas necessidades ligadas às múltiplas evoluções da sociedade e aos itinerários pessoais dos indivíduos que têm de as enfrentar”. Nestes pressupostos, a formação implica um processo de mudança, uma transformação que envolve ativamente o indivíduo e o coletivo, mas também as instituições, num processo que tem uma dimensão estratégica fundamental e funciona como uma alavanca para a transformação económica e social. No seguimento do que afirma Barbier (2009), a formação tem um papel insubstituível enquanto processo de *cotransformações*, que tanto afeta o indivíduo, como a sociedade e a economia.

A *formação* é, nesta medida, um processo de transformação levado a cabo ao nível individual, coletivo e institucional/organizacional, adquire um sentido estratégico fundamental na contemporaneidade, sendo motivado quer pela necessidade de dar resposta a problemas singulares, concretos, quer pelo ímpeto de mudança intrínseco ao ser humano e à sociedade (Rodrigues, 2016).

#### **4. Campo de estudo, objetivos e metodologia**

Neste enquadramento, urge contribuir, não só para uma maior exposição e compreensão das políticas públicas de formação com vista ao acolhimento e integração das populações migrantes, concretamente no que diz respeito à aprendizagem da língua portuguesa, mas

também para a análise dos resultados que estas iniciativas têm tido, no que toca a potencialidades e constrangimentos. Efetivamente, os estudos existentes concentram-se no ensino de crianças, jovens e jovens adultos, abrangem o ensino regular, profissional e universitário, mas há poucos estudos que permitam compreender as dinâmicas de oferta e procura de iniciativas de formação para adultos estrangeiros de baixa (ou incerta) qualificação, assim como os efeitos mensuráveis e/ou sentidos dessas iniciativas.

A parte do estudo que agora se apresenta corresponde a uma fase exploratória e integra uma investigação que se desenvolve numa janela temporal de cerca de 6 anos (de 2020 a 2025). A investigação focaliza-se na população que procura a oferta formativa de iniciativa pública em língua portuguesa, dirigida à população migratória adulta no concelho do Montijo, concretamente, os cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA).

Os cursos de PLA pretendem dar resposta a várias exigências criadas pelo aumento dos fluxos migratórios de entrada no país, desde as que dizem respeito à promoção do domínio da língua portuguesa, até à necessidade de dar uma resposta formal ao requisito de conhecimento da língua portuguesa previsto nos regimes jurídicos para aquisição de nacionalidade portuguesa (com a certificação do nível A2), ou ainda para concessão de autorização de residência permanente e estatuto de residência de longa duração (Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto, alterada pela Portaria n.º 184/2022, de 21 de julho). Estes cursos podem funcionar em qualquer estabelecimento da rede educativa pública ou privada, na rede de centros de formação profissional de gestão direta ou protocolada do IEFP, bem como nos Centros Qualifica (CQ). No caso destes, é de salientar a intenção (prevista na lei), ao incluir a rede de CQ no conjunto de entidades promotoras dos Cursos PLA, de alargar a função dos Centros ao encaminhamento dos adultos estrangeiros com baixas qualificações para percursos de reforço de competências, ou mesmo para processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, para além da (necessária) aprendizagem da língua portuguesa.

As iniciativas de formação em Português para estrangeiros residentes são anteriores aos cursos de PLA, radicam-se numa (já longa) experiência em ações de Português para estrangeiros e de Português como Língua Não Materna, que não será por agora problematizada. Salienta-se apenas a tipologia que antecedeu estes cursos de PLA, os designados cursos de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), criados pela Portaria 1262/2009, de 15 de outubro. Decorrentes da publicação do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas-QECRL (em 2001), da criação do Sistema Nacional de Qualificações e do Plano para a Integração dos Imigrantes (ambos em 2007), os Cursos de PFOL introduziram o princípio de que é

fundamental que as populações imigrantes adultas tenham oportunidades de aprendizagem da língua portuguesa, para que esta passe a ser a sua língua de comunicação e integração a vários níveis, bem como a responsabilização da sociedade de acolhimento pela oferta de formação na sua língua oficial.

Na sequência dos enquadramentos teórico e empírico aqui expostos, o estudo em desenvolvimento pretende perceber o modo como estas pessoas se relacionam com a formação, que expectativas e motivações presidem à sua condição de formandos, de que forma a aprendizagem da língua contribuiu para a sua inserção sociocultural e económica e participou da motivação para outros percursos formativos. Assim, e de um modo global, o estudo pretende dar resposta a uma questão central: "Qual o papel da formação em língua portuguesa na integração das populações migrantes no concelho do Montijo?", sendo este um questionamento que procura dar espaço à visão dos imigrantes sobre a função desta oferta formativa nas suas vidas quotidianas, presentes e futuras.

Consequentemente, os objetivos estabelecidos para o estudo pretendem transpor a caracterização sociodemográfica do público-alvo da formação em cursos de PLA, para tentar conhecer mais aprofundadamente as suas motivações para a frequência das atividades formativas, procurando sistematizar essas motivações e os impactos sentidos da formação em diferentes contextos de vida ou níveis de interação social. Adicionalmente, analisam-se os desafios encontrados, bem como as perspetivas de futuro, no que diz respeito à continuidade de percursos de aprendizagem e/ou qualificação, tentando conhecer as expectativas que esta população constrói relativamente às necessidades de formação, nesta e noutras áreas.

No que diz respeito à metodologia utilizada, considerou-se a abordagem qualitativa como a mais consentânea com os objetivos de um estudo que pretende ir além dos elementos que forneçam respostas às questões mais comuns, como *o quê*, ou *quantos*, para chegar aos *comos* e *porquês* da realidade (Yin, 2003), concretamente da realização de formação pelas populações imigrantes. Neste âmbito, o estudo é consciente da singularidade característica de um *estudo de caso*, procurando entender as particularidades e a complexidade do fenómeno em questão (Stake, 2012) nas suas realizações concretas, ponderando a representatividade e a significatividade do caso dentro de um fenómeno mais amplo (Gerring, 2007). Não se pretendendo uma generalização dos resultados, o estudo de caso permite, não obstante, o estabelecimento de pontes concetuais (Stake, 2012) e contribui para a expansão das possibilidades de interpretação e compreensão da problemática em foco.

Relativamente às técnicas de recolha e análise dos dados, a pesquisa adota uma abordagem multimetódica (Denzin & Lincoln, 1994), que inclui a análise documental (Bowen, 2009), a realização de um inquérito por questionário (Quivy & Campenhoudt, 2008), fundamental no levantamento sistematizado de algumas questões específicas de natureza sociodemográfica, e a realização de um conjunto de entrevistas semiestruturadas (Triviños, 1987), que permitem uma exploração mais profunda das experiências e perceções dos ex-formandos de cursos de PLA. Os entrevistados são selecionados em função da sua representatividade face aos indicadores sociodemográficos; na análise do conteúdo das entrevistas, segue-se o método proposto por Bardin (2014).

## **5. Resultados preliminares do estudo**

Tratando-se de um estudo em desenvolvimento, o levantamento e a análise dos dados tem um carácter preliminar e exploratório. Inicialmente pensado para decorrer entre 2019 e 2024, o processo de aplicação dos instrumentos de recolha de dados foi dificultado pela pandemia, ao que acresceram as mudanças operadas nos organismos públicos de acompanhamento e análise do fenómeno migratório, com implicações na sistematização e divulgação de informação consistente. Neste contexto, o espectro cronológico do estudo foi ajustado, de forma que este pudesse ser alimentado com maior volume e diversidade de dados primários, mas também com fontes secundárias mais atualizadas e estáveis.

A análise das fontes de informação estatística já aqui previamente mencionadas é permeável a alguns problemas que decorrem da datação dos dados, oscilando entre informações respeitantes a 2022, no caso do relatório de Oliveira (2023) que analisa os Indicadores de Integração dos Imigrantes, e de 2023 (quando referentes ao mais recente Relatório de Migrações e Asilo, da AIMA). Ainda que informações dispersas mais atuais, mas que carecem de validação institucional, indiciem que os números possam ser já de outro nível de grandeza, a percentagem registada de população imigrante neste último Relatório, relativo a dados de 2023, face à população autóctone é de cerca de 9,8% e o crescimento da população imigrante residente em Portugal foi de 33,6%, face a 2022.

Neste enquadramento, observa-se que a população migrante do concelho do Montijo representava, em 2022, 11,5% do total da população do concelho (Oliveira, 2023), posicionando-se no 24º lugar no que diz respeito aos municípios com maior número de imigrantes e tendencialmente acima, portanto, da média nacional. Segundo o Plano Municipal para a Integração dos Migrantes do Montijo (PMIMM, 2019), afeto ao Gabinete de Apoio ao Imigrante da Câmara Municipal do Montijo, em 2019 haveria no concelho populações

originárias de 62 países diferentes, sendo a maior parte (43) países terceiros, ou seja, externos à União Europeia. Atualmente, o Gabinete de Apoio ao Imigrante da C.M. do Montijo regista mais de 70 nacionalidades, assinalando o crescimento da população asiática e sul-americana. Segundo os últimos registos daquele organismo, as nacionalidades mais representativas, atualmente, são a brasileira (35,4%), a romena (18,8%), a indiana (9,4%), a nepalesa (8,1%) e a angolana (4,8%). Quando comparadas com as percentagens a nível nacional (AIMA, 2024), alguns dados parecem ser hologramáticos, concretamente no caso do Brasil e Angola. Outros estão acima da média nacional, como é o caso das populações oriundas da Roménia, Índia e Nepal.

Do PMIMM (2019) retém-se também que os dados relativos ao emprego no concelho do Montijo revelam uma segmentação considerável do mercado de trabalho em função da nacionalidade, tal como apontam os sucessivos estudos nacionais sobre os Indicadores de Integração dos Imigrantes, do Observatório das Migrações. Em todos estes documentos, fica explícito que os trabalhadores estrangeiros estão sobre representados nos setores considerados menos atraentes para a população portuguesa, com condições de trabalho mais duras, níveis de insegurança mais elevados e remunerações mais baixas.

Entre o trabalho desempenhado e as qualificações que estas populações detêm, parece haver um desajuste, sendo que o verdadeiro panorama sobre as qualificações dos estrangeiros residentes é ainda pouco conhecido e de difícil análise. Nomeadamente no que diz respeito às populações asiáticas, como do Nepal e da Índia, as qualificações podem ser superiores ao expectável. O PMIMM (2019) salienta que o contacto com esta população revela uma tendência para que estas pessoas integrem estratos sociais elevados no seu país de origem, uma vez que muitas delas tiveram de ter uma capacidade financeira considerável para pagar a agências de trabalho temporário, que as colocaram no mercado laboral europeu; em simultâneo, parecem desempenhar trabalhos muito diversos das atividades realizadas nos países de origem.

O levantamento de dados que enquadra o PMIMM refere-se, ainda, a grupos de formandos de Português para Falantes de Outras Línguas (cursos PFOL) que foram inquiridos aquando da realização daquele estudo, concluindo-se que existem imigrantes de vários níveis e áreas de qualificação, como sendo ex-diretores de empresa, professores/as, veterinários, designers e estudantes universitários. A maior parte destas pessoas trabalha atualmente na agricultura apontando-se, assim, para a manutenção de um mercado de trabalho onde os trabalhadores/as estrangeiros/as têm competências superiores ao requerido pelas tarefas desempenhadas.

Nestes pressupostos, a análise da situação de emprego dos migrantes indica uma integração significativa no mercado de trabalho, com uma taxa de emprego elevada, embora a qualidade das condições laborais possa variar. Para além da referida segmentação do mercado de trabalho pelas nacionalidades, a sazonalidade é uma questão que determina a empregabilidade destas populações, sobretudo as que se ocupam da agricultura (sobretudo da Ásia) e do turismo/restauração (principalmente do Brasil). Esta sazonalidade leva frequentemente à mobilidade no território, pelo que uma parte destas populações aproveita os picos de produção agrícola nas regiões do Alentejo, Algarve e zona Oeste, onde trabalham sobretudo em explorações agrícolas, ou os picos turísticos, nomeadamente no Algarve. Importa referir que a elevada mobilidade das populações migrantes é promovida, principalmente, pelas empresas de trabalho temporário, com as quais os imigrantes têm contrato, na maioria dos casos (e não diretamente com as empresas locais).

No que diz respeito à procura por cursos de aprendizagem da língua portuguesa, existem dois agrupamentos de escolas no concelho que oferecem as modalidades de formação aqui referidas, o Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra (AEPJS) e o Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Stº Isidro. O funcionamento destes cursos (número, distribuição por níveis e por escolas) decorre das orientações da DGESTE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares-, que está dependente do volume e especificidades das inscrições dos estrangeiros nesta oferta formativa. No caso concreto do AEPJS, este trabalho de receção de inscrições, encaminhamento dos adultos, articulação com a DGESTE e definição dos cursos de PLA para cada ano letivo é realizado pelo Centro Qualifica do AEPJS.

No caso concreto do Centro acima mencionado, as iniciativas desta área de formação recuam a 2017, com os Cursos de PFOL. Entre esse ano e a atualidade, o Centro operacionalizou 32 cursos. Destes, 28 foram dos Níveis A1/A2 (usualmente desenvolvidos em conjunto) e apenas 4 corresponderam a níveis mais avançados de aprendizagem da língua, designados de B1/B2. Abrangeram 846 formandos de 34 nacionalidades, concentraram-se nas faixas etárias dos 25 aos 44 anos e corresponderam a uma total equidade no acesso à formação (50% para cada sexo), segundo os dados coletados e validados até ao final de 2024.

Estando a abertura dos cursos, no que toca à especificação dos níveis de aprendizagem, dependente da procura, expressa nas inscrições dos adultos no Centro, observa-se uma clara preferência pela aprendizagem inicial da língua, nos Níveis A1/A2 do QECRL, o que pode estar associado ao acesso aos requisitos legais de manutenção da residência e/ou aquisição da nacionalidade portuguesa, tal como descrito anteriormente.

Os inquiridos por questionário foram aplicados a um universo de cerca de 280 formandos, com uma taxa de resposta de apenas 27%. Tal facto pode estar relacionado com duas ordens de fatores: a dificuldade de compreensão do questionário, ainda que realizado em português e inglês, e a diferença temporal entre a conclusão dos cursos e a aplicação do questionário, apesar de ser feito online através de formulário do *Google Forms*. Não obstante a distanciação temporal ser um critério considerado importante para que se percebam as vantagens sentidas pelo (eventual) maior domínio da língua portuguesa, este é um aspeto do estudo que terá de ser ponderado no tempo em que ainda decorrerá a recolha de dados (até final de 2025).

Com base nos dados apurados sobre as origens dos imigrantes que mais procuram a formação em língua portuguesa, é possível perceber que os formandos, são na sua grande maioria, oriundos da Ásia, com especial destaque para o Nepal e a Índia (44%, no seu conjunto), seguidos de população da Ucrânia, América do Sul (Colômbia e Venezuela). Salienta-se a presença de um número considerável de formandos oriundos da Europa, sobretudo da Itália e da Bélgica.

No que diz respeito às habilitações académicas destas populações, evidencia-se uma diversidade considerável de situações. Na sua maioria, os adultos que procuram aprender a língua de acolhimento têm o equivalente ao ensino secundário, havendo uma parte considerável (25%) que afirma ter um bacharelado/licenciatura, contrastando com os 12,5% que afirmam ter apenas 4 anos de escolarização. Não obstante haver uma faixa considerável de respondentes que afirmam ter o ensino secundário ou superior, são poucos (cerca de 25%) os que pedem o reconhecimento dessas habilitações. Sobre as razões para este facto, apontam o desconhecimento, o elevado custo e/ou a morosidade do processo.

Quando inquiridos sobre o seu tempo de permanência no país, a maioria dos ex-formandos de PFOL/PLA afirma ter entrado em Portugal numa baliza temporal que vai dos 3 aos 5 anos (43,8%), seguida pelo grupo em que a sua permanência ultrapassou já os 5 anos (37,5%). Entre 1 e 2 anos de residência estão 12,5% dos formandos e apenas 3,5% procurou a formação com menos de 1 ano de permanência em Portugal. Os casos em que a procura da formação decorre após mais de 3 anos da entrada em Portugal estão assumidamente ligados com a intenção de pedir a naturalização. Na realidade, quando questionados sobre as suas intenções relativamente a este processo, mais de 85% confirmam esse objetivo. Quando observadas as respostas das pessoas que estão em Portugal há menos tempo, elas são, na sua esmagadora maioria, asiáticas, evidenciando sobretudo a urgência em ultrapassar a barreira da língua.

Às respostas ao inquérito, acrescem as partilhas de factos e opiniões nas 20 entrevistas realizadas até ao momento. Da análise feita, é possível avançar alguns dados pertinentes sobre as motivações para a formação, os impactos e as limitações sentidas durante os cursos e as expectativas criadas a partir da frequência da formação. Assim, a língua portuguesa é encarada como veículo para a melhoria da qualidade de vida como um todo, destacando-se o facto de poderem estar mais informados, sentirem-se mais integrados e compreenderem melhor os valores e as normas sociais vigentes. Para além disso, afirmam que a frequência da formação ajuda a ultrapassar a sua sensação de isolamento nas comunidades de origem.

Quando confrontados com a reflexão sobre os impactos sentidos da formação em diferentes domínios da vida, os formandos entrevistados salientam aspetos como a melhoria na capacidade de resposta a necessidades básicas, como ir ao supermercado, ao médico, ao banco e a serviços públicos, bem como uma maior capacidade no acompanhamento de filhos em idade escolar. O acesso a novas oportunidades de trabalho, um maior conhecimento de direitos e deveres e, também como consequência da identificação das potencialidades positivas da formação, uma crescente motivação para fazer mais formação em língua portuguesa e em outras áreas de conhecimento, nomeadamente formação profissional, são outras valências reconhecidas na aprendizagem da língua de acolhimento.

Das limitações sentidas no decorrer da formação, para além da evidente limitação no domínio da língua, os ex-formandos apontam algumas dificuldades recorrentes, como sendo a disponibilidade de tempo para a frequência da formação, durante um longo período, e a elevada mobilidade no território, que podem afetar a sua assiduidade regular. Adicionalmente, referem a acumulação de cansaço e consequente menor disponibilidade para a aprendizagem (uma vez que as aulas decorrem em regime noturno), para além de algumas dificuldades nos transportes necessários nos percursos realizados diariamente entre a casa, o trabalho e a escola. Do conjunto de constrangimentos elencados, o cansaço acumulado devido às múltiplas responsabilidades, como o trabalho e os cuidados familiares, é uma das dificuldades que mais parece impactar na capacidade dos migrantes se dedicarem à aprendizagem continuada da língua, enquanto reconhecem que, sem um domínio básico do Português, terão muitas dificuldades de integração plena.

## **Conclusão**

Alguns dos efeitos da aprendizagem da língua portuguesa na qualidade da integração das populações migrantes e o verdadeiro papel da formação nesse processo só podem ser medidos e analisados a médio prazo e com base em mais estudos. Apesar das perceções dos formandos

sobre os impactos da aprendizagem da língua nas suas vidas serem muito positivas, na medida em que melhoram o acesso à informação e impulsionam a vontade de continuar a aprender, quer a língua, quer outras áreas do conhecimento, é evidente que permanece um vazio no que diz respeito à existência e/ou divulgação de oportunidades de formação mais diversificadas.

Com efeito, as populações migrantes revelam que têm pouco (ou nenhum) acesso a formação profissional, não obstante a vontade expressa em realizar reconversão ou reciclagem profissional, dificuldade à qual acrescem os meios necessários para garantir uma continuidade de estudos. Ainda assim, a frequência da formação impulsiona frequentemente novos objetivos, nomeadamente o pedido de equivalência de habilitações escolares, a prossecução de estudos, incluindo ações de formação em outras línguas, assim como a motivação para realizar formação profissional. O estudo reforça a perceção sobre esta carência, que todos os entrevistados apontam, seja por desconhecimento, seja por efetiva ausência: a oferta formativa em áreas relacionadas com as suas atividades laborais, ou outras, para as quais gostariam de adquirir competências e qualificações formais, válidas e reconhecidas no território português e europeu.

Ainda que a investigação aponte para uma perspetiva tendencialmente funcional da formação (Canário, 2000), uma vez que a procura de ofertas formativas é movida pela necessidade de adaptação a novas realidades (Malglaiive, 1995), os envolvidos no estudo revelam uma perspetiva construtiva mais abrangente dos efeitos da formação. Assim, a aprendizagem em língua portuguesa pode constituir-se como uma alavanca para outros objetivos, académicos e/ou profissionais, como parte insubstituível (nomeadamente, pela segurança necessária no domínio da língua de acolhimento) de um processo de renovação e transformação pessoal e coletiva (Barbier, 2009), que é incontornável no processo de integração plena das populações migrantes.

## **Bibliografia**

- Alba, Richard e Nee, Victor (1997). Rethinking Assimilation Theory For A New Era of Immigration. *International Migration Review*, 31 (4), pp. 826-874.  
[https://www.researchgate.net/publication/235932330\\_Rethinking\\_Assimilation\\_Theory\\_For\\_A\\_New\\_Era\\_of\\_Immigration](https://www.researchgate.net/publication/235932330_Rethinking_Assimilation_Theory_For_A_New_Era_of_Immigration)
- AIMA I.P. (2024). *Relatório de Migrações e Asilo 2023*. <https://aima.gov.pt/pt/noticias/aima-publica-relatorio-de-migracoes-e-asilo-2023>
- Barbier, Jean-Marie (2009). Le champ de la formation des adultes. Barbier, Jean-Marie, Bourgeois, Étienne, Ruano-Borbalan, Jean-Claude J.-C. e Chapelle, Gaëtane (Orgs.), *Encyclopédie de la Formation*. Paris: PUF, pp. 1-28.
- Bardin, Laurence (2014). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bowen, Glenn (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9 (2), 27-40.  
[https://www.researchgate.net/publication/240807798\\_Document\\_Analysis\\_as\\_a\\_Qualitative\\_Research\\_Method](https://www.researchgate.net/publication/240807798_Document_Analysis_as_a_Qualitative_Research_Method)
- Canário, Rui (2000). *Educação de Adultos: Um campo e uma Problemática* (2ª ed.). Lisboa: EDUCA.

- Câmara Municipal do Montijo (2019). Plano Municipal para a Integração dos Migrantes. <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/290240/PMIM+Montijo+2020-2022.pdf/3d21d451-a353-4e90-a449-592be7f910e7>
- Conselho da Europa (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, aprendizagem, ensino e avaliação*. Porto: Edições Asa. [https://area.dge.mec.pt/gramatica/quadro\\_europeu\\_total.pdf](https://area.dge.mec.pt/gramatica/quadro_europeu_total.pdf)
- Denzin, Norman K. e Lincoln, Yvonna S. (ed.) (1994). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Fabre, Michel (1994). *Penser la formation*. Paris: PUF.
- G3E2P (2024). *Economia e empresas – tendências, perspetivas e propostas, nº 1/2023-2024 – Capítulo 3*. Gabinete de Estudos Económicos, Empresariais e de Políticas Públicas (G3E2P) da Faculdade de Economia do Porto. [https://www.up.pt/fep/documents/38/20240910\\_EconomiaEmpresas\\_Num1Cap3\\_Sumario-Executivo.pdf](https://www.up.pt/fep/documents/38/20240910_EconomiaEmpresas_Num1Cap3_Sumario-Executivo.pdf)
- Gerring, John (2007). *Case Study Research - Principles and Practices*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Góis, Pedro (2018). Do ruir do muro de Berlim a uma europa com fronteiras. Baeninger, Rosana, Canales, Alejandro (org.), *Migrações Fronteiriças*. Campinas SP: Nepo, Unicamp, pp. 41-55. [https://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1204\\_mig\\_frenteiricas.pdf](https://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1204_mig_frenteiricas.pdf)
- Honoré, Bernard (1977). *Pour une Théorie de la Formation: dynamique de la formativité*. Paris: Payot.
- Jerónimo, Patrícia (2017). O Português língua de integração em contexto de migração *in e out*. Anais Simpósio SIPLE 2017, pp.263,274. <https://hdl.handle.net/1822/54767>
- Malglaive, Gérard (1995). *Ensinar Adultos*. Porto: Porto Editora.
- Oliveira, Catarina R. de (2023). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual*. Observatório das Migrações. [https://www.google.pt/books/edition/Indicadores\\_de\\_Integra%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Imigrante/zk7qEAAAQBAJ?hl=pt-PT&gbpv=1&printsec=frontcover](https://www.google.pt/books/edition/Indicadores_de_Integra%C3%A7%C3%A3o_de_Imigrante/zk7qEAAAQBAJ?hl=pt-PT&gbpv=1&printsec=frontcover)
- Park, Robert E. (1928). Human Migration and the Marginal Man. *American Journal of Sociology*, 33 (6), pp. 881-893. <https://www.jstor.org/stable/2765982>
- Pereira, Conceição (2017). Enquadramento e funcionamento da disciplina de PLNM no sistema educativo português. *Revista de Estudos de Cultura*, 7, pp. 93-108. [https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/28709/1/Conceicao\\_Pereira.pdf](https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/28709/1/Conceicao_Pereira.pdf)
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, Sandra P. (2016). *Formação e exercício do trabalho: práticas e lógicas de formação profissional contínua numa grande empresa* (Tese de Doutoramento em Educação - Formação de Adultos, Universidade de Lisboa, Instituto de Educação). <http://hdl.handle.net/10451/24341>
- Santos, José R. dos, Mendes, Maria F. & Rego, Conceição P. (2012). A imigração africana em Portugal nos últimos vinte anos: oportunidades e ameaças no mercado de trabalho. *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*. [https://associacaoportuguesasociologia.pt/vii\\_congresso/papers/ finais/PAP0881\\_ed.pdf](https://associacaoportuguesasociologia.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP0881_ed.pdf)
- Stake, Robert E. (2012). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso* (3ªed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Triviños, Augusto N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Vertovec, Steven (2007). Superdiversidade e suas implicações. *Estudos Étnicos e Raciais*, 30 (6), pp. 1024–1054. <https://doi.org/10.1080/01419870701599465>
- Yin, Robert K. (2003). *Case Study Research: Design and Methods* (3ª ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.

## O Impacto dos Imigrantes nas Escolas do 1º Ciclo no Concelho de Leiria

Ana Luís Reis Marto, [analuisa.marto@gmail.com](mailto:analuisa.marto@gmail.com)

Francisco Manuel Gameiro Rebelo dos Santos, [Francisco.r.santos@regiaodeleiria.pt](mailto:Francisco.r.santos@regiaodeleiria.pt)

### Resumo

As migrações são um fenómeno que marca a soma dos dias que atravessamos, exprimindo os contornos de um mundo cada vez mais global. É a partir deste chão que olhamos para os imigrantes no concelho de Leiria, um território do centro do país, com bons acessos e um tecido empresarial e social dinâmico, onde pontificam pequenas e médias empresas, com ofertas de emprego, um destino para quem procura novos desafios. A fixação de imigrantes em Portugal é uma marca da centúria em curso, obrigando os serviços públicos a novas respostas em áreas como a educação. É por aqui que vamos, num percurso onde avaliamos o impacto dos imigrantes na rede de estabelecimentos do ensino básico (1º ciclo), do concelho de Leiria. Cruzamos diversas dimensões onde germina o ambiente multicultural das escolas do município em análise, nos primeiros anos dos percursos formativos das crianças. A dimensão da população estrangeira e o mapa mundo espelhado são elementos em destaque. Por outro lado, articula-se a realidade com o desenho das medidas concretas implementadas como resposta à procura. O estudo incide no concelho de Leiria, mas não ignora a realidade nacional, e aponta pistas inspiradoras de políticas públicas de reforço de inclusão dos imigrantes, a partir do espaço escola básica, que se afirma cada vez mais como uma lição multicultural que desenha a paisagem humana das salas de aulas, onde as crianças aprendem a ler e a escrever.

**Palavras-chave:** Imigração, Escolas 1º Ciclo, Concelho de Leiria, Multiculturalidade

### Abstract

Migration is a phenomenon that marks the sum of the days we go through, expressing the contours of an increasingly global world. It is from this ground that we look at immigrants in the municipality of Leiria, a territory in the center of the country, with good access and a dynamic business and social fabric, where small and medium-sized companies dominate, with job offers, a destination for those looking for new challenges. The settlement of immigrants in Portugal is a mark of the ongoing century, forcing public services to adopt new responses in areas such as education. This is where we go, on a journey where we evaluate the impact of immigrants on the network of basic education establishments (1st cycle) in the municipality of Leiria. We crossed several dimensions where the multicultural environment of the schools in the municipality under analysis germinates, in the first years of the children's educational paths. The size of the foreign population and the mirrored world map are highlighted elements. On the other hand, reality is articulated with the design of concrete measures implemented in response to demand. The study focuses on the municipality of Leiria, but does not ignore the national reality, and points to inspiring clues for public policies to reinforce the inclusion of immigrants, starting from the basic school space, which increasingly asserts itself as a multicultural lesson that draws the human landscape of classrooms, where children learn to read and write.

**Keywords:** Immigration, 1st Cycle Schools, Municipality of Leiria, Multiculturality

### Introdução

A capacidade de Portugal atrair pessoas de outros países para aqui residirem é uma página nova de um quotidiano em acelerada transformação, inscrevendo novos argumentos na relação do país com o exterior. O novo normal convoca a sociedade em geral, e os cientistas sociais em particular, para o estudo de uma dimensão multicultural emergente que desenha a substância dos dias. O país exportador de mão de obra durante séculos é agora um território simultaneamente exportador e importador de pessoas, que se movimentam em busca de uma vida melhor.

Ao olharmos para o fenómeno das migrações em Portugal, à janela dos últimos 50 anos, ou seja, o período em que o país caminha em democracia, fixamos períodos onde são evidentes cenários de mudanças políticas, alterações económicas, fenómenos demográficos e avanços da globalização. As pessoas e os lugares relacionam-se na baliza das circunstâncias onde interagem, definindo a construção da própria sociedade, no aqui e agora, mas também na construção de amanhã que resultam das somas onde se multiplicam culturas.

A revolução de 25 de Abril de 1974 espoletou a independência dos territórios africanos administrados por Portugal, no âmbito de um processo tumultuoso marcado pela saída apressada dos portugueses, equivalente à fuga de refugiados que marcam os grandes conflitos. Uma surpreendente ponte aérea trouxe para Portugal cerca de 600 mil portugueses, oriundos dos territórios africanos onde decorria uma guerra colonial que criou divisões. Os “retornados”, como ficaram para sempre rotulados, foram acolhidos de volta pelo país colonial que os tinha incentivado, a eles ou aos seus antecedentes, a partir para colonizar as terras do império além-mar.

O regresso dos portugueses provocou um crescimento demográfico de 7%, alterando a dimensão do número de residentes. Foi um fenómeno irrepetível, mas que, diferenças à parte, mobiliza nos dias de hoje a memória coletiva, para realidade dos dias de hoje, com a chegada de centenas de milhares de pessoas. Desta vez, na terceira década da centúria que atravessamos, as alterações demográficas escrevem-se com a atração em massa de imigrantes, como adiante se verá.

Depois da chegada dos “retornados”, o mundo das migrações volta a agitar-se com a integração europeia e o aumento da qualificação da população, em especial dos jovens, fenómenos que aceleraram a emigração de milhares de quadros, para diversos destinos, em especial para os países europeus, que sempre ofereceram melhores condições de vida. Com o último pedido de apoio financeiro externo e as medidas da troika, a saída de jovens e de população de outras faixas etárias, conheceu um novo impulso, que reconfigurou a pirâmide demográfica portuguesa, provocando uma inusitada escassez de mão de obra.

O avanço da globalização, somado ao envelhecimento da população portuguesa e europeia, ocorrido nas últimas décadas, em especial nos 10 anos mais recentes, transformaram Portugal num país com migrações em duplo sentido. A par da saída de quadros e outros profissionais, o país passou a ser um destino para um número crescente de imigrantes. A chegada de milhares de pessoas de países como o Brasil, Ucrânia, Índia, Nepal ou Bangladesch, entre muitos outros, tem posto à prova a economia e a sociedade.

Perante um cenário marcado pela fixação de pessoas de outras origens, que trazem uma cultura diferente, novas línguas e gastronomias diferentes, o interculturalismo tem funcionado como a via verde da inclusão. Como refere a investigadora Ana Paula Beja Horta, *“Portugal tem vindo a adotar um modelo de integração veiculado aos princípios da cidadania para todos, da interculturalidade e da interação positiva entre populações culturalmente diferenciadas”* (Horta, 2013, p. 23).

Chegados aqui, mobilizamos o Relatório Estatístico Anual, para sublinhar que *“face aos dados estatísticos e administrativos disponíveis em Portugal, o principal critério para estimar a dimensão da população imigrante, as suas características e as suas diferentes dimensões de integração é o da nacionalidade dos indivíduos”* (Oliveira, 2021, p.11).

Os cidadãos imigrantes são uma “bênção” para a falta de mão de obra e para as contas da segurança social, bem como na luta contra o envelhecimento da população. Ao mesmo tempo, os imigrantes são protagonistas de um movimento transformacional na vida nas escolas. É por aqui que vamos sublinhando o impacto dos imigrantes nas escolas do 1º ciclo no concelho de Leiria.

Estamos num território do centro do país, com bons acessos, paisagens naturais de reconhecida qualidade, e um tecido empresarial e social pontificado por um forte dinamismo, crivado de pequenas e médias empresas, com ofertas de emprego, uma dimensão atrativa para quem procura novos desafios profissionais e melhor qualidade de vida.

Neste trabalho caracteriza-se o impacto dos imigrantes (estudantes estrangeiros) nas escolas do ensino básico (1º Ciclo) do Concelho de Leiria. Em termos metodológicos, optámos por dados estatísticos de fontes secundárias (INE, AIMA e CML) complementados com uma entrevista semiestruturada à vereadora com o pelouro da educação do Município de Leiria.

## **1. Contextualização**

Segundo os Censos de 2021, a distribuição de residentes de nacionalidade estrangeira (%) em Portugal coloca o concelho de Leiria em patamar próximo da média nacional e acima (embora de forma ligeira) da região onde se insere, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), formada por dez municípios: Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Marinha Grande, Leiria, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós (INE, 2022).

Os dados da tabela 1 mostram que, em Portugal, a percentagem de estrangeiros com estatuto de residentes no total da população residente passou de 3,73% em 2011 para 5,24% em 2021,

sendo os dados percentuais relativos à região de Leiria ligeiramente mais baixos face ao todo nacional.

**Tabela 1 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência à data dos Censos**

	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	3,73	3,73	3,74	5,24	5,4	5,1
Continente	3,84	3,83	3,85	5,4	5,56	5,25
Centro	2,36	2,4	2,32	3,76	3,88	3,65
Região de Leiria	3,01	3,03	2,99	4,75	4,81	4,69
Alvaiázere	2,28	2,38	2,19	5,87	6,19	5,59
Ansião	1,79	1,96	1,65	3,38	3,55	3,22
Batalha	3,42	3,58	3,26	4,34	4,35	4,32
Castanheira de Pêra	1,94	2,11	1,8	3,33	3,37	3,29
Figueiró dos Vinhos	1,38	1,69	1,1	4,83	5,11	4,57
Leiria	3,47	3,38	3,56	5,1	5,05	5,15
Marinha Grande	2,99	2,96	3,03	5,91	6,19	5,64
Pedrógão Grande	3,91	4,48	3,39	9,44	9,81	9,11
Pombal	2,48	2,56	2,41	3,44	3,52	3,37
Porto de Mós	2,86	3,03	2,7	3,86	3,91	3,81

Fonte: censos 2021

Os imigrantes combatem o envelhecimento da população, na medida em que apresentam um perfil mais jovem, preenchendo faixas etárias mais jovens da pirâmide demográfica, com muitas pessoas em idade ativa e em idade fértil impactando no número de jovens e no número de estudantes.

As 10 nacionalidades que mais se destacavam no nosso país no arranque da década em curso são a brasileira, a ucraniana, a cabo-verdiana, a romena, a angolana, a guineense, a britânica, a chinesa, a francesa e a espanhola. (Oliveira, 2021, pp. 47 e 53).

Ao avançarmos no calendário, constatamos, através dos dados da AIMA, de setembro de 2024, que o Distrito de Leiria ocupa o quinto lugar nacional dos territórios do país, agrupados nesta divisão administrativa, com 43.494 imigrantes, numa tabela encabeçada por Lisboa e seguida de Faro, Setúbal e Porto (AIMA, 2024).

## 2. Estrangeiros nas Escolas do 1º ciclo do ensino básico do Concelho de Leiria

Na observação da realidade das escolas do concelho de Leiria sublinhamos que a leitura dos dados evidencia o crescimento do número de alunos estrangeiros em todos os períodos em análise, com o 1º ciclo do ensino básico a constituir o grupo onde o número de alunos estrangeiros e o número total de alunos é mais relevante.

Entre o ano letivo 2019/2020 e a época escolar 2023/2024, o número de alunos estrangeiros no 1º ciclo passa de 306 para 943, ou seja, mais do que triplica. Também no registo percentual entre estes dois períodos, o crescimento merece um sublinhado forte. Em 2019/2020

representava 7,6% do número total de alunos e em 2023/2024 atingiu os 20,5%. Se dúvidas houvesse, o retrato da realidade mostra que as salas de aula passaram a ostentar uma presença maior de alunos estrangeiros.

Numa avaliação ao número total de alunos estrangeiros, do pré-escolar ao secundário, constatamos um crescimento permanente; dos 967 alunos estrangeiros em 2019/2010 (7,4% do número total) passamos para 3028 em 2023/2024, o que equivale a 20,6% no ano letivo em curso.

**Tabela 2 – Número total de alunos estrangeiros e sua distribuição por ciclos na Região de Leiria**

	2019-20			2020-21			2022/23			2023/24		
	Alunos Estrangeiros		Total Alunos	Alunos Estrangeiros		Total Alunos	Alunos Estrangeiros		Total Alunos	Alunos Estrangeiros		Total Alunos
Pré-Escolar	111	5.8%	1904	116	6.0%	1928	293	14.9%	1967	467	20.5%	2274
<b>1.º Ciclo</b>	<b>306</b>	<b>7.6%</b>	<b>4039</b>	<b>447</b>	<b>11.0%</b>	<b>4060</b>	<b>708</b>	<b>16.4%</b>	<b>4318</b>	<b>943</b>	<b>20.5%</b>	<b>4592</b>
2.º Ciclo	166	8.9%	1871	189	10.2%	1856	327	16.2%	2016	399	20.0%	1998
3.º Ciclo	233	7.7%	3017	237	7.6%	3135	531	17.1%	3104	591	18.6%	3183
Secundário	151	6.7%	2248	283	11.6%	2436	409	15.5%	2636	628	23.8%	2638
<b>Total</b>	<b>967</b>	<b>7.4%</b>	<b>13079</b>	<b>1272</b>	<b>9.5%</b>	<b>13415</b>	<b>2268</b>	<b>16.2%</b>	<b>14041</b>	<b>3028</b>	<b>20.6%</b>	<b>14685</b>

Fonte: C.M. Leiria (2024)

Conhecer a distribuição de alunos, filhos de imigrantes, por escolas urbanas e rurais é um outro ângulo que importa avaliar nesta viagem. Nas escolas localizadas em espaços rurais, a percentagem de alunos estrangeiros e o número de nacionalidades é inferior ao verificado nos estabelecimentos da zona urbana. Nas escolas citadinas existem mais alunos estrangeiros e maior número de nacionalidades. No agrupamento Henrique Sommer, em Maceira, a percentagem de alunos estrangeiros no 1º ciclo é de 11%. Numa outra freguesia rural, no agrupamento Rainha Santa Isabel, na Carreira, os alunos estrangeiros respondem por 14,2% do universo total. Nos agrupamentos da cidade de Leiria, o número de alunos estrangeiros é muito mais expressivo, com 31,3% no agrupamento de Marrazes e 24,1% no agrupamento D. Dinis.

**Tabela 3 – Distribuição de alunos estrangeiros por agrupamento e número de nacionalidades na Região de Leiria no ano letivo 2023/24 no 1CEB**

AE_ENA	Nacionalidades	Total	Est.	%1CEB
AE Colmeias	10	375	59	<b>15,7</b>
AE Correia Mateus	13	496	84	<b>16,9</b>
AE Henrique Sommer	21	328	36	<b>11,0</b>
AE RStalsabel	19	675	96	<b>14,2</b>
AE Caranguejeira - Sta Catarina	14	366	83	<b>22,7</b>
AE Domingos Sequeira	28	709	113	<b>15,9</b>
AE D. Dinis	25	588	142	<b>24,1</b>
AE Marrazes	36	1055	330	<b>31,3</b>
ES Afonso Lopes Vieira	18			
ES Francisco Rodrigues Lobo	28			

Fonte: C.M. Leiria (2024)

Em 2023/24 o número de nacionalidades atinge quase as 5 dezenas (48), pertencendo ao Brasil a liderança destacada. Note-se, aliás que desde 2019/2020, a nacionalidade brasileira é responsável por mais de 50% do total de alunos estrangeiros.

Os impactos resultantes do aumento da procura das escolas ocorrem sobretudo em três dimensões: (i) Parque Escolar, com a necessidade de novas escolas e mais salas de aulas; (ii) Recursos Humanos, exigência de mais professores e pessoal não docente; (iii) Aprendizagens e Inclusão, com a implementação de novas estratégias e desafios permanentes. Estes três eixos de desafios são evidenciados nas palavras da Vereadora Anabela Graça (ver entrevista em anexo).

### **Conclusão**

O ambiente multicultural está a crescer nas escolas do concelho de Leiria, com o aumento de alunos estrangeiros em todos os ciclos, nomeadamente no 1º Ciclo, que mereceu uma atenção particular neste trabalho. O aumento da procura exige novas respostas ao Estado Central e ao Poder Local, em sintonia com uma realidade nunca experimentada.

A presença de alunos de origem brasileira é muito significativa, mas nas salas de aulas há um mapa-múndi com dezenas de nacionalidades.

Os impactos ao nível das aprendizagens e da inclusão destacam-se entre os desafios do novo normal vivido nas escolas de Leiria. Não admira, pois, como refere a autarca Anabela Graça, na entrevista concedida no âmbito da realização deste trabalho, que o Projeto Educativo Municipal de Leiria, para o ano letivo 2024/25, tenha definido “*a multiculturalidade como um tema central, que será abordado de forma transversal em várias iniciativas*”, com o objetivo de “*promover a inclusão, o respeito pela diversidade e o desenvolvimento de competências interculturais entre os alunos*”.

Os olhares do Município de Leiria denotam uma forte preocupação com as matérias de inclusão, estratégia alinhada com as políticas nacionais e com a União Europeia. Tal como explica Oliveira, no Relatório Estatístico Anual, a discriminação de imigrantes na dimensão racial e étnica está identificada como “*uma preocupação para a maioria dos Estados-membros (...) tanto ao nível das perceções sobre a sua existência nos países da União Europeia, como ao nível das experiências reportadas*” (Oliveira, 2021, p. 293). Neste quadro, a aposta na inclusão e o reconhecimento do valor da multiculturalidade deve sustentar uma prática política robusta, materializada num quotidiano que “*fomente a interculturalidade e combata o preconceito e os estereótipos*” (Malheiros e Esteves, 2013, p. 214).

À janela do futuro, partilhamos hoje um espaço onde a intervenção coletiva deve ser cúmplice de atitudes e comportamentos que façam da equidade o alfa e o ómega dos seus dias. E é nos primeiros anos da escola que a sociedade constrói os seus alicerces. Tendo em presente o céu destes dias, em que a ideia da globalização passou a ter no vizinho da porta ao lado um rosto e uma voz, ganha força a certeza de que a integração deve ser consubstanciada na “*estratégia que associa a manutenção da identidade da minoria e a sua adoção dos valores nucleares da comunidade de acolhimento*” (Malheiros e Esteves, 2013, p. 179). Assim seja.

## **Bibliografia**

- AIMA (2024). *Relatório de Migração e Asilo 2023*. Lisboa: AIMA I.P. – Agência para a Integração, Migrações e Asilo.
- C.M. Leiria (2024). documentação interna; Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- Horta, Ana Paula Beja (2013). A Imigração em Portugal. Um contributo para o debate sobre políticas e práticas de integração. In Maria Lucinda Fonseca, Pedro Góis, José Carlos Marques e João Peixoto (orgs.) *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaios de homenagem a Maria Ioannis Baganha*, pp. 227-250, Coimbra: Edições Almedina.
- INE (2022). CENSOS 2021. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Malheiros, Jorge e Alina Esteves (coord) (2013), Diagnóstico da situação da população imigrante em Portugal. Características, Problemas e Potencialidades. <http://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-portugal-imigrante>
- Oliveira, Catarina Reis (2021), Observatório das Migrações - Relatório Estatístico Anual, <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2021.pdf/e4dd5643-f282-4cc8-8be1-92aa499bb92f>
- 

## **Anexo 1 - Entrevista Anabela Graça, vice-presidente da Câmara Municipal de Leiria, responsável pelo pelouro da Educação.**

### **1) Como avalia a evolução do número de alunos de outras nacionalidades nas escolas do concelho?**

O número de alunos a frequentar as escolas do concelho tem aumentado em todos os ciclos de ensino.

### **2) Quais são os principais temas que passaram a ocupar as preocupações do pelouro da educação no âmbito da entrada no sistema de largas centenas de alunos estrangeiros, oriundos de dezenas de países?**

Não falamos em preocupações, mas em ajustes e sensibilidades. Por exemplo, no que se refere à alimentação, verificamos diferentes hábitos, o que implica sensibilização das funcionárias que acompanham este programa. Anteriormente as dietas religiosas estavam associadas à restrição do consumo de carne de porco, quando, atualmente nos deparamos com vários tipos de dietas religiosas. Temos de ter as equipas do município sensibilizadas para a diversidade, para explicar os direitos e deveres e as diferenças legislativas. No que se refere ao atendimento as escolas estão a aceitar o desafio de se prepararem para a diversidade linguística.

**3) No domínio das infraestruturas, nomeadamente ao nível do parque escolar (edifícios, salas de aula, refeitórios, etc.) qual o impacto da entrada de crianças estrangeiras e/ou filhos de imigrantes?**

Ao nível das infraestruturas, naturalmente, obriga a uma pressão maior na zona urbana, por via do aumento de crianças imigrantes, mas também da chegada de alunos de outras partes do país, uma vez que Leiria é, neste momento, um território atrativo. Contudo, do que temos constatado, o aumento do n.º de alunos é generalizado em todos os agrupamentos / territórios educativos.

**4) Além da construção de novas escolas, têm sentido a necessidade de reabrir velhas escolas desativadas? Se sim, quais.**

De facto, no sentido de dar uma resposta às famílias com crianças em idade pré-escolar, procedeu-se à reativação da ex Estrada Nacional (Pousos) em Jardim de Infância, com obras de beneficiação no montante de 170.000,00€. Contudo, a reabertura de escolas desativadas, só por si, não é um processo automático dado que urge garantir uma efetiva igualdade de oportunidades a todas as crianças.

A Escola é mais que a sala de aulas. É importante garantir as necessárias condições para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem mas, igualmente, as instalações para o desenvolvimento das atividades socio educativas (instalações sanitárias, refeitório / polivalente, espaços de jogo e recreio), para além do respetivo apetrechamento e outros espaços de apoio à dinamização de projetos que promovem a inclusão.

**5) A entrada de mais crianças tem contribuído para travar o encerramento de escolas em locais mais despovoados?**

A vinda de mais crianças, de facto, está a ajudar a consolidar a rede escolar em zonas / territórios que, tradicionalmente, têm menos alunos.

**6) Ao nível de recursos humanos (professores e pessoal não docente) como avalia o impacto do crescimento de alunos de origem estrangeira?**

No que aos recursos humanos diz respeito, a competência municipal diz respeito à colocação de assistentes operacionais, em função do rácio definido pelo Ministério da Educação, e que deverá ter em conta, em cada ano, a realidade de cada escola / agrupamento. As questões pedagógicas dizem respeito aos agrupamentos de escolas / escolas não agrupadas / Ministério da Educação.

**7) No domínio das aprendizagens, a multiculturalidade apresentará desafios que exigem respostas. Quais são estes desafios e as respostas aos mesmos?**

No domínio das aprendizagens, a multiculturalidade apresenta desafios que exigem respostas adequadas. No que diz respeito aos projetos promovidos pelo município, o Projeto Educativo Municipal para o ano letivo 2024/25 definiu a multiculturalidade como um tema central, que será abordado de forma transversal em várias iniciativas, como o Festival de Teatro Juvenil, a Assembleia de Jovens Deputados e a Assembleia de Pequenos Deputados. Estes projetos visam

promover a inclusão, o respeito pela diversidade e o desenvolvimento de competências interculturais entre os alunos.

**8) Leiria tem apostado muito no sucesso escolar, com programas de apoio aos alunos. A presença de tão grande número de alunos estrangeiros está a motivar o lançamento de iniciativas, nomeadamente junto de crianças e jovens que têm dificuldades de domínio da língua portuguesa?**

Leiria tem investido fortemente no sucesso escolar, especialmente com o aumento do número de alunos estrangeiros. A cidade tem implementado programas de apoio direcionados a crianças e jovens com dificuldades no domínio da língua portuguesa. Destacam-se, neste âmbito, dois programas: o Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE), que apoia cerca de 190 crianças, e o projeto "Redes na escola – dá o salto!", que oferece suporte a 100 jovens em risco de insucesso escolar. Ambos os programas envolvem equipas multidisciplinares e oferecem apoio específico, como aulas de reforço de português, atividades de integração social e aconselhamento vocacional. Leiria está a criar um ecossistema colaborativo e inovador, envolvendo escolas, entidades públicas e comunidade local, para garantir a inclusão e o sucesso educativo.

**9) A questão da língua é o maior desafio da integração ou há outros aspetos relevantes?**

Sim, a língua é, sem dúvida, um dos principais desafios para a integração, tanto para os alunos quanto para os encarregados de educação. Um exemplo disso é o aumento significativo de famílias que procuram os serviços de educação para obter informações, mas que se expressam em inglês.

## Acesso dos Migrantes à Saúde e Bem-estar em Portugal

*Zélia Candeias; Enfermeira Especialista de Saúde Materna e Obstétrica da Unidade Local Saúde Arrábida, Mestre em Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Coordenadora da EPVA Arrábida, Professora Adjunta Convidada da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal. [zeliacandeias@gmail.com](mailto:zeliacandeias@gmail.com)*

*Cármem Marmelo; Enfermeira Especialista de Saúde Comunitária da Unidade Local de Saúde Arrábida, Coordenadora da Equipa Coordenadora Local de Cuidados da Rede Nacional de Cuidados Continuados. , Assistente Convidado Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. [carmen.marmelo@arslyt.min-saude.pt](mailto:carmen.marmelo@arslyt.min-saude.pt)*

### Resumo

A saúde em Portugal evoluiu desde o 25 de abril de 1974, a revolução trouxe a liberdade de expressão e a necessidade de melhores cuidados de saúde. Criado em 1979 o Serviço Nacional de Saúde (SNS) estabelece o direito à saúde, garantindo acesso aos cuidados de saúde independentemente das condições sociais e económicas, são os cuidados de saúde primários, que atuam ao nível da prevenção e promoção da saúde, com especial foco nos mais vulneráveis.

Os fluxos migratórios têm vindo a mudar em Portugal, em 2023, a população estrangeira que vive em Portugal de forma legal aumentou 33%, não excluindo a população estudante ou a que vive em situação irregular. Este aumento traz novos desafios e pressão sobre os serviços públicos e no acesso destes cidadãos ao SNS.

O aumento das necessidades levanta questões se o Estado Português tem capacidade de sustentar as instituições públicas para dar resposta à procura de cuidados. Sendo que o SNS tem Recursos Humanos (RH) insuficientes, para o normal funcionamento das instituições de saúde, como é que os serviços se organizam com os RH e materiais existentes para uma adequada resposta às necessidades da procura de cuidados da população imigrante, acautelando a segurança dos cuidados prestados, a nível de informação de legislação, barreira linguística e o facto de não existir historial de saúde/doença dessas pessoas.

A viver ou de viagem em Portugal, qualquer pessoa estrangeira que necessite de cuidados de saúde, tem o direito a ser assistido num centro de saúde ou hospital. Para aceder ao SNS é necessário, documentos obrigatórios, existindo, contudo, casos previstos pela lei, em que o SNS assegura as despesas de saúde sem ser preciso apresentar os documentos obrigatórios. Objetivos: refletir e partilhar ideias, experiências de forma organizada da realidade de Portugal sobre a saúde e bem-estar das populações migrantes.

**Palavras Chaves:** Imigrantes, Saúde, Bem-estar, Profissionais de saúde, Acesso

### Abstract

Health in Portugal has evolved since April 25, 1974, the revolution brought freedom of expression and the need for better health care. Created in 1979, the National Health Service (SNS) establishes the right to health, guaranteeing access to health care regardless of social and economic conditions, it is primary health care, which acts at the level of prevention and health promotion, with special focus on the most vulnerable.

Migratory flows have been changing in Portugal, in 2023, the foreign population living in Portugal legally increased by 33%, not excluding the student population or those living in an irregular situation. This increase brings new challenges and pressure on public services and on these citizens' access to the NHS.

The increase in needs raises questions as to whether the Portuguese State has the capacity to support public institutions to meet the demand for care. Given that the SNS has insufficient Human Resources (HR) for the normal functioning of health institutions, how are services organized with existing HR and materials to adequately respond to the needs of the immigrant population seeking care, taking care of safety of the care provided, in terms of legislative information, language barrier and the fact that there is no health/illness history of these people.

Living or traveling in Portugal, any foreign person in need of health care has the right to be assisted in a health center or hospital. To access the SNS, mandatory documents are necessary, although there are cases provided for by law, in which the SNS covers health expenses without having to present the mandatory documents. Objectives: to reflect analytically and carefully the reality of Portugal regarding the health and well-being of migrant populations.

**Keywords:** Immigrants, Health, Well-being, Healthcare professionals, Access

## **Introdução**

Os cuidados de saúde (CS) e as necessidades de saúde das pessoas são uma preocupação que tem vindo a ser transversal a todos os Governos da República Portuguesa. A Legislação Portuguesa, ainda antes do 25 de abril, tem vindo a ser revista e alterada em função da tentativa de melhoria dos CS. O 25 de abril trouxe uma maior equidade na acessibilidade aos cuidados de saúde, e foi com a criação do Sistema Nacional de Saúde (SNS) que a saúde passou a ser um direito universal, garantindo o acesso equitativo aos CS, independentemente da sua condição económica e social.

A conceção dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), teve como finalidade ser o primeiro acesso à saúde, sendo a sua missão, prestar cuidados ao longo do ciclo de vida, através da promoção da saúde, prevenção e tratamento da doença. Os cuidados hospitalares têm a missão de tratar as pessoas com necessidades de saúde específicas, sendo que seria ideal que, o recurso aos cuidados hospitalares, fossem feitos por encaminhamento pelos CSP. Neste sentido os RH e económicos deveriam de ser adequados às necessidades, garantindo aos profissionais de saúde prestar cuidados de excelência, com segurança para as pessoas e para os profissionais. Ao longo dos anos têm vindo a ser definidas estratégias que têm como objetivo erradicar algumas doenças, diminuir a mortalidade infantil e perinatal, sendo que o que foi conseguido, foi em conjunto com os profissionais de saúde, na adesão da sociedade civil a estas estratégias, nomeadamente a implementação do Plano Nacional de Vacinação (PNV), permitiu controlar estas doenças.

Portugal é um país com grande procura, por parte dos imigrantes, para atividade laboral, e Cuidados de Saúde, contudo nos últimos anos a origem dos imigrantes tem vindo a modificar-se, verificando-se cada vez mais a proveniência de diferentes países, em que dificuldades linguísticas, culturais e tradições diferentes, são cada vez maiores e cuja vigilância da sua saúde tem uma realidade específica relacionada com o seu país de origem.

A população imigrante que chega a Portugal, tem direito imediato ao acesso a CS, tendo documentação ou não, que ateste a sua situação regularizada em Portugal. O que se verifica é que cada vez mais chegam pessoas com situações de saúde precárias, maioritariamente mulheres grávidas, com declarada manifestação de preocupação dos profissionais de saúde perante estas pessoas, que não são portadores de documentação sobre a sua situação de saúde, o que poderá constituir um grave problema na adequação de cuidados e poderá colocar em risco a segurança e a qualidade dos cuidados, colocando em risco a segurança das pessoas e dos profissionais.

Este artigo tem como objetivo promover a reflexão, a partilha de ideias, experiências de forma organizada da realidade de Portugal sobre a saúde e bem-estar das populações imigrantes.

### **1. Caracterização do Sistema de Saúde em Portugal: Criação do Sistema Nacional de Saúde e a sua evolução**

A Saúde em Portugal caracteriza-se pela existência de um sistema de CS de elevada qualidade (classificado como o 9.º melhor da Europa e 12.º melhor do Mundo), permitindo ao país atingir boas posições em diversos índices de saúde. Antes do 25 de abril de 1974 a Saúde em Portugal era precária e o acesso aos CS era muito desigual, e dependia sobretudo da capacidade económica de cada um, apresentando um défice de infraestruturas e de profissionais de saúde. O 25 de Abril de 1974 foi um marco importante na história de Portugal, não só politicamente, mas também no que diz respeito à evolução dos CSP. A revolução definiu, a todos os níveis, linhas de liberdade para os portugueses, sendo a saúde uma das principais conquistas, e trouxe consigo uma mudança significativa na saúde dos portugueses. Antes da revolução, Portugal tinha um sistema de saúde que dependia das famílias, instituições privadas ou da previdência. Não existia um serviço de saúde universal, hospitais e médicos espalhados pelo país, ou acesso assegurado a todos os portugueses. Apenas em 1971 foi reconhecido o direito à saúde com a criação dos Centros de Saúde de 1ª geração de cariz preventivo, vocacionados para o que então se entendia por Saúde Pública, incluindo atividades como a vacinação, a vigilância materno-infantil, a saúde escolar e ambiental.

Em 1975 cumpriu-se um acontecimento extraordinário com a criação e implementação do Serviço Médico à Periferia (SMP). Foram mobilizadas equipas de médicos da cidade para o interior carenciado. O SMP eliminou barreiras no propósito de prestar CS a todos, em todo o território, até ao interior profundo. Estas equipas e as comunidades, que os acolheram, ergueram do nada, as primeiras pedras do futuro SNS (Cerqueira, 2009).

O SNS foi criado em 1979, pela Lei n.º 56/79, de 15 de Setembro, que veio estabelecer o direito universal à proteção da saúde, garantindo um acesso mais equitativo aos CS, independentemente da sua condição económica e social (Ministério da Saúde, 1979). Com a implementação do SNS, houve melhorias notáveis, como a drástica redução da mortalidade infantil. Em 1970 morriam em Portugal 58 crianças com menos de 1 ano por cada 1000 nados vivos, contudo o número de nascimentos em Portugal, desde 1970 decresceu continuamente (20,0 nascimentos vivos por 1000 habitantes) e, em 1990, a taxa bruta de natalidade em Portugal foi 11,80 nascidos vivos por 1000 habitantes. Em 2004, o número de nascimentos por

1000 habitantes tinha diminuído para 10,4. As projeções mostram que a população portuguesa ainda poderia mostrar um ligeiro aumento durante a próxima década, mas que a tendência seria para diminuir a partir de 2010 (Sousa, 2009), em 2022 o número de nascimentos por 1000 habitantes ficou é de 8 (INE, 2023).

A Organização Mundial de Saúde define os CSP como um direito de toda a sociedade à saúde e bem-estar, centrada nas necessidades e preferências das pessoas, famílias e comunidades, esses cuidados incluem a prevenção, o tratamento, a reabilitação e os cuidados paliativos e devem ser prestados tão perto quanto possível do ambiente diário das pessoas (OMS, 2008). Apesar dos avanços, ainda nos deparamos com vários desafios, como a falta de profissionais de saúde em algumas áreas e a necessidade de continuar a melhorar a qualidade e a acessibilidade aos CSP. No entanto, é inegável que o 25 de Abril representou um passo significativo na melhoria da saúde em Portugal, pese embora ainda se verifiquem desigualdades. Abordar e reduzir as desigualdades é crucial para promover uma sociedade mais justa e saudável.

Ao longo das últimas décadas alterações foram feitas no SNS, o objetivo seria descentralizar a procura de cuidados hospitalares e dar uma adequada resposta às necessidades nos CSP. Estes têm vindo a ser alvo de reestruturação, fruto de um persistente debate sobre a necessidade de reorganização e de reorientação dos CSP, com base nas críticas, sugestões de mudança e propostas de alteração aos modelos organizativos, com a mudança constante nos discursos políticos, com base na premissa de que o sistema de saúde é uma prioridade política, apesar dos números evidenciarem tendências contrárias a tais declarações. Os RH cresceram mais no sector hospitalar do que nos CSP. Até 1985 a proporção da despesa do SNS com CSP era superior a 50%. Porém, a partir desse ano, a situação inverteu-se, passando os cuidados hospitalares a consumir uma proporção maior de recursos financeiros e de RH (Ramos, 2001).

Importante referir que já em 2001 os RH estavam distribuídos, de forma desajustada, embora os CSP sejam o pilar do SNS apenas 27% dos RH estão alocados a estes serviços em prol de 73% alocados aos cuidados hospitalares em paralelismo com relação à despesa e financiamento em que os recursos financeiros são substancialmente superiores para os cuidados hospitalares. Este conjunto de situações leva a que os CSP não consigam dar a resposta necessária, em ambulatório, às pessoas o que leva ao aumento do recurso, por vezes desnecessário, aos serviços de urgência e à crescente insatisfação das populações quanto à resposta dos serviços de saúde (Baganha et.al, 2002).

Em 2005 deu-se a reforma dos CSP em que foram criadas as Unidades de Saúde Familiar (USF)

constituídas por equipas multiprofissionais que se organizam de forma voluntária e que regulam o seu funcionamento com o objetivo de prestação de cuidados médicos e de enfermagem a um grupo de famílias inscritas nas listas das USF. Considerando o número de utentes inscritos em determinadas áreas geográficas, o número de USF constituídas é manifestamente insuficiente para dar resposta às necessidades de CS das pessoas. Em paralelo existem as Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) que prestam cuidados a todas as pessoas inscritas, legais ou ilegais ou em processo de legalização, mas que necessitam igualmente de ver satisfeitas as suas necessidades em saúde, por equipas multiprofissionais desfalcadas, com a particularidade que não se pode recusar CS aos imigrantes. Pese embora tenha sido considerada por alguns autores como Biscaia e Heleno (2007), como uma das mais bem-sucedidas estratégias implementadas nos serviços públicos do país, tendo sido considerada como uma reforma moderna e inovadora, que não corta completamente com o passado, que se aliou à tecnologia e ao trabalho em rede, e paralelamente ultrapassou o modelo hierarquizado tradicional, não deixou de trazer alguma iniquidade de cuidados às pessoas que não foram integradas nas USFs. Posteriormente houve uma nova reorganização dos CSP com a criação dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS) em que se preconizava uma governação clínica que, através da melhoria da qualidade dos cuidados e da responsabilidade dos intervenientes, iria obter maiores ganhos em saúde. Na atualidade surge uma nova reorganização dos CSP, em Portugal, em que os CSP e Cuidados Hospitalares são agregados em Unidades Locais de Saúde, privilegiando a integração de CSP e hospitalares. Os RH e financeiros alocados ao sistema de saúde, continuam a ter uma distribuição notoriamente inferior para os CSP, cuidados estes de promoção e prevenção da saúde, em benefício dos cuidados hospitalares, para exclusivo tratamento das doenças. Sendo que nos últimos 20 anos o SNS não evidenciou capacidade para dar resposta às necessidades de saúde das populações.

## **2. Legislação Portuguesa: aplicabilidade ao Cidadão Imigrante**

Existe uma necessidade demográfica, social e económica de acolher mais pessoas, Portugal precisa de uma imigração regulada e de um sistema de fiscalização que funcione. Que os recursos existentes sejam adequados às necessidades, principalmente a nível das instituições de saúde do SNS, de forma a serem prestados cuidados com qualidade e segurança, tendo em conta a multiculturalidade dos imigrantes. A Entidade Reguladora da Saúde (ERS) publicou, a 4 de julho de 2015, um estudo sobre “Acesso a cuidados de saúde por imigrantes”, cujo objetivo foi avaliar o acesso ao sistema de saúde dos imigrantes, as conclusões levaram à emissão de

um parecer, que informa que o acesso aos CS não deve nem pode ser recusado a ninguém. Este parecer reforça ainda a informação sobre como promover o conhecimento sobre os direitos à saúde e as condições para a utilização de serviços de saúde por cidadãos nacionais e imigrantes que se encontrem em situação regular ou irregular em Portugal, bem como por cidadãos com estatuto de refugiado ou direito de asilo, determinando que o acesso aos CS não deve ser restringido por entraves de natureza meramente administrativa/burocrática (ERS, 2015). Na sequência da situação de pandemia por SARS-CoV-2, foi criado um Alerta de Supervisão n.º 6/2020 emitido pela ERS, com informação às instituições prestadoras de CS, com ênfase nos profissionais da saúde, especialmente profissionais nos CSP sobre o acesso de cidadãos estrangeiros a CS no SNS, respondendo a questões frequentes como por exemplo: Como cidadão imigrante, tenha acesso a CS em território nacional?; Quais os custos, para um cidadão imigrante que resida no território nacional nos termos regulados na legislação da imigração, do acesso a CS no SNS?; Se não possuir uma autorização de permanência ou residência ou estiver em situação irregular, o acesso a CS tem custos?; Sou imigrante e não tenho autorização de permanência ou residência válida. Existem exceções quanto ao pagamento de CS recebidos?; Sou imigrante e sou detentor de uma autorização de permanência ou residência. Como posso inscrever-me no SNS?; O facto de ser portador de um certificado de assistência médica de um país com acordo bilateral com Portugal (por exemplo, “PB4”) dá-me o direito de obtenção imediata do número de utente do SNS?; Como procedem as unidades prestadoras de CS caso verifiquem que sou um cidadão imigrante em situação irregular, nos termos da legislação da imigração em vigor?; Os imigrantes menores em situação irregular têm acesso ao SNS?; Os requerentes de proteção internacional (asilo ou proteção subsidiária) têm acesso ao SNS? Em que circunstâncias?; O que acontece quando o imigrante passa a beneficiar do estatuto de refugiado ou do estatuto de proteção subsidiária?; Sou imigrante de um País Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com acordo de cooperação no domínio da saúde. Quais são os meus direitos?; O que devo fazer, caso os meus direitos como cidadão imigrante, relativamente ao acesso à prestação de CS no SNS, não estiverem a ser respeitados?.

Este alerta resultou num aumento exponencial de imigração, para determinados circuitos migratórios com objetivo a uma regularização num Estado-Membro da União Europeia (EU), propiciando aos cidadãos estrangeiros que residam em Portugal o acesso em igualdade de tratamento ao dos beneficiários do SNS, bem como acesso a CS e de assistência medicamentosa prestados pelas instituições e serviços que constituem o SNS.

### **3. Caracterização do Sistema de Saúde em Portugal**

Os CS em Portugal têm vindo a ser alvo de constantes remodelações sendo que os diferentes Planos Nacionais de Saúde (PNS) acompanham as alterações e necessidades que vão surgindo nas populações. O PNS 2004-2010 definiu orientações estratégicas que permitissem dar sustentabilidade às estratégias a implementar de forma integradora dos diferentes setores, que podem contribuir para ganhos em saúde, aumentando o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e controlando a doença. Gerir de forma eficaz os recursos existentes, centrando a mudança no cidadão e capacitando o sistema de saúde para a inovação, garantindo a existência de mecanismos adequados para que o plano seja implementado, com recursos adequados e diálogo intersectorial (DGS, 2004).

O acesso aos CS foi reconhecido em 2017, pelo Parlamento Europeu, Conselho Europeu e Comissão Europeia como um dos pilares dos direitos sociais na Europa. Em Portugal, Equidade e Acesso Adequado aos CS foi um dos quatro eixos estratégicos definidos para o PNS que esteve em vigor até 2021. A abordagem que foi utilizada para avaliar o acesso aos CS tinha por base as necessidades identificadas pelas pessoas sobre os cuidados não satisfeitos. São consideradas necessidades não satisfeitas a diferença entre os serviços considerados, pelas pessoas, como necessários para dar resposta aos seus problemas de saúde e os serviços que são oferecidos, sendo que a inexistência de resposta pode ter um efeito negativo nas condições de saúde e que se reflete nos grupos de pessoas mais desfavorecidas provocando um aumento de desigualdades em saúde. Na Europa as necessidades de saúde intensificaram-se com a crise financeira de 2014, Portugal não ficou atrás, entre 2008 e 2014 o número de pessoas mais pobres, que manifestam necessidades de saúde não satisfeitas, triplicou o que evidencia um aumento na barreira de acesso a CS, principalmente pelos idosos (Antunes et.al 2020).

Os autores Antunes et.al (2020) consideram que sendo o acesso um conceito multidimensional influenciado por diversas variáveis é importante explicá-lo à luz de um Modelo Teórico. Consideraram o Modelo Teórico de Anderson sobre a utilização dos CS como o modelo explicativo sobre a complexidade dos conceitos. Segundo este modelo a utilização dos CS depende da necessidade, associada ao estado de saúde, mas condicionada por fatores predisponentes onde estão incluídas variáveis que influenciam as pessoas para procurarem cuidados e aqui incluem-se os fatores sociodemográficos, as crenças e atitudes em relação à saúde/doença. Por fim surgem os fatores de capacitação que compreendem os recursos pessoais, familiares ou comunitários, que podem facilitar ou dificultar a utilização de CS (Antunes et.al 2020).

O sistema de saúde português assenta num modelo em que, quer o financiamento, quer a prestação de cuidados têm componentes públicas e componentes privadas. No entanto, nesses dois domínios, o componente público é mais relevante que o privado. A base fundamental do Sistema de Saúde Português é o SNS, criado em 1979, embora existam outros subsistemas. O PNS 2030 é desenhado segundo as necessidades identificadas de saúde da população que vive atualmente em Portugal, ou seja tem como finalidade ser integrador procurando dar resposta aos problemas de saúde e seus determinantes. Define estratégias que se adequem às mudanças, diminuindo as iniquidades em saúde, procurando uma saúde sustentável para todos/as, com foco na saúde sustentável, com a finalidade de “Melhorar a saúde, o bem-estar da população em todo o ciclo de vida, através de um compromisso social para a Saúde, sem deixar ninguém para trás, preservando o planeta e sem comprometer a saúde das gerações futuras” (PNS, 2030).

O PNS 2030 insere-se no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), valorizando a participação das pessoas e das organizações da sociedade civil, com envolvimento de todos os parceiros. Os determinantes demográficos, sociais, económicos e os relacionados com o sistema de saúde, a prestação e a acessibilidade aos CS. Quando nos referimos aos determinantes relacionados com o Sistema de Saúde e a Prestação de CS preconiza-se que estes tenham uma cobertura universal; acessibilidade a cuidados de vigilância em saúde ao longo do ciclo da vida; aos serviços de saúde em situação de doença aguda e em situação de urgência; acessibilidade a CS em áreas específicas (DGS, 2023).

#### **4. Caracterização da população estrangeira em Portugal**

Portugal é um país que pelas suas características representa para a população mundial um local apetecível para passar férias e/ou viver, um país que se escolhe para viver no pós-reforma do seu país, gozando os últimos anos de vida com bem-estar, escolha como residência laboral. É um facto precisamos de imigrantes, isto porque Portugal é um país cuja pirâmide etária encontra-se invertida em que o número de pessoas idosas começa a ser superior ao número de nascimentos, ou seja estamos na presença de uma população tendencialmente envelhecida.

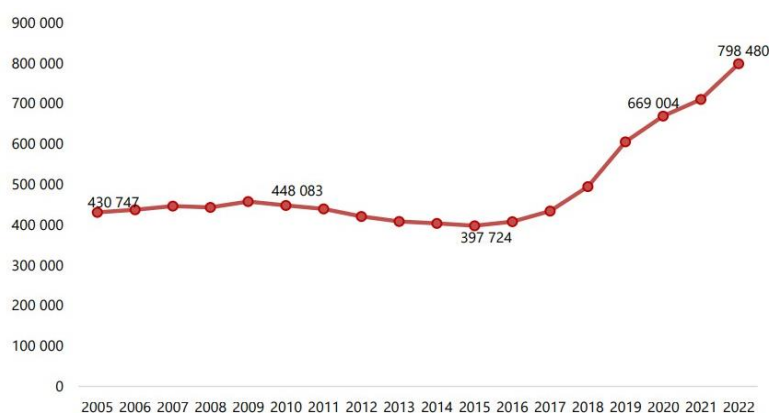
O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) divulga a publicação Estatísticas Demográficas referente a 2021, apresenta uma análise da situação demográfica em 2021 e da sua evolução desde 2011. Portugal mantém a tendência de envelhecimento demográfico, processo que se evidencia pela alteração do perfil das pirâmides etárias. O estreitamento na base da pirâmide etária traduz a redução do número de jovens, como resultado da baixa da natalidade. O

alargamento no topo da pirâmide etária corresponde ao acréscimo da proporção de pessoas idosas, em consequência do aumento da esperança de vida. Em resultado desta tendência, o índice de envelhecimento aumentou de 128,0 para 181,3 idosos por cada 100 jovens, entre 2011 e 2021 (Portal INE, 2023). Nesse período, a proporção de jovens (0 aos 14 anos) diminuiu de 15,0% para 13,0% da população residente total. A proporção de pessoas em idade ativa (15 aos 64 anos) diminuiu igualmente de 65,8% para 63,3%, verificando-se simultaneamente o aumento da percentagem de idosos (65 ou mais anos) de 19,2% para 23,6% (INE, 2023).

Durante as últimas décadas verifica-se uma constante alteração nas características dos fluxos migratórios. Segundo dados do SEF em 2002 os cinco grupos nacionais que mais migraram para Portugal foram, por ordem decrescente: Cabo Verde, Brasil, Angola, Guiné-Bissau e Reino Unido (SEF, 2012). Portugal registou em 2005 um crescente número de imigrantes brasileiros, procedido pelos ucranianos e os cabo-verdianos. Tem havido um crescimento lento, mas contínuo de pessoas oriundas da Ásia, principalmente da Índia, China, Paquistão e Bangladesh, que em 1990 representavam cerca de 4 mil pessoas e em 2005 tinham chegado às 22 mil pessoas (Rodrigues et.al, 2013). Em 2012, a ordem passou a ser: Brasil, Ucrânia, Cabo Verde, Roménia e Angola (SEF, 2012).

Segundo dados do Pordata (2023), vivem atualmente em Portugal mais de 800 mil pessoas estrangeiras. Em 2022, viviam em Portugal 798.480 cidadãos estrangeiros com enquadramento legal, representando 7,6% do total da população. Após a diminuição no período entre 2010 e 2015, a população estrangeira tem vindo sempre a aumentar, e o número de estrangeiros quase duplicou em 10 anos (+90%). Só entre 2018 e 2019, o aumento foi de mais de 110 mil estrangeiros, dados representados no gráfico abaixo.

**Gráfico: Evolução da População Estrangeira a Residir em Portugal**



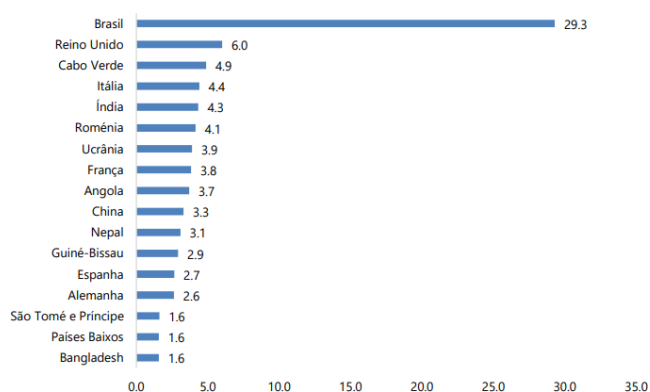
Fonte: INE, SEF/MAI, Pordata.

A população portuguesa tem vindo a envelhecer o que faz com que Portugal tenha uma

necessidade de população jovem que venham dar resposta às necessidades produtivas do país. A idade mediana dos portugueses é 48 anos, em contraste com os 37 anos da população imigrante. Em comparação com a população portuguesa, a população imigrante em Portugal é maioritariamente de homens e mais jovens, em que 6 em cada 10 têm uma idade compreendida entre os 15 e os 44 anos.

Ao avaliarmos a origem da população imigrante, 76% é proveniente de países fora da UE, em cada 10 imigrantes residentes em Portugal apenas 2 são provenientes de um estado-membro da UE. Segundo os dados representados no gráfico as nacionalidades mais representativas em Portugal continuam a ser a Brasileira (29,3%), seguindo da Britânica (6%), Cabo-Verdiana(4,9%), Italiana (4,4%), Indiana (4,3%) e Romena (4,1%).

**Gráfico: População estrangeira por principais países de origem (%)**



Fonte: Eurostat, Pordata

## 5. Procura de Cuidados de Saúde: Que Padrões

O contexto migratório verificado em Portugal, pela forma complexa e diversificada que tem surgido, representa um importante desafio ao nível da saúde pública, com implicações diretas na dinâmica de funcionamento dos serviços de saúde, designadamente nos CSP. Em 2010 as autoras Dias et al. realizaram um estudo cujos resultados evidenciaram a existência de diferentes padrões de procura de CS, verificando-se utilização de forma preventiva e regular dos serviços, apenas em situações de urgência ou de não utilização. Evidenciou ainda a existência de barreiras no acesso e utilização dos serviços tendo sido identificado como entrave: a situação irregular, as dificuldades socioeconómicas, desconhecimento da legislação sobre acesso, questões culturais, as competências dos profissionais e aspetos relacionados com os serviços (Dias et al. 2010).

As questões da multiculturalidade, que tem vindo a colocar vários desafios aos profissionais de saúde, no cuidar da saúde destas pessoas, culturalmente distintas, e que apresentam expectativas diferentes em relação à prestação de CS. É importante que Portugal promova

estudos de base populacional que nos permita conhecer/identificar os problemas e os determinantes do estado de saúde das pessoas imigrantes, este conhecimento torna possível dar uma resposta eficaz às suas necessidades.

Segundo a autora Leininger (2001), existe a necessidade de princípios, conceitos e guidelines que orientem CS culturalmente diferenciados. Ao focarmos numa prestação de cuidados culturalmente sensíveis à pessoa cuidada será possível ajudá-la a recuperar ou a manter o seu bem-estar, ou mesmo a vivenciar/aceitar a morte, de um modo coerente com o sentido que lhe atribuem (Leininger, 2001). O cuidar da saúde em harmonia com a cultura das pessoas, permite um olhar e orientação de CS diferenciados da visão dicotomizada mente/corpo (Leininger, 1994, 2001; Ray, Morris & McFarland, 2013). Nesta perspetiva o contexto social dos CS à pessoa imigrante é concebido por momentos de interação e enquadrado nos seus valores e crenças culturais, na complexidade da cultura organizacional, das instituições de saúde Portuguesas, onde ocorrem. A afluência significativa das pessoas imigrantes de diferentes origens e culturas implica um olhar diferenciado da saúde e da doença nos processos de transição das pessoas culturalmente diversas (Abreu, 2009; Chick & Meleis, 2010). O que se verifica na realidade das unidades de saúde de hoje são situações complexas em que os profissionais de saúde são obrigados a transferir conhecimento para a sua prática clínica e a desenvolver competências para a resolução de problemas e tomadas de decisão (Abreu, 2009).

Numa revisão de um conjunto de estudos realizados pelas autoras Dias e Gonçalves (2007) constata-se que existe uma maior vulnerabilidade das pessoas imigrantes a doenças e problemas de saúde tanto no que respeita às doenças infecciosas, como à saúde mental e reprodutiva (Dias e Gonçalves, 2007). A vulnerabilidade dos imigrantes está por vezes associada a características socioeconômicas, como sejam a pobreza, as condições de trabalho e de gozo de direitos ao nível da proteção social, e a aspetos de ordem psicossocial, nomeadamente aos processos de ajustamento e de aculturação, que podem aumentar os riscos para com a sua saúde, nomeadamente o consumo excessivo de álcool, tabaco ou drogas. Quando nos referimos aos CS prestados às pessoas imigrantes existem diferentes questões que se colocam quanto à capacidade de uma prestação de CS adequada às diferentes situações. A autora Maurício (2009) num estudo realizado sobre a aceitação dos profissionais de saúde infere que estes têm tendência a ter atitudes de maior aceitação e tolerância em relação aos imigrantes, e que estabelecem relações de ajuda, colocado em primazia o desígnio supremo de ajudar, de promover a saúde, ao abrigo de padrões éticos, deontológicos, legais e técnicos, sendo que diferentes abordagens funcionam melhor para diferentes doentes e que o envolvimento da pessoa nas decisões sobre a sua saúde melhora a adesão ao tratamento (Maurício, 2009).

Segundo um estudo realizado por Santos (2023) os imigrantes comparam a figura dos profissionais com os dos seus países o que pode traduzir-se, no profissional de saúde, em sentimentos de insegurança, necessidade de questionar, ter alguma flexibilidade e desconforto no cuidar. A barreira linguística requer a necessidade de mais tempo para avaliação da situação de saúde/doença, a necessidade de ser cauteloso na validação da mensagem transmitida e recebida (Santos, 2023). O recurso frequente a tradutores é um dos constrangimentos manifestados pelo estudo realizado por Coutinho et al. (2020) as estratégias mais utilizadas na interação com a mulher imigrante foi o recurso a familiares como intérprete, muitas vezes o companheiro, o que consoante as culturas/religiões denota-se a desvalorização da mulher pelo companheiro (Coutinho, 2020).

A procura e utilização dos serviços de saúde é encarada como condição para a obtenção de ganhos em saúde, existindo evidência em vários estudos que pode ser influenciada por fatores sociais, demográficos e económicos, bem como os recursos financeiros e situação laboral. Têm destaque as questões relacionadas com as crenças, costumes, valores e ideologias culturais, políticas e religiosas, a par da perceção individual sobre a sua saúde, que determinam e influenciam a componente comportamental em saúde, especificamente no que se refere à procura de CS, pelo que este aumento traz novos desafios e pressão sobre os serviços públicos e no acesso destes cidadãos ao SNS.

## **6. Os Profissionais de Saúde na Prestação de Cuidados em Segurança**

Na sequência da mudança dos fluxos migratórios em Portugal, em 2023, verifica-se que os imigrantes que vivem em Portugal de forma legal aumentou 33%, não excluindo os estudantes ou as situações irregulares. Portugal passou a ter imigrantes de diferentes países, estes procuram Portugal por diferentes motivos (AIMA, 2023). Este crescente aumento dos fluxos migratórios, traduz-se num aumento da procura de CS, que incidem principalmente nos CSP, acesso ao PNV, Vigilância da Saúde Materna, Vigilância da Saúde Infantil, bem como ao Acesso no controlo da doença crónica (Silva et al., 2022).

O aumento dos imigrantes, com maior diversificação da sua proveniência, leva a que os CSP e os seus profissionais, tenham novos desafios/ dificuldades, como comunicação em contexto intercultural, constrangimentos logísticos, como o número de profissionais necessários para que exista disponibilidade/tempo para conduzir uma relação terapêutica eficaz. Deste modo, ir ao encontro das necessidades dos imigrantes, que estão muitas vezes em situação de vulnerabilidade social, e que têm entendimentos e formas de comunicar a saúde e a doença de modo diferente, é um desafio que exige, para além de suporte institucional, competências

comunicacionais, e conhecimento sobre diferentes culturas, religiões, crenças, usos e costumes. Os CS às pessoas imigrantes não se cingem apenas às necessidades culturais, existem ainda os problemas linguísticos, de acesso à informação de saúde. Os imigrantes têm problemas de saúde e necessitam de cuidados como todas as pessoas, mas a evidência mostra que, frequentemente, pelas dificuldades na comunicação, da inexistência de informação documentada sobre a sua saúde e na acessibilidade, têm grande dificuldade em aceder e usar os serviços de saúde disponíveis, o que leva a um aumento acrescido dos riscos em saúde (Silva et al., 2022).

Este fluxo migratório, com grande procura de CS, diferenciados no nosso SNS, coloca a questão, inevitavelmente, de preocupação dos profissionais, se Portugal está a adequar as suas instituições de saúde para uma prestação de cuidados equitativos e de segurança, a todos os utentes ou recorrentes utilizadores do SNS Português. É um facto que as instituições já se encontram com um défice de dotação de recursos humanos e materiais, para fazer face ao aumento da procura dos portugueses, como será possível dar resposta ao aumento de procura da população imigrante, com características próprias que implicam uma intervenção diferenciada, não só a nível dos cuidados como também a nível de linguística e conhecimento das práticas e costumes.

Neste âmbito, existem dificuldades no acesso dos imigrantes ao SNS, especialmente das mulheres, crianças e doentes crónicos, populações com necessidades especiais na área do VIH, hepatites e outras condições de saúde, e com a procura em especial de certos serviços de saúde. Porém o que se tem vindo a verificar é que o SNS está cada vez mais fragilizado com dificuldade em dar resposta à população existente em Portugal o que aumenta a dificuldade em dar resposta às necessidades dos imigrantes.

Nos CSP são as UCSP as pessoas imigrantes em situação regular, irregular ou em processo de regularização, de vários países que têm idiomas diferentes, costumes diferentes, de diferentes culturas que necessitam de vigilância e CS, com o qual é necessário comunicar, conhecer as culturas incidentes e compreender as suas necessidades de forma a dar uma resposta efetiva, de qualidade e segurança para os utentes e profissionais. Estas unidades, onde todos os utentes se podem inscrever, sendo as unidades com maior número de utentes inscritos em que, a Região de Lisboa e Vale do Tejo é onde se verifica uma maior discrepância (ERS, 2023) e onde existe maior número de pessoas imigrantes. São unidades que têm uma proporção de utentes superior aos recursos humanos alocados para a prestação de cuidados de saúde adequados à sua situação de saúde/doença. Neste sentido e sendo a comunicação, uma das maiores dificuldades sentidas,

esta é muitas vezes feita com recurso aos meios informáticos nomeadamente a internet, mas também através de parcerias na comunidade com pessoas que fazem o acompanhamento e tradução. Na maioria das vezes são estas pessoas que, como interlocutoras, explicam aspetos importantes e relevantes da cultura e que facilitam a aproximação dos profissionais de forma a irem ao encontro das necessidades de saúde das pessoas imigrantes (Reis, 2014). É fundamental que sejam adotadas estratégias para uma adequada prestação de CS às pessoas imigrantes, com respeito pela sua cultura, valores, ideologias e princípios, numa relação terapêutica harmoniosa entre a componente social e espiritual. A implementação de estratégias constitui-se, simultaneamente, um desafio mas também uma oportunidade (Reis, 2014; Coutinho, 2020).

## **Conclusão**

Portugal tem vindo a ser uma porta de entrada de imigrantes, em que a diversidade e características linguísticas, culturais e de saúde dos imigrantes trazem desafios constantes nos CS, e que implicam um esforço dos profissionais para uma avaliação da situação de saúde/doença de forma a adequar os cuidados. A valorização cultural, permite aos profissionais proporcionar cuidados culturalmente apropriados, traduzindo-se num aumento da qualidade e com evidentes ganhos em saúde. É fundamental a adoção de programas e políticas integrativas em saúde, respostas multidisciplinares intersectoriais ajustada às necessidades dos imigrantes. É necessário que os profissionais de saúde tenham as condições necessárias para a adequação dos cuidados, a alocação dos RH sejam apropriados ao números de pessoas que procuram CS, bem como as instituições sejam dotadas de sistemas informáticos facilitadores para uma adequada comunicação quebrando assim a barreira linguística.

Para tal é importante que o Governo Português admita, que existem constrangimentos e que sejam delineadas estratégias nas instituições de CS. Manter a investigação que sustente a prática clínica, com base nas evidências produzidas, investir nas competências culturais e linguísticas dos profissionais, de forma a melhorar uma prestação de cuidados equitativos e de segurança, a todos os imigrantes utilizadores do SNS Português.

## **Bibliografia**

- Abreu, W. C. (2009). A anamnese em contextos multiculturais: Avaliação inicial e recurso aos cuidadores informais. In Lopes, J. C. R., Santos, M.C., Matos, M.S.D. & Ribeiro, O. P. (Eds.), *Multiculturalidade: Perspectivas da enfermagem - contributos para melhor cuidar* (pp. 11-46). Loures, Portugal: Lusociência.
- Antunes, Micaela; Ramos, Luís Moura; Lourenço, Óscar; Quintal, Carlota (2020). Acesso aos cuidados de saúde em Portugal no rescaldo da crise. Nem tudo é dinheiro? *Cad. Saúde Pública* 2020; 36(2). Acedido a 20/11/2024, disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RdrT44FWRNRWP6JfVqh4Kxy/?format=pdf&lang=pt>

- Agência para a Integração Migrações e Asilo (2023) - Relatório de Migrações e Asilo. AIMA I.P. - DPEE – Direção de Planeamento, Estudos e Estatística. Acedido a 21/11/2024, disponível em: <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>
- Baganha, Maria Ioannis; Ribeiro, Joana Sousa; Pires, Sónia (2002). O setor da saúde em Portugal: funcionamento do sistema e caracterização sócio-profissional. Centro de Estudos Sociais, Coimbra. Acedido a 12/11/2024, disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/182.pdf>
- Biscaia, André & Heleno, Liliana (2017) - A Reforma dos Cuidados de Saúde Primários em Portugal: portuguesa, moderna e inovadora. Artigo Ciência e saúde colet. 22 (3), Mar 2017 pag. 701-711 Acedido a 21/11/2024, disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/sKYdyXJB8rJ9DsB8bTmDxvs/>
- Cerqueira, M. S. M. (2009). Serviço médico na periferia. (1975-1982). Portugal: Desenvolvimento através da prestação de cuidados de saúde? [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/2017>
- Chick, N. & Meleis, A.I. (2010). Transitions: a nursing concern. In Meleis, A.I. (Ed.), Transitions theory: Middle-range and situation-specific theories in nursing research and practice. (pp. 24-37). New York, USA: Springer.
- DGS (2004). Plano Nacional de Saúde 2004/2010: Mais saúde para todos. Orientações estratégicas. Volume II. Ministério da Saúde. Lisboa. Acedido a 21/11/2024, disponível em <https://pns.dgs.pt/files/2022/02/Vol2-Plano-nacional-de-saude-2004-2010.pdf>
- DGS (2023). Plano Nacional de Saúde 2030, Saúde Sustentável: de todos para todos. Guião para implementação. Acedido a 21/11/2024, disponível em: <https://pns.dgs.pt/files/2023/09/PNS-2030-Versao-Resumo-Set-2023.pdf>
- Dias, S.; & Gonçalves, A. (2007). Migração e Saúde. Acedido a 21/11/2024, disponível em: [https://www.uc.pt/fluc/gigs/GeoHealthS/doc\\_apoio/migracoes\\_e\\_saude.pdf](https://www.uc.pt/fluc/gigs/GeoHealthS/doc_apoio/migracoes_e_saude.pdf)
- Dias, Sónia; Rodrigues, Rita; Silva, António; Horta, Rosário; Cargaleiro, Helena (2010). Procura de Cuidados e Acesso aos Serviços de Saúde em Comunidades Imigrantes: Um Estudo com Imigrantes e Profissionais de Saúde. Arquivos de Medicina Pag. 253-259. Acedido a 20/11/2024 disponível em: [https://www.academia.edu/7088977/Procura\\_de\\_Cuidados\\_e\\_Acesso aos Servi%C3%A7os\\_de\\_Sa%C3%BAdade\\_em\\_Comunidades\\_Imigrantes\\_UM\\_Estudo\\_com\\_Imigrantes\\_e\\_Profissionais\\_de\\_Sa%C3%BAdade](https://www.academia.edu/7088977/Procura_de_Cuidados_e_Acesso aos Servi%C3%A7os_de_Sa%C3%BAdade_em_Comunidades_Imigrantes_UM_Estudo_com_Imigrantes_e_Profissionais_de_Sa%C3%BAdade)
- ERS. (2024). Cuidados de Saúde Primários – Qualidade e Eficiência nas UCSP E USF. Entidade Reguladora da Saúde. Acedido a 1/11/2024, disponível em: <https://www.ers.pt/media/1bk153w5/estudo-csp-qualidade-e-efici%C3%Aancia-nas-usf-e-ucsp.pdf>
- INE (2023). Estatísticas Demográficas 2021 a 31 de março de 2023, Acedido a 20/11/2024, disponível em: [google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjZhI-chr-KAxUdVKQEHrUKOPoQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.ine.pt%2Fngt\\_server%2Ffatta\\_chfileu.jsp%3Flook\\_parentBoui%3D605693819%26att\\_display%3Dn%26att\\_download%3Dy&usg=AOvVaw1cLAsNErBHsJz8fkOdx\\_tQ&opi=89978449](https://www.ine.pt/fngt_server%2Ffatta_chfileu.jsp%3Flook_parentBoui%3D605693819%26att_display%3Dn%26att_download%3Dy&usg=AOvVaw1cLAsNErBHsJz8fkOdx_tQ&opi=89978449)
- Leininger, M.M. (1994). Nursing and Antropology: Two worlds to blend. Ohio, USA: Greyden Press
- Leininger, M.M. (2001). A mini journey into transcultural nursing whith its founder. Nebraska Nurse, 32(4), 16-17
- Maurício, Inês Lima (2009). Mais e novos imigrantes: que dificuldades para os profissionais nos Cuidados de Saúde Primários? Dossier Multiculturalidade. Rev Port Clin Geral 2009;25:56-64. Acedido a 21/11/2024, disponível em: <https://rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/10591/10327>
- World Health Organization (2008). The world health report 2008: primary health care now more than ever. World Health Organization. Acedido a 21/11/2024, disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/43949>
- Pordata (2023). Pordata divulga retrato da população estrangeira e dos fluxos migratórios em Portugal. Acedido a 22/11/2024, disponível em: [f\\_2023\\_12\\_12\\_pr\\_dia\\_internacional\\_dos\\_migrantes\\_vf.pdf](https://www.pordata.gov.pt/pt/2023-12-12-pr-dia-internacional-dos-migrantes-vf.pdf)
- Portugal. Ministério da Saúde. Assembleia da República. Lei 56/79 de 15 de Setembro de 1979. Cria, no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais, o Serviço Nacional de Saúde (SNS), pelo qual o Estado assegura o direito à proteção da saúde, nos termos da Constituição. Diário da República, Lisboa, I Série A (15) Setembro, p. 2357
- Ramos, António (2001). Cuidados de saúde primários em Portugal. Revista portuguesa de saúde pública, Escola Nacional de Saúde Pública. Universidade Nova de Lisboa disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/15293/1/RUN%20-%20RSP%20-%20v19%20tematico%20a02%20-%20p.5-12.pdf>

- Ray, M.A., Morris, E. & McFarland, M. (2013). Ethnonursing method of Dr. Madeleine Leininger. In Beck, C.T. (Ed.), *Routledge international handbook of qualitative nursing research* (pp. 213-229). New York, USA: Routledge.
- Reis, Alcinda (2014). Constrangimentos nos Contextos de Cuidados de Saúde: entre Profissionais de Saúde, Mediadores Interculturais e Imigrantes. Acedido a 21/11/2024, disponível em: [https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/2001/1/Cap%20c3%20aditulo%20Final%20ACM\\_RES\\_MI\\_I%20Jornadas\\_21%20maio%202015.pdf](https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/2001/1/Cap%20c3%20aditulo%20Final%20ACM_RES_MI_I%20Jornadas_21%20maio%202015.pdf)
- Rodrigues, Frederica; Estêvão, Mafalda; Mapril, José; Afonso, Carla (2013). Diagnóstico da População Imigrante em Portugal: Desafios e Potencialidades. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Acedido a 13/11/2024, disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/259965595\\_Diagnostico\\_da\\_populacao\\_imigrante\\_em\\_Portugal\\_Desafios\\_e\\_potencialidades/link/02e7e52eb89810d681000000/download](https://www.researchgate.net/publication/259965595_Diagnostico_da_populacao_imigrante_em_Portugal_Desafios_e_potencialidades/link/02e7e52eb89810d681000000/download)
- Santos, Paulo (2023). Além-fronteiras: Acessibilidade da População Estrangeira aos Cuidados de Saúde Primários. Tese de Mestrado. Acedido a 21/11/2024, disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/45589/1/Relatorio%20Paulo%20Santos%20ultima%20verso.pdf>
- SEF (2023). Relatório de Imigração e Asilo 2012. SEF/Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação Coordenação: António Carlos Patrício. Acedido a 21/11/2024, disponível em: <https://sefstat.sef.pt/docs/rifa%202012.pdf>
- Silva, Daniela Abreu; Macedo, Francisco; Quintal, Dolores (2022). Medicina sem fronteiras: os desafios da população imigrante. *Rev Port Med Geral Fam* 2022;38:315-21. Acedido a 22/11/2024, disponível em: <https://rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/13198/11782>
- Sousa, Paulino (2009). O sistema de saúde em Portugal: realizações e desafios. *Acta Paul Enferm* 2009;22(Especial - 70 Anos): 884-94. Acedido a 21/11/2024, disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/MCCCbvMtwRBpNxvZZnqZpzt/?format=pdf>

## **Iliteracia dos/das Profissionais de Saúde sobre a Cultura Obstétrica dos Povos Imigrantes em Portugal: Desafios para um Cuidado Adaptado**

*Fernanda Marques, Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, [fernanda.gomes@ess.ips.pt](mailto:fernanda.gomes@ess.ips.pt)*

*Zélia Candeias, Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, [zelia.candeias@ess.ips.pt](mailto:zelia.candeias@ess.ips.pt)*

### **Resumo**

A globalização e o aumento das migrações têm transformado o panorama social e cultural em muitos países, e Portugal não é exceção. Como resultado, o sistema de saúde português encontra-se a atender uma população diversificada, com uma ampla gama de expectativas, tradições e práticas culturais específicas que são completamente desconhecidas dos/das profissionais de saúde. A literacia cultural, no contexto da saúde, refere-se à capacidade dos/das profissionais de compreender, comunicar-se e interagir eficazmente com utentes de diferentes culturas. Em obstetrícia, ter conhecimento das práticas, crenças e mitos em torno da gravidez, parto e pós-parto/puerpério nas diferentes culturas, das suas utentes/grávidas/parturientes/puérperas torna-se primordial para se ser competente e poder cuidar com competência, da utente/companheiro(a), de forma personalizada e holística. Os/As profissionais de saúde em Portugal recebem pouca ou nenhuma formação sobre essas diferenças culturais nos seus cursos de base. O currículo tradicional dos/das profissionais de saúde, sejam da área de medicina, de enfermagem, de psicologia... prioriza, numa forma geral, um modelo biomédico de cuidado, que pode não considerar as práticas culturais dos povos migrantes. Para as mulheres migrantes em Portugal, o acesso aos cuidados obstétricos, embora de acesso gratuito e igual para a mulher portuguesa, é frequentemente dificultado por várias barreiras, como as diferenças linguísticas, muitas dessas mulheres desconhecem como funciona o sistema de saúde português, o que pode levá-las a não procurar assistência médica ou a virem a fazê-lo tardiamente. A discriminação racial ou cultural pode surgir quando as práticas e crenças de determinados grupos não são devidamente valorizadas ou respeitadas, frequentemente devido à falta de conhecimento. Isso resulta em situações onde essas práticas são negligenciadas ou tratadas com indiferença, comprometendo a qualidade, o respeito e a eficácia do atendimento, que deixa de corresponder às necessidades e expectativas dessas mulheres e seus parceiros(as). Este artigo tem como objetivo alertar para a observação recorrente das autoras sobre a insuficiência de conhecimento dos profissionais de saúde acerca das diferenças raciais, culturais e tradicionais da população migrante, especialmente no âmbito da ginecologia e obstetrícia. Ressalta-se, assim, a urgência de um atendimento mais capacitado: inclusivo, holístico e respeitoso, além da necessidade de incorporar conteúdos sobre essa temática nos currículos das formações de base em saúde e nos programas de formação contínua, de modo a promover um cuidado mais adaptado e equitativo.

**Palavras-Chave:** Gravidez, Migrantes, Literacia, Multiculturalidade, Profissionais de Saúde, Saúde Materna.

### **Abstract**

Globalization and increased migration have transformed the social and cultural landscape in many countries, and Portugal is no exception. As a result, the Portuguese healthcare system finds itself serving a diverse population, with a wide range of expectations, traditions and specific cultural practices that are completely unknown to healthcare professionals. Cultural literacy, in the context of health, refers to the ability of professionals to understand, communicate and interact effectively with users from different cultures. In obstetrics, having knowledge of the practices, beliefs and myths surrounding pregnancy, childbirth and postpartum/puerperium in different cultures, of its users/pregnant women/parturients/postpartum women, becomes essential to be competent and to be able to provide competent care, user/partner, in a personalized and holistic way. Health professionals in Portugal receive little or no training on these cultural differences in their basic courses. The traditional curriculum of health professionals, whether in the medicine area, nursing area, psychology area... generally prioritizes a biomedical model of care, which may not consider the cultural practices of migrant people. For migrant women in Portugal, access to obstetric care, although free and equal access for Portuguese women, is often hampered by various barriers, such as linguistic differences, many of these women are unaware of how the Portuguese healthcare system works, which This may lead them to not seek medical care or to do so late. Racial or cultural discrimination can arise when the practices and beliefs of certain groups are not properly valued or respected, often due to a lack of knowledge. This results in situations where these practices are neglected or treated with indifference, compromising the quality, respect and effectiveness of care, which fails to meet the needs and expectations of these women and their partners. This article aims to draw attention to the authors' recurring observation about the lack of knowledge among health professionals about the racial, cultural and traditional differences of the migrant population, especially in the field of gynecology and obstetrics. Therefore, the urgency of providing more qualified care is highlighted: inclusive, holistic and respectful, in addition to the need to incorporate content on this topic into the curricula of basic health training and continuing education programs, in order to promote care more adapted and equitable.

**Keywords:** Pregnancy, Migrants, Literacy, Multiculturality, Health Professionals, Maternal Health.

## **Introdução**

A globalização e o aumento significativo dos fluxos migratórios têm alterado profundamente a composição social e cultural de diversos países, incluindo Portugal. Esta transformação reflete-se diretamente no sistema de saúde, que se debate com o desafio de atender uma população cada vez mais heterogênea, com tradições, práticas e expectativas distintas. No âmbito da saúde sexual e reprodutiva, particularmente em obstetrícia, estas diferenças culturais assumem uma relevância ainda maior, pois influenciam diretamente as percepções e comportamentos das mulheres migrantes em relação à gravidez, ao parto e ao puerpério.

Apesar do acesso gratuito aos cuidados obstétricos em Portugal, as mulheres migrantes encaram barreiras significativas, como dificuldades linguísticas, desconhecimento sobre o funcionamento do Sistema Nacional de Saúde (SNS) e a ausência de um cuidado que valorize as suas práticas culturais. Essas barreiras não apenas dificultam o acesso aos serviços de saúde, como também comprometem a qualidade do atendimento prestado, podendo levar a resultados adversos tanto para a mulher quanto para o feto/neonato/criança.

Os/As profissionais de saúde desempenham um papel central na adaptação do sistema às necessidades de uma população diversa. Contudo, a formação de base na área da saúde em Portugal ainda não contempla as dimensões tradicionais/culturais dos/das utentes/clientes. Tal lacuna contribui para a iliteracia cultural dos/das profissionais, que muitas vezes desconhecem as práticas, crenças e mitos relacionados à saúde obstétrica de diferentes grupos migrantes, resultando em discriminação, mesmo que não intencional.

Perante este cenário, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a necessidade de um cuidado culturalmente adaptado em obstetrícia, destacando os desafios que as mulheres migrantes se defrontam no nosso país, como as dificuldades de comunicação, a ausência de literacia cultural no atendimento prestado. Além disso, neste artigo reforçam-se as ferramentas disponíveis como o Modelo de Kleinman e Benson (2006) e o Modelo de Purnell e Paulanka (1998), que podem apoiar os/as profissionais de saúde para uma prestação de cuidado inclusivo, holístico e respeitoso, promovendo assim, uma melhor integração e equidade nos cuidados obstétricos.

### **1. Globalização e saúde: impactos/desafios nos cuidados de saúde à grávida/ao casal**

A globalização é um fenómeno de integração mundial, impulsionado pelo desenvolvimento dos transportes e das comunicações, com impactos desiguais entre as regiões do globo. Este processo, dividido em quatro fases marcadas pelas revoluções industriais, promoveu avanços tecnológicos, económicos e culturais. Ao nível económico, resultou na ascensão de empresas

transnacionais e blocos económicos. No plano cultural, facilitou a disseminação de valores e hábitos globais através da modernização tecnológica, incluindo a internet. Contudo, a globalização também gera desigualdades, alimentando movimentos antiglobalização que contestam essas assimetrias (Fortes e Ribeiro, 2014).

As grandes revoluções industriais, utilizadas para demarcar as inovações tecnológicas das quatro fases da globalização, em que a globalização económica mundial resultou na ascensão das transnacionais e na criação dos blocos económicos. Ao nível cultural marca a sua influência na integração das cadeias produtivas globais nos hábitos culturais das populações. Quando nos referimos à globalização cultural estamos a referir-nos ao grau de integração social entre as diversas culturas do mundo. O desenvolvimento da tecnologia, a modernização dos sistemas de transportes e de comunicação, onde se inclui a internet, veio facilitar este processo, facilitando a disseminação dos valores culturais das diferentes sociedades globais, aumentando o interesse pelas diferentes práticas sociais e culturais existentes no mundo.

Fala-se de Globalização a propósito de diversos factos, contextos e circunstâncias, nomeadamente sobre as migrações internacionais, dado que permite que a/o migrante possa viver num mundo em que não existem fronteiras, que está em constante mudança, estimula a ostentação de luxos, de consumos, cria sonhos e expectativas elevadas de uma qualidade de vida melhor, designadamente a globalização oferece oportunidades de melhoria de vida, mas também desafios, dado que o aumento significativo de migrantes é previsível e expectável e tem também potenciais positivos considerando-se inclusive que estes superam os aspetos negativos e que através de políticas adequadas podem trazer valor para a sociedade. A mobilidade global é associada a impactos políticos, sociais, ambientais e demográficos. No campo da saúde, os riscos incluem a disseminação de doenças infecciosas, obesidade, transtornos mentais e consumo excessivo de tabaco, devido às mudanças nos estilos de vida. A saúde, enquanto bem público global, reflete os benefícios e riscos deste processo, sendo a sua desigualdade uma preocupação central. Sendo este processo multidimensional, de elevada interdependência, também traz benefícios e riscos para a saúde humana, que pode ser diferenciada ao redor do globo. (*idem*, 2014).

No século XXI os problemas de Saúde Global, têm vindo a ser caracterizados como problemas de saúde acumulados, em que surgem novos problemas, alguns decorrentes de mudanças de paradigmas. É essencial a existência de uma agenda que tenha na sua génese a pesquisa ao nível da Saúde Global e que esta tenha em consideração o presente e futuro próximo, tendo em consideração a distribuição desigual das doenças e agravamento da saúde ao redor do mundo;

os impactos das mudanças ambientais globais na saúde humana e formas de mitigação e adaptação; e políticas, instituições e sistemas de Saúde Global (*ibidem*, 2014).

A saúde tem vindo a ser considerada como um fator importante para o crescimento económico e para o desenvolvimento social, com reflexos na política externa, na soberania nacional, no comércio, na segurança nacional, no turismo, nos direitos humanos e nos programas do meio ambiente. Contudo, os impactos ao nível social, cultural e económicos resultantes da globalização podem potenciar os riscos para a saúde. O aumento do consumo do tabaco; da obesidade; do consumo de alimentos, cuja produção ou processamento favorecem dietas não saudáveis; a prevalência de depressão e transtornos mentais em populações envelhecidas em ambientes urbanos fragmentados; e o aumento da disseminação de doenças infecciosas devido ao crescimento de viagens internacionais são aspetos importantes a avaliar correndo-se o risco de um aumento exponencial de uma saúde global doente (*ibidem*, 2014).

Quando revemos quais os principais conceitos de Saúde Global, verificamos que existem aspetos que não têm sido valorizados. Os objetivos preconizados pelo conceito de Saúde Global são claros e encontram-se relacionados com a avaliação de questões e problemas de saúde que vão para além das fronteiras geográficas de países e/ou governos, o enfoque continua centrado na promoção, prevenção e recuperação da saúde das pessoas. O mundo tem vindo a sofrer grandes mudanças, a pandemia pela Covid expôs as fragilidades e a necessidade de que a Saúde Global tem de ser repensada, deixar de se ver a saúde como um todo, como “Saúde Única”, mas, com a Globalização, a necessidade de relacionar diferentes alterações, acontecimentos que envolve não apenas a saúde humana, mas também a saúde animal e ambiental (Sales & Oliveira, 2022).

Segundo Fortes e Ribeiro (2014), os problemas de Saúde Global, no século XXI, incluem a acumulação de desafios decorrentes de alterações nos paradigmas sociais e ambientais. É crucial uma agenda de investigação que foque a distribuição desigual de doenças, o impacto das alterações climáticas e a necessidade de políticas de mitigação e adaptação. A Estratégia da União Europeia (UE) para a Saúde a Nível Mundial, proposta em 2022, preconiza a melhoria do bem-estar, o fortalecimento dos sistemas de saúde e a prevenção de ameaças globais, incluindo pandemias. Esta estratégia apoia uma governação global de saúde com financiamento eficaz e parcerias internacionais para enfrentar os desafios emergentes (Comissão Europeia, 2022). Contudo, apesar da ausência de consenso sobre o conceito de Saúde Global, a UE aborda a saúde para além das fronteiras nacionais, combinando os princípios da saúde pública e internacional, destacando-se a sua visão pela prevenção e controle de doenças infecciosas,

redução da mortalidade materna e infantil e combate à desnutrição, especialmente nos países em desenvolvimento. Neste contexto, Sales e Oliveira (2022), frisa que a Saúde Global deve ser repensada, integrando novas dinâmicas resultantes da globalização, para que possa ser alcançado um desenvolvimento sustentável e equitativo.

Atualmente, a saúde é considerada um bem público global em que ninguém pode ser excluído do acesso, sendo os benefícios iguais para todos. Embora não exista consenso sobre o conceito de Saúde Global, este foca-se na saúde coletiva, na interdisciplinaridade e em ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde humana. Tem uma abordagem que ultrapassa fronteiras nacionais, priorizando a prevenção e controlo de doenças infecciosas, o combate à desnutrição, à mortalidade materna e infantil, e atividades de assistência técnica, principalmente em países menos desenvolvidos.

No que se refere à mortalidade materna e infantil, atualmente os países da EU, Portugal entre eles, deparam-se com várias dificuldades na assistência a mulheres grávidas, provenientes de países com linguagem, cultura e tradições que dificultam um cuidar seguro para a mulher grávida e para o feto, sendo essencial que a Saúde Global reveja políticas que, não assegurem apenas o direito ao acesso a cuidados de excelência às mulheres grávidas, mas também que garanta que os profissionais de saúde estejam habilitados a garantir a excelência desses cuidados.

## **2. Vigilância da gravidez: Um pilar para a saúde das comunidades migrantes**

A gravidez é um evento que pode fazer parte de um projeto de vida planeado por um casal ou surgir de forma não planeada. Em ambos os casos, requer uma vigilância adequada para assegurar o bem-estar da mulher, do feto e, em contexto alargado, da família. Este período marca o início de uma nova fase no ciclo de vida, caracterizada por alterações fisiológicas, psicológicas e sociais, pois quando falamos de uma gravidez planeada ou não, ou desejada, a gravidez marca o início de uma nova fase no ciclo de vida da mulher/casal. Nesta fase ocorrem diferentes tipos de alterações/adaptações, nomeadamente fisiológicas, quando nos referimos às alterações hormonais e físicas, psicológicas e também sociais, em que existe uma complexidade de alterações psicossociais de preparação para uma parentalidade positiva, que se repercutem na rotina pessoal e social da mulher/casal. Estas adaptações, embora normais e esperadas, são fundamentais para a preparação de uma parentalidade positiva, para a adaptação da mulher à gravidez, que promovem um adequado funcionamento do corpo da mulher e como consequência um adequado desenvolvimento fetal (Lowdermilk e Perry, 2002).

Para muitas mulheres, a gravidez é um momento rico em expectativas e simbolismos, mas também pode desencadear crises ou vulnerabilidades, contudo nem todas as mulheres a vivenciam da mesma forma. As mudanças exigidas pela sociedade, o desenvolvimento de competências maternas e a adaptação a novas rotinas familiares, são complexas e frequentemente influenciadas por fatores culturais e sociais. No caso de mulheres grávidas migrantes<sup>31</sup>, é essencial considerar a sua origem, língua, costumes, crenças, mitos e valores, para garantir cuidados culturalmente competentes (Reis, 2015; Coutinho et al., 2020).

#### Importância da vigilância pré-natal: O papel da/do enfermeira/o

O planeamento de uma gravidez e a sua vivência, significa que se está na presença de um projeto de vida de um casal, que deve iniciar-se com a avaliação da saúde do casal num contexto de saúde preventiva. Neste contexto é importante que a mulher/casal realizem uma consulta preconcepção que permita a avaliação do estado de saúde da mulher/casal com a realização da anamnese, antecedentes obstétricos e ginecológicos, antecedentes pessoais e familiares e alguns exames analíticos. Estas consultas, realizadas preferencialmente nos Cuidados de Saúde Primários (CSP), são consideradas essenciais para uma gravidez saudável, têm impacto na redução da mortalidade e morbidade materna, neonatal e infantil e promovem a saúde da mulher e crianças, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento (DGS, 2023).

A primeira consulta de gravidez, idealmente realizada até às 9 semanas e 6 dias de gestação, tem um papel crucial para um acompanhamento pré-natal eficaz. Este momento inicial é fundamental para identificar e classificar o risco gestacional da grávida, considerando fatores como condições demográficas, socioeconómicas e culturais. A partir desta avaliação, o acompanhamento contínuo permite prevenir e gerir potenciais complicações como a diabetes gestacional e a pré-eclâmpsia, que podem ter repercussões duradouras na saúde da mulher, do feto/criança (Ministério da Saúde, 2015; Pereira e Bachion, 2005). Nesta consulta, o profissional de saúde fornece à grávida o Boletim de Saúde da Grávida (BSG), documento indispensável que acompanha o processo de vigilância pré-natal, contém as informações relevantes para garantir uma monitorização personalizada da gravidez. A avaliação do risco gestacional, realizada nesta etapa (através da Tabela de *Godwin* Modificada), deve ser atualizada ao longo das consultas subsequentes, assegurando uma abordagem contínua e adaptada às necessidades e contexto da grávida/do casal (Ministério da Saúde, 2015).

---

<sup>31</sup> No texto a utilização do termo migrante significa qualquer pessoa que se desloca de um lugar para outro, seja dentro do mesmo país (migração interna) ou entre diferentes países (migração internacional), independentemente do motivo ou do tempo de permanência.

Portugal tem vindo, ao longo dos anos, a melhorar os cuidados materno-infantis, preconizando diminuir as taxas de morbilidade materna e mortalidade infantil. Foi com esta finalidade que foi construído o Programa Nacional de Vigilância da Gravidez enquadrado numa rede de referência Materno-Infantil em que estão incluídos os CSP e os Cuidados Hospitalares. O período da gravidez revela-se como uma oportunidade para que seja possível, aos profissionais de saúde, médicos e enfermeiros, sempre que possível os enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica e Ginecológica/Parteira (EESMOG/P), identificar comportamentos de risco com a grávida/casal, propor/negociar mudanças que venham a ser benéficas não apenas para a gravidez, mas para a mulher. Permite identificar o risco acrescido de doenças que podem surgir durante a gravidez como a diabetes gestacional, e a pré-eclampsia. Estas doenças quando surgem na gravidez aumentam os riscos de uma mulher, que no futuro, venha a ter diabetes e doenças cardiovasculares (DGS, 2023). Assim, a gravidez equivale a um período propício para: uma aprendizagem sobre a adequada utilização dos cuidados de saúde; promover a adesão à vacinação; alteração dos padrões alimentares; promover a literacia em saúde; conhecimento sobre os direitos e deveres, enquanto mulheres em estado gravídico acrescentando o conhecimento sobre a legislação referente ao regime de proteção na parentalidade.

#### Desafios no contexto migratório

Com o aumento dos fluxos migratórios, Portugal tem recebido um número crescente de mulheres, especialmente mulheres jovens em idade reprodutiva, muitas chegam em estado avançado de gravidez, aos serviços do SNS. Muitas destas mulheres grávidas não fizeram vigilância, não possuem exames pré-natais realizados nos seus países de origem, enfrentam barreiras linguísticas e culturais e, frequentemente, dependem de tradutores para comunicar, o que pode comprometer a qualidade dos cuidados de saúde prestados. Além disso, a presença de tradutores do sexo masculino pode inibir a partilha de informações íntimas e críticas para os cuidados (Padilha *et al.*, 2014). Essas ascendências podem levar a conflitos e tensões nos contextos multiculturais de cuidados, onde frequentemente surgem confrontos e desafios culturais, tornando as suas vivências ainda mais intensas (Reis, 2015; Coutinho *et al.*, 2020).

Ao procurarem cuidados de saúde no final do período gestacional, a maioria das grávidas migrantes, perde a oportunidade de receber informações e orientações essenciais sobre cuidados que poderiam ter beneficiado a sua saúde e a do seu feto/filho/a. Essa situação também limita o acesso a medidas preventivas e intervenções que o SNS preconiza, como o rastreio de complicações e a educação em saúde. Importa salientar que a grávida participa numa consulta

de enfermagem, seguida por uma consulta médica, o que reflete a abordagem interdisciplinar e o compromisso do SNS em proporcionar um cuidado abrangente e qualificado.

Compete à/ao profissional que consulta a mulher migrante, grávida, prestar cuidados culturalmente congruentes às suas expectativas, particularmente durante a gravidez, altura da vida de grande vulnerabilidade e necessidades, sendo importante uma postura de abertura, de flexibilidade e integração tendo em consideração as diferenças culturais. Perante estes novos fluxos migratórios, em que são muitas as mulheres migrantes que estão/ficam grávidas e necessitam de assistência pré e pós-natal, é importante que as/os enfermeiras/os não assumam aquando das suas intervenções profissionais as suas próprias crenças e valores culturais e adquiram competências culturais/admitam outras convicções de mitos e crenças, que permitam a prestação de cuidados culturalmente congruentes e sensíveis às necessidades específicas destas mulheres (Bennett, 2004, citado por Reis, 2015; Coutinho *et al.* 2020).

Considerando a diversidade cultural presente em Portugal, a definição de Leininger revela-se particularmente pertinente. Segundo a autora, "a enfermagem é, essencialmente, uma profissão de cuidados transculturais e interculturais, que coloca o cuidado como elemento central para promover a saúde de forma significativa e coerente, respeitando os valores culturais e os estilos de vida" (Leininger, 1998, citado por Coutinho *et al.*, 2017, p. 2). No contexto da gravidez e maternidade, essas vivências refletem processos complexos, nos quais se entrelaçam dimensões como o autocuidado, os significados sociais atribuídos e as dinâmicas culturais envolventes (Oliveira, 2017). Esse olhar abrangente reforça a importância de práticas de saúde adaptadas às especificidades culturais das comunidades atendidas.

A vigilância da gravidez representa uma oportunidade única para profissionais de saúde promoverem a saúde materna e infantil, independentemente da origem cultural das grávidas. Num contexto de fluxos migratórios intensificados, é essencial reforçar as competências culturais dos/das profissionais, garantir a acessibilidade e a qualidade dos cuidados, e fomentar a confiança e o respeito nas interações com grávidas migrantes. Apenas assim, será possível continuar a reduzir as taxas de mortalidade materna e infantil e promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Desta forma, os fluxos migratórios constituem um desafio para os profissionais de saúde, especialmente para os EESMOG/P, sobretudo quando nos referimos à prestação de cuidados de qualidade que paralelamente devem ser culturalmente competentes respeitando as grávidas, que são provenientes de diferentes países com características próprias. As/Os profissionais de saúde sabem que devem compreender a mulher durante a gravidez, que precisa de uma atenção personalizada e qualificada, que minimize os seus receios próprios desse

período, tão carregado de necessidade de adaptações psicológicas, fisiológicas, endócrinas ou sociais (Cabral, *et al.*, 2008, p. 161). Compreendendo esta situação gravídica da mulher entende que quando ela é migrante tem outras necessidades e vivência de emoções.

### **3. Crenças e mitos, um desafio cultural no acompanhamento da gravidez**

A gravidez é um período transformador na vida da mulher, com significados biológicos, sociais e culturais. Em muitos contextos, crenças e mitos relacionados à gravidez desempenham um papel central, que influenciam comportamentos, decisões e até a aceitação de intervenções médicas/enfermagem. Essas crenças variam de cultura para cultura, mas frequentemente têm origem em tradições ancestrais, religiões ou interpretações populares de eventos fisiológicos. Para as/os profissionais de saúde, compreender e abordar essas dinâmicas representa um desafio, mas também uma oportunidade para promover cuidados culturalmente competentes.

Estudos mostram que crenças e mitos podem tanto proteger como colocar em risco a saúde materna e fetal. Por exemplo, algumas culturas incentivam práticas alimentares que favorecem o desenvolvimento fetal, enquanto outras restringem o consumo de determinados alimentos essenciais, com base em mitos de que podem prejudicar a gravidez. Da mesma forma, a adesão ou recusa ao pré-natal pode ser influenciada por ideias preconcebidas, como a desconfiança em relação aos serviços de saúde ou a crença em soluções tradicionais mais eficazes. Neste contexto Withers e Lim, (2018) realizaram uma pesquisa abrangente de estudos sobre crenças tradicionais e/ou práticas culturais mais comuns na Ásia relacionadas com a gravidez, o parto e o período pós-parto e constataram que as mulheres asiáticas têm a maior taxa de mortes maternas no mundo e propõem, que os decisores políticos e os prestadores de cuidados de saúde, encorajem as mulheres, com taxas tradicionalmente baixas de utilização de cuidados de saúde materna, a acederem aos serviços. Sabendo-se da realidade das mulheres asiáticas continuarem a praticar as suas crenças e práticas tradicionais durante a gravidez, o parto e o período pós-parto, emerge a necessidade de promover a informação sobre os benefícios e a gratuidade dos serviços de saúde materna em Portugal, quando esta população é migrante no país. Ao reconhecer e valorizar as crenças comuns nesta comunidade, as/os profissionais de saúde estão creditadas/os para uma prestação de cuidados culturalmente competente, onde a compreensão, o respeito e a integração das interpretações culturais do parto, são as respostas expectáveis às necessidades destas mulheres e das suas famílias.

Segundo Aligood e Tomey no seu livro *Teóricas de Enfermagem* (2004), a teórica Madeleine Leininger (1991), com sua Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural, destaca a importância de as/os profissionais de saúde saberem reconhecer as diferenças culturais

e incorporarem práticas que respeitem os valores e crenças das grávidas. O seu modelo teórico aborda a Enfermagem transcultural, com contributos desafiantes para a profissão, no que se refere ao cuidado holístico, onde a/o enfermeira/o deverá procurar conhecimentos culturais sobre as diferentes culturas, com o intuito de prestar cuidados a diferentes etnias. Realça-se o facto de esta ser a única teoria que relaciona a cultura, os cuidados de saúde e o bem-estar, considerando que as/os enfermeiras/os poderão ter de assegurar a prestação de cuidados a mulheres de inúmeras culturas no seu desempenho profissional diário.

Esta teoria e, de acordo com a figura (vide Figura1), mostra que o conhecimento das crenças e valores das pessoas/clientes, relacionados com as práticas de saúde, podem conduzir a um processo em que a/o enfermeira/o junto deles promoverá a preservação, acomodação e (re)padronização dessas mesmas práticas. As ações e decisões de enfermagem irão observar-se em três formas de atuação: a preservação do cuidado, que consiste em facilitar ou capacitar a pessoa a manter hábitos favoráveis à sua saúde, a acomodação do cuidado, reveladora de formas de adaptação ou negociação das práticas de saúde; e a (re)padronização do cuidado, que auxilia a pessoa/cliente a alterar os seus padrões de vida, na procura de formas mais saudáveis de viver (Seima *et al.* 2011).

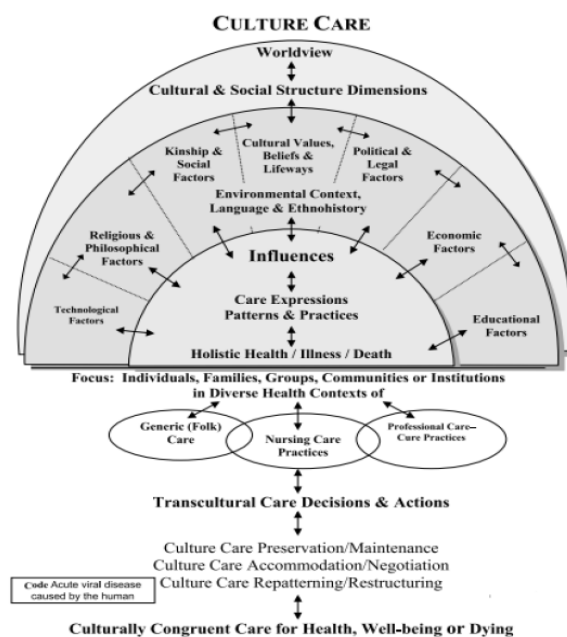


Figura 1. Modelo Cultural de Leininger (2002)

Mais recentemente, Iswanti *et al.* (2024), numa revisão sistemática, em várias bases de dados, que visou o significado da diversidade cultural na assistência à maternidade no contexto da melhoria da qualidade dos serviços de assistência, reforçam que uma abordagem culturalmente sensível pode promover a confiança e adesão aos cuidados pré-natais e melhorar os seus resultados. Para que haja uma melhor qualidade dos cuidados prestados às grávidas migrantes,

é imperativo considerar fatores, como respeito e tolerância pela diversidade cultural, promover uma comunicação eficaz, adquirir conhecimentos e desenvolver competências sobre a cultura dos países de origem, cultivando uma atitude de respeito e tolerância relativamente à diversidade cultural das suas grávidas/companheiros/as e familiares.

Segundo Dennis *et al.* (2023), no estudo sobre práticas culturais pós-parto na comunidade sino-canadiana, foram analisadas mulheres migrantes recentes, migrantes de longa permanência e mulheres chinesas nascidas no Canadá. Os resultados destacaram que eventos significativos da vida, como gravidez e parto, podem aumentar a vulnerabilidade à doença mental, particularmente devido a fatores culturais e sistêmicos. O estudo revelou que as/os sino-canadianas/os tendem a utilizar menos os serviços de saúde mental e, quando recorrerem já estão com patologias mais graves. Neste estudo emerge a necessidade de serviços de saúde mental mais sensíveis e responsivos às especificidades culturais dessa população.

Por outro lado, um estudo conduzido por Choudhry *et al.* (2005) enfatiza os riscos associados à falta de literacia em saúde. Este autor identificou que mitos como "não é necessário iniciar o pré-natal antes de sentir o bebé a mexer" ou "movimentação fetal reduzida é normal no final da gravidez" podem atrasar o diagnóstico de complicações graves. Nessas situações, a sensibilização para práticas baseadas em evidências torna-se essencial.

Em Portugal, as comunidades migrantes têm uma diversidade de crenças e práticas culturais que influenciam a interação com os serviços de saúde. Santos (2023), no seu estudo sobre a acessibilidade da população migrante aos CSP, destaca a importância de políticas governamentais inclusivas que priorizem a integração dessas comunidades. O autor ressalta que as dinâmicas migratórias têm profundas repercussões no SNS, especialmente nos CSP, considerados a principal porta de entrada para indivíduos, famílias e grupos populacionais.

O estudo identificou diversas barreiras de acesso, incluindo questões legais, dificuldades linguísticas, diferenças culturais, valores religiosos, restrições financeiras e o desconhecimento sobre o funcionamento do SNS. Essas barreiras frequentemente dificultam a comunicação, promovendo desconfiança e resistência ao cuidado oferecido. Para mitigar esses desafios, Santos (2023) propõe medidas como a implementação de estratégias educativas em saúde, incluindo sessões de literacia e colaboração com líderes ou mediadores culturais das comunidades migrantes. Essas iniciativas visam reduzir conflitos e aumentar a eficácia do acompanhamento em saúde. Além disso, o autor sublinha a necessidade de programas e políticas integrativas em saúde com abordagens multidisciplinares e intersectoriais, ajustadas às necessidades específicas dos migrantes. Tais medidas devem ser fundamentadas no

empoderamento e na capacitação dessas populações, assegurando um acesso pleno aos CSP e promovendo ganhos significativos em saúde.

Para Almeida e Veiga (2020) a literacia em saúde, considerada como determinante da saúde e da comunidade, tem influência direta no processo de mudança. Considera-se importante capacitar, envolver e empoderar a população para que esta possa participar nas atividades de forma consciente, promovendo escolhas saudáveis no seu quotidiano.

O desafio para as/os profissionais de saúde é, equilibrar o respeito às tradições culturais com a promoção de práticas baseadas em evidências. Para alcançar este objetivo, é essencial investir em formação contínua e desenvolver competências culturais que permitam compreender as crenças e mitos das mulheres migrantes associadas à sua saúde sexual e reprodutiva, tornando o acompanhamento destas mulheres mais humanizado, inclusivo e eficaz.

As competências das/dos Enfermeiras/os de Cuidados Gerais (ECG) assim como as competências das/dos Enfermeiras/os Especialistas são fundamentais para superar os desafios culturais associados ao acompanhamento da gravidez em comunidades migrantes. As/Os ECG, conforme delineado no Regulamento n.º 190/2015 da Ordem dos Enfermeiros (OE), desempenham um papel crucial na promoção da literacia em saúde e na execução de intervenções culturalmente sensíveis, garantindo que o cuidado seja centrado na pessoa/cliente, na família e na comunidade. Estas competências incluem a avaliação holística das necessidades em saúde e a capacidade de estabelecer uma comunicação eficaz, essenciais para lidar com crenças e mitos que podem interferir no acompanhamento pré-natal. No âmbito das competências das/dos Enfermeiras/os Especialistas, a atuação da/do EESMOG/P destacam-se as competências específicas que incluem a promoção da saúde sexual e reprodutiva e a capacitação de mulheres e famílias para uma vivência saudável da gravidez, parto e puerpério. A importância da capacitação de grupos e comunidades, alinhando-se à necessidade de intervenções culturalmente adaptadas (OE, 2015; OE, 2018).

As/Os enfermeiras/os, enquanto profissionais capacitados para promover literacia em saúde desde a sua formação de base, estão bem posicionados para responder às necessidades das comunidades migrantes (Diário da República n.º 169, 2019). Contudo, a sua formação inicial raramente inclui conteúdos específicos sobre as crenças e mitos dessas comunidades, o que pode dificultar a intervenção em contextos culturalmente diversos. Por isso, torna-se essencial investir não apenas na formação contínua, como é o caso da especialização em enfermagem, mas também em iniciativas de investigação, que permitam identificar e compreender as crenças e mitos das populações migrantes. A publicação e disseminação dos resultados dessa

investigação, suportados por evidências científicas, são fundamentais para que outros profissionais possam apropriar-se desse conhecimento, aplicando-o na prática e utilizando-o como base para explorar as particularidades das suas populações. Assim, poderão oferecer um cuidado positivo e culturalmente adaptado, que respeite e esclareça essas crenças, promovendo a inclusão, a saúde e a valorização da diversidade cultural como um recurso para a prática de cuidados (Prata, 2009).

#### **4. Ferramentas para um cuidado culturalmente adaptado**

O **Modelo de Kleinman e Benson**, desenvolvido em 2006, é uma abordagem voltada para a promoção de um cuidado de saúde que respeite e integre as dimensões culturais das pessoas. Baseado em princípios de antropologia médica, dado que destaca a importância de compreender como fatores culturais moldam as percepções de saúde, doença e tratamento, tornando-se assim, numa ferramenta essencial para as/os profissionais de saúde que atuam em contextos multiculturais, visando um cuidado culturalmente adaptado, que enfatiza a escuta ativa e o respeito pela diversidade. A experiência da sua aplicação não apenas melhora os resultados clínicos, mas também promove um ambiente de cuidado inclusivo e humano, alinhado aos desafios das sociedades contemporâneas cada vez mais multiculturais. Estes autores, no seu artigo “Anthropology in the Clinic The Problem of Cultural Competency and How to Fix It” (2006), criticam a "competência cultural" tradicional por ser simplista e gerar estereótipos ao focar-se em listas de características étnicas e defendem uma abordagem dinâmica, centrada na individualidade da pessoa, e recomendam entrevistas que explorem crenças e valores específicos, evitando generalizações.

Contextualizando o Modelo importa referir que Arthur Kleinman, antropólogo e psiquiatra, e Peter Benson, antropólogo e professor, propuseram este modelo como uma evolução das entrevistas transculturais tradicionais que tinham experiência vicariante dos seus trabalhos de pesquisa. Em vez de tratar a cultura de maneira estereotipada ou estática, o modelo incentiva as/os profissionais a explorar os sistemas de crenças individuais de cada pessoa visando essencialmente o evitar generalizações culturais que possam obscurecer as necessidades reais das pessoas com necessidades de cuidado. Especificamente este modelo apoia-se numa abordagem empática e participativa que inclui: *Explorar a Experiência da Doença*, designadamente a/o profissional de saúde deve procurar identificar como é que a pessoa percebe a sua condição enquanto pessoa e enquanto paciente, incluindo as suas crenças/mitos sobre motivos/causas, qual o impacto emocional e qual o significado cultural da doença; *Fatores Contextuais*, tendo em conta os elementos como, o ambiente social, o ambiente económico e

familiar que podem influenciar a adesão ao tratamento ou o acesso aos cuidados; *Negociação Terapêutica*, em que se promove um diálogo entre o conhecimento biomédico e os valores culturais da pessoa, visando a construção de um plano de cuidado colaborativo, personalizado. Este modelo promove benefícios significativos, como a personalização do cuidado ao valorizar a diversidade de experiências individuais, a redução de conflitos culturais por meio da melhoria da relação profissional-pessoa e a promoção da literacia em saúde, capacitando as pessoas a tomarem decisões mais informadas sobre os cuidados de saúde/tratamentos que lhe são prestados.

A aplicabilidade deste modelo em contextos práticos tem-se mostrado com grande eficácia em determinadas áreas, como as áreas da saúde mental, dos cuidados paliativos e da saúde comunitária, particularmente em contextos onde populações migrantes, ou minoritárias, apresentam desafios culturais, como por exemplo, em situações em que mitos e crenças tradicionais entram em conflito com práticas médicas ocidentais, em que o uso do modelo pode ajudar a construir soluções que respeitam um cenário de ambas as perspectivas.

A entrevista realizada à pessoa para a concepção da anamnese resulta numa metodologia que permite uma compreensão mais profunda e personalizada das necessidades de cada pessoa, promovendo um cuidado mais eficaz e culturalmente sensível às questões tradicionais e culturais das comunidades/sociedades da sua origem.

O **Modelo de Purnell e Paulanka**, desenvolvido em 1998, é uma ferramenta amplamente utilizada na área da saúde para compreender e integrar competências culturais na prestação de cuidados. Este modelo fornece uma estrutura sistemática e abrangente para analisar as variáveis culturais que influenciam as necessidades dos pacientes, sendo especialmente relevante em contextos de diversidade, como o cuidado às populações migrantes. Organizado em 12 domínios inter-relacionados, o modelo aborda os múltiplos fatores que compõem a cultura e que afetam o bem-estar físico, emocional e social. Os domínios incluem: visão global (globalização), comunicação, práticas familiares, padrões de trabalho, biologia humana, questões de saúde e doença, nutrição, práticas religiosas e espirituais, política e economia, educação, fatores ambientais e contexto cultural. Estes elementos permitem aos profissionais de saúde uma visão holística das práticas e crenças dos indivíduos.

Um dos pilares do modelo é o reconhecimento de que a cultura influencia diretamente a percepção de saúde, doença e tratamento. Por exemplo, diferenças culturais podem determinar a forma como os pacientes relatam sintomas, aderem a tratamentos ou interpretam orientações

médicas. Assim, o modelo incentiva os profissionais a identificarem e respeitarem as práticas e crenças dos pacientes, promovendo um cuidado mais eficaz e respeitoso.

Além disso, o modelo destaca a importância da competência cultural como um processo contínuo, composto por quatro fases principais:

1. Consciência – Reconhecer a própria bagagem cultural e possíveis preconceitos.
2. Conhecimento – Adquirir informações sobre culturas diferentes.
3. Habilidade – Aplicar conhecimentos culturais na prática clínica.
4. Encontro cultural – Envolver-se diretamente com pacientes de diferentes culturas para melhorar a comunicação e os cuidados.

No contexto das mulheres migrantes, o Modelo de Purnell e Paulanka é particularmente relevante, pois ajuda a identificar barreiras culturais e linguísticas, bem como a adaptar os serviços às suas necessidades. Por exemplo, ao utilizar os 12 domínios como guia, os profissionais podem explorar fatores como práticas religiosas, crenças familiares ou padrões nutricionais influenciam a adesão ao planejamento familiar ou às consultas pré-natais. Este modelo adequa-se à necessidade das/dos profissionais de saúde que atendem mulheres migrantes pois ele promove uma abordagem estruturada para oferecer cuidados culturalmente competentes. Assim, com conhecimentos sobre este modelo e transferi-lo para a sua prática, as/os profissionais estarão competentes para atenderem às necessidades das mulheres migrantes em equidade e respeito com melhores resultados em saúde.

### **Conclusão**

A maternidade, enquanto experiência transformadora e identitária, assume particular complexidade no caso das mulheres migrantes, que enfrentam desafios acrescidos devido às barreiras culturais, sociais e estruturais que encontram nos sistemas de saúde. Tal como destacado por Mota (2011), este período é marcado por uma reconfiguração da identidade, permeada por expectativas e constrangimentos que se tornam ainda mais desafiadores quando combinados com a vivência de migração.

Este artigo sublinha a necessidade de abordar essas questões através de estratégias que integrem perspectivas interdisciplinares, unindo políticas públicas, práticas inclusivas nos serviços de saúde e o fortalecimento das redes comunitárias. A implementação de modelos culturalmente competentes, como o de Kleinman e Benson e o de Purnell e Paulanka, aliada à formação de profissionais de saúde em competências transculturais, revela-se essencial para mitigar desigualdades e promover a equidade no acesso aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva.

Por fim, a melhoria das condições de saúde e bem-estar das mulheres migrantes não beneficia apenas estas populações específicas, mas fortalece a coesão social e enriquece a resiliência dos

sistemas de saúde. Assim sendo, o investimento em soluções que combinem inclusão, empatia e adaptação cultural é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

## Bibliografia

- Allgood, M. R., & Tomey, A. M. (2004). *Teóricas de Enfermagem e a sua obra: Modelos e teorias de enfermagem* (Edição em português). Lusodidacta.
- Almeida, C. e Veiga, A. (2020). Social Determinants and Health Literacy of the Elderly: Walk to Well-Being. *Open Access Library Journal*, (7), pp. 1-16. <https://doi.org/10.4236/oalib.1106390>
- Cabral, Symara A., Alencar, Maria C., Carmo, Larissa A., Barbosa, Sylvio E., Barros, Anny C., e Barros, Jefferson K. (2008) Receios na Gestação de Alto Risco: Uma Análise da Percepção das Gestantes no Pré-Natal. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia* 12(40) pp.152-162. <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1051/1515>
- Campos, L., e Canavezes, S. (2007). Introdução à Globalização. Instituto Bento Jesus Caraça. Departamento de Formação da CGTP-IN. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Choudhry, N. K., Fletcher, R. H., e Soumerai, S. B. (2005). Systematic review: The relationship between clinical experience and quality of health care. *Annals of Internal Medicine* 142(4) pp. 260–273. doi: [10.7326/0003-4819-142-4-200502150-00008](https://doi.org/10.7326/0003-4819-142-4-200502150-00008)
- Comissão Europeia, (2022). Estratégia da UE para a Saúde a Nível Mundial: Melhor saúde para todos num mundo em mudança. *Public Health* [https://health.ec.europa.eu/internationalcooperation/global-health\\_pt](https://health.ec.europa.eu/internationalcooperation/global-health_pt)
- Coutinho, E., Amaral, S., Parreira, V., Chaves, C., Amaral, O. e Nelas, P. (2017). *O cuidado cultural na trajetória da enfermagem transcultural e competência cultural*. Escola Superior de Saúde de Viseu. [file:///C:/Users/araqu/Downloads/1510-Texto%20Artigo-5913-1-10-20170707%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/araqu/Downloads/1510-Texto%20Artigo-5913-1-10-20170707%20(1).pdf)
- Coutinho, E., Domingos, Ana R., Parreira, V., Nelas, P., Chaves, C., Duarte, J., Karimo, N., e Reis, A. (2020). A Mulher Imigrante na Centralidade da Interação com o Enfermeiro: Constrangimentos e Estratégias de Superação. *Investigação Qualitativa em Saúde: Avanços e Desafios*. <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/202/202>
- Dennis, C., Brennenstuhl, S., Brown, H., Grigoriadis, S., Vigod, S., Marini, F., e Fung, K. (2024). Traditional postpartum rituals among immigrant and non-immigrant Chinese women. *Transcult Psychiatry*. 61(1) pp.85-94. doi: 10.1177/13634615231213829. <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10903143/>
- Diário da República n.º 97 (2018, 21 maio). *Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030*. Resolução do Conselho de Ministros n.º 61 (maio): Série I, pp. 2220-2245. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/61-2018-115360036>
- Diário da República n.º 26, (2019, 6 fevereiro). *Regulamento de Competências Comuns do Enfermeiro Especialista*. Regulamento n.º 140. pp. 4744–4750. <https://dre.pt/dre/detalhe/regulamento/140-2019-119236195>
- Diário da República n.º 169 (2019, 4 setembro). *Lei de Bases da Saúde*. Assembleia da República pp. 55-65. <https://files.dre.pt/1s/2019/09/16900/0005500066.pdf>
- Direção-Geral da Saúde (DGS). (2023). Norma 001/2023. *Organização dos cuidados de saúde na preconceção, gravidez e puerpério*. [https://normas.dgs.min-saude.pt/wp-content/uploads/2023/03/norma\\_001\\_2023\\_org\\_cuidados\\_preconcecao\\_gravidez\\_puerperio.pdf](https://normas.dgs.min-saude.pt/wp-content/uploads/2023/03/norma_001_2023_org_cuidados_preconcecao_gravidez_puerperio.pdf)
- Fortes, Paulo A., e Ribeiro, Helena (2014). A saúde Global em tempos de globalização. *Saúde Soc. São Paulo*, 23(2) pp. 366-375. <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/3SZQCBNKhKBWJWbq3LbQtpz/?format=pdf&lang=pt>
- Global Gateway (2022). *Eu Global Health Strategy Better Health for all in a Changing World*. [https://health.ec.europa.eu/document/download/25f21cf5-5776-477f-b08e-d290392fb48a\\_en?filename=international\\_ghs-report-2022\\_en.pdf&prefLang=pt](https://health.ec.europa.eu/document/download/25f21cf5-5776-477f-b08e-d290392fb48a_en?filename=international_ghs-report-2022_en.pdf&prefLang=pt)
- Iswanti, Dwi I., Erwansyah, Rio A., Moh, Saifudin, I Made Moh e Pujiyanto, Tri i. (2024). Cultural diversity in maternity care in improving the quality-of-care services: a systematic review. *International Journal of Public Health Science (IJPHS)* 13(3) pp. 1258-1267. ISSN: 2252-8806. [https://www.researchgate.net/publication/380792611\\_Cultural\\_diversity\\_in\\_maternity\\_care\\_in\\_improving\\_the\\_quality\\_of\\_care\\_services\\_a\\_systematic\\_review](https://www.researchgate.net/publication/380792611_Cultural_diversity_in_maternity_care_in_improving_the_quality_of_care_services_a_systematic_review)
- Kleinman, A., & Benson, P. (2006). Anthropology in the clinic: The problem of cultural competency and how to fix it. *PLoS Medicine*, 3(10), e294. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.0030294>

- Leininger, M. (2002). Culture care theory: a major contribution to advance transcultural nursing knowledge and practices. *J Transcult Nurs*, 13(3), pp. 189-92. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12113148/>
- Lowdermilk, Deitra L., Perry, Shannon E. (2008). *Enfermagem na Maternidade*. 7ª ed. Lisboa: *Lusodidacta*.
- Mota, Mara R. (2011). *Representações sociais da gravidez: a experiência da maternidade em instituição*. [Dissertação do Curso de Mestrado em Política Social] Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/3276>
- Oliveira, Paula. H. (2017). *Maternidade na Adolescência*. [Tese de Doutoramento em Enfermagem, não publicada], Faculdade de Ciências da Saúde e Enfermagem da Universidade Católica de Lisboa. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/24204/1/Maternidade%20na%20Adolescencia.pdf>
- Ordem dos Enfermeiros. (2015). *Regulamento n.º 190/2015*. Diário da República, Série II, n.º 111, pp. 17188–17193. <https://dre.pt/dre/detalhe/regulamento/190-2015-67303095>
- Ordem dos Enfermeiros (OE). (2018). *Regulamento n.º 428/2018, de 16 de julho*. Diário da República, Série II, n.º 135, pp. 19354–19359. <https://dre.pt/dre/detalhe/regulamento/428-2018-116045303>
- Padilha, B., Hernández, S., Rodrigues, Plaza E., e Ortiz, A. (2014). *Saúde e Cidadania: Equidade nos cuidados de saúde materno-infantil em tempos de crise*. Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS-UM) Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/28730/1/bookPart\\_43162.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/28730/1/bookPart_43162.pdf)
- Prata, L. (2009). Emigração e multiculturalidade na prática clínica. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, 25(1) pp. 37-38. <https://doi.org/10.32385/rpmgf.v25i1.10588>
- Pereira, Sandra V., e Bachion, Maria M. (2005) Diagnósticos de enfermagem identificados em gestantes durante o pré-natal. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 58(6) pp. 659-664. <https://www.scielo.br/j/reben/a/Or4F9NwPD69JkFWvTk8LCVF/?lang=pt0>
- Purnell, L. D., & Paulanka, B. J. (2008). *Transcultural health care: A culturally competent approach* (3rd ed.). F. A. Davis Company.
- Reis, A. M. (2015). *Da Multiculturalidade em Cuidados à Produção de Competências nos Enfermeiros*. Saarbrücken: Novas Edições Académicas. pp. 28-47.
- Sales, Willian B. & Oliveira, Marivaldo da S. (2022). Os impactos da globalização na saúde global. *Revista Saúde e Desenvolvimento* Editorial 16(24) <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/issue/view/55>
- Santos, Paulo R. (2023). *Além-fronteiras: acessibilidade da população estrangeira aos cuidados de saúde primários*. [Dissertação de Mestrado em Enfermagem, Área de especialização: Enfermagem Comunitária e de Saúde Pública]. Repositório Comum. Instituto Politécnico de Setúbal. <http://hdl.handle.net/10400.26/45589>
- Seima, M. D., Macedo, R. M., & Gelbcke, F. L. (2011). O cuidado na teoria transcultural de Madeleine Leininger. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 32(3), 593–597. <https://doi.org/10.1590/S1983-14472011000300023>
- Withers, M., Kharazmi, N. e Lim, E. (2018). Traditional beliefs and practices in pregnancy, childbirth and postpartum: A review of the evidence from Asiam countries. *Midwifery* (56) pp. 158-170. DOI: [10.1016/j.midw.2017.10.019](https://doi.org/10.1016/j.midw.2017.10.019) Epub 2017 Nov 11. PMID: 29132060. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29132060/>

## Mutilação Genital Feminina em Contextos Migratórios: Abordagem na Perspetiva dos Direitos Humanos

Vânia Teixeira. ESS-IPS, [vania.teixeira@ess.ips.pt](mailto:vania.teixeira@ess.ips.pt)

Mónica Antunes. ESESJD-UE, [monica.antunes@uevora.pt](mailto:monica.antunes@uevora.pt)

### Resumo

A prática da mutilação genital feminina (MGF) é reconhecida como nociva, com impactos graves na saúde física, mental e social das meninas e mulheres, configurando uma violação dos direitos humanos (DH), destacando a sua interrelação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que afirmam a necessidade de eliminar a MGF, procurando garantir acesso universal à saúde, direitos sexuais e reprodutivos, bem como a igualdade de género. Este artigo tem como objetivo analisar o contexto global da MGF na perspetiva dos DH, tendo por base uma revisão integrativa de literatura (RIL), com pesquisa em duas bases de dados. Após a seleção e a extração dos dados, quinze artigos relevantes foram analisados de forma crítica e reflexiva. Os resultados evidenciaram que a MGF perpetua desigualdades de género, viola direitos fundamentais e apresenta desafios específicos em contextos migratórios, onde fatores culturais e sociais interagem com os sistemas legais e de saúde dos países de acolhimento. O aprofundamento do conhecimento sobre a MGF, bem como a implementação de intervenções integradas e culturalmente sensíveis, são essenciais para promover a proteção das meninas e mulheres, e fomentar a conscientização global sobre os DH e a saúde em contextos migratórios.

**Palavras-chave:** mutilação genital feminina, direitos humanos, migrantes, objetivos para o desenvolvimento sustentável.

### Abstract

Female genital mutilation (FGM) is a harmful practice with severe physical, mental, and social health impacts on girls and women, constituting a violation of human rights. It highlights its interrelation with the Sustainable Development Goals (SDGs), which emphasize eliminating FGM, ensuring universal access to health, sexual and reproductive rights, and gender equality. This article aims to analyse the global context of Female Genital Mutilation (FGM) from a human rights perspective, based on an integrative literature review (ILR) conducted using two databases. Following data selection and extraction, fifteen relevant articles were critically and reflexively analysed. The findings revealed that FGM perpetuates gender inequalities, violates fundamental rights, and presents specific challenges in migratory contexts, where cultural and social factors intersect with the legal and healthcare systems of host countries. Deepening knowledge about FGM and implementing integrated and culturally sensitive interventions are essential to safeguard girls and women and enhance global awareness of human rights and health in migratory contexts.

**Keywords:** Female genital mutilation, human rights, migrants, sustainable development goals

### Introdução

A mutilação genital feminina (MGF) é uma prática que afeta milhões de mulheres e meninas em todo o mundo, que viola gravemente os direitos humanos (DH) e causando danos físicos e psicológicos permanentes e que persiste em cerca de trinta países, principalmente na África e Médio Oriente, mas também entre comunidades migrantes na Europa (Nações Unidas, 2015; World Health Organization - WHO, 2020). Estima-se que mais de 200 milhões de mulheres e meninas vivas atualmente tenham sido submetidas à MGF, e cerca de 3 milhões de meninas correm o risco de serem submetidas à prática anualmente (WHO, 2024).

A MGF consiste na retirada total ou parcial de partes genitais, com consequências físicas, psicológicas e sexuais graves, podendo até causar a morte. Esta prática é classificada em quatro

tipos principais, variando desde a remoção parcial ou total do clitóris até procedimentos mais extensos que incluem a costura da abertura vaginal (WHO, 2020; Direção-Geral da Saúde - DGS, 2011).

A MGF encontra-se profundamente enraizada em valores culturais relacionados com o género, identidade, embelezamento e inclusão, pode ser entendida como a continuação inquestionável de práticas culturais patriarcais tradicionais para reprimir e controlar os comportamentos sexuais das mulheres. Para além disso, a prática é frequentemente justificada por crenças erróneas sobre higiene, fertilidade e aceitabilidade social (WHO, 2024), nomeadamente, manter a virgindade suprimindo a sexualidade, defender o status da comunidade, a honra da família e garantir o futuro casamento.

Em virtude dos fluxos migratórios globais, o registo de casos de meninas e mulheres submetidas à prática de MGF tem aumentado em países que tradicionalmente não a praticavam. Na Europa, por exemplo, estima-se que cerca de 600.000 mulheres e meninas vivam com as consequências da MGF e outras 180.000 estejam em risco de serem submetidas à prática (European Network End FGM, 2024). Em Portugal, a prevalência de MGF tem aumentado, sendo as comunidades imigrantes residentes em Portugal principalmente provenientes da África subsaariana, que coincide com a prevalência estimada nesses países (DGS, 2023).

O número de imigrantes que procuram entrar no país, seja por asilo ou vias irregulares tem aumentado, fugindo da pobreza, desigualdades, conflitos armados e desastres ambientais (Agência para a Integração, Migrações e Asilo, 2024). Com acesso limitado a cuidados de saúde nos países de origem, durante a jornada migratória e nos países de acolhimento, a população migrante enfrenta muitas outras dificuldades, como por exemplo, lidar com a discriminação e o complexo quadro legal.

Os ODS e a MGF representam um compromisso com a saúde e com os DH. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pelas Nações Unidas, reconhece a MGF como uma prática nociva que compromete gravemente os DH, a saúde e o bem-estar das meninas e mulheres. O compromisso com a eliminação da MGF está refletido no objetivo 5 (ODS 5), que visa alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas, especificamente na meta 5.3, que propõe "*eliminar todas as práticas prejudiciais, como o casamento infantil, precoce e forçado, e a mutilação genital feminina*".

Os DH compreendem princípios universais, liberdades e garantias fundamentais de todas as pessoas, consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) de 1948 (Portugal, 1978a) "*como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de*

*que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades”*. Por outras palavras, os DH garantem liberdades e proteção individual em que todos os seres humanos possam viver com dignidade e respeito, em sociedades justas, inclusivas e pacíficas.

Os DH podem ser agrupados em duas categorias principais: por um lado, os direitos civis e políticos, que garantem aos cidadãos o direito de participar livremente nas esferas civil, económica e política; por outro lado, os direitos económicos, sociais e culturais, que fomentam o desenvolvimento económico e social e a identidade cultural dos indivíduos (Rydland et al., 2008).

Os direitos civis incluem, entre outros, o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; o direito a igual proteção perante a lei; e o direito a proteção contra detenção ou exílio arbitrários, bem como o direito à liberdade de pensamento e de religião. No que diz respeito aos direitos políticos, destacam-se o direito à liberdade de opinião e expressão, o direito à liberdade de reunião e associação, e o direito ao voto e à participação política (Portugal, 1978b). A prática da MGF viola vários destes direitos, incluindo o direito à vida, à integridade física, à saúde e à não-discriminação.

Apesar do reconhecimento da importância global dos DH, a sua implementação enfrenta desafios significativos, como desigualdades sociais, conflitos armados, migrações forçadas e discriminações. Estes problemas evidenciam a necessidade de um compromisso contínuo por parte de governos, instituições e cidadãos na promoção e proteção desses direitos.

Deste modo, a erradicação da MGF, integrada nos ODS, constitui não apenas uma prioridade de saúde pública, mas também um imperativo ético e um compromisso global com a promoção dos DH e o alcance do desenvolvimento sustentável.

## **1. Metodologia**

O objetivo deste trabalho foi analisar o contexto global da MGF na perspetiva dos DH. Desenvolveu-se uma RIL, com a questão de investigação “*Quais os direitos humanos implicados na prática da MGF em meninas e mulheres realizada em países de risco?*”, formulada através do método PICO - P (População): meninas e mulheres oriundas de países de risco de MGF; I (fenómeno de Interesse): DH implicados na prática da MGF; Co (Contexto): países considerados de risco para a realização da MGF.

Foi realizado um levantamento bibliográfico na plataforma EBSCOhost, utilizando as bases de

dados CINAHL Complete e MEDLINE Complete, com descritores e termos livres estruturados na seguinte estratégia de busca: [*female genitalia mutilation OR fgm OR female circumcision OR female genitalia cutting OR excision*] AND [*human rights OR human rights issues OR human rights violations*] AND [*migrants OR immigrants OR asylum seekers OR refugees*], aplicados a 'todos os campos'. Como critérios de inclusão, foram definidos: estudos publicados entre 2015 e 2023, textos em português ou inglês, acesso ao texto integral.

Foram incluídos estudos qualitativos, quantitativos, mistos e revisões de literatura em acesso aberto ou disponíveis na instituição de afiliação que explorem DH e MGF, analisem DH violados ou implicados na prática da MGF, e/ou que relacionem a MGF a contextos socioculturais, religiosos ou legais em países de risco e acolhimento. Como critérios de exclusão estabeleceu-se: estudos que abordam as consequências clínicas da MGF sem conexão com DH centradas em políticas ou programas de saúde pública sem discussão de implicações nos DH; envolvendo homens ou outras populações que não são diretamente afetadas pela MGF.

## 2. Resultados e discussão

Foram encontrados inicialmente 42 artigos e após análise pelo título e resumo, foram selecionados quinze artigos incluídos na análise, maioritariamente qualitativos, de países europeus, cujos participantes são mulheres migrantes, profissionais de saúde e comunidades específicas – Tabela 1.

Todos os artigos afirmam que a MGF é uma violação dos DH. Identificam-se três temáticas principais: o **conflito entre práticas culturais e os DH** (Leye et al., 2019; Costello et al., 2015; Jacobs & Arora, 2017; Berthe-Kone et al., 2021; Pastor-Bravo et al., 2021; Kawous et al., 2022; Wahlberg et al., 2017; Reig et al., 2016); o **impacto na saúde física e psicológica** (Kahn, 2016; Elnakib & Metzler, 2022; Wahlberg et al., 2017; Pastor-Bravo et al., 2018; Pastor-Bravo et al., 2021; Wahlberg et al., 2017); e **as atitudes dos profissionais de saúde** (Reig et al., 2016; Pastor-Bravo et al., 2021; Pastor-Bravo et al., 2018; Costello et al., 2015; Atkinson et al., 2019). Outros artigos abordam, respetivamente, a eficácia de intervenções preventivas (Abidogun et al., 2022), as políticas públicas (Keygnaert & Guieu, 2015; Leye et al., 2019) e as prioridades de investigação (Atkinson et al., 2019).

**Tabela 1 - Resumo dos artigos incluídos na RIL**

<b>Autor(es) e ano</b>	<b>Título do artigo</b>	<b>Objetivo principal</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Resultados/ conclusões</b>	<b>País/ contexto</b>
Kahn (2016)	“You see, one day they cut”: The evolution, expression, and consequences of resistance for women who oppose female genital cutting (FGC)	Explorar a resistência à MGF em mulheres	Qualitativa	A resistência emerge como um processo multifacetado, influenciado por fatores culturais e sociais	Países da África Subsaariana
Reig et al. (2016)	A mixed-method synthesis of knowledge, experiences and attitudes of health professionals to FGM	Analisar atitudes de profissionais de saúde sobre a MGF	Métodos mistos	Há lacunas na formação acerca da MGF, com impacto na prestação de cuidados	Europa e contextos migrantes
Elnakib & Metzler (2022)	A scoping review of FGM in humanitarian settings: an overlooked phenomenon with lifelong consequences	Investigar a MGF em contextos humanitários	Revisão de escopo	A MGF é subestimada em crises humanitárias, com consequências graves e duradouras para as mulheres	Contextos humanitários
Kawous et al. (2022)	Attitude and intention of migrant populations in the Netherlands regarding FGM/C	Explorar atitudes e intenções de populações migrantes sobre a MGF	Qualitativa	A intencionalidade de perpetuar a MGF depende de integração cultural e percepções sobre tradição	Países Baixos
Leye et al. (2019)	Debating medicalization of FGM/C: learning from (policy) experiences across countries	Avaliar implicações da medicalização da MGF	Revisão crítica de políticas	A medicalização não reduz os danos culturais nem resolve as questões de DH	Contexto global
Wahlberg et al. (2017)	Factors associated with the support of pricking (FGC type IV) among Somali immigrants - a cross-sectional study in Sweden	Identificar fatores que levam ao apoio à prática de "pricking"	Qualitativa	O apoio está relacionado à adaptação cultural e à percepção de menor gravidade do tipo IV	Suécia
Abidogun et al. (2022)	FGM and cutting in the Arab League and diaspora: A systematic review of preventive interventions	Identificar intervenções preventivas na Liga Árabe e diásporas	Revisão sistemática	Identificadas boas práticas em educação e participação comunitário	Liga Árabe e diásporas
Costello et al. (2015)	In the Best Interests of the Child: Preventing FGC	Discutir a prevenção da MGF como parte dos direitos da criança	Qualitativa	A proteção da criança requer comprometimento educacional, político e multidisciplinar	Reino Unido
Pastor-Bravo et al. (2018)	Living with mutilation: A qualitative study on the consequences of FGM in women's health and the healthcare system in Spain	Explorar as consequências da MGF na saúde das mulheres	Qualitativa	Identificadas implicações psicológicas e barreiras no acesso ao sistema de saúde	Espanha
Pastor-Bravo et al. (2021)	Postmigratory Perceptions of FGM: Qualitative Life History Research	Investigar percepções pós-migração sobre a MGF	Qualitativa	A migração altera percepções culturais e práticas relacionadas à MGF	Espanha
Atkinson et al. (2019)	Public Health Research Priorities to Address FGM or Cutting in the United States	Identificar prioridades de pesquisa sobre MGF nos EUA	Revisão crítica de políticas	Destacada a necessidade de dados epidemiológicos e educação em saúde pública	Estados Unidos da América

Jacobs & Arora (2017)	Punishment of Minor Female Genital Ritual Procedures: Is the Perfect the Enemy of the Good?	Discutir implicações éticas e legais de procedimentos menores associados à MGF	Revisão crítica bioética	Destacadas questões legais e dilemas relacionados ao respeito à cultura	Contexto global
Barrett et al. (2021)	The FGM – migration matrix: The case of the Arab League Region	Investigar interseções entre migração e MGF	Revisão bibliográfica	A migração não elimina práticas, mas promove adaptações culturais	Região da Liga Árabe
Berthe-Kone et al. (2021)	The Perception of African Immigrant Women Living in Spain Regarding the Persistence of FGM	Identificar as percepções das mulheres africanas migrantes sobre a persistência da MGF	Qualitativa	Identificada tensão entre tradição e integração em novos contextos	Espanha
Keygnaert & Guieu (2015)	What the eye does not see: A critical interpretive synthesis of European Union policies addressing sexual violence in vulnerable migrants	Analisar políticas da União Europeia sobre violência sexual em migrantes vulneráveis	Qualitativa	Políticas existentes não abordam adequadamente questões de MGF e migração	União Europeia

Com base na violação dos diversos DH identificados nos artigos analisados, a discussão dos resultados encontra-se estruturada em três categorias: (1) direitos civis e políticos; (2) direitos económicos, sociais e culturais; e (3) direitos das crianças. Embora estes últimos sejam frequentemente classificados na categoria de direitos económicos, sociais e culturais, também englobam dimensões dos direitos civis e políticos. A proteção integral da criança requer tanto a garantia das suas condições básicas de vida quanto o respeito pelas suas liberdades individuais, reconhecendo as necessidades de proteção especial decorrentes da vulnerabilidade inerente à idade.

Os **direitos civis e políticos** garantem a integridade e a liberdade individual, e incluem: (1) direito à integridade física e psicológica; (2) direito à igualdade e não-discriminação; (3) direito à liberdade e à autonomia corporal. Embora não seja específica para mulheres, a DUDH estabelece que todos os seres humanos são iguais em dignidade e direitos.

Kahn (2016) e Pastor-Bravo et al. (2018) destacam como a prática da MGF viola gravemente a integridade corporal, causando danos irreversíveis, dor crónica, traumas psicológicos e perda de autonomia sobre o próprio corpo. O direito à vida e à integridade física é comprometido, pois a MGF pode resultar em morte e causar danos físicos permanentes. Há práticas da MGF da qual resultam morte por complicações, violando o direito à vida.

Elnakib & Metzler (2022) demonstram como, em contextos de crise humanitária, as meninas e mulheres são especialmente vulneráveis, sendo privadas de proteção contra esta forma de violência. Neste âmbito, o Pacto de Migração e Asilo reforça a obrigação do Estado em oferecer uma resposta humanitária adequada e proporcional às necessidades dos requerentes mais

vulneráveis, nomeadamente as vítimas de atos de violência física, mental ou sexual, e de atos cometidos especificamente em razão do género ou contra menores. Deve ser garantido o estatuto de proteção internacional a todas as mulheres que abandonam o seu país para fugir à MGF (motivo para concessão de asilo).

Berthe-Kone et al. (2021) e Reig et al. (2016) evidenciam que a MGF é uma manifestação de desigualdade de género, perpetuando normas culturais e a subordinação das mulheres. A prática também reforça a discriminação afetando particularmente meninas e mulheres de determinadas comunidades culturais e religiosas. Jacobs & Arora (2017) e Leye et al. (2019) abordam como a MGF nega às mulheres e meninas o direito de decidir sobre os seus corpos, sendo frequentemente imposta sem consentimento, especialmente em idades precoces. Estes aspetos corroboram com a violação do direito à não-discriminação e igualdade, igualmente referido pelas Nações Unidas (United Nations Women, 2017).

Por sua vez, os **direitos económicos, sociais e culturais** asseguram o bem-estar e o acesso a condições dignas de vida. A MGF está associada a várias violações nesta categoria: direito à saúde, direito à educação e à informação e direito à cultura.

Pastor-Bravo et al. (2018) e Elnakib & Metzler (2022) destacam os impactos devastadores na saúde física e mental das mulheres submetidas à MGF, incluindo complicações ginecológicas, infeções recorrentes e problemas reprodutivos. Por outro lado, a falta de acesso adequado aos serviços de saúde em contextos humanitários e migratórios, como apontado por Barrett et al. (2021), agrava os danos causados pela prática. O direito à saúde é severamente afetado, com consequências que incluem a dor crónica, infeções, complicações obstétricas e problemas de saúde mental, saúde sexual e o prazer.

Relativamente ao direito à educação e à informação, Abidogun et al. (2022) identificam intervenções preventivas eficazes que utilizam a educação comunitária para desconstruir mitos e crenças culturais que sustentam a prática. A desinformação sobre as consequências da MGF, como relatado por Reig et al. (2016), reforça a necessidade de capacitar os profissionais de saúde e as comunidades com informações baseada em evidência.

No que diz respeito aos cuidados de saúde, um estudo de Abdulcadir et al. (2021) enfatiza a importância de formar profissionais de saúde para fornecer cuidados culturalmente competentes às mulheres que sofreram MGF, abordando não apenas as complicações físicas, mas também as necessidades psicológicas e sociais. A UNESCO (2020) refere que meninas submetidas à MGF frequentemente abandonam a escola devido a complicações de saúde. Um relatório recente destaca que, a educação de meninas e mulheres não só as empodera para

resistir à prática, mas também contribui para mudar as normas sociais que a perpetuam (UNESCO, 2022).

A prática da MGF, como discutido por Kawous et al. (2022), reflete tensões entre tradições culturais e DH. Intervenções, como as descritas por Leye et al. (2019), enfatizam a necessidade de abordar práticas culturais de forma sensível, promovendo mudanças baseadas no diálogo e no respeito pelos DH. Em contextos migratórios observam-se problemas adicionais, como a barreira linguística no acesso aos serviços de saúde e estigmatização.

Neste sentido, o direito ao desenvolvimento cultural e a proteção dos DH, cria desafios para os países de acolhimento na implementação de políticas integradas para a proteção das mulheres migrantes. Johansen et al. (2022) destaca que a prática da MGF está intrinsecamente ligada a normas sociais e expectativas de género, tornando sua erradicação um desafio complexo que requer abordagens multifacetadas. Wahlberg et al. (2019) refere que as atitudes em relação à MGF podem sofrer alterações após a migração, com algumas comunidades a optar pelo abandono da prática, enquanto outras, enquanto outras a mantêm como forma de preservar a sua identidade cultural. Esta realidade destaca a importância da educação e de intervenções culturalmente sensíveis, desenvolvidas em parceria com as comunidades, para promover a mudança sustentável e respeitar as especificidades culturais.

Frequentemente realizada em meninas menores de idade, a MGF constitui uma violação direta dos **direitos das crianças**, particularmente: proteção contra práticas tradicionais nocivas, direito à saúde infantil e direito da criança à participação e opinião.

O conceito de respeito pelo interesse superior das crianças abordado por Costello et al. (2015), sublinha a necessidade de proteger os direitos e o bem-estar das crianças em todas as decisões e práticas que as envolvam, incluindo a prevenção da MGF. Os autores enfatizam que, embora a MGF seja frequentemente justificada em nome de tradições culturais ou identitárias, esta prática constitui uma violação dos DH das crianças, proibida pela Convenção sobre os Direitos da Criança e pela legislação nacional e internacional. Dessa forma, as estratégias para prevenir a MGF devem priorizar a proteção e a dignidade da criança, envolvendo as comunidades em abordagens culturalmente sensíveis que promovam a eliminação desta prática. A Convenção sobre os Direitos das Crianças, afirma a protecção das crianças contra todas as formas de violência, maus-tratos e abuso (incluindo a MGF), com atenção especial aquelas em situação de vulnerabilidade, como crianças refugiadas, migrantes e vítimas de tráfico humano (Comité Português para a UNICEF, 2019).

Do ponto de vista legal, Leye et al. (2019) argumentam que, embora muitos países tenham

implementado leis contra a MGF, a aplicação efetiva dessas leis continua a ser um desafio, especialmente em comunidades migrantes, o que reforça a necessidade de uma abordagem holística que combine legislação com educação e, mais umavez, o envolvimento comunitário.

Em contextos humanitários, como discutido por Elnakib & Metzler (2022), a vulnerabilidade das meninas é exacerbada pela ausência de sistemas de proteção. Nessas situações, o colapso de estruturas institucionais, a instabilidade social e as limitações de recursos dificultam a implementação de medidas eficazes de proteção infantil.

Ao nível da saúde infantil, como evidenciado por Pastor-Bravo et al. (2018), existem complicações de saúde imediatas e a longo prazo para meninas submetidas à prática, comprometendo a sua saúde física e mental, bem como o seu desenvolvimento integral

Jacobs & Arora (2017) afirmam que a prática ignora completamente a voz e o consentimento das meninas, privando-as de participar em decisões que afetam profundamente suas vidas. A MGF chega a ser realizada em bebês e crianças, sem que elas tenham capacidade de compreender ou de expressar suas opiniões sobre o procedimento que afeta diretamente o seu corpo e vida.

A análise dos artigos demonstra que a MGF não apenas viola DH fundamentais, mas também reforça desigualdades de gênero profundamente enraizadas, tornando-se a situação ainda mais complexa em contextos migratórios.

## **Conclusão**

Este artigo fundamenta a comunicação oral realizada, que teve como objetivo explorar a MGF em contextos migratórios sob a perspectiva dos DH. Com base na afirmação "*a MGF viola os DH*", procurou-se analisar e desconstruir os DH implicados nesta prática cultural.

A RIL demonstra que a MGF representa uma violação ampla e sistemática de DH, abrangendo categorias interligadas de direitos civis, políticos, económicos, sociais, culturais e infantis. A ausência de estudos que respondem diretamente à questão evidencia uma lacuna importante na literatura científica. No entanto, os quinze artigos analisados forneceram contribuições indiretas que permitem identificar violações significativas de DH, nomeadamente: direito à saúde, direito à integridade física, direitos sexuais e reprodutivos, direito à igualdade e não discriminação e direito à educação.

A educação para os DH é fundamental na eliminação desta prática nefasta, na salvaguarda da proteção da saúde das mulheres em todo o mundo. Abordar essas violações exige estratégias que combinem intervenções legais, educativas e comunitárias, com sensibilidade cultural e foco

na proteção de meninas e mulheres.

Os estudos futuros devem aprofundar a compreensão sobre as implicações da MGF na proteção dos DH em contextos culturais diversos e incluir a população masculina que, tal como as mulheres, têm um papel determinante na erradicação da prática.

Finalizando e alinhando-se com o prefácio do seminário, que aborda a problemática da MGF explorada neste trabalho, destaca-se que *"reconhecer a interconexão entre os direitos e responsabilidades de todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou status migratório, é essencial para promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a paz"*. Os DH e os ODS compartilham um propósito comum: construir um mundo mais justo, inclusivo e sustentável. Essa ligação reforça tanto o compromisso com a dignidade humana quanto a determinação em assegurar um futuro próspero para todos.

## **Bibliografia**

- Abdulcadir, J., Rodriguez, M. I., & Say, L. (2015). Research gaps in the care of women with female genital mutilation: An analysis. *BJOG*, 122(3), 294–303. <https://doi.org/10.1111/1471-0528.13217>
- Abdulcadir, J., Catania, L., Hindin, M. J., Say, L., Petignat, P., & Abdulcadir, O. (2021). Female genital mutilation: A visual reference and learning tool for health care professionals. *Obstetrics & Gynecology*, 137(3), 513–519. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27741194/>
- Agência para a Integração, Migrações e Asilo (2023). Relatório de Migrações e Asilo 2023. Direção de Planeamento, Estudos e Estatística. <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>
- Abidogun, T. M., Alyssa Ramnarine, L., Fouladi, N., Owens, J., Abusalih, H. H., Bernstein, J., & Aboul-Enein, B. H. (2022). Female genital mutilation and cutting in the Arab League and diaspora: A systematic review of preventive interventions. *Tropical Medicine & International Health: TM & IH*, 27(5), 468–478. <https://doi.org/10.1111/tmi.13749>
- Atkinson, H. G., Ottenheimer, D., & Mishori, R. (2019). Public Health Research Priorities to Address Female Genital Mutilation or Cutting in the United States. *American Journal of Public Health*, 109(11), 1523–1527. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2019.305259>
- Barrett, H. R., Bedri, N., & Krishnapalan, N. (2021). The Female Genital Mutilation (FGM) – migration matrix: The case of the Arab League Region. *Health Care for Women International*, 42(2), 186–212. <https://doi.org/10.1080/07399332.2020.1789642>
- Berthe-Kone O, Ventura-Miranda MI, López-Saro SM, García-González J, Granero-Molina J, Jiménez-Lasserrotte MDM, & Fernández-Sola C. (2021). The Perception of African Immigrant Women Living in Spain Regarding the Persistence of FGM. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(24). <https://doi.org/10.3390/ijerph182413341>
- Nações Unidas. (2015). Mutilação genital feminina: Uma preocupação global, uma resposta global [Internet]. <https://unric.org/pt/mutilacao-genital-feminina-uma-preocupacao-global-uma-resposta-global>
- Costello, S., Quinn, M., Tatchell, A., Jordan, L., & Neophytou, K. (2015). In the Best Interests of the Child: Preventing Female Genital Cutting (FGC). *British Journal of Social Work*, 45(4), 1259–1276. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bct187>
- Comité Português para a UNICEF (2019). Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos. [https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao\\_sobre\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_sobre_direitos_da_crianca.pdf)
- Direção-Geral da Saúde (2021). Orientação n.º 008/2021, de 30/06/2021. <https://www.dgs.pt/normas-orientacoes-e-informacoes/orientacoes-e-circulares-informativas/orientacao-n-0082021-de-30062021-pdf.aspx>
- Direção-Geral da Saúde (2023). Atualização dos registos de mutilação genital feminina ano de 2022. <https://www.dgs.pt/ficheiros-de-upload-2013/boletim-mgf-6fev2023-pdf.aspx>

- Elnakib, S., & Metzler, J. (2022). A scoping review of FGM in humanitarian settings: an overlooked phenomenon with lifelong consequences. *Conflict and Health*, 16(1), 49. <https://doi.org/10.1186/s13031-022-00479-5>
- European Network End FGM. (2024). FGM in Europe. [Internet]. Geneva: WHO. [https://equalitynow.org/fgm\\_in\\_europe/](https://equalitynow.org/fgm_in_europe/)
- Jacobs, A. J., & Arora, K. S. (2017). Punishment of Minor Female Genital Ritual Procedures: Is the Perfect the Enemy of the Good? *Developing World Bioethics*, 17(2), 134–140. <https://doi.org/10.1111/dewb.12135>
- Johnsdotter, S., & Essén, B. (2016). Cultural change after migration: Circumcision of girls in Western migrant communities. *Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology*, 32, 15–25. <https://doi.org/10.1016/j.bpobgyn.2015.08.012>
- Johansen, R., Ziyada, M., Shell-Duncan, B., Kaplan, A., & Leye, E. (2020). Health sector involvement in the management of female genital mutilation/cutting in 30 countries: A synthesis of the evidence. *BMJ Global Health*, 8(3). <https://bmchealthservres.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12913-018-3033-x>
- Kahn, S. (2016). “You see, one day they cut”: The evolution, expression, and consequences of resistance for women who oppose female genital cutting. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 26(7/8), 622–635. <https://doi.org/10.1080/10911359.2016.1238805>
- Kawous, R., Allwood, E., Middelburg, A., van der Kwaak, A., Geraci, D., Bos, M., & van den Muijsenbergh, M. E. T. C. (2022). Attitude and intention of migrant populations in the Netherlands regarding female genital mutilation/cutting. *BMC Women’s Health*, 22(1), 405. <https://doi.org/10.1186/s12905-022-01979-5>
- Keynaert, I., & Guieu, A. (2015). What the eye does not see: a critical interpretive synthesis of European Union policies addressing sexual violence in vulnerable migrants. *Reproductive Health Matters*, 23(46), 45–55. <https://doi.org/10.1016/j.rhm.2015.11.002>
- Leye E, Van Eekert N, Shamu S, Esho T, & Barrett H. (2019). Debating medicalization of Female Genital Mutilation/Cutting (FGM/C): learning from (policy) experiences across countries. *Reproductive Health*, 16(1), 158. <https://doi.org/10.1186/s12978-019-0817-3>
- Office of the High Commissioner for Human Rights. (2018). We must act united against female genital mutilation, High Commissioner for Human Rights tells Human Rights Council [Internet]. Geneva: OHCHR. <https://www.ohchr.org/en/2021/06/we-must-act-united-against-female-genital-mutilation-high-commissioner-human-rights-tells>
- Parlamento Europeu. (2020). Mutilação genital feminina: Porque ainda acontece e quais os seus efeitos? [Internet]. <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20200206STO72031/mutilacao-genital-feminina-porque-ainda-acontece-e-quais-os-seus-efeitos>
- Pastor-Bravo, M. D. M., Almansa-Martínez, P., & Jiménez-Ruiz, I. (2018). Living with mutilation: A qualitative study on the consequences of female genital mutilation in women’s health and the healthcare system in Spain. *Midwifery*, 66, 119–126. <https://doi.org/10.1016/j.midw.2018.08.004>
- Pastor-Bravo, M. del M., Almansa-Martínez, P., & Jiménez-Ruiz, I. (2021). Postmigratory Perceptions of Female Genital Mutilation: Qualitative Life History Research. *Journal of Transcultural Nursing*, 32(5), 530–538. <https://doi.org/10.1177/1043659620962570>
- Portugal. (1978a). Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) de 1948. *Diário da República, Série I*, n.º 57, 9 de março de 1978.
- Portugal. (1978b). Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. *Diário da República, Série I*, n.º 67, 21 de março de 1978.
- Reig, A. M., Siles, G. J., & Solano, R. C. (2016). A mixed-method synthesis of knowledge, experiences and attitudes of health professionals to Female Genital Mutilation. *Journal of Advanced Nursing (John Wiley & Sons, Inc.)*, 72(2), 245–260. <https://doi.org/10.1111/jan.12823>
- UNESCO (2020). Global education monitoring report 2020: Inclusion and education: All means all [Internet]. Paris: UNESCO. <https://en.unesco.org/gem-report/report/2020/inclusion>
- UNESCO (2022). Global education monitoring report 2022: Gender report: Deepening the debate on those still left behind. UNESCO. <https://repository.gheli.harvard.edu/repository/13028/>
- UNICEF (2021). Female genital mutilation: A global concern [Internet]. New York: UNICEF. <https://www.unicef.org/protection/female-genital-mutilation>
- United Nations Women. (2017). Female genital mutilation/cutting and violence against women and girls: Strengthening the policy linkages between different forms of violence [Internet]. New York: UN Women. <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2017/2/female-genital-mutilation-cutting-and-violence-against-women-and-girls>

- Wahlberg A, Johnsdotter S, Ekholm Selling K, Källestål C, & Essén B. (2017). Factors associated with the support of pricking (female genital cutting type IV) among Somali immigrants - a cross-sectional study in Sweden. *Reproductive Health*, 14(1), 92. <https://doi.org/10.1186/s12978-017-0351-0>
- Wahlberg, A., Johnsdotter, S., Selling, K. E., Källestål, C., & Essén, B. (2019). Shifting perceptions of female genital cutting in a Swedish migration context. *PLOS ONE*, 17(3), <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31800614/>
- World Health Organization (2020). Female genital mutilation: Key facts [Internet]. Geneva: WHO. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/female-genital-mutilation>
- World Health Organization (2024). Female genital mutilation. WHO Fact Sheet [Internet]. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/female-genital-mutilation>

## **Evidências Científicas Sobre a Adesão Terapêutica de Pessoas em Situação Paliativa: Influências Sociodemográficas e Culturais**

*João Miguel Pessoa, Escola Superior de Saúde, Politécnico de Setúbal, joao.pessoa20@estudantes.ips.pt*

*Sandra Deodato, Unidade Local de Saúde da Arrábida, sandradeodato@chs.min-saude.pt*

*Andreia Ferreri Cerqueira, Escola Superior de Saúde, Politécnico de Setúbal, andreia.cerqueira@ess.ips.pt*

### **Resumo**

A adesão ao plano terapêutico constitui-se como um enorme desafio em saúde. No que toca aos cuidados paliativos, a não adesão ao plano terapêutico traz consigo diversas consequências como o sofrimento e complicações. A experiência clínica em cuidados paliativos tem demonstrado que, não raramente, pessoas em fim de vida, não aderem (como esperado) à terapêutica prescrita, mesmo perante situações de descontrolo sintomático. Neste sentido, e porque a não adesão terapêutica tem impactos negativos na qualidade de vida e bem-estar da pessoa e sua família, foi desenvolvida uma revisão integrativa da literatura, que procurou dar resposta à seguinte questão: “Quais as evidências científicas sobre a (não) adesão terapêutica de pessoas em situação paliativa?” Após a identificação dos critérios de inclusão e exclusão, procedeu-se à estratégia de pesquisa na base de dados MEDLINE with Full Text, CINAHL Plus with Full Text e Academic Search Complete, utilizando-se os seguintes descritores: palliative care OR palliative medicine AND medication adherence OR patient compliance OR treatment adherence OR treatment compliance. No final da seleção, foram considerados 3 artigos, que integram um conjunto de evidências sobre a não adesão terapêutica. As influências sociodemográficas e culturais constituem o tema central desta análise. Relativamente às influências sociodemográficas (sexo e idade), os dados apontam para uma maior adesão terapêutica por parte dos homens (com exceção da terapêutica analgésica) e uma menor adesão terapêutica por parte dos mais jovens. Relativamente às influências culturais, são explanadas causas de origem religiosa/crenças, como os pensamentos fatalistas, os castigos proporcionados por seres superiores ou a existência de tratamentos milagrosos, entre outras. A evidência, apesar de escassa, levanta reflexões, sobretudo em relação ao desenvolvimento da competência cultural e comunicacional dos/as profissionais de saúde, fundamentais à promoção de uma adequada adesão terapêutica.

**Palavras-chave:** Cuidados Paliativos, Adesão Terapêutica, Vulnerabilidade, Saúde.

### **Abstract**

Adherence to the therapeutic regimen is a huge challenge in health. As far as palliative care is concerned, non-adherence to the therapeutic regimen brings with it various consequences such as suffering and complications. The clinical experience in palliative care has shown that, not infrequently, people at the end of their lives do not adhere (as expected) to the prescribed therapy, even in situations of symptomatic uncontrol. With this in mind, and because non-adherence to therapy has a negative impact on the quality of life and well-being of the person and their family, an integrative literature review was carried out to answer the following question: “What is the scientific evidence on (non-)adherence to therapy in people in a palliative situation?” After identifying the inclusion and exclusion criteria, a search strategy was carried out in the MEDLINE with Full Text, CINAHL Plus with Full Text and Academic Search Complete databases, using Brainstorming formulated with the following terms: palliative care OR palliative medicine AND medication adherence OR patient compliance OR treatment adherence OR treatment compliance. At the end of the selection process, 3 articles were considered, which include a body of evidence on non-adherence to therapy. Sociodemographic and cultural influences are the central theme of this analysis. With regard to sociodemographic influences (gender and age), the data points to greater therapeutic adherence by men (with the exception of analgesic therapy) and lower therapeutic adherence by younger people. With regard to cultural influences, causes of religious origin/beliefs are explained, such as fatalistic thoughts, punishments provided by superior beings or the existence of miraculous treatments, among others. The evidence, although scarce, raises reflections, especially in relation to the development of cultural and communicational competence among health professionals, which is fundamental to promoting adequate therapeutic adherence.

**Keywords:** Palliative Care, Therapeutic Adherence, Vulnerability, Health.

## **Introdução**

A adesão terapêutica é um processo multidimensional e complexo, influenciado por diversos fatores internos e externos, que afetam a forma como a pessoa adere ao plano terapêutico. Consiste no comportamento de uma pessoa em seguir as prescrições/recomendações de um/a profissional de saúde, quer seja este um fármaco, uma dieta, um tratamento ou uma conduta, como por exemplo a alteração do estilo de vida. A não adesão terapêutica constitui-se como um grande desafio em saúde, pois trata-se da principal causa para resultados clínicos inferiores aos esperados (OMS, 2003); (Camarneiro, 2021).

A não adesão compreende a existência de três conceitos: a não adesão intencional; a não adesão não intencional e a adesão parcial. A não adesão intencional advém de uma decisão da própria pessoa em não aderir, cessar ou alterar a terapêutica sem a intervenção do/a profissional que a prescreveu. Na não adesão não intencional, não existe uma intencionalidade da pessoa em não aderir à terapêutica (Camarneiro, 2021). De entre as causas para a não adesão estão o baixo conhecimento sobre o plano terapêutico, a pouca compreensão de instruções, o receio/medo dos efeitos secundários, a complexidade dos planos terapêuticos e a longa distância entre o domicílio e as instituições de saúde (OMS, 2003).

De forma total ou parcial, intencional e/ou não intencional, a não adesão ao plano terapêutico, traz consigo diversos problemas, entre os quais: a maior probabilidade de insucesso do tratamento ou o aumento da duração do mesmo, sofrimento, recaídas e complicações, assim como o aumento da taxa de morbilidade e mortalidade e o aumento dos gastos em saúde (Camarneiro, 2021).

A experiência clínica de diferentes profissionais de saúde em cuidados paliativos tem demonstrado que, não raramente, pessoas em fim de vida, não aderem (como seria de esperar) à terapêutica prescrita, mesmo perante situações de descontrolo sintomático.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define cuidados paliativos como uma abordagem que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas e das suas famílias, com problemas consequentes de uma doença grave e/ou incurável, prevenindo e aliviando o sofrimento físico, psicossocial e espiritual (OMS, 2020).

Em Portugal, fruto do aumento da esperança média de vida, mas simultaneamente do número elevado de doenças crónicas e comorbilidades, tem crescido exponencialmente a necessidade de cuidados paliativos, que assentam em quatro áreas fundamentais: o controlo de sintomas; a comunicação adequada; o apoio à família; e o trabalho em equipa (Barbosa, Pina, Tavares & Neto, 2016).

O controlo de sintomas, em cuidados paliativos, é fundamental, uma vez que, sintomas como a astenia, a anorexia, a obstipação, a dor ou a dispneia, entre outros, têm um impacto negativo na qualidade de vida. Desse modo, a adequada adesão ao plano terapêutico, focada numa abordagem multidimensional, permite aliviar o desconforto sintomático e melhorar a qualidade de vida das pessoas e, consequentemente, das suas famílias (Birto, Bertão & Freire, 2022).

Sabemos, através da literatura, que os fatores culturais e sociais podem influenciar a (não) adesão terapêutica (Camarneiro, 2021).

A cultura é um termo difícil de definir, contudo Edward Tylor (1871), citado por Brito (2016), define a cultura “*como um todo em que se inclui o conhecimento, crenças, arte, valores morais, leis, costumes e qualquer outra capacidade e hábito adquirido por um indivíduo enquanto membro de uma sociedade*” (p.16), afirmando que a cultura está enraizada na sociedade e em quem nós somos. Desta forma, a cultura de uma pessoa irá, inevitavelmente, influenciar a forma como esta percebe e entende a sua situação de saúde e, naturalmente, o seu comportamento (Brito, 2016).

Assim, fatores relacionados com a cultura, como o estigma face à doença, o contexto e o meio em que a pessoa se insere, as crenças em saúde e/ou as práticas em saúde, são fatores determinantes na adesão terapêutica (Camarneiro, 2021).

Neste sentido, e porque a não adesão terapêutica pode impactar negativamente na qualidade de vida e bem-estar da pessoa e sua família, foi desenvolvida uma revisão integrativa da literatura, que procurou dar resposta ao seguinte objetivo: Sistematizar as evidências científicas sobre a (não) adesão terapêutica de pessoas em cuidados paliativos, particularmente, as que dizem respeito às influências sociodemográficas e culturais.

## **1. Metodologia**

Atendendo à problemática apresentada, foi identificada a seguinte questão de investigação: “*Quais as evidências científicas sobre a (não) adesão terapêutica de pessoas em cuidados paliativos?*” formulada segundo o acrónimo PCC de *Joanna Briggs Institute* (Aromataris & Munn, 2021): **P (População)**- Pessoas em situação paliativa; **C (Conceito)**- Adesão terapêutica; **C (Contexto)** – Cuidados Paliativos.

### **a) Critérios de Inclusão e de Exclusão**

Definiram-se os seguintes critérios de inclusão: população adulta (em situação paliativa) com acompanhamento de cuidados paliativos em ambiente hospitalar ou domiciliar; estudos

integradores de questões relativas à (não) adesão terapêutica; estudos de natureza quantitativa, qualitativa, assim como revisões da literatura relevantes para a temática.

Como critérios de exclusão, foram definidos: estudos não integradores do contexto de cuidados paliativos e população pediátrica.

### b) Estratégia de Pesquisa

Na fase inicial do processo de pesquisa de evidência científica e com o objetivo de proporcionar uma pesquisa orientada para a temática, foi realizado um *brainstorming* com os descritores: *Palliative Care OR Palliative Medicine AND Medication Adherence OR Patient Compliance OR Treatment Adherence OR Treatment Compliance*. Posteriormente, esta estratégia de pesquisa foi realizada nas bases de dados *MEDLINE with Full Text*, *CINAHL Plus with Full Text*, *Academic Search Complete*, *SciELO* e *RCAAP*, com os seguintes limitadores: texto integral; Idioma (Inglês e Português); data de publicação dos artigos (2018-2023).

Foram obtidos 209 artigos, dos quais apenas 6 foram selecionados pelo título e resumo. Após a sua leitura integral, foram incluídos 3 artigos na presente revisão.

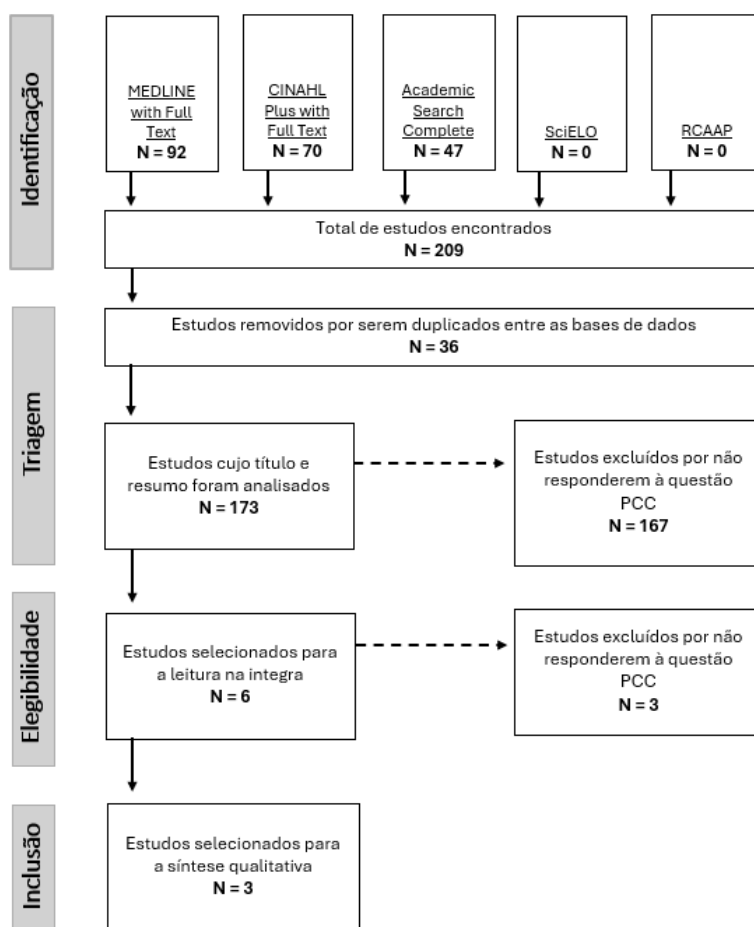


Figura 1- Fluxograma da análise de artigos

## 2. Resultados - Extração e Síntese de Dados

**O Artigo I**, “*Patient beliefs associated with medication hesitancy in palliative care: A systematic review using the theory of planned behavior*”, trata-se de uma Revisão Sistemática da Literatura, com estudos de diversos países (Austrália, França, Índia, Irão, Malásia, Países Baixos, Noruega, Reino Unido, Estado Unidos da América, Áustria, Chéquia, Finlândia, Alemanha, Grécia, Irlanda, Espanha e Suécia), que tem como principal objetivo identificar as crenças relativas aos fármacos, que levam à alteração na adesão terapêutica de pessoas em cuidados paliativos (Lo et al., 2022).

Nesta revisão, os investigadores concluem que as principais razões para a diminuição da adesão terapêutica estão relacionadas com o conhecimento das pessoas relativamente ao plano terapêutico e à patologia, com as suas crenças/cultura, sexo e com a comunicação entre a pessoa e os/as profissionais de saúde. Estas, afetam diretamente a forma como a pessoa compreende e atua sobre a sua situação de saúde e, conseqüentemente, a adesão terapêutica (Lo et al., 2022).

Neste artigo são evidenciadas atitudes como o ceticismo sobre os efeitos dos fármacos, a crença em entidades superiores que provocam a doença como castigo, a crença em tratamentos e estilos de vida alternativos, o conhecimento sobre a doença, a comunicação/transmissão da informação, o estigma social e as influências culturais (Lo et al., 2022).

**O Artigo II**, “*Medication Adherence in Palliative Care Patients*” é um Estudo Quantitativo, realizado na Arábia Saudita, que tem como objetivo medir o nível de adesão à terapêutica das pessoas numa clínica de cuidados paliativos através da Escala de Adesão à Medicação de Morisky (MMAS) (AlShehri, Almotairi, Alshakhs & Orfali, 2022).

O artigo demonstra que, entre os participantes, a adesão ao plano terapêutico, na generalidade, é positiva. Contudo, o sexo e a idade são os fatores que mais influenciam a adesão. No que toca à idade, pessoas mais jovens parecem ter maior tendência para se esquecer de tomar a medicação, quando comparadas às pessoas mais velhas. Em relação ao sexo, os homens quando comparados com as mulheres, parecem aderir melhor às prescrições (AlShehri, Almotairi, Alshakhs & Orfali, 2022).

Os investigadores, mencionam que, no que se refere à não adesão intencional, as razões não são claras, mas que parece ser possível relacionar esta intencionalidade com possíveis efeitos secundários como a incapacidade financeira e a quantidade de fármacos prescritos (AlShehri, Almotairi, Alshakhs & Orfali, 2022).

**O Artigo III**, “*Impact of Standardized Educational Intervention on Improvement in Analgesic Knowledge and Its Compliance among Patients of Advanced Cancer Patients Attending Palliative Clinic: Prospective Randomized Study*”, é um Estudo Quantitativo, experimental, realizado na Índia, que tem como objetivo medir o nível de eficácia que a educação para a saúde tem na melhoria da adesão terapêutica, das pessoas, numa clínica de cuidados paliativos (Aparna, Gopichandran, Garg & Sinha, 2021).

Este estudo demonstra que o conhecimento das pessoas tem uma grande influência na adesão ao plano terapêutico, mais concretamente a terapêutica analgésica. Em comparação com o grupo de controlo, o grupo experimental, após a realização das sessões de educação, demonstrou uma maior adesão à analgesia (Aparna, Gopichandran, Garg & Sinha, 2021).

### **3. Influências sociodemográficas e culturais na adesão terapêutica**

Nos artigos analisados, foi possível encontrar evidência relativa às influências sociodemográficas e culturais na adesão terapêutica em cuidados paliativos.

No que toca às razões culturais, as razões divergem entre o medo do estigma social e causas de origem religiosa/crenças. O medo do estigma social é evidenciado pelo receio do sexo masculino em aderir a um plano terapêutico com base na analgesia. Por outro lado, temos causas de origem religiosa/crenças, como os pensamentos fatalistas, a crença em castigos proporcionados por seres superiores, a existência de tratamentos milagrosos, ou até a melhoria do estado de saúde sem a realização de tratamentos. Outro aspeto a salientar é a resiliência à dor das pessoas com origem cultural chinesa comparativamente às pessoas de cultura ocidental (Lo et al., 2022).

Já o artigo II evidencia que os homens são mais propensos a aderir às prescrições, contudo se as prescrições forem de analgésicos, este fenómeno inverte-se. Os investigadores também apontam que as pessoas mais jovens têm uma maior tendência para não realizar o plano terapêutico, por esquecimento (AlShehri, Almotairi, Alshakhs & Orfali, 2022).

O artigo I e II evidenciam que os homens apresentam uma inconstância na adesão aos fármacos, por um lado os mesmos são mais recetivos às prescrições quando comparados com as mulheres, por outro lado são menos recetivos no que diz respeito à analgesia, devido ao estigma social (Lo et al., 2022; AlShehri, Almotairi, Alshakhs & Orfali, 2022).

A educação também é muito evidenciada nos artigos. Os investidores apontam que muitas das razões para a não adesão advêm do desconhecimento da doença ou dos planos terapêuticos e, dessa forma, como demonstrado no artigo III, a educação em saúde traz consigo benefícios na

adesão ao plano terapêutico (AlShehri, Almotairi, Alshakhs & Orfali, 2022; Aparna, Gopichandran, Garg & Sinha, 2021; Lo et al., 2022;). A comunicação e a transmissão de informação também estão entre as causas para a não adesão, pois uma interpretação errada da informação ou uma não adequada percepção, leva a equívocos/desconhecimento que diminuem a adesão ao plano terapêutico (Lo et al., 2022). Por último, estão as causas financeiras, que apesar de não terem sido muito aprofundadas nos artigos, são mencionadas como uma das razões para a não adesão, pois a existência de baixos rendimentos leva à impossibilidade de adquirir ou realizar os tratamentos prescritos, conseqüentemente, a não adesão ao plano prescrito (Lo et al., 2022).

#### **4. Implicações para os/as Profissionais de Saúde**

Atendendo ao exposto, é importante que os/as profissionais de saúde tenham em consideração as diversas razões para a não adesão terapêutica da pessoa em situação paliativa. De entre as quais é necessário destacar a dimensão cultural.

No desenvolvimento da sua prática profissional, um/a profissional de saúde necessita de adquirir e desenvolver diversas competências, entre as quais, a competência cultural. Esta, consiste num processo contínuo em que a pessoa se torna progressivamente mais consciente das diversidades e das culturas, aumentando a valorização do/a profissional sobre estas. Isto permite aos/às profissionais de saúde estarem atentos/as às questões relacionadas com a cultura e com a pessoa, como o género, a orientação sexual, a etnia e a naturalidade/nacionalidade, garantindo cuidados de qualidade a uma grande multiplicidade de pessoas de diferentes regiões do globo (Vilelas & Janeiro, 2011).

Para que um/a profissional de saúde consiga melhorar a adesão é necessário, que em primeira instância, compreenda que os fatores culturais estão intrinsecamente ligados à adesão, na medida em que as crenças da população, o estigma social, o contexto e o meio social, contribuem positivamente ou negativamente para uma adesão terapêutica eficaz (Rodrigues 2020).

A comunicação também tem um papel fundamental na melhoria da adesão terapêutica. O/a profissional de saúde tem a responsabilidade de promover uma comunicação eficaz, centrada na pessoa e adequada ao seu contexto (Rodrigues 2020). Para que a interação com a pessoa tenha um bom desenvolvimento é necessário que o/a profissional de saúde compreenda e reflita sobre a sua cultura e valores, isto permite identificar possíveis preconceitos e estereótipos que possam existir, de forma a evitar uma possível discriminação e complicações na comunicação (Vilelas & Janeiro, 2011).

No que toca à comunicação transcultural, devem ser considerados outros fatores na interação com pessoas de outras culturas, principalmente na comunicação não verbal, como o toque, o contacto visual, o silêncio, o espaço e as crenças da pessoa. Na cultura portuguesa espera-se, à partida, um determinado comportamento dos/as profissionais de saúde, suportado pelas normas sociais. Este comportamento deverá ser diferente na presença de outras culturas, suportado, naturalmente, por essas normas sociais, que são distintas (Vilelas & Janeiro, 2011). Isto demonstra que para que a interação com pessoas de culturas diferentes seja eficaz e benéfica é necessário a compreensão e conhecimento dos costumes e valores inerentes às mesmas.

Espera-se, assim, que o/a profissional de saúde tenha uma consciência cultural desenvolvida, sendo sensível, procurando compreender a cultura da pessoa e família de quem cuida. Só desta forma poderá, através dos mecanismos ao seu alcance, intervir na otimização da adesão ao plano terapêutico em pessoas de origem culturais diferentes da sua.

### **Conclusão**

Os fatores sociodemográficos e culturais têm um papel preponderante na (não) adesão terapêutica, sendo que os/as profissionais de saúde devem centrar a sua atuação na identificação e reconhecimento dos mesmos, por forma a obter melhorias na sua intervenção. É de ressaltar que nos resultados obtidos, a educação para a saúde e a comunicação demonstram ter um papel fundamental na adesão das pessoas ao plano terapêutico, revelando-se intervenções fundamentais.

Numa perspetiva global, as pesquisas e os resultados, demonstram pouca evidência científica sobre a temática, existindo a necessidade de realizar pesquisa científica sobre a adesão terapêutica nas pessoas com necessidade de cuidados paliativos. Além disso, os resultados obtidos, apesar de relevantes, por serem realizados em contextos culturais e geográficos muito diferentes de Portugal e por existir pouca evidência, não podem ser traduzidos para a população portuguesa. Contudo os resultados são relevantes, e constituem uma base para futuras investigações.

Outro ponto a ressaltar é a família. Nenhum dos estudos analisados revela a família como um fator importante na adesão. Sendo a família um dos pilares fundamentais dos cuidados paliativos, seria importante, em estudos futuros, avaliar a sua influência na adesão da pessoa ao plano terapêutico.

Em síntese, sugere-se o desenvolvimento de investigação sobre as influências sociodemográficas e culturais na adesão terapêutica nos cuidados paliativos, na medida em que

o controlo sintomático se constitui como um dos pilares fundamentais dos cuidados paliativos, em constante relação com os demais: a comunicação, a família e o trabalho de equipa. Por outras palavras, não há lugar a controlo sintomático sem adesão terapêutica. Para que haja adesão terapêutica, a integração da pessoa e da sua família nos cuidados parece ser fundamental e só possível de se alcançar, através de um trabalho de equipa e uma comunicação/relação de ajuda efetivas.

## Bibliografia

- AlShehri, W., Almotairi, M., Alshakhs, H. & Orfali, R. (2022). *Medication Adherence Palliative Care* <https://doi.org/10.7759/cureus.25322>
- Aparna, S., Gopichandran, L., Garg, R. & Sinha, A., P. (2021). *Impact of Standardized Educational Intervention on Improvement in Analgesic Knowledge and Its Compliance among Patients of Advanced Cancer Patients Attending Palliative Clinic: Prospective Randomized Study*. *Journal Of Pain & Palliative Care Pharmacotherapy*, 2021, 35(4), pp. 246–253. <https://doi.org/10.1080/15360288.2021.1915442>
- Aromataris E, Munn Z (2021). *JBIC Manual for Evidence Synthesis*. JBI, 2020. <https://jbi-global-wiki.refined.site/space/MANUAL>. ISBN: 978-0-6488488-0-6
- Barbosa, A., Pina, P. R., Tavares, F., Neto, I. G. (2016). *Manual de Cuidados Paliativos*. Lisboa: Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa- Núcleo de Cuidados Paliativos Centro de Bioética. doi:ISBN: 978-972-9349-37-9
- Birto, S., Bertão, M., & Freire, E. (2022). *Cuidados Paliativos no Domicílio: Vias Alternativas para a Administração de Fármacos*. *Revista Medicina Interna*, Vol. 29 N.º 3 (2022): Julho/Setembro. <https://doi.org/10.24950/rspmi.432>
- Brito, L., F. (2016). *Competência cultural em saúde: Caso específico da relação dos profissionais de saúde com a comunidade cigana [Tese de Mestrado]*. Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/34031>
- Camarneiro, A., P. (2021). *Adesão terapêutica: contributos para a compreensão e intervenção*. *Revista de Enfermagem Referência*, 5(7), pp. 1-8. <https://doi.org/10.12707/RV20145>
- Lo, U., C., Musa, H., Li, J., Gaon, J., Hibbs D., E. & Ong, J., A. (2022). *Patient beliefs associated with medication hesitancy in palliative care: A systematic review using the of planned behavior*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/S1478951522001547>
- OMS. (2003). *Adherence to long-term therapies: Evidence for action*. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42682/9241545992.pdf;sequence=1>. ISBN 92 4 154599 2
- OMS. (2020). *Palliative care*. Consultado a 04 de dezembro de 2024. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/palliative-care>
- Rodrigues, F., R. (2020). *O cuidado de enfermagem culturalmente competente: Uma narrativa de enfermeiros em Serviço de infeciologia [Dissertação de Mestrado]*. Escola Superior de Saúde de Santarém, Portugal. <https://hdl.handle.net/10216/77902>
- Silva R, Paiva M, Vital F, Moura MJ, Lourenço J. & Lopes JM. (2022). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Cuidados Paliativos 2021-2022*. Comissão Nacional de Cuidados Paliativos: Com o contributo dos Coordenadores Regionais: Ordem dos Médicos, Ordem dos Enfermeiros, Ordem dos Psicólogos. <https://www.ordemenfermeiros.pt/media/23835/pedcp-2021-2022.pdf>
- Vilelas, J., M. & Janeiro, S., I. (2011). *Transculturalidade: O enfermeiro com competência cultural*. *Rev. Min. Enferm.*;16(1): 120-127 jan./mar., 2012. <https://doi.org/10.35699/rem.v16i1.50343>

## **Alterações Oftalmológicas em Pessoas em Condição de Vulnerabilidade, Resultantes de Limitações do Acesso à Saúde – Scoping Review**

*Cátia Marranita, Univ. Católica Portuguesa, Hospital Garcia de Orta, catia.santos@ulsas.min-saude.pt*

*Isabel Mesquita, Hospital Garcia de Orta, isabel.cristina.mesquita@ulsas.min-saude.pt*

*Cecília Dias, Hospital Garcia de Orta, cecilia.dias@ulsas.min-saude.pt*

*Ana Paula Batista, Hospital Garcia de Orta, ana.paula.batista@ulsas.min-saude.pt*

### **Resumo**

Percecionar as necessidades oftalmológicas da população em situação de vulnerabilidade, levou-nos a tentar conhecer quais as Alterações Oftalmológicas na população migrante, resultantes de limitações do acesso à Saúde Ocular, e que Fatores Determinantes podem influenciar favoravelmente a Adesão a cuidados Oftalmológicos, de forma a poder traçar estratégias de intervenção mais concretas e direcionadas para a redução das desigualdades sociais no acesso a cuidados oftalmológicos nestas populações.

Como tentativa de dar resposta a esta problemática foi realizada uma Scoping Review utilizando os descritores referentes a Alterações Oftalmológicas, Vulnerabilidade, e Barreiras, facilitadores ou Determinantes dos acessos a cuidados de saúde oftalmológicos, nas bases de dados CINAHL, Medline Complete, Cochrane, B-On e Google Scholar, tendo sido incluídos um total de 26 artigos em Inglês, não tendo sido encontrada bibliografia em português relativamente a esta temática. Foram também selecionados documentos que permitiram a caracterização demográfica da população migrante a nível nacional, e realizada uma triangulação com os achados da Scoping Review.

Como resultados, foi possível aferir que os Erros Refrativos Não Corrigidos e as Cataratas são os problemas oftalmológicos mais mencionados nestas populações, sendo os fatores mais abordados como determinantes dos cuidados, a importância de Programas de Rastreio e Follow up Regulares, com marcação prévia e totalmente Gratuitos (incluindo consultas, cirurgias, terapêutica e óculos); a importância de Ensinos Oftalmológicos ao Paciente, Família e se necessário entidade patronal (n=8); e a aposta na Investigação nesta área.

**Palavras-chave:** Oftalmologia, alterações visuais, Vulnerabilidade, Acesso à Saúde

### **Abstract**

Perceiving the ophthalmic needs of the population in situations of vulnerability, led us to try to find out what the Ophthalmic abnormalities are in these populations, resulting from limited access to Eye Health, and what Determining Factors can favorably influence the Adherence to Ophthalmic care, in order to be able to draw up more concrete intervention strategies, aimed at reducing social inequalities in access to ophthalmic care in these populations.

In an attempt to respond to this problem, a Scoping Review was carried out using the descriptors Ophthalmic abnormalities, Vulnerability, and Barriers, facilitators or determinants of access to ophthalmic healthcare, in the CINAHL, Medline Complete, Cochrane and B-On databases. A total of 26 articles in English were included, and no bibliography in Portuguese was found on this subject. Documents were also selected that allowed the demographic characterization of the migrant population at a national level, and triangulation was carried out with the findings of the Scoping Review.

The results showed that Uncorrected Refractive Errors and Cataracts are the most frequently mentioned eye problems in these populations, and the factors most frequently mentioned as determinants of care are the importance of Regular Screening and Follow-up Programs, with prior appointment, completely Free of Charge (including consultations, surgeries, therapy and glasses); the importance of Ophthalmic Education for the Patient, Family and, if necessary, the Employer; and the commitment to Research in this area.

**Keywords:** Ophthalmology, Visual Abnormalities, Vulnerability, Access to Healthcare

## **Introdução**

A Saúde Ocular é abordada com preocupação pela OMS no “World Report on Vision” (WHO, 2019), onde esta problemática é mais evidenciada na população vulnerável.

Considerando que 66,7% das causas de déficit visual (DV) são tratáveis e 87% evitáveis (Li et al., 2018a), bem como o seu impacto na Qualidade de Vida e o aumento da População Migrante em Portugal, considera-se que esta seja uma área emergente de cuidados.

De acordo com os dados do Relatório Estatístico Nacional da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), em 2022, Portugal atingiu a “quinta posição com um dos saldos migratórios (com ajuste estatístico) mais positivos da UE27 (+156 mil)” (Oliveira, 2023) Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras os Distritos de Lisboa, Faro, Setúbal e Porto, concentram a maior população migrante a nível nacional, cuja tendência foi crescente entre os anos 2021 e 2022, totalizando nos distritos de Lisboa 325.319 migrantes, no de Faro 109.640 migrantes, no de Setúbal 77.182 migrantes e no do Porto 66.434 migrantes (SEF/GEPF, 2023).

Na literatura analisada, as etnias mais abordadas, no que se refere a questões de vulnerabilidade, são a Africana e a Asiática. Em 2022, dos 873593 migrantes inscritos no SNS, 120.434 migrantes são de etnia Africana (provenientes de Angola, Cabo-Verde, São Tomé e Guiné Bissau) e 90.997 migrantes de etnia Asiática (provenientes da Índia, Nepal, Bangladesh, China e Paquistão) (Oliveira, 2023), perfazendo estes dois grupos 24,2% da população migrante inscrita no SNS.

Neste sentido, interessa conhecer quais as patologias oftalmológicas mais frequentemente encontradas, quais as Dimensões de vulnerabilidade acrescida (Social Vulnerability Index - Center for Diseases Control) (CDC/ATSDR Social Vulnerability Index (CDC/ATSDR SVI), 2024) que funcionam como facilitadores ou barreiras e quais os fatores determinantes para o acesso a cuidados de saúde oftalmológicos, para que seja possível definir estratégias de intervenção nesta área.

Consciente desta situação, o Plano Nacional de Saúde 2030 afirma também a importância de “identificar grupos populacionais de maior vulnerabilidade ou risco, em função do diagnóstico de desigualdades e iniquidades em saúde, bem como de doença ou incapacidade” (DGS, 2025). Compreender esta problemática é também essencial no cumprimento das Metas do Desenvolvimento Sustentável presentes na Agenda 2030, indo ao encontro de forma direta ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 correspondente à Saúde de Qualidade e de forma indireta nos ODS 4 (Educação de Qualidade), 10 (Reduzir as desigualdades) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) (Grepí, 2022).

A realização de uma Scoping Review nesta área teve como objetivos:

- Conhecer quais as patologias oftalmológicas mais frequentes a população migrante;
- Compreender quais as características de vulnerabilidade, inerentes a esta população, que têm maior impacto no desenvolvimento de patologia oftalmológica e no acesso a cuidados oftalmológicos;
- Conhecer quais os fatores determinantes de acesso aos cuidados de saúde, passíveis de intervenção direcionada;
- Analisar os dados da imigração em Portugal;
- Identificar estratégias que permitam reduzir as desigualdades sociais nas populações migrantes mais expressivas a nível nacional.

## 1. Metodologia

Procedeu-se a uma scoping review, de acordo com as Guidelines da JBI (Tricco et al., 2018), com o intuito de dar resposta à questão de Investigação: “Quais as patologias oftalmológicas mais frequentes e fatores que influenciam o acesso à saúde ocular, nas pessoas em situação de vulnerabilidade?”.

Foram definidos os descritores Mesh e CINAHL para nortear a pesquisa, que constam na tabela 1.

**Tabela 1 - Descritores Mesh e CINAHL**

Descritor	MeSH	CINAHL
Acesso à saúde	Delivery of Health Care Health Care Delivery Health Care Systems Healthcare Delivery Healthcare Systems	Health Care Delivery Access to Primary Care Health Services Accessibility
Vulnerabilidade	-----	Vulnerability Special Populations
Oftalmologia	Eye Manifestations Ocular Vision	Eye disease
Doença ocular	Eye disease	

A pesquisa dos descritores foi realizada ao nível do Título, Resumo e Termos Indexados. Para a Scoping review foram utilizadas as bases de dados da CINAHL, PUBMED, MEDLINE complete e B-ON incluindo a literatura cinzenta, os artigos foram revistos por 3 revisores, e utilizada a PRISMA-ScR Checklist. Definiu-se como critérios de inclusão, artigos publicados nos últimos 10 anos, em Português ou Inglês e disponíveis em open acess. Da *scoping review* (Figura 1) emergiram 251 artigos. Adicionalmente foram incluídos 5 artigos recolhidos do Google Scholar, por cumprirem os critérios definidos para esta pesquisa, perfazendo assim um total de 256 artigos. Após exclusão dos duplicados, foram analisados pelos revisores 220

artigos, apenas 37 foram elegíveis para leitura integral e desses apenas 26 artigos foram incluídos.

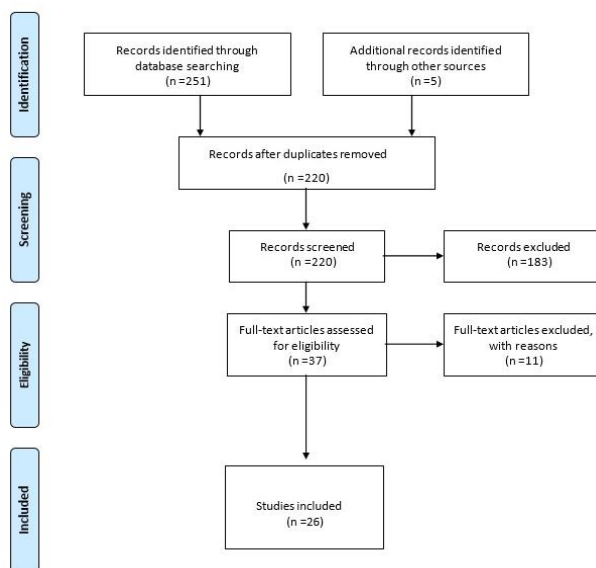


Figura 1. Diagrama de fluxo PRISMA da *scoping review*

Para análise e tratamento dos dados qualitativos recorreu-se ao Software NVivo.

A Codificação assentou nas dimensões de vulnerabilidade acrescida, no Social Vulnerability Index da Center for Diseases Control, e nas patologias Oftalmológicas abordadas nos artigos incluídos.

Para permitir uma melhor prestação de cuidados oftalmológicos à população migrante a nível nacional, foram também divulgados os resultados encontrados, na 6ª Edição do Seminário Internacional Vulnerabilidades Sociais e Saúde, através de uma comunicação livre (Marranita et al., 2024).

## 2. Resultados

### *Alterações Oftalmológicas*

Da análise dos artigos selecionados, foram incluídos 19 estudos primários, 4 revisões, um artigo de Opinião, um Estudo Teórico, e uma Definição de Conceito.

Dos 19 estudos primários incluídos, 1 dos artigos não realiza uma caracterização da população por etnia, no entanto concordou-se em incluir no estudo por considerar situação de vulnerabilidade.

**Tabela 2 - Estudos primários incluídos**

Artigo	Tipo De Estudo	Número de participantes	População
Accuracy of Ophthalmology Clinic Follow-Up in the Incarcerated Patient Population	<b>Estudo Primário:</b> Retrospectivo Observacional	489 pacientes	Presidiários (não especifica grupos Étnicos)
Addressing Disparities in Ophthalmic Research: The Time Is Now	Artigo de opinião		
Age-Related Eye Diseases in Individuals With Mild Cognitive Impairment and Alzheimer’s Disease	<b>Estudo Primário:</b> Corte transversal	216 pacientes	Doença Alzheimer (População Asiática)
Assessment of Social Vulnerabilities of Care and Prognosis in Adult Ocular Melanomas in the US	<b>Estudo Primário:</b> Revisão Retrospectiva	6139 pacientes	Melanoma Ocular
Barriers and Facilitators to Ophthalmology Visit Adherence in an Urban Hospital Setting	<b>Estudo Primário</b> Qualitativo: Entrevistas Semi-estruturadas	17 Pacientes 8 Prestadores de Cuidados	Pessoas em condição de Vulnerabilidade
Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva	Estudo Teórico		
Dicionário do Desenvolvimento: Vulnerabilidade	Definição do Conceito		
Eye Health Knowledge and Eye Health Information Exposure Among Hispanic/Latino Individuals	<b>Estudo Primário:</b> Corte transversal retrospectivo	1235 pacientes	Espano/Latinos
Follow-Up Rates at a Free Ophthalmology Clinic at a Homeless Shelter	<b>Estudo Primário:</b> Retrospectivo	68 pacientes	Sem Abrigo
Governance arrangements for health systems in low-income countries: an overview of systematic reviews	Revisão Sistemática		
Health insurance enrollment and vision health in rural China: an epidemiological survey	<b>Estudo Primário</b> Quantitativo	28787 pacientes	População Chinesa (Asiática)
How does eye care seeking behaviour change with increasing age and visual impairment? Intersectional analysis of older adults in the Indian Sundarbans	<b>Estudo Primário</b> Qualitativo: Entrevistas em profundidade	24 pacientes	População Indiana acima dos 50 anos de idade. (Asiática)
Identifying the ophthalmic needs of families living in Toronto shelters	<b>Estudo Primário</b> Quantitativo	86 crianças 55 adultos	Residentes em abrigos
Increasing Screening Follow-Up for Vulnerable Children: A Partnership with School Nurses	<b>Estudo Primário</b>	2800 crianças 128 professores	Crianças em situação de
Interventions to improve access to cataract surgical services and their impact on equity in low- and middle-income countries (Review)	Revisão Sistemática		
Manhattan Vision Screening and Follow-Up Study in Vulnerable Populations: 1-Month Feasibility Results	<b>Estudo Primário</b>	42 pacientes	Residentes em Abrigos
Perceptions of Respect From Clinicians by Patients in Racial and Ethnic Minority Groups With Eye Disease	<b>Estudo Primário:</b> Corte transversal retrospectivo	4373 pacientes	Minorias Étnicas
Prevalence and causes of blindness, visual impairment among different ethnical minority groups in Xinjiang Uygur autonomous region, China	<b>Estudo Primário</b> Quantitativo	4150 pacientes	Minorias, China(Ásia)

Providing Prescheduled Appointments as a Strategy for Improving Follow-Up Compliance After Community-Based Glaucoma Screening: Results from an Urban Underserved Population	<b>Estudo Primário</b> Quantitativo	362 pacientes	População Urbana Carentiada
Provision of eye care services and interventions in care homes: a narrative synthesis review	Revisão de Literatura		
Review of the Disparities in Access to Pediatric Eye Care Among Low Socioeconomic Status and Underrepresented Racial Minority Groups Exacerbated by the Economic Downturn in Pediatric Ophthalmology	Revisão de Literatura		
Self-Reported Vision Impairment and Frailty among Older People with Low Cognitive Performance in Central Africa: EPIDEMCA Population-Based Study	<b>Estudo Primário:</b> Corte transversal	2002 pacientes	População Africana com Demência
Sociodemographic Disparities in Preoperative Visual Acuity and Cataract Surgery Utilization in the San Francisco Bay Area	<b>Estudo Primário:</b> Análises de regressão logística e multivariada	6855 pacientes	Critérios de Vulnerabilidade: Etnia, Idioma, disparidades socio-económicas
The state of ocular health among London’s homeless population	<b>Estudo Primário:</b> Quantitativo	283 pacientes	Sem Abrigo
Visual impairment and blindness in the Xingu Indigenous Park – Brazil	<b>Estudo Primário:</b> Corte transversal	2099 pacientes	População Indígena (America Latina)
Visual Impairment and Eye Disease Among Children of Migrant Farmworkers	<b>Estudo Primário:</b> Retrospectivo	156 pacientes	Crianças Espano/latinas

Os estudos primários incluem assim dados de um total de 60374 participantes, que forneceram dados essenciais para analisar a problemática das alterações oftalmológicas em populações vulneráveis e dos fatores determinantes do acesso aos cuidados oftalmológicos, em especial nas populações migrantes.

Os dados recolhidos permitem perceber quais as diferentes alterações oftalmológicas mais frequentes nos diferentes grupos étnicos, quais os fatores de vulnerabilidade que têm como consequência um aumento das desigualdades e quais os determinantes que mais influência têm no acesso a cuidados oftalmológicos.

Neste sentido foi possível aferir que as alterações Oftalmológicas mais abordadas como uma problemática em populações vulneráveis diziam respeito, em primeira instância, a Erros Refrativos Não Corrigidos (ERNC) (n=8) e Catarata (n=8), sendo os ERNC a patologia mencionada como a maior responsável por défices visuais (Hennein et al., 2021; Sedarous et al., 2018; Li et al., 2018b) sendo descrita como a principal causa de deficiência visual moderada e grave no mundo (Barman & Mishra, 2020) e a Catarata (11) (11,12) (Hicks et al., 2022; Cho & Hwang, 2024; Ma et al., 2023) a maior causa de cegueira, tal como é referido por Fernandes (2021) (Fernandes et al., 2021).

Seguem-se como alterações oftalmológicas, descritas como associadas a défices visuais mais enumeradas na literatura, o diagnóstico ou suspeita de Glaucoma (Hennein et al., 2021; Hark et al., 2021; Ma et al., 2023) (n=6), a Retinopatia Diabética (RD) (n=5) e Degenerescência Macular ligada à Idade (DMI) (n=4). No que respeita à RD e à DMI, embora tenham sido encontradas mais referências na literatura quanto à prevalência de RD em grupos vulneráveis, sempre que existe uma referência simultânea de ambas, a DMI surge quase sempre como a patologia com maior expressão (Li et al., 2018b; Ma et al., 2023; Cho & Hwang, 2024; Chua et al., 2022).

#### *Fatores Determinantes do acesso a Cuidados Oftalmológicos*

No que respeita aos fatores determinantes do acesso a cuidados oftalmológicos em Populações Vulneráveis abordados nesta Scoping Review, o mais mencionado, prende-se com a importância de Programas de Rastreio (Fernandes et al., 2021) e Follow up Regulares (Hennein et al., 2021; Sedarous et al., 2018; Chua et al., 2022; Abou-Jaoude et al., 2022; Rodriguez et al., 2018), em especial com marcação prévia (n=9) (Tannenbaum et al., 2016; van Zyl et al., 2015), uma vez que a existência de medidas preventivas e de procura de cuidados atempados poderão garantir a saúde ocular (Barman & Mishra, 2020).

Outro dos fatores determinantes mais abordados, diz respeito à consciencialização dos diferentes prestadores de cuidados relativamente às políticas de saúde ou barreiras comunitárias possam representar desafios na obtenção de cuidados por parte desta população (Mensah et al., 2024), e desenvolvimento não só de Políticas de Saúde (Tannenbaum et al., 2016) como também Programas de Saúde integrados na Comunidade (n=8) (Scanzera et al., 2023; Rodriguez et al., 2018; Li et al., 2018b; Lee et al., 2024; Sawers, 2017; Fernandes et al., 2021).

A aposta em Ensinos Oftalmológicos (Li et al., 2018b; Scanzera et al., 2023; Lee et al., 2024) ao Paciente (Hennein et al., 2021), e Família (Rodriguez et al., 2018), com envolvimento de cuidadores no plano de cuidados (Ma et al., 2023) (n=8), é também enumerado como determinante do acesso. Segundo Zyl et al (2014), a dificuldade em fazer uma gestão entre o horário de trabalho e a adesão a programas de rastreio e follow up, é uma das situações identificadas no seu estudo (van Zyl et al., 2015), demonstrando que o envolvimento da entidade patronal poderá assumir-se como peça chave na adesão aos cuidados oftalmológicos. A baixa literacia em saúde ocular, bem como o desconhecimento de direitos e deveres, pode dificultar a obtenção de cuidados oftalmológicos atempados (Tannenbaum et al., 2016; McClure et al., 2017), potenciando o fator de vulnerabilidade, pelo que a organização de

“sessões de informação e esclarecimentos sobre estes temas com a (...) comunidade”(FCL, 2019), assume-se como um vetor importante no cumprimento de alguns dos ODS.

Outro dos fatores enumerados, foi a existência de Programas Oftalmológicos totalmente Gratuitos para as populações vulneráveis (n=8) (Barman & Mishra, 2020; Mensah et al., 2024), incluindo as consultas (van Zyl et al., 2015), cirurgias (Ramke et al., 2017) e dispensa de óculos (Fernandes et al., 2021; Lee et al., 2024; Sawers, 2017), sendo fortemente relacionado como fator facilitador na manutenção de tratamentos/follow-up e qualidade da visão (Hennein et al., 2021).

A reestruturação e organização das equipas multidisciplinares, tendo em consideração a multiculturalidade, é outro dos fatores defendidos como preponderantes na adesão a cuidados oftalmológicos (n=4). A existência de elementos da equipa multidisciplinar pertencentes a diferentes etnias (Hark et al., 2021), para além de ser um fator facilitador na comunicação, permite apelar ao sentido de identidade, garante o respeito pelos diferentes valores e culturas e desmistifica pré-conceitos existentes, valorizando assim a importância da adesão aos cuidados oftalmológicos (Hicks et al., 2022; Cho & Hwang, 2024; Lee et al., 2024).

A par com o fator anterior, surge a importância da aposta na Investigação relacionada com as especificidades dos diferentes grupos vulneráveis, utilização/aplicação de Inteligência Artificial nesta área, patologias oftalmológicas nesta população e barreiras na adesão a programas de saúde ocular (n=4) (Fernandes et al., 2021; Sawers, 2017; Nwanyanwu et al., 2021; Herrera et al., 2017).

Em menor ordem de grandeza foram mencionados a importância de novas tecnologias, dispositivos ou instrumentos (n=3) (Ma et al., 2023; Hark et al., 2021; Bertolozzi et al., 2009); Disponibilização de transporte Gratuito com hora marcada (n=3) (Ma et al., 2023; Scanzera et al., 2023; Mensah et al., 2024); Respeito e envolvimento do paciente no seu plano de cuidados (n=2) (Hicks et al., 2022; Herrera et al., 2017); Otimização das consultas, diminuindo o tempo de permanência no hospital/clínica aquando do rastreio/consulta (n=2) (Scanzera et al., 2023; van Zyl et al., 2015).

### **3. Discussão dos resultados**

Da análise dos resultados obtidos foi possível estabelecer correlações positivas, em que facilitam o acesso/adesão aos cuidados oftalmológicos e correlações negativas, que funcionam como Barreiras/obstáculos aos mesmos, e que passamos a apresentar de seguida.

*Correlação Positiva (Facilitadores) no acesso aos cuidados oftalmológicos:*

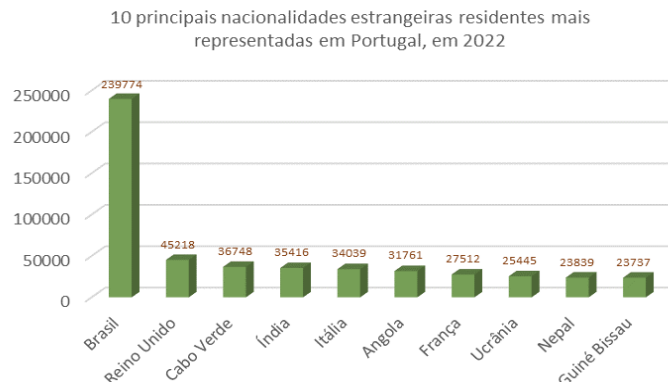
Grau de escolaridade mais elevado; Existência de familiar que acompanhe o paciente; Agendamento da consulta de seguimento no dia do rastreio; envolvimento do paciente nas decisões terapêuticas; Equipas multidisciplinares constituídas por profissionais pertencentes a minorias étnicas.

*Correlação Negativa (Barreiras) no acesso aos cuidados oftalmológicos:*

Inexistência de meio de transporte; Não ter seguro de saúde; Elevado custo das consultas, procedimentos, óculos; Pobreza; Alterações Neurológicas ou Psiquiátricas; Idade mais avançada; Existência de Barreiras linguísticas; Etnia Africana ou Hispano-Latina; Crenças da população em relação à visão e cuidados/tratamentos oftalmológicos.

*Análise dos dados da Imigração a nível Nacional:*

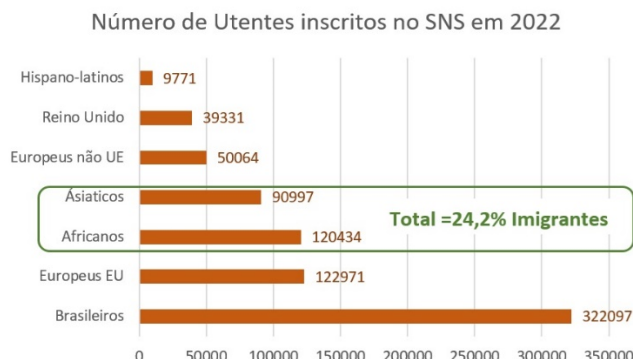
Considerando os dados apresentados no Relatório Estatístico Anual da AIMA (Oliveira, 2023), referentes às dez principais nacionalidades estrangeiras mais representadas em Portugal no ano de 2022, Gráfico 1, podemos verificar que estão presentes imigrantes provenientes do Brasil, Europa, África e Ásia.



**Gráfico 1 – 10 Principais nacionalidades estrangeiras residentes, mais representadas em Portugal, em 2022**

Considerando a população estrangeira residente em Portugal, tendo em conta as diferentes dimensões de vulnerabilidade acrescida (CDC/ATSDR SVI) (CDC/ATSDR Social Vulnerability Index (CDC/ATSDR SVI), 2024), e os dados provenientes da Scoping Review, as Etnias residentes que se enquadram nos Critérios de vulnerabilidade são a Africana, com população proveniente de Cabo-verde, Angola e Guiné-Bissau, e Asiática proveniente da Índia, e Nepal. Quando analisados os dados referentes aos utentes inscritos nos SNS, para além das nacionalidades anteriormente mencionadas, emergem ainda na etnia Asiática números significativos de utentes provenientes do Paquistão e Bangladesh.

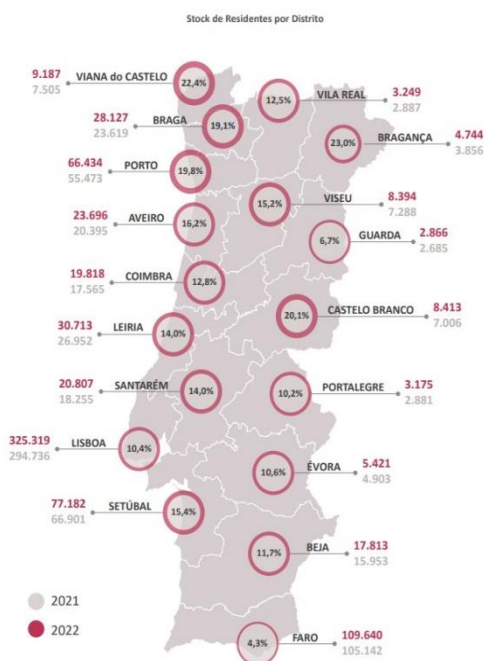
Assim, no que respeita aos utentes inscritos no Sistema Nacional de Saúde no ano 2022, estas duas etnias perfazem um total de 24,2% da população estrangeira inscrita, como é possível verificar no Gráfico 2 (Oliveira, 2023).



**Gráfico 2 – Número de Utentes inscritos no SNS em 2022**

Observando ainda a distribuição e evolução do Fluxo migratório (Figura 2) publicado no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2022 (SEF) (SEF/GEPF, 2023), é possível verificar que o aumento dá-se de forma crescente ao longo de todo o território nacional, e que os três Distritos que acolheram um maior número de migrantes neste período foram: Lisboa, Faro e Setúbal.

Tendo em conta que a população migrante no Distrito de Faro é maioritariamente proveniente de países europeus, o território a nível nacional em que se concentra maior número de migrantes em situação de vulnerabilidade é na zona de Lisboa e Vale do Tejo.



**Figura 2 – Stock de imigrantes residentes por Distrito, evolução entre 2021 e 2022**

*Da Teoria à Prática:*

Embora não se tenham encontrado estudos em Portugal que relacionem a problemática da vulnerabilidade em populações migrantes com as alterações oftalmológicas decorrentes do acesso aos cuidados de saúde, bem como estratégias que permitam reduzir desigualdades resultantes da sua condição de vulnerabilidade, os estudos encontrados permitem compreender as condições de vulnerabilidade e patologias mais frequentes em cada grupo étnico, bem como quais fatores determinantes do acesso aos cuidados de saúde que poderão ter um impacto positivo nos cuidados de prestados a estes utentes.

Assim, considerando o anteriormente mencionado, os dados estatísticos que referentes às etnias com critérios de vulnerabilidade mais representadas em Portugal, e o cruzamento com os dados recolhidos da Scoping Review, torna-se possível fazer uma análise que permita definir estratégias para dar resposta às Patologias Oftalmológicas mais expressivas, nestes grupos vulneráveis, tendo por base os determinantes do acesso aos cuidados Oftalmológicos encontrados na literatura e os fatores que comprovaram ter uma correlação positiva nesse mesmo acesso.

No que respeita à etnia Africana, as patologias Oftalmológicas mais frequentes são as Cataratas, os Erros Refrativos não corrigidos e a RD. Quanto aos Asiáticos, as patologias oftalmológicas mais passíveis de se encontrar neste grupo são as Cataratas, os Erros Refrativos não corrigidos e a DMI.

Tendo em conta as barreiras linguísticas, culturais, crenças, status socio-económico e literacia, destes grupos, é essencial a criação de Programas de Rastreio e Follow Up Regulares; oferta de programas Oftalmológicos totalmente gratuitos, que incluam tanto as consultas, como as cirurgias, a terapêutica e os óculos; Apostar na literacia em Saúde, realizando ensinamentos Oftalmológicos ao Paciente, Família e envolvimento da entidade patronal; e promover e reforçar a Investigação nesta área.

Importa também assegurar um agendamento da consulta de seguimento no dia do rastreio; garantir o envolvimento do paciente nas decisões terapêuticas; e ainda reestruturar as equipas multidisciplinares, para que sejam constituídas por profissionais pertencentes também a minorias étnicas, garantindo assim a adesão e continuidade dos cuidados.

## Conclusão

Esta *Scoping Review* permitiu identificar quais as patologias oftalmológicas mais prevalentes na população migrante em Portugal, considerando critérios de vulnerabilidade. Também possibilitou aferir quais são os fatores determinantes (mutáveis) no acesso à saúde ocular, bem como os fatores de vulnerabilidade (imutáveis) que mais impactam esse acesso. A constatação de que, a nível nacional, pouco se tem investigado sobre os cuidados oftalmológicos dirigidos a pessoas em situação de vulnerabilidade ressalta a importância de investir nesta área. Tal investimento não deve limitar-se à população imigrante, mas estender-se também a outras situações de vulnerabilidade contempladas pelo CDC/ATSDR SVI, incluindo minorias étnicas, pessoas em situação de sem-abrigo, idosos com alterações cognitivas e populações residentes em áreas mais isoladas, entre outros.

## Referências

- Abou-Jaoude, M. M., Crawford, J., Kryscio, R. J., & Moore, D. B. (2022). Accuracy of Ophthalmology Clinic Follow-Up in the Incarcerated Patient Population. *Journal of Academic Ophthalmology*, 14(2), e258–e262. <https://doi.org/10.1055/s-0042-1758562>
- Grepí, G. (2022) Acesso ao serviço de saúde ocular contribui para avanço da Agenda 2030 da ONU. *Jornal da USP*. Obtido de <https://jornal.usp.br/?p=507748>
- Barman, D., & Mishra, M. (2020). How does eye care seeking behaviour change with increasing age and visual impairment? Intersectional analysis of older adults in the Indian Sundarbans. *BMC Geriatrics*, 20(1), 71. <https://doi.org/10.1186/s12877-020-1438-y>
- Bertolozzi, M. R., Nichiata, L. Y. I., Takahashi, R. F., Ciosak, S. I., Hino, P., Val, L. F. do, Guanillo, M. C. de L. T. U., & Pereira, É. G. (2009). Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43, 1326–1330. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000600031>
- CDC/ATSDR Social Vulnerability Index (CDC/ATSDR SVI). (2024, junho 14). <https://www.atsdr.cdc.gov/placeandhealth/svi/index.html>
- Cho, W. K. T., & Hwang, D. G. (2024). Sociodemographic Disparities in Preoperative Visual Acuity and Cataract Surgery Utilization in the San Francisco Bay Area. *Journal of Racial and Ethnic Health Disparities*. <https://doi.org/10.1007/s40615-024-01914-4>
- Chua, J., Zhang, Z., Wong, D., Tan, B., Kulantayan, B., Sng, C. C. A., Hilal, S., Venketasubramanian, N., Tan, B. Y., Cheung, C. Y., Garhöfer, G., Popa-Cherecheanu, A., Wong, T. Y., Chen, C. L.-H., & Schmetterer, L. (2022). Age-Related Eye Diseases in Individuals With Mild Cognitive Impairment and Alzheimer’s Disease. *Frontiers in Aging Neuroscience*, 14, 933853. <https://doi.org/10.3389/fnagi.2022.933853>
- DGS (2025) Plano Nacional de Saúde 2030 - Saúde Sustentável: de tod@s para tod@s. Obtido de <https://pns.dgs.pt/wp-content/uploads/2025/01/Manual-PNS.pdf>
- FCL (2019) Dicionário do Desenvolvimento - Vulnerabilidade. Obtido 7 de setembro de 2024, de [https://ddesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2019/01/DD\\_VULNERABILIDADE.pdf](https://ddesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2019/01/DD_VULNERABILIDADE.pdf)
- Fernandes, A. G., Alves, M., Nascimento, R. A. E., Valdrighi, N. Y., de Almeida, R. C., & Nakano, C. T. (2021). Visual impairment and blindness in the Xingu Indigenous Park—Brazil. *International Journal for Equity in Health*, 20(1), 197. <https://doi.org/10.1186/s12939-021-01536-w>
- Hark, L. A., Tan, C. S., Kresch, Y. S., De Moraes, C. G., Horowitz, J. D., Park, L., Auran, J. D., Gorroochurn, P., Stempel, S., Maruri, S. C., Besagar, S., Saaddine, J. B., Lambert, B. C., Pizzi, L. T., Sapru, S., Price, S., Williams, O. A., Cioffi, G. A., & Liebmann, J. M. (2021). Manhattan Vision Screening and Follow-Up Study in Vulnerable Populations: 1-Month Feasibility Results. *Current Eye Research*, 46(10), 1597–1604. <https://doi.org/10.1080/02713683.2021.1905000>
- Hennein, L., Spaulding, K. A., Karlegan, V., Nnamani Silva, O. N., & de Alba Campomanes, A. G. (2021). Follow-Up Rates at a Free Ophthalmology Clinic at a Homeless Shelter. *Journal of Academic Ophthalmology*, 13(1), e51–e56. <https://doi.org/10.1055/s-0041-1726288>

- Herrera, C. A., Lewin, S., Paulsen, E., Ciapponi, A., Opiyo, N., Pantoja, T., Rada, G., Wiysonge, C. S., Bastías, G., Marti, S. G., Okwundu, C. I., Peñaloza, B., & Oxman, A. D. (2017). Governance arrangements for health systems in low-income countries: An overview of systematic reviews. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 2017(9). <https://doi.org/10.1002/14651858.cd011085.pub2>
- Hicks, P. M., Elam, A. R., Woodward, M. A., Newman-Casey, P.-A., Asare, A., Akrobetu, D., Gupta, D., & Stagg, B. C. (2022). Perceptions of Respect From Clinicians by Patients in Racial and Ethnic Minority Groups With Eye Disease. *JAMA Ophthalmology*, 140(2), 125–131. <https://doi.org/10.1001/jamaophthalmol.2021.5371>
- Lee, K. E., Sussberg, J. A., Nelson, L. B., & Thuma, T. B. T. (2024). Review of the Disparities in Access to Pediatric Eye Care Among Low Socioeconomic Status and Underrepresented Racial Minority Groups Exacerbated by the Economic Downturn in Pediatric Ophthalmology. *Journal of Pediatric Ophthalmology and Strabismus*, 61(3), 172–178. <https://doi.org/10.3928/01913913-20231026-05>
- Li, Y., Huang, W., Qiqige, A., Zhang, H., Jin, L., Ti, P., Yip, J., & Xiao, B. (2018a). Prevalence and causes of blindness, visual impairment among different ethnical minority groups in Xinjiang Uygur autonomous region, China. *BMC Ophthalmology*, 18(1), 41. <https://doi.org/10.1186/s12886-018-0705-6>
- Li, Y., Huang, W., Qiqige, A., Zhang, H., Jin, L., Ti, P., Yip, J., & Xiao, B. (2018b). Prevalence and causes of blindness, visual impairment among different ethnical minority groups in Xinjiang Uygur autonomous region, China. *BMC Ophthalmology*, 18(1), 41. <https://doi.org/10.1186/s12886-018-0705-6>
- Ma, N., Low, S., Hasan, S., Banna, S., Patel, S., & Kalsi, T. (2023). Provision of eye care services and interventions in care homes: A narrative synthesis review. *European Geriatric Medicine*, 14(1), 153–164. <https://doi.org/10.1007/s41999-022-00741-2>
- Marranita, C., Dias, C., Batista, A. & Mesquita, I. (2024, outubro 11). Alterações Oftalmológicas em Pessoas em condição de Vulnerabilidade, resultantes de limitações do acesso à saúde- Scoping Review. <https://doi.org/10.5281/zenodo.14292034>
- McClure, L. A., Tannenbaum, S. L., Zheng, D. D., Joslin, C. E., Perera, M. J., Gellman, M. D., Arheart, K. L., Lam, B. L., & Lee, D. J. (2017). Eye Health Knowledge and Eye Health Information Exposure Among Hispanic/Latino Individuals: Results From the Hispanic Community Health Study/Study of Latinos. *JAMA Ophthalmology*, 135(8), 878–882. <https://doi.org/10.1001/jamaophthalmol.2017.1998>
- Mensah, J. A., Fei-Zhang, D. J., Rossen, J. L., Rahmani, B., Bentrem, D. J., Stein, J. D., & French, D. D. (2024). Assessment of Social Vulnerabilities of Care and Prognosis in Adult Ocular Melanomas in the US. *Annals of Surgical Oncology*, 31(5), 3302–3313. <https://doi.org/10.1245/s10434-024-15038-w>
- Nwanyanwu, K., Scott, A. W., & Elam, A. R. (2021). Addressing Disparities in Ophthalmic Research: The Time Is Now. *JAMA Ophthalmology*, 139(12), 1261–1262. <https://doi.org/10.1001/jamaophthalmol.2021.4203>
- Oliveira, C. R. (2023). Indicadores de Integração de Imigrantes—Relatório Estatístico Anual. 402.
- Ramke, J., Petkovic, J., Welch, V., Blignault, I., Gilbert, C., Blanchet, K., Christensen, R., Zwi, A. B., & Tugwell, P. (2017). Interventions to improve access to cataract surgical services and their impact on equity in low- and middle-income countries—Ramke, J - 2017 | Cochrane Library. <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD011307.pub2/full>
- Rodriguez, E., Srivastava, A., & Landau, M. (2018). Increasing Screening Follow-Up for Vulnerable Children: A Partnership with School Nurses. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(8). <https://doi.org/10.3390/ijerph15081572>
- Sawers, N. (2017). The state of ocular health among London’s homeless population. *Eye*, 31(4), 632–635. <https://doi.org/10.1038/eye.2016.283>
- Scanzera, A. C., Sherrod, R. M., Potharazu, A. V., Nguyen, D., Beversluis, C., Karnik, N. S., Chan, R. V. P., Kim, S. J., Krishnan, J. A., & Musick, H. (2023). Barriers and Facilitators to Ophthalmology Visit Adherence in an Urban Hospital Setting. *Translational Vision Science & Technology*, 12(10), 11. <https://doi.org/10.1167/tvst.12.10.11>
- Sedarous, F., Dimaras, H., Isaac, M., Lichter, M., & Tehrani, N. N. (2018). Identifying the ophthalmic needs of families living in Toronto shelters. *Canadian Journal of Ophthalmology*, 53(5), 447–452. <https://doi.org/10.1016/j.jcjo.2017.12.010>
- SEF/GEPF (2023) Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022. SEF. Obtido 4 de outubro de 2024, de <https://www.sef.pt/pt/Documents/RIFA2022%20vF2a.pdf>
- Tannenbaum, S. L., McClure, L. A., Zheng, D. D., Lam, B. L., Arheart, K. L., Joslin, C. E., Talavera, G. A., & Lee, D. J. (2016). Ocular screening adherence across Hispanic/Latino heritage groups with diabetes: Results from the Ocular SOL ancillary to the Miami site of the Hispanic Community Health Study/Study

- of Latinos (HCHS/SOL). *BMJ Open Diabetes Research & Care*, 4(1), e000236. <https://doi.org/10.1136/bmjdr-2016-000236>
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O’Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M. D. J., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Akh, E. A., Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M. G., Garrity, C., ... Straus, S. E. (2018). PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Annals of Internal Medicine*, 169(7), 467–473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>
- van Zyl, T., Su, Z., Zhou, E., Wong, R. K., Mohsenin, A., Rogers, S., Tsai, J. C., & Forster, S. H. (2015). Providing Prescheduled Appointments as a Strategy for Improving Follow-Up Compliance After Community-Based Glaucoma Screening: Results from an Urban Underserved Population. *Journal of Community Health*, 40(1), 27–33. <https://doi.org/10.1007/s10900-014-9890-2>
- WHO. (2019). World report on vision. 180.

## **A Educação entre Pares como Estratégia de Promoção da Saúde em Contextos Escolares Multiculturais**

*Sandra Martins, ULSAS, sandra.c.martins@ulsas.min-saude.pt*

### **Resumo**

A Educação por Pares é vista como uma estratégia de promoção da saúde que desafia a forma como a saúde escolar se desenvolve em tempos de recursos humanos cada vez mais escassos. Revisitar a evidência científica produzida nos últimos dois anos, confrontando-a com a experiência detida durante o Projeto Wexchange. Desta pesquisa resultou num proveitoso upload a uma metodologia desafiante. Parece haver uma maior adesão quando desenvolvida nas escolas secundárias, e a seleção de “educadores de pares” continua a ser um passo fundamental para o sucesso de todas as atividades desenvolvidas. Nas inúmeras vantagens que lhe foram atribuídas, destaca-se o poder inclusivo desta metodologia, a par da multiculturalidade exponencial das nossas comunidades escolares. Isto é tão mais sentido nos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária conforme a ideologia de uma escola mais inclusiva, onde a multiculturalidade é encarada como permissa da sustentabilidade que vai além fronteiras.

**Palavras chave:** Educação por Pares, Adolescentes, Migrantes

### **Abstract**

Peer Education is seen as a health promotion strategy that challenges the way school health develops in times of increasingly scarce human resources. Revisit the scientific evidence produced in the last two years, comparing it with the experience gained during the Wexchange Project. This research resulted in a fruitful upload to a challenging methodology. There appears to be greater adherence when developed in secondary schools, and the selection of “peer educators” continues to be a fundamental step for the success of all activities developed. In the countless advantages attributed to it, the inclusive power of this methodology stands out, alongside the exponential multiculturalism of our school communities. This is felt all the more in the Educational Territories of Priority Intervention in accordance with the ideology of a more inclusive school, where multiculturalism is seen as an enabler of sustainability that goes beyond borders.

**Keywords:** Peer Education, Adolescents, Migrants

### **Introdução**

A educação por pares, aplicada à promoção da saúde, pode ser definida como um processo que ocorre durante um período de tempo, no qual os indivíduos são treinados e motivados a desenvolver atividades educacionais, com o objetivo de aumentar o conhecimento, atitudes, crenças e habilidades dos seus pares de forma a capacitá-los para protegerem a sua saúde e, inevitavelmente das comunidades onde estão inseridos (Dias, 2006). Esta estratégia tem como vantagem o facto de ser pouco dispendiosa e poder ser aplicada em diversos contextos e faixas etárias. De acordo com Baptista et al. (2009) a educação por pares pode contribuir para melhorar a autoestima, estabelecer relações positivas, facilitar a integração na escola, promover a saúde e reduzir comportamentos de risco.

Desta pesquisa resulta um discernimento distinto relacionado com os mecanismos chave da

educação por pares, conforme Widnall, et al. (2024):

- Similaridade e proximidade entre estudantes;
- Equilíbrio entre autonomia e suporte;
- Mudanças mais amplas nos valores e cultura escolar;
- Métodos mais informais, inovadores e personalizados;
- Reconhecimento dos educadores como modelos;
- Criação de um espaço seguro e sem julgamentos para compartilhar experiências;
- Simplicidade das mensagens de saúde.

## 1. Projeto WeXchange

O Projeto WeXchange é um projeto internacional, cofinanciado pela União Europeia, envolvendo Escolas Secundárias e Instituições do Ensino Superior de Portugal, Finlândia, Grécia e Eslovénia. Em Portugal a parceria desenvolve-se entre a o Agrupamento de Escolas do Barreiro e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (ESEL), com o apoio do Centro de Investigação, Inovação e Desenvolvimento em Enfermagem de Lisboa (CIDNUR). Faz esquematizar através da “Hand of Mental Health” (Imagem 1.) os Determinantes de Saúde Mental a mobilizar pelo projeto, de forma a promover a reflexão dos adolescentes através da questão essencial:

- ➤ “How do everyday choices affect your mental health?”



Imagem 1. Hand of Mental Health.

Fonte: <https://mieli.fi/en/materials/hand-of-mental-health/> 32

O seu objetivo geral é “capacitar os adolescentes para a promoção do bem-estar mental através da educação por pares e intercâmbio virtual”. Como objetivos específicos:

- 1) Promover a literacia em saúde mental dos jovens entre os 13 e os 16 anos de idade;
- 2) Desenvolver uma intervenção educativa para a promoção do bem-estar mental dos adolescentes através da educação por pares;
- 3) Desenvolver atividades educativas através de métodos de intercambio virtual.”

Adotada, enquanto estratégia de promoção da literacia em saúde mental, a Educação por Pares, mediante um package de atividades entre pares. A sua operacionalização está projetada através de um Intercâmbio Virtual entre estudantes, num conjunto de virtual camps e workshops, como atividades para implementar e testar a eficácia da metodologia.

Foi possível integrar uma dinâmica inter-fronteiras durante o primeiro Virtual Camp, moderando o contato e partilha de experiências entre os jovens das diversas nacionalidades. Tratou-se de fomentar, entre os jovens, a consciência de como os seus hábitos diários contribuem para a manutenção de um estado de saúde e bem-estar mais positivos. Este projeto desdobrou-se através de projetos individuais de intervenção comunitária, nomeadamente no item “Food and eating habits” de encontro de questões como “*Do you remember to eat regularly?; What do you eat with?; (...)*”. É neste enquadramento que se desenvolve o Projeto de intervenção comunitária “Hábitos alimentares promotores de bem-estar mental entre adolescentes: Intervenção numa comunidade escolar” decorrido essencialmente no ano letivo 2023-2024.

## **2. Metodologia**

Revisitar a evidência científica publicada durante a prossecução deste projeto de intervenção comunitária, fez todo o sentido no âmbito da integração de novas funções enquanto enfermeira especialista em saúde comunitária na vertente de saúde pública. Neste sentido, foi desenvolvida uma pesquisa na plataforma *EbscoHost* e bases de dados *CINHAL* e *MEDLINE complet*. Nesta foram usados os descritores *peer education*, *migrants* e *adolescent*, usando o boleano *AND*. Para o efeito foi usado o horizonte temporal 2022-2024 e considerados os artigos publicados em texto completo, tendo resultado na seleção de 7 artigos em língua inglesa, cuja extração de dados se apresenta na tabela 1.

**Tabela 1 – Artigos analisados**

<b>Título</b>	<b>Autores/Ano</b>	<b>Evidências</b>
<i>Peer Education and Peer Counselling for Health and Well-Being: A Review of Reviews</i>	Keith James Toppin (2022)	Indiscutivelmente, a educação por pares tem mais hipóteses de interceder o grupo de pares e mudar comportamentos quando comparativamente com a prestação de informações por profissionais. Não é uma tarefa fácil opção pois é difícil controlar a qualidade sendo que o acompanhamento procura dar alguma confiabilidade e consistência que não se compara ao simples aconselhamento. O monitoramento da fidelidade ou integridade da implementação de projetos desta índole é importante e deve ser planejado e relatado.
<i>School-based peer education interventions to improve health: a global systematic review of effectiveness</i>	Dodd, S., Widnall, E., Russell, A. E., Curtin, E. L., Simmonds, R., Limmer, M., & Kidger, J. (2022)	Educação por pares sobre aspectos da saúde é uma abordagem que está crescendo em popularidade nos contextos escolares. Muitos estudos de saúde mental incluídos nesta revisão mostraram evidências de eficácia, sugerindo a educação por pares como abordagem para a saúde mental nas escolas. Todavia, constatou-se que as questões relacionadas à saúde conhecimento era mais comum com menos evidências para mudança positiva de comportamento de saúde. Para sintetizar as evidências e tirar conclusões mais seguras, é imperativo que avaliações mais robustas.
<i>Mechanisms of school-based peer education interventions to improve young people's health literacy or health behaviours: A realist informed systematic review</i>	Widnall, E., Dodd, S., Russell, A. E., Curtin, E., Simmonds, R., Limmer, M., & Kidger, J. (2024)	As intervenções de educação por pares são amplamente utilizadas nas escolas secundárias com o objetivo de melhorar literacia em saúde e os comportamentos de saúde dos alunos. Esta revisão é o primeiro estudo que sustenta a sua eficácia em diversos aspectos a considerar quando projetamos este tipo de metodologia. Uma comunicação mais eficaz e a natural identificação entre pares salientam-se, enquanto mecanismos facilitadores na passagem de uma mensagem “descodificada”.
<i>A randomized controlled trial of the impact of the Teen Council peer education program on youth development</i>	Foss, L., Brown, S. A., Sutherland, S., Miller, C. J., & Philliber, S. (2022)	Este artigo apresenta resultados de uma avaliação de impacto da criação do Teen Council, um programa que treina jovens como educadores de pares. Em relação ao controle, os jovens do Teen Council mostraram maior conforto com sua própria sexualidade, maior conforto e comunicação mais frequente comunicação com os pais sobre sexualidade e comportamentos de saúde sexual mais positivos, incluindo acessar cuidados de saúde reprodutiva e adotar meios de contraceção mais eficazes. No entanto, sabemos muito pouco sobre quão próximos em idade os colegas precisam estar de seus públicos para maior impacto, assim como outras características que eles precisam ter em comum para entregar suas mensagens de forma mais eficaz.

<p><i>Determinants of peer education on sexual and reproductive health and rights among in-school adolescents in Ebonyi State, Nigeria</i></p>	<p>Mbachu, C. O., Agu, I. C., Eze, I. I., &amp; Onwujekwe, O. E. (2024)</p>	<p>Outros estudos demonstraram que jovens mais velhos, especialmente aqueles que frequentam o ensino secundário séries, são mais propensos a se envolver na educação entre pares em comparação com estudantes mais novos. Esse pode ser atribuído a fatores como maior maturidade, níveis mais elevados de conhecimentos e compreensão, e maior confiança na discussão de temas delicados, nomeadamente das questões da saúde sexual e reprodutiva.</p>
<p><i>Characteristics of Sexual Health Programs for Migrants, Refugees, and Asylum Seekers: A Scoping Review</i></p>	<p>Inthavong, A. B., &amp; Pourmarzi, D. (2024)</p>	<p>Vários estudos combinaram a educação por pares para oferecer programas para migrantes, refugiados e requerentes de asilo. Os estudos utilizaram educadores de pares para conduzir a aprendizagem em grupo, permitindo que os participantes se sentissem mais confortáveis, superando barreiras linguísticas e de comunicação e aumentando a utilização de serviços de saúde entre migrantes.</p>
<p><i>Exploring mechanisms and contexts in a Peer Education Project to improve mental health literacy in schools in England: a qualitative realist evaluation. Health Education Research</i></p>	<p>Curtin, E. L., Widnall, E., Dodd, S., Limmer, M., Simmonds, R., Russell, A. E., Kaley, A. &amp; Kidger, J. (2024)</p>	<p>Neste projeto procurou-se recrutar estudantes mais velhos, “educadores de pares”, para educar estudantes mais jovens “pares” sobre saúde mental em sete escolas secundárias em todo a Inglaterra entre 2020 a 2022. As lições ministradas ponderavam os fatores de risco e proteção, assim como o autocuidado e a busca de ajuda.</p> <p>Jovens vulneráveis a problemas de saúde mental, em virtude de pertencer a um grupo marginalizado, também podem estar menos confiantes em suas habilidades, esses insights sugerem treinar estes estudantes vulneráveis, em vez de estudantes que se voluntariam regularmente, como forma de reduzir as desigualdades e promover a saúde mental.</p> <p>Sugere-se que programas futuros encontrem uma faixa etária que permita “distância social” tanto para semelhança quanto para autoridade e selecionar educadores de pares de determinados grupos demográficos origens como gênero, etnia e idade. Isto poderia melhorar a identificação, a comunicação e a empatia essenciais a um ambiente promotor da saúde.</p>

### 3. Discussão

O Agrupamento de Escolas onde decorreu este projeto de intervenção comunitária, está inserido no Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) desde 2010. “O Programa TEIP é uma iniciativa governamental, implementada atualmente em 146 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social,” (DGE, s.d.). O Projeto Educativo TEIP e seu ideal inclusivo pretende assim dar resposta a contextos socioeducativos particularmente vulneráveis. Segundo dados dos CENSUS 2021 no Município do Barreiro a população com nacionalidade estrangeira quase duplicou nos últimos dez anos, passando de 4,3% para 7,9% (CMB, 2022).

Esta vulnerabilidade latente constituiu-se como um desafio ao desenvolvimento da metodologia da educação por pares, nomeadamente na seleção destes “educadores” que de forma a agilizar o projeto foi deixada sobre a alçada da equipa pedagógica, como é comum na implementação de projetos deste tipo. Todavia e passada a experiência “é pertinente repensar a forma como esta é realizada, tendo em conta a origem cultural e faixa etária destes “educadores”/“tutores”. A evidência mais recente parece sugerir que treinar estudantes vulneráveis, em vez de grupos de estudantes voluntários e tidos como empreendedores se consolida como uma forma de reduzir as desigualdades sociais e de saúde (Curtin, et al., 2024). Desta forma é passível de fazer representar todos os segmentos culturais que constituem a comunidade escolar.

Por sua vez, apesar das intervenções de educação por pares serem amplamente utilizadas nas escolas secundárias (Curtin et al., 2024, Mbachu, et al., 2024 ; Widnall, et al.,2024) como o contexto onde decorreu este projeto, existem outros aspetos a ter em consideração. As intervenções de educação por pares encontra a sua eficácia em diversos aspetos a considerar:

1. Paridade, similaridade e credibilidade.
2. Equilíbrio entre autonomia e suporte.
3. Valores escolares e mudanças mais amplas da cultura escolar.
4. Métodos de entrega informais, inovadores e personalizados.
5. Amizade e proximidade com um educador de pares.
6. Os alunos consideram os colegas e colegas como modelos.
7. Espaço seguro e sem julgamentos para partilhar experiências.
8. Frequência de interação e difusão informal fora da sala de aula.

9. Proporção entre educadores de pares e alunos pares.
10. Simplicidade das mensagens de saúde.

Por sua vez, adolescentes mais velhos, especialmente aqueles que frequentam o ensino secundário, são mais propensos a se envolver na educação por pares, o que pode ser atribuído a fatores como maior maturidade, níveis superiores de conhecimento e compreensão e maior confiança na discussão de temas delicados (Mbachu, et al., 2024). Da evidencia científica sobressai como necessária a avaliação e discussão sobre a eficácia da metodologia nas faixas etárias mais jovens, assim como se os educadores de pares devem ou não ser mais velhos que, mais do tipo “tutor”, de forma a promover a literacia e comportamentos mais saudáveis entre os jovens. Sugerem-se programas futuros que identifiquem as faixas etárias que permitam um certo distanciamento social, associando semelhança e autoridade e possibilitando uma seleção mais adequada do grupo de educadores de pares (Curtin, et al., 2024; Foss, et al., 2024).

### **Conclusão**

Decorrida a experiência desta metodologia no contexto de Projeto Wexchange e intervenção comunitária atrevo-me a considerar as mais valias da educação por pares neste tipo de comunidade. Selecionar educadores de pares de determinados grupos demográficos e origens poderão oferecer-se a melhorar a identificação, a empatia e a sustentabilidade, potenciando sentimentos de pertença dos alunos à escola, fundamental num ambiente promotor da saúde. O seu potencial inclusivo e promete transpor a vertente salutogénica para dedicar-se ainda à prevenção secundária e terciária nas mais diversificadas áreas, que não só a saúde mental.

É certo que as revisões mais recentes demonstram a efetividade da metodologia de educação por pares (Dodd, et al., 2022; Topping, 2022; Curtin et al., 2024; Inthavong et al., 2024). Todavia esta metodologia exige de de um acompanhamento cuidadoso, garantindo que se mantém no caminho certo, pelo que a avaliação de todo o processo é essencial (Toppin, 2022; Dodd, et al., 2022). Para isso é necessário manter uma atitude critica, implementando as reformulações necessárias, tendo em conta o nosso escopo enquanto enfermeiros de saúde escolar, revisitando, regularmente, o conhecimento científico mais recente divulgado.

## Bibliografia

- Baptista, I., Tomé, G., Matos, M. G., Gaspar, T., & Cruz, J. (2009). A Escola. Em M. G. Matos, & D. Sampaio, *Jovens com Saúde - Diálogo com uma Geração* (pp. 202-214). Alfragide: Texto Editores.
- Curtin, E. L., Widnall, E., Dodd, S., Limmer, M., Simmonds, R., Russell, A. E., Kaley, A. & Kidger, J. (2024). Exploring mechanisms and contexts in a Peer Education Project to improve mental health literacy in schools in England: a qualitative realist evaluation. *Health Education Research*, 39(1), 40-54. <https://doi.org/10.1093/her/cyad026>
- Dias, S.F. (2006). Educação pelos pares: Uma estratégia na promoção da saúde. Universidade Nova de Lisboa. <https://www.pnvihsida.dgs.pt/comunicacao-social/ficheiros/educacao-pelos-pares-pdf.aspx>
- Direção-Geral da Educação. (s.d.). TEIP: Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. Direção Geral da Educação. <https://www.dge.mec.pt/teip>
- Câmara Municipal do Barreiro (2022). Diagnóstico Social do Concelho do Barreiro [https://www.cm-barreiro.pt/wp-content/uploads/2023/08/diagnostico\\_social\\_barreiro\\_2022.pdf?x89193](https://www.cm-barreiro.pt/wp-content/uploads/2023/08/diagnostico_social_barreiro_2022.pdf?x89193)
- Dodd, S., Widnall, E., Russell, A. E., Curtin, E. L., Simmonds, R., Limmer, M., & Kidger, J. (2022). School-based peer education interventions to improve health: a global systematic review of effectiveness. *BMC Public Health*, 22(1), 2247. <https://doi.org/10.1186/s12889-022-14688-3>
- Foss, L., Brown, S. A., Sutherland, S., Miller, C. J., & Philliber, S. (2022). A randomized controlled trial of the impact of the Teen Council peer education program on youth development. *Health Education Research*, 37(1), 36-47.
- Inthavong, A. B., & Pourmarzi, D. (2024). Characteristics of Sexual Health Programs for Migrants, Refugees, and Asylum Seekers: A Scoping Review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 21(8), 961. <https://doi.org/10.3390/ijerph21080961>
- Mbachu, C. O., Agu, I. C., Eze, I. I., & Onwujekwe, O. E. (2024). Determinants of peer education on sexual and reproductive health and rights among in-school adolescents in Ebonyi State, Nigeria. *Journal of Education and Health Promotion*, 13(1), 166. DOI: 10.4103/jehp.jehp\_22\_24
- Topping, K. J. (2022). Peer education and peer counselling for health and well-being: A review of reviews. *International journal of environmental research and public health*, 19(10), 6064. <https://doi.org/10.3390/ijerph19106064>
- Widnall, E., Dodd, S., Russell, A. E., Curtin, E., Simmonds, R., Limmer, M., & Kidger, J. (2024). Mechanisms of school-based peer education interventions to improve young people’s health literacy or health behaviours: A realist-informed systematic review. *Plos one*, 19(5), e0302431. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0302431>



**POLITECNICO  
SETUBAL**

POLYTECHNIC UNIVERSITY



**SAÚDE**

ESCOLA SUPERIOR  
POLITÉCNICO SETÚBAL



**CIÊNCIAS  
EMPRESARIAIS**

ESCOLA SUPERIOR  
POLITÉCNICO SETÚBAL



**CIDEHUS**

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades

**Ficha Técnica:**

**Título:** Atas do VI Seminário Internacional Vulnerabilidades Sociais e Saúde: "Percurso Migratórios e Cidadania Global - diversidade e (des)igualdades"

**Editores:** Ana Paula Gato, Andreia Ferreri Cerqueira, Edgar Canais, José Rebelo, Sandrina B. Moreira e Victor Barbosa

**Data de Edição:** maio de 2025 **ISBN:** 978-989-35809-6-7 **DOI:** 10.60546/NDMZ-6G80 **Editora:** Instituto Politécnico de Setúbal